



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1252

Quarta-feira - 05 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos	18
Atalanta.....	23
Bela Vista do Toldo.....	23
Biguaçu	25
Bom Retiro	25
Braço do Trombudo	27
Caçador.....	29
Camboriú.....	33
Campos Novos	39
Canoinhas.....	49
Capinzal	52
Chapadão do Lageado	56
Concórdia	60
Cordilheira Alta	63
Curitibanos	64
Ermo	69
Forquilha.....	69
Fraiburgo.....	73
Garopaba.....	76
Garuva	81
Gaspar	81
Governador Celso Ramos	82
Herval d'Oeste	82
Ibiam	84
Ilhota	93
Imbituba	95
Iomerê	96
Ipumirim	97
Irineópolis	99
Itaiópolis	100
Itapiranga.....	109
Itapoá	111
Joaçaba.....	114
Lages	117
Lebon Regis.....	121
Leoberto Leal.....	122
Lindóia do Sul	123
Luzerna	123
Massaranduba.....	128
Meleiro	128
Monte Carlo	130
Morro da Fumaça	130
Navegantes.....	130
Nova Trento	132
Novo Horizonte	133
Orleans	133
Palhoça	139
Palmitos	145

Papanduva.....	146
Paulo Lopes	153
Peritiba.....	156
Pinheiro Preto	157
Porto Belo.....	160
Porto União.....	161
Rio do Sul.....	162
Salto Veloso	164
Santa Rosa do Sul	166
Santa Terezinha do Progresso	167
São Bento do Sul.....	167
São Domingos.....	190
São João do Sul	191
São José.....	192
São Lourenço do Oeste.....	206
São Pedro de Alcântara.....	206
Schroeder	207
Serra Alta	221
Timbó	221
Turvo	225
Videira.....	226
Vitor Meireles.....	230

Associações

AMAUC.....	233
EGEM	242

Consórcios

AGIR	243
CINCO.....	243
CIS/AMUREL	243
CIS/AMURES.....	244

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto Nº 1.715, de 10 de Abril de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições Legais e de conformidade com a Lei n.º 017 de 15/04/97.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, sendo:

I - DA ESFERA DO GOVERNO

- a) Representante da Coordenadoria Assistência Social
 - Titular - Cleide Maria Nilson Bourckhardt;
 - Suplente - Maira Zahler.
- b) Representante da Gerência de Orçamento e Gestão
 - Titular - Maria Angelina Rossetto Maltauro;
 - Suplente - Vilmar José Zonta.
- c) Representante da Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
 - Titular - Arnaldo Arnildo Krug;
 - Suplente - Elio Alfredo Lohmann.
- d) Representante da Esfera Estadual no Município
 - Titular - Neusa Auler Tiegs (Escola de Educação Básica Teixeira de Freitas);
 - Suplente - Andréia Rosana Auler Raizer (Escola de Educação Básica Teixeira de Freitas).
- e) Representante da Gerência de Educação
 - Titular - Mirian Schneider;
 - Suplente - Janaine Schneider.

II - DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL

- a) Representante do Conselho Comunitário de Alto Bela Vista
 - Titular - Elton Mattes;
 - Suplente - Alice Hoffmann Maltauro.
- b) Representante da Instituição de Atendimento a Saúde.
 - Titular - Kundel Schwingel;
 - Suplente - Hedo Lautert.
- c) Representante de Instituição Religiosa
 - Titular - Erineu Schu - Igreja Evangélica;
 - Suplente - Onévio Silfredo Schneider - Igreja Católica.
- d) Representante de Associações Comunitárias
 - Titular - Veleda Reichert - Clube de Mães
 - Suplente - Iracema Veronese Gonçalves - Grupo de Idosos

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revoga-se o Decreto nº 1543, de 16 de Julho de 2012, e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 10 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.709, de 01 de Abril de 2013.

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 603, de 05 de Dezembro de 2012;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), para utilizar recursos do excesso de arrecadações nas seguintes ações orçamentárias:

02.00 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02.01 Gerência de Administração e finanças

04 ADMINISTRAÇÃO

04.122 Administração Geral

04.122.0003 Ações de Administração Geral

04.122.0003.1.003 Estruturação das Atividades Administrativas

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.4 Investimentos

4.4.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 4.500,00

04.00

GERENCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBINETE

04.02 Fundo Mun. de Desenv. Da Agropec. - FUNDEAGRO

20 AGRICULTURA

20.602 Promoção da Produção Animal

20.602.0013 Ações de Promoção da Pecuária

20.602.0013.2.029 Disponibilização SEMENTES DE PASTAGENS

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 12.100,00

4 DESPESAS DE CAPITAL

4.5 Inversões Financeiras

4.5.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 27.400,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0000:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 01 de abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.713, de 10 de Abril de 2013.

DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, na forma do art. 1º, da Lei Municipal nº 148, de 21 de Agosto de 2000, especialmente considerando as alterações promovidas pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam designados os membros efetivos e os respectivos suplentes, para a composição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, conforme segue:

I. Representante do Póde Executivo Municipal:

- a) Titular: Mirian Schneider;
- b) Suplente: Lourdes Rover Koller.

II. Representantes de Professores:

- a) Titulares: Jussara Rettore Reckshause;
Lidiana Pohlmann;
- b) Suplentes: Danieli Gossenheimer Gonçalves;
Gisele Koller Bianqui Castro.

III. Representantes de Pais de Alunos:

- a) Titulares: Elen Repolho Ferreira;
Neudi Mauro Weirich;
- b) Suplentes: Jairo Alberto Reichert;
Sonia Kirsten Gossenheimer.

IV. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Bela Vista:

- a) Titular: Éderson Jonas Wuaden;
Jaime Rossetto;
- b) Suplente: Roberto Engel;
Leonor Marsaro.

Art. 2º. - O mandato dos conselheiros é de 4 (quatro) anos, podendo ser renovado.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar atuará com observância às determinações da Lei Municipal nº. 148, de 21 de agosto de 2000, às normas do Ministério da Educação e dos órgãos de saúde pública e de vigilância sanitária.

Art. 3º. - Pelo desempenho do mandato, os conselheiros, por desempenharem função de relevante importância de interesse público, não receberão qualquer espécie de remuneração ou gratificação.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto 1.366 de 11 de Maio de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC, em 10 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.717, de 12 de Abril de 2013.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TEMPORÁRIO ; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, CLAUDIA SCHNEIDER do cargo de Professor I -20 horas; Ensino Infantil a partir de 12 de Abril de 2013, por retorno da servidora efetiva no cargo.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando O Decreto de nomeação 1698 de 06 de março de 2013, e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 12 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARIA ANGELINA ROSSETTO MALTAURO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.718, de 12 de Abril de 2013.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TEMPORÁRIO ; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, DANIELI GOSSENHEIMER GONÇALVES, no cargo de de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS- 20 HORAS á partir de 12 de Abril de 201, por retorno as atividades da servidora efetiva no cargo.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando O Decreto de nomeação 1677 de 14 de fevereiro de 2013, e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 12 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARIA ANGELINA ROSSETTO MALTAURO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1.726, de 17 de Maio de 2013.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por LEI;

DECRETA:

Artigo 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. MARIA ANGELINA ROSSETTO MALTAURO, do cargo de COORDENADOR

DE FISCALIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, Cargo de Provimento em Comissão do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 14 de Maio de 2013, em razão de seu falecimento ocorrido na data de 13 de Maio de 2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1647 de 02 de Janeiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 17 de maio de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1707 de 18 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. Nercia Meri Sganderla, para exercer o Cargo de PROFESSOR ENSINO INFANTIL- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 001/2013, Professor não habilitada, Anos Iniciais do Ensino Fundamental com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 18 de março 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1708 de 19 de Março de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do inciso VI do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. ALICE KOPPE, para exercer o Cargo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA; para suprir a necessidade, com vencimento salarial previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se-á em caráter temporário, enquanto perdurar a necessidade.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 19 de março de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1710, de 01 de Abril de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o sr. GUSTAVO ELIAS LOHMANN, inscrito no CIC/CPF sob nº 070466209-46, portadora da cédula de Identidade nº 4997820- SSP/SC, para o cargo de ENCARREGADO DE TRANSPORTES com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 01 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1711, de 10 de Abril de 2013.

NOMEIA COMISSÃO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas para compor a

Comissão Gestora do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC, conforme dispõe o artigo 4º da Lei Municipal 586 de 24 de Abril de 2012:

I - Gerente de Administração: José Luiz Rettore;

II - Representante da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC: Decio Gratner;

III - Representante da Saúde: Lisemar Horn;

IV - Representante da Gerência de Agricultura: Diomar Schneider;

V - Representante da Gerência de Transportes: Altair Reckshause;

Art. 2º Ficam nomeados como Presidente o Senhor José Luiz Rettore, e como Tesoureiro a senhora Lisemar Horn.

Art. 3º Por se tratar de atividades consideradas de relevantes serviços públicos, os servidores ora nomeados não percebem qualquer remuneração adicional o exercício destas funções.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o decreto n.º 1511 de 07 de Maio de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 10 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1712, de 10 de Abril de 2013.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CMD.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI,
RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - CMD, conforme dispõe o artigo 57º Lei Complementar n.º 049, de 12 de Junho de 2012:

I - Membros do Poder Público:

a) Silvano Finger;

b) Jones José Gastmann.

II - Membros da Sociedade Civil:

a) Rovani Ermides Petter;

b) Ernani Bervian;

III - Fiscal de Tributos e Obras do Município:

a) Carlos Alberto Maltauro.

Art. 2º Por se tratar de atividades consideradas de relevantes serviços públicos, os servidores ora nomeados não percebem qualquer remuneração adicional o exercício destas funções.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 10 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1714, de 10 de Abril de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA"

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar n.º 045 de 18 de Agosto de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo:

I - Da Esfera Governamental:

a) Órgão Municipal de Assistência Social
- Titular: CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT;
- Suplente: MAIRA ZAHLER;

b) Órgão Municipal de Saúde
- Titular: GILIARD LINK;
- Suplente: FRANCARLO GOUVEA;

c) Órgão Municipal de Educação
- Titular: MIRIAN SCHNEIDER;
- Suplente: LIDIANA POHLMANN;

d) Assessoria Jurídica
- Titular: EVANDRO LUIZ BENELLI;

e) Secretaria de Estado da Segurança Pública
- Titular: WALTER TIEGS;
- Suplente: DARLEI KRÜGER.

II - Da Esfera Não Governamental:

a) Representante do Conselho Comunitário de Alto Bela Vista
- Titular: ALICE HOFFMANN MALTAURO;
- Suplente: FLÁVIA NESELLO;

b) Representante das Entidades Esportivas do Município
- Titular: HEDO LAUTERT;
- Suplente: ARNALDO ARNILDO KRUG;

c) Representante das Entidades Religiosas do Município
- Titular: ERINEU SCHU;
- Suplente: VERA RAIZER;

d) Representante dos Clubes de Mães
- Titular: OLIVETA ETNA LAUTERT;
- Suplente: LUIZA DA SILVA;

e) Representante das Associações de Pais e Professores (APP's)
- Titular: IVONE APARECIDA GUILHERME HORN;
- Suplente: LAITIR ALBERTO LOHMANN;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 1.544, de 16 de Julho de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 10 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1716, de 12 de Abril de 2013.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO COMO RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 22 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sra. MARIA ANGELINA ROSSETTO MALTAURO, como responsável pelas Publicações das Leis Municipais, Decretos, Portarias, dos Atos Administrativos, dos relatórios previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e de outros atos de Publicação exigidos por LEI.

Art. 2º. Pelo desempenho do presente mandato a Servidora designada não receberá qualquer gratificação ou adicional no respectivo vencimento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 12 de Abril de 2013, tendo validade até o dia 30/04/2013, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 12 de Abril de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta data.

MARIA ANGELINA ROSSETTO MALTAURO

Responsável pelas Publicações.

Decreto Nº 1719, de 22 de Abril de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do § 5º, do art. 5º, da Lei Complementar nº 25, de 24 de junho de 2009;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas, para a composição da estrutura do Conselho Municipal de Saúde - CMS:

I - representantes dos segmentos organizados, no âmbito municipal, de usuários do Sistema Único de Saúde - SUS:

a) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com base territorial no Município:

- Titular: Erci Bautz Allebrandt;
- Suplente: Sidemar Alves;

b) representante dos conselhos comunitários, das associações de moradores ou das associações de agricultores, regularmente constituídas, com funcionamento reconhecido pela Administração Municipal:

- Titular: Ires Nesello;
- Suplente: Amália Schwanke;

c) representante das Associações de Pais e de Professores, das escolas públicas em funcionamento no Município:

- Titular: Grei Simara Berno Schwingel;
- Suplente: Maria Angelona Rossetto Maltauro;

d) representante dos clubes de mães, regularmente constituídos,

com funcionamento reconhecido pelo órgão municipal de assistência social:

- Titular: Carle Sirlei Rosset;
- Suplente: Elci Krüger;

e) representante das entidades que congregam pessoas idosas, regularmente constituídas, com funcionamento reconhecido pelo órgão municipal de assistência social:

- Titular: Lorivaldo Paggi;
- Suplente: Erno Jung;

f) representante das entidades, sem fins lucrativos, de representação de portadores de endemias ou que congreguem quaisquer formas de assistência à saúde de seus membros, com funcionamento reconhecido pelo órgão municipal de saúde:

- Titular: Camila Fischer;
- Suplente: Ilga Magendantz.

II - representantes de prestadores de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, com sede no Município:

a) Titular: Bibiane Aparecida da Rosa Arruda;

b) Suplente: Márcia Schneider Nordt.

III - representantes de profissionais e trabalhadores da saúde, preferencialmente, do SUS:

a) Titulares:

- Francarlo Gouvea;
- Sidnei Cancelli;

b) Suplentes:

- Camille Rosset;
- Alex Sandro vergara Borges.

IV - representantes de organismos do Poder Executivo Municipal:

a) para representar o órgão municipal de saúde:

- Titular: Ademar Amant;
- Suplente: Lisemar Roeser Horn;

b) para representar o órgão municipal de assistência social:

- Titular: Larissa Ruviano;
- Suplente: Cleide Maria Nilson Bourckhardt;

c) representante do órgão municipal responsável pela gestão financeira da Administração Municipal:

- Titular: Vilmar José Zonta;
- Suplente: José Luiz Rettore.

Art. 2º As pessoas nomeadas tomarão posse no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de publicação deste Decreto para o mandato de 2 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto n.º 1358, de 15 de Abril de 2011.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 22 de abril de 2013.

CÁTIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MARIA ANGELINA ROSSETTO MALTARO

Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1720, de 08 de Maio de 2013.

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o sr. RICARDO FRANCISCO PEREIRA, inscrito no CIC/CPF sob nº 008.082.559-16, portadora da cédula de Identidade nº 3922557 - SSP/SC, para o cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO; com as atribuições estabelecidas no art. 12, da Lei Complementar nº 021, de 16 de Fevereiro de 2009.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 08 de Maio de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1721, de 14 de Maio de 2013.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o falecimento da Servidora do Município, MARIA ANGELINA ROSSETTO MALTAURO, ocorrido no dia 13 de Maio do corrente ano, nesta Municipalidade;

CONSIDERANDO a trajetória de pessoa pública que lutou pelos interesses dos Municípios, defendendo suas ideias com dignidade e respeito indistintos;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias, no Município de Alto Bela Vista, em homenagem a Servidora MARIA ANGELINA ROSSETTO MALTAURO, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, na sede da Prefeitura Municipal e nas repartições Municipais, não havendo expediente no dia 14 de Maio de 2013 em todas as repartições públicas municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 14 de Maio de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1722 de 15 de Maio de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. ALECSANDRA BARP, para exercer o Cargo de PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 3º lugar no Processo Seletivo 001/2013, Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental - não habilitada com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 15 de maio 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1723 de 15 de Maio de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. ELEN REPOLHO FERREIRA, para exercer o Cargo de PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL- 20 HORAS; em caráter temporário, classificada em 7º lugar no Processo Seletivo 001/2013, Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental - não habilitada com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2013.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 15 de maio 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1724 de 15 de Maio de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeada a Sra. VANESSA CLIMACO VARELA DAHMER, para exercer o Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE; em caráter temporário, até a realização de concurso público para preenchimento da vaga, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 15 de maio 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO
Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1725, de 17 de Maio de 2013.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO COMO RESPONSÁVEL PELAS PUBLICAÇÕES.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 22 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Sr RICARDO FRANCISCO PEREIRA, como responsável pelas Publicações das Leis Municipais, dos Atos Administrativos, dos relatórios previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e de outros atos de Publicação exigidos por LEI.

Art. 2º. Pelo desempenho do presente mandato o Servidor designado não receberá qualquer gratificação ou adicional no respectivo vencimento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor á partir de 17 de maio de 2013, revogando o Decreto nº 1646 de 02 de janeiro de 2013, e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 17 de maio de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta data.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA
Responsável pelas Publicações.

Decreto Nº 1727, de 22 de Maio de 2013.

ESTABELECE OS NOVOS QUADROS DE REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS, VINCULADOS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, COM A APLICAÇÃO DA REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente de conformidade com a Lei Municipal nº 615, de 22 de Maio de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os novos quadros de remuneração dos agentes públicos municipais, vinculados ao Poder Executivo Municipal, pela aplicação dos índices revisionais estabelecidos na Lei Municipal nº 615, de 22 de Maio de 2013, conforme anexos deste Decreto.

Art. 2º A Coordenadoria de Fiscalização e Recursos Humanos, subordinada à Gerência de Administração e Finanças, operacionalizará as alterações e adequações necessárias nos sistemas informatizados de gestão dos recursos humanos.

Art. 3º O valor do auxilia-alimentação, instituído nos termos da Lei Municipal nº 313, de 29 de maio de 2006, passa a ser de R\$ 80,84 (Oitenta reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão suportadas por dotações orçamentárias específicas e constantes dos orçamentos municipais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 22 de maio de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA
Responsável pelas Publicações

ANEXO I

A N E X O III – da Lei Complementar nº 24, de 23 de abril de 2009.

TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
01	807,10	815,17	823,24	831,31	839,38	847,46	- Agente de Limpeza e Copa;
02	855,53	863,60	871,67	879,74	887,81	895,88	- Merendeira;
03	903,95	912,02	920,09	928,17	936,24	944,31	- Auxiliar de Creche;
04	952,38	960,45	968,52	976,59	984,66	992,73	- Agente Comunitário de Saúde; e
05	1.000,80	1.008,88	1.016,95	1.025,02	1.033,09	1.041,16	- Auxiliar de Serviços Gerais.
06	897,28	906,25	915,23	924,20	933,17	942,14	- Recepcionista; - Telefonista; e - Inseminador.
07	951,12	960,09	969,06	978,04	987,01	995,98	
08	1.004,95	1.013,93	1.022,90	1.031,87	1.040,84	1.049,82	
09	1.058,79	1.067,76	1.076,74	1.085,71	1.094,68	1.103,65	
10	1.112,63	1.121,60	1.130,57	1.139,55	1.148,52	1.157,49	- Auxiliar de Consultório Dentário; - Auxiliar Administrativo.
11	945,24	954,69	964,14	973,60	983,05	992,50	
12	1.001,95	1.011,41	1.020,86	1.030,31	1.039,76	1.049,22	
13	1.058,67	1.068,12	1.077,57	1.087,03	1.096,48	1.105,93	
14	1.115,38	1.124,84	1.134,29	1.143,74	1.153,19	1.162,65	
15	1.172,10	1.181,55	1.191,00	1.200,45	1.209,91	1.219,36	

ANEXO I

A N E X O III – da Lei Complementar nº 24, de 23 de abril de 2009.

TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
16	1.134,29	1.145,63	1.156,98	1.168,32	1.179,66	1.191,00	- Operador de Máquina Agrícolas – Operador de Rolo Compactador – Operador de Pa Carregadeira – Operador de Retroescavadeira – Operador de Balsa – Motorista.
17	1.202,35	1.213,69	1.225,03	1.236,38	1.247,72	1.259,06	
18	1.270,40	1.281,75	1.293,09	1.304,43	1.315,78	1.327,12	
19	1.338,46	1.349,81	1.361,15	1.372,49	1.383,83	1.395,18	
20	1.406,52	1.417,86	1.429,21	1.440,55	1.451,89	1.463,23	
21	1.221,06	1.233,27	1.245,48	1.257,69	1.269,90	1.282,11	- Agente de Construção e Manutenção.
22	1.294,32	1.306,53	1.318,74	1.330,96	1.343,17	1.355,38	
23	1.367,59	1.379,80	1.392,01	1.404,22	1.416,43	1.428,64	
24	1.440,85	1.453,06	1.465,27	1.477,48	1.489,69	1.501,90	
25	1.514,11	1.526,33	1.538,54	1.550,75	1.562,96	1.575,17	

ANEXO I

A N E X O III – da Lei Complementar nº 24, de 23 de abril de 2009.

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
26	1.236,08	1.248,44	1.260,80	1.273,16	1.285,52	1.297,88	- Agente de Vigilância Sanitária.
27	1.310,24	1.322,61	1.334,97	1.347,33	1.359,69	1.372,05	
28	1.384,41	1.396,77	1.409,13	1.421,49	1.433,85	1.446,21	
29	1.458,57	1.470,94	1.483,30	1.495,66	1.508,02	1.520,38	
30	1.532,74	1.545,10	1.557,46	1.569,82	1.582,18	1.594,54	
31	1.352,41	1.365,93	1.379,46	1.392,98	1.406,51	1.420,03	
32	1.433,55	1.447,08	1.460,60	1.474,13	1.487,65	1.501,18	
33	1.514,70	1.528,22	1.541,75	1.555,27	1.568,80	1.582,32	
34	1.595,84	1.609,37	1.622,89	1.636,42	1.649,94	1.663,46	- Operador de Motoniveladora;
35	1.676,99	1.690,51	1.704,04	1.717,56	1.731,08	1.744,61	- Operador de Trator de Esteiras.
41	1.413,47	1.427,60	1.441,74	1.455,87	1.470,01	1.484,14	- Agente Administrativo;
42	1.498,28	1.512,41	1.526,55	1.540,68	1.554,82	1.568,95	- Tesoureiro;
43	1.583,09	1.597,22	1.611,36	1.625,49	1.639,63	1.653,76	- Fiscal.
44	1.667,89	1.682,03	1.696,16	1.710,30	1.724,43	1.738,57	- Tesoureiro; e Fiscal.
45	1.752,70	1.766,84	1.780,97	1.795,11	1.809,24	1.823,38	- Mecânico.
66	2.164,62	2.186,27	2.207,91	2.229,56	2.251,20	2.272,85	
67	2.294,50	2.316,14	2.337,79	2.359,44	2.381,08	2.402,73	
68	2.424,37	2.446,02	2.467,67	2.489,31	2.510,96	2.532,61	
69	2.554,25	2.575,90	2.597,54	2.619,19	2.640,84	2.662,48	
70	2.684,13	2.705,78	2.727,42	2.749,07	2.770,71	2.792,36	

ANEXO I

A N E X O III – da Lei Complementar nº 24, de 23 de abril de 2009.

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

Continuação

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
51	1.457,64	1.472,22	1.486,79	1.501,37	1.515,95	1.530,52	- Auxiliar de Enfermagem – Cargo em extinção.
52	1.545,10	1.559,67	1.574,25	1.588,83	1.603,40	1.617,98	
53	1.632,56	1.647,13	1.661,71	1.676,29	1.690,86	1.705,44	
54	1.720,02	1.734,59	1.749,17	1.763,74	1.778,32	1.792,90	
55	1.807,47	1.822,05	1.836,63	1.851,20	1.865,78	1.880,36	Técnico Agrícola
56	1.498,55	1.513,54	1.528,52	1.543,51	1.558,49	1.573,48	
57	1.588,46	1.603,45	1.618,43	1.633,42	1.648,41	1.663,39	Técnico em Enfermagem
58	1.678,38	1.693,36	1.708,35	1.723,33	1.738,32	1.753,30	
59	1.768,29	1.783,27	1.798,26	1.813,25	1.828,23	1.843,22	
60	1.858,20	1.873,19	1.888,17	1.903,16	1.918,14	1.933,13	
61	1.599,46	1.615,45	1.631,45	1.647,44	1.663,44	1.679,43	Técnico em Enfermagem
62	1.695,43	1.711,42	1.727,42	1.743,41	1.759,41	1.775,40	
63	1.791,40	1.807,39	1.823,38	1.839,38	1.855,37	1.871,37	
64	1.887,36	1.903,36	1.919,35	1.935,35	1.951,34	1.967,34	
65	1.983,33	1.999,33	2.015,32	2.031,31	2.047,31	2.063,30	

ANEXO I

A N E X O III – da Lei Complementar nº 24, de 23 de abril de 2009.

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
36	1.396,23	1.410,19	1.424,15	1.438,12	1.452,08	1.466,04	- Fonoaudiólogo (16h/s).
37	1.480,00	1.493,97	1.507,93	1.521,89	1.535,85	1.549,82	
38	1.563,78	1.577,74	1.591,70	1.605,66	1.619,63	1.633,59	
39	1.647,55	1.661,51	1.675,48	1.689,44	1.703,40	1.717,36	
40	1.731,33	1.745,29	1.759,25	1.773,21	1.787,17	1.801,14	
46	1.454,43	1.468,97	1.483,52	1.498,06	1.512,61	1.527,15	- Psicólogo (20h/s).
47	1.541,70	1.556,24	1.570,78	1.585,33	1.599,87	1.614,42	
48	1.628,96	1.643,51	1.658,05	1.672,59	1.687,14	1.701,68	
49	1.716,23	1.730,77	1.745,32	1.759,86	1.774,40	1.788,95	
50	1.803,49	1.818,04	1.832,58	1.847,13	1.861,67	1.876,21	
66	2.164,62	2.186,27	2.207,91	2.229,56	2.251,20	2.272,85	- Farmacêutico (20h/s) e
67	2.294,50	2.316,14	2.337,79	2.359,44	2.381,08	2.402,73	- Fisioterapeuta (20h/s).
68	2.424,37	2.446,02	2.467,67	2.489,31	2.510,96	2.532,61	- Auxiliar de Contabilidade.
69	2.554,25	2.575,90	2.597,54	2.619,19	2.640,84	2.662,48	
70	2.684,13	2.705,78	2.727,42	2.749,07	2.770,71	2.792,36	
71	2.220,14	2.242,34	2.264,54	2.286,74	2.308,95	2.331,15	
72	2.353,35	2.375,55	2.397,75	2.419,95	2.442,15	2.464,36	
73	2.486,56	2.508,76	2.530,96	2.553,16	2.575,36	2.597,56	
74	2.619,77	2.641,97	2.664,17	2.686,37	2.708,57	2.730,77	
75	2.752,97	2.775,18	2.797,38	2.819,58	2.841,78	2.863,98	

ANEXO I

A N E X O III – da Lei Complementar nº 24, de 23 de abril de 2009.

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
76	2.727,06	2.754,33	2.781,60	2.808,87	2.836,14	2.863,41	Assistente Social
77	2.890,68	2.917,95	2.945,22	2.972,50	2.999,77	3.027,04	Enfermeiro
78	3.054,31	3.081,58	3.108,85	3.136,12	3.163,39	3.190,66	
79	3.217,93	3.245,20	3.272,47	3.299,74	3.327,01	3.354,28	
80	3.381,55	3.408,83	3.436,10	3.463,37	3.490,64	3.517,91	
81	2.908,71	2.937,80	2.966,88	2.995,97	3.025,06	3.054,15	
82	3.083,23	3.112,32	3.141,41	3.170,49	3.199,58	3.228,67	Médico – Clínica Geral (10 h/s).
83	3.257,76	3.286,84	3.315,93	3.345,02	3.374,10	3.403,19	- Engenheiro Civil (16 h/s).
84	3.432,28	3.461,36	3.490,45	3.519,54	3.548,63	3.577,71	
85	3.606,80	3.635,89	3.664,97	3.694,06	3.723,15	3.752,24	
86	2.981,13	3.010,94	3.040,75	3.070,56	3.100,38	3.130,19	
87	3.160,00	3.189,81	3.219,62	3.249,43	3.279,24	3.309,05	
88	3.338,87	3.368,68	3.398,49	3.428,30	3.458,11	3.487,92	
89	3.517,73	3.547,54	3.577,36	3.607,17	3.636,98	3.666,79	
90	3.696,60	3.726,41	3.756,22	3.786,04	3.815,85	3.845,66	
91	4.001,77	4.041,79	4.081,81	4.121,82	4.161,84	4.201,86	- Médico Veterinário.
92	4.241,88	4.281,89	4.321,91	4.361,93	4.401,95	4.441,96	
93	4.481,98	4.522,00	4.562,02	4.602,04	4.642,05	4.682,07	
94	4.722,09	4.762,11	4.802,12	4.842,14	4.882,16	4.922,18	
95	4.962,19	5.002,21	5.042,23	5.082,25	5.122,27	5.162,28	
96	4.255,23	4.297,78	4.340,33	4.382,89	4.425,44	4.467,99	- Agente de Controle Interno;
97	4.510,54	4.553,10	4.595,65	4.638,20	4.680,75	4.723,31	- Biólogo; e
98	4.765,86	4.808,41	4.850,96	4.893,51	4.936,07	4.978,62	- Contador.

99	5.021,17	5.063,72	5.106,28	5.148,83	5.191,38	5.233,93	
100	5.276,49	5.319,04	5.361,59	5.404,14	5.446,69	5.489,25	

ANEXO I

A N E X O III – da Lei Complementar nº 24, de 23 de abril de 2009.

TABELA DE VENCIMENTOS
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
101	4.497,61	4.542,59	4.587,56	4.632,54	4.677,51	4.722,49	
102	4.767,47	4.812,44	4.857,42	4.902,39	4.947,37	4.992,35	- Advogado (16 h/s).
103	5.037,32	5.082,30	5.127,28	5.172,25	5.217,23	5.262,20	
104	5.307,18	5.352,16	5.397,13	5.442,11	5.487,08	5.532,06	
105	5.577,04	5.622,01	5.666,99	5.711,96	5.756,94	5.801,92	
106	4.798,38	4.846,36	4.894,35	4.942,33	4.990,32	5.038,30	
107	5.086,28	5.134,27	5.182,25	5.230,23	5.278,22	5.326,20	Odontólogo
108	5.374,19	5.422,17	5.470,15	5.518,14	5.566,12	5.614,10	
109	5.662,09	5.710,07	5.758,06	5.806,04	5.854,02	5.902,01	
110	5.949,99	5.997,98	6.045,96	6.093,94	6.141,93	6.189,91	
111	7.526,24	7.601,50	7.676,76	7.752,03	7.827,29	7.902,55	
112	7.977,81	8.053,08	8.128,34	8.203,60	8.278,86	8.354,13	
113	8.429,39	8.504,65	8.579,91	8.655,18	8.730,44	8.805,70	
114	8.880,96	8.956,23	9.031,49	9.106,75	9.182,01	9.257,28	- Médico – Clínica Geral (20 h/s).
115	9.332,54	9.407,80	9.483,06	9.558,32	9.633,59	9.708,85	
116	8.944,66	9.034,11	9.123,55	9.213,00	9.302,45	9.391,89	
117	9.481,34	9.570,79	9.660,23	9.749,68	9.839,13	9.928,57	
118	10.018,02	10.107,47	10.196,91	10.286,36	10.375,81	10.465,25	
119	10.554,70	10.644,15	10.733,59	10.823,04	10.912,49	11.001,93	- Médico – Clínica Geral (40 h/s).
120	11.091,38	11.180,83	11.270,27	11.359,72	11.449,16	11.538,61	

ANEXO II

ANEXO ÚNICO da Lei Complementar nº 13, de 10 de janeiro de 2005.

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

TABELA DE VENCIMENTOS
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
501	547,07	552,54	558,01	563,48	568,95	574,42	
502	579,89	585,36	590,84	596,31	601,78	607,25	
503	612,72	618,19	623,66	629,13	634,60	640,07	
504	645,54	651,01	656,48	661,95	667,43	672,90	<input type="checkbox"/> Professor II – 10 horas semanais.
505	678,37	683,84	689,31	694,78	700,25	705,72	
506	739,32	746,71	754,11	761,50	768,89	776,29	
507	783,68	791,07	798,47	805,86	813,25	820,65	
508	828,04	835,43	842,82	850,22	857,61	865,00	
509	872,40	879,79	887,18	894,58	901,97	909,36	<input type="checkbox"/> Professor I – 20 horas semanais.
510	916,76	924,15	931,54	938,94	946,33	953,72	
511	1.098,94	1.109,93	1.120,92	1.131,91	1.142,90	1.153,89	
512	1.164,88	1.175,87	1.186,86	1.197,84	1.208,83	1.219,82	
513	1.230,81	1.241,80	1.252,79	1.263,78	1.274,77	1.285,76	
514	1.296,75	1.307,74	1.318,73	1.329,72	1.340,71	1.351,70	<input type="checkbox"/> Professor II – 20 horas semanais.
515	1.362,69	1.373,68	1.384,66	1.395,65	1.406,64	1.417,63	

516	1.517,08	1.532,25	1.547,42	1.562,59	1.577,76	1.592,93	<input type="checkbox"/> Orientador Escolar – 20 horas semanais.
517	1.608,10	1.623,28	1.638,45	1.653,62	1.668,79	1.683,96	
518	1.699,13	1.714,30	1.729,47	1.744,64	1.759,81	1.774,98	
519	1.790,15	1.805,33	1.820,50	1.835,67	1.850,84	1.866,01	
520	1.881,18	1.896,35	1.911,52	1.926,69	1.941,86	1.957,03	

ANEXO II

ANEXO ÚNICO da Lei Complementar nº 13, de 10 de janeiro de 2005.
PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

TABELA DE VENCIMENTOS

MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

REFERÊNCIAS

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	CARGOS	
521	1.572,75	1.588,48	1.604,21	1.619,93	1.635,66	1.651,39	<input type="checkbox"/> Professor I – 40 horas semanais	
522	1.667,12	1.682,84	1.698,57	1.714,30	1.730,03	1.745,75		
523	1.761,48	1.777,21	1.792,94	1.808,66	1.824,39	1.840,12		
524	1.855,85	1.871,57	1.887,30	1.903,03	1.918,76	1.934,48		
525	1.950,21	1.965,94	1.981,67	1.997,39	2.013,12	2.028,85		
526	1.648,44	1.664,92	1.681,41	1.697,89	1.714,38	1.730,86	<input type="checkbox"/> Professor II – 30 horas semanais.	
527	1.747,35	1.763,83	1.780,32	1.796,80	1.813,28	1.829,77		
528	1.846,25	1.862,74	1.879,22	1.895,71	1.912,19	1.928,67		
529	1.945,16	1.961,64	1.978,13	1.994,61	2.011,10	2.027,58		
530	2.044,07	2.060,55	2.077,03	2.093,52	2.110,00	2.126,49		
531	2.197,87	2.219,85	2.241,83	2.263,81	2.285,78	2.307,76	<input type="checkbox"/> Professor II – 40 horas semanais.	
532	2.329,74	2.351,72	2.373,70	2.395,68	2.417,66	2.439,64		
533	2.461,61	2.483,59	2.505,57	2.527,55	2.549,53	2.571,51		
534	2.593,49	2.615,47	2.637,44	2.659,42	2.681,40	2.703,38		
535	2.725,36	2.747,34	2.769,32	2.791,29	2.813,27	2.835,25		
536	3.034,17	3.064,51	3.094,85	3.125,20	3.155,54	3.185,88	<input type="checkbox"/> Orientador Escolar – 40 horas semanais.	
537	3.216,22	3.246,56	3.276,90	3.307,25	3.337,59	3.367,93		
538	3.398,27	3.428,61	3.458,95	3.489,30	3.519,64	3.549,98		
539	3.580,32	3.610,66	3.641,00	3.671,35	3.701,69	3.732,03		
540	3.762,37	3.792,71	3.823,05	3.853,40	3.883,74	3.914,08		

ANEXO III

ANEXO I, da Lei Complementar nº 14, de 10 de janeiro de 2005.

CARGOS DE PROVIMENTO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Identificação do Cargo	Carga Horária Semanal	Forma de Provimento	Nº de Vagas	Vencimentos
Médico Clínico Geral	40h	Temporário	01	15.052,52
Médico Clínico Geral	20h	Temporário	02	7.526,24
Odontólogo	40h	Temporário	01	4.798,38
Enfermeiro	40h	Temporário	01	2.908,71
Técnico de Enfermagem	40h	Temporário	01	1.599,46
Auxiliar de Enfermagem	40h	Temporário	01	1.457,64
Psicólogo	20h	Temporário	01	1.457,64
Nutricionista	20h	Temporário	01	1.454,43
Assistente Social	20h	Temporário	01	1.363,52
Professor de Educação Física	40h	Temporário	01	2.196,71
Agente Comunitário de Saúde	40h	Temporário	04	807,10

ANEXO IV

ANEXO III da Lei Complementar nº 21, de 16 de fevereiro de 2009

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
GERENTE	Gerente de Administração e Finanças, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 12, desta lei. Gerente de Orçamento e Gestão, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 13, desta lei. Gerente de Agricultura e Meio Ambiente, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 14, desta lei. Gerente de Transportes, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 15, desta lei. Gerência de Urbanismo, Habitação, Indústria e Comércio, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 16, desta lei. Gerente de Saúde, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 17, desta lei. Gerente de Educação, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 18, desta lei. Gerente de Esportes, Cultura e Turismo, responsável pelas atribuições e competências estabelecidas no art. 19, desta lei.	08	C.C.	01	Subsídios fixados, nos Termos da Lei Municipal nº 406, de 21 de julho de 2008. 3.315,34
ASSESSOR	Assessor de Comunicação e Informação, responsável pelo exercício das atribuições e competências previstas no art. 21, desta lei.	01	C.C.	02	2.215,06

ANEXO IV

ANEXO III da Lei Complementar nº 21, de 16 de fevereiro de 2009

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (Continuação)

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
COORDENADOR	Coordenador de Fiscalização e Recursos Humanos, atribuições previstas no art. 12, § 1º, desta lei. Coordenador de Controle Patrimonial e Compras, atribuições previstas no art. 12, § 2º, desta lei. Coordenador Administrativo e de Assistência Técnica, atribuições previstas no art. 14, § 1º, desta lei. Coordenador Operacional, atribuições previstas no art. 14, § 2º, desta lei. Coordenador de Transportes, atribuições previstas no art. 15, § 1º, desta lei. Coordenador de Assistência Social, atribuições previstas no art. 22, desta lei. Coordenador Ambiente Urbano, atribuições previstas no art. 16, Par. Único, desta lei. Coordenador de Controle Operacional, atribuições previstas no art. 17, § 1º desta lei. Coordenador de Saúde, atribuições previstas no art. 17, § 2º desta lei. Coordenador Pedagógico, atribuições previstas no art. 18, § 1º desta lei. Coordenador de Unidade Escolar, atribuições previstas no art. 18, § 2º desta lei – 3 (três) vagas.	13	C.C.	02	2.215,06

ANEXO IV

ANEXO III da Lei Complementar nº 21, de 16 de fevereiro de 2009

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (Continuação)

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	NÍVEL	VALOR R\$
ENCARREGADO	Encarregado de Transportes e Obras, responsável pelas atribuições estabelecidas no art. 15, § 2º desta lei – 4 (quatro) vagas.	08	C.C.	03	1.453,63
	Encarregado de Unidade Escolar, responsável pelas atribuições estabelecidas no art. 18, § 3º desta lei – 3 (três) vagas.				
	Encarregado de Esportes, Cultura e Turismo, responsável pelas atribuições estabelecidas no parágrafo único do art. 19, desta Lei.				
Assistente	Assistente de Gabinete, atribuições previstas no art. 22, desta lei.	01	C.C	03	1.453,63
TOTAL		31			

ANEXO V

ANEXO IV da Lei Complementar nº 41, de 08 de abril de 2011.

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Vinculação, Identificação, Atribuições e Remuneração.

ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO	Nº DE VAGAS	NÍVEL	VALOR R\$
GABINETE DO PREFEITO E VICE	Secretário da Junta do Serviço Militar	Responsável pelo exercício das atribuições da Junta do Serviço Militar, presidida pelo Prefeito Municipal, nos termos da legislação específica.	FG	01	04	553,76
	Responsável pela Contabilidade da Câmara de Vereadores	Executar, com responsabilidade técnica, nos termos da lei, os serviços de contabilidade pública da Câmara de Vereadores, com formação em contabilidade e registro no CRC/SC.		01	01	1.231,51
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Responsável pela Unidade Conveniada da Secretaria de Estado da Fazenda	Responsável pela coordenação dos serviços decorrentes de Convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda, no cadastramento dos produtores rurais e no controle da distribuição e retorno as Notas Fiscais de Produtor Rural, e de outras atribuições previstas no mencionado termo de convênio.	FG	01	04	553,76
GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Responsável pela Coordenação dos Serviços de Inseminação Artificial	Responsável pela coordenação e assessoramento das ações e serviços de inseminação artificial; organizar, planejar e coordenar os serviços, especialmente no atendimento aos chamados e na melhoria genética, notadamente do gado leiteiro.	FG	01	06	373,78
GERÊNCIA DE TRANSPORTES	Operador de Máquinas Especiais	Responsável pela operação de máquinas especiais – para fins desta lei, máquinas especiais são aquelas de maior valor patrimonial e de maior complexidade operacional, notadamente a escavadeira hidráulica.	FG	02	05	387,63
GERÊNCIA DE URBANISMO, HABITAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Direção do Serviço de Saneamento Básico – SSB	Responsável pela direção geral dos serviços de saneamento básico, especialmente do sistema de abastecimento de água.		01	02	740,65
	Responsável pela Manutenção Operacional do Serviço de Saneamento Básico – SSB	Responsável pela manutenção operacional e fiscalização dos serviços de Saneamento Básico – SSB, notadamente os relacionados ao abastecimento de água.	FG	01	06	373,78

GERÊNCIA DE SAÚDE	Direção de Programas de Saúde	Dirigir os programas de saúde pública, especialmente aqueles voltados à ações e serviços preventivos e de saneamento básico.	FG	01	02	740,65
	Responsável pela Vigilância Sanitária	Responsável pelo exercício precípuo da vigilância sanitária, conforme as normas pertinentes.		01	03	661,12

ANEXO VI

SUBSÍDIOS ESTABELECIDOS PELA

LEI MUNICIPAL Nº 590, de 21 de junho de 2012.

AGENTE POLÍTICO	VALOR DO SUBSÍDIO
Prefeito Municipal	8.164,80
Vice-Prefeito Municipal	4.082,40



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto Nº 1728, de 22 de Maio de 2013.

CONVOCA A ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Estadual n.º 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa n.º 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 29 de maio de 2013 às 08:00 horas no Centro de Cultura, sob a coordenação de Ricardo Francisco Pereira.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já!"

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pela Prefeita Municipal Catia Tessmann Reichert e no seu impedimento, pela Assistente de Gabinete Fátima Klein e no seu impedimento, pelo Coordenador Ricardo Francisco Pereira.

Art. 4º O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pela Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo Único: O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Etapa Municipal da Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio município.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 22 de maio de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA
Responsável pelas Publicações

Decreto Nº 1729, de 22 de Maio de 2013.

NOMEIA COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal De Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Estadual n.º 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa n.º 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor a Comissão Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, do Município de Alto Bela Vista, as pessoas abaixo mencionadas:

Catia Tessmann Reichert
Ricardo Francisco Pereira

Décio Grätner
Jones Gastmann
Altair Rekshause
Fátima Klein
Mirian Schneider
Edson Hoffmann
Jacinta Buenos da Silva
Eurídio Hart
Adão Ricardo Martins
Elonir Dilson Gastmann
Neudir Schuck
Lorivaldo Paggi
Lourdes Koller
Leunice Grätner
Günther Pöttker
Marisa M. Compagnon
Lidiana Pohlmann
Vanda Gastmann
Loi Kirst
Nédio Kirst
Elson Stein
Carlos Pegoraro

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

Gabinete da Prefeita municipal de Alto Bela Vista, (SC), em, 22 de maio de 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1731, de 29 de Maio de 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA;

Artigo 1º- Fica nomeado a Sr. CLÓVIS ROGÉRIO CORRÊA, para exercer o Cargo de MÉDICO CLINICO GERAL 20H; em caráter temporário, até a realização de concurso público para preenchimento da vaga, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em 29 de maio 2013.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

RICARDO FRANCISCO PEREIRA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Lei Nº 1.432/2013

LEI NO 1.432/2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a repassar subvenção social às entidades que especifica e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rachadel, inscrita no CNPJ n.º 05.049.107/0001-48, ao único e exclusivo objetivo de auxiliar na organização da Festa da Horta do corrente ano.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos, inscrita no CNPJ n.º 82.507.237/0001-28, ao único e exclusivo objetivo de auxiliar na organização da Festa do Colono do corrente ano.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, inscrita no CNPJ n.º 83.845.743/0001-90, ao único e exclusivo objetivo de auxiliar na organização da Festa da Cachaça do corrente ano.

Art. 4º A subsídio que será despendido por este órgão público para cada entidade acima descrita, será de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), em parcela única, totalizando o montante de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento de 2013.

Art. 6º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 28 de maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.433/2013

LEI NO 1.433/2013

Dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, bem como na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, que cria o serviço de informações ao cidadão no âmbito municipal e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Antônio Carlos, segundo o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, neste município, garantindo o direito de acesso à informação, que

será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º - O SIC funcionará junto ao Setor/Secretaria de Administração e Finanças, localizado na sede administrativa deste Município, sito à Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, e será constituído por servidor público municipal.

§ 2º - A Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso as informações.

Art. 3º Fica criada Comissão de Avaliação de Informações, CAI, com objetivo de esclarecer dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos.

Parágrafo único. A CAI será constituída por 3 (três) funcionários desta Prefeitura, sendo, 1 (hum) Presidente e 2 (dois) membros.

Art. 4º O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e
- III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art. 5º Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º - O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º - O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º - É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 6º.

§ 4º - Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 6º O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 7º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou

consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC .

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 8º São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 9º Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º - Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

- I - enviar a informação ao endereço informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º - Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º - Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º - Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 10 O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11 Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único - Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12 A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º - Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento da Municipal - GRM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º - A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º - Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13 Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará; e

Parágrafo único - O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14 As divulgações de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município, serão divulgadas, independente de requerimento, no mural da sede da Prefeitura de Antônio Carlos, e/ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º - Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 15 No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º - Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta LEI.

§ 2º - Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 16 A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pelo Secretário de Administração e Finanças deste Município.

Art. 17 A autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 18 Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se

encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º - Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§ 2º - Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 19 A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º - A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 21 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 28 de maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 283/2013

PORTARIA Nº 283/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 004/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, DANIELA DE OLIVEIRA SEVERINO, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 05 de junho de 2013 a 06 de dezembro de 2013, em substituição a titular APARECIDA LUZIA SILVEIRA GOEDERT, de Licença Maternidade.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 05 de junho de 2013.

Aviso de Licitação Nº 037/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 037/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 026/2013; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de seguros de responsabilidade civil de danos causados a veículos de terceiros e acidentes pessoais de passageiros e condutores dos veículos da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 17/06/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 27 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 068/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 068/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 050/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preço; Objeto: aquisição parcelada de Combustíveis (gasolina comum e óleo diesel) para abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos, com fornecimento diário. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 17/06/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 03 de junho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 092/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 092/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2013 - Carta Convite nº. 007/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: NETJOB TECNOLOGIA LTDA ME; Objeto contratação de empresa para a prestação de serviços de suporte técnicos no setor tributário na integração de receitas, cálculo tributário, acompanhamento processo dívida ativa para Departamento de Contabilidade e Tesouraria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos S/C, de acordo com o Termo de Referência especificações e quantidades previstas no Anexo I e II do Edital de Licitação nº 056/2013; Valor do Contrato: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Antônio Carlos, 10 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 103/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 103/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 057/2013 - Pregão Presencial nº. 040/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: L.MOHR LTDA ME; Objeto aquisição de um Notebook para a unidade do Corpo de Bombeiro do Município de Antonio Carlos, conforme discriminado na ata de reunião de julgamento da licitação supracitada acima (item 2); Valor do Contrato: 1.900,00 (hum mil e novecentos reais).

Antônio Carlos, 21 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 104/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 104/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 057/2013 - Pregão Presencial nº. 040/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME; Objeto aquisição de um Microcomputador para a unidade do Corpo de Bombeiro do Município de Antonio Carlos, conforme discriminado na ata de reunião de julgamento da licitação supracitada acima (item 1); Valor do Contrato: 1.899,00 (hum mil oitocentos e noventa e nove reais).

Antônio Carlos, 21 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 105/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 105/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 057/2013 - Pregão Presencial nº. 040/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME; Objeto aquisição de um Armário misto 2 portas, um Armário alto 2 portas e uma mesa de trabalho para a unidade do Corpo de Bombeiro do Município de Antonio Carlos, conforme discriminado na ata de reunião de julgamento da licitação supracitada acima (item 3, 4 e 5, respectivamente); Valor do Contrato: 779,00 (setecentos e setenta e nove reais).

Antônio Carlos, 21 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 108/2013
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 108/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 059/2013 - Pregão Presencial nº. 042/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: ELIZABETH RIBEIRO INÁCIO DA SILVA EPP; Objeto: aquisição de equipamentos de proteção individual, material de consumo, material de jardinagem, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos/SC; Valor do Contrato: 4.183,00 (quatro mil, cento e oitenta e três reais).

Antônio Carlos, 22 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 077/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 077/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 045/2013 - Pregão Presencial nº. 033/2013; Contratada: HP & E COMERCIAL LTDA ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e equipamentos de informática, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 4.777,00 (quatro mil setecentos e setenta e sete reais); Prazo: 02/05/2013 - 02/05/2014.

Antônio Carlos, 02 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 078/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 078/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 045/2013 - Pregão Presencial nº. 033/2013; Contratada: MWV WEB SITE COM DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e equipamentos de informática, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 6.293,00 (seis mil duzentos e noventa e três reais); Prazo: 02/05/2013 - 02/05/2014.

Antônio Carlos, 02 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 079/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 079/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 045/2013 - Pregão Presencial nº. 033/2013; Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e equipamentos de informática, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 15.950,00 (quinze mil novecentos e cinquenta reais); Prazo: 02/05/2013 - 02/05/2014.

Antônio Carlos, 02 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 082/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 082/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 049/2013 - Pregão Presencial nº. 035/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: COMERCIAL STORINNY LTDA EPP; Objeto: aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, utensílios de cozinha e gás para cozinha da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/sc.; Valor: R\$ 239,50 (duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos); Prazo: 02/05/2013 - 02/05/2014.

Antônio Carlos, 02 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 091/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 091/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 052/2013 - Pregão Presencial nº. 037/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CONPESA - CONSTRUÇÃO PESADA LTDA; Objeto: execução de serviços de recuperação asfáltica (tapa buraco); Valor: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais); Prazo: 07/05/2013 - 07/05/2014.

Antônio Carlos, 07 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 097/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 097/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 038/2013 - Pregão Presencial nº. 027/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente, gráfico e permanente para a Prefeitura Municipal de Antonio Carlos; Valor: R\$ 8.775,00 (oito mil setecentos e setenta e cinco reais); Prazo: 13/05/2013 - 13/05/2014.

Antônio Carlos, 13 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 098/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 098/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 038/2013 - Pregão Presencial nº. 027/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente, gráfico e permanente para a Prefeitura Municipal de Antonio Carlos; Valor: R\$ 16.886,66 (dezesseis mil oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos); Prazo: 13/05/2013 - 13/05/2014.

Antônio Carlos, 13 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 099/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 099/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 038/2013 - Pregão Presencial nº. 027/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente, gráfico e permanente para a Prefeitura Municipal de Antonio Carlos; Valor: R\$ 3.952,93 (três mil novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos); Prazo: 13/05/2013 - 13/05/2014.

Antônio Carlos, 13 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 100/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 100/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 038/2013 - Pregão Presencial nº. 027/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA ME; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente, gráfico e permanente para a Prefeitura Municipal de Antonio Carlos; Valor: R\$ 171,90 (cento e setenta e um reais e noventa centavos); Prazo: 13/05/2013 - 13/05/2014.

Antônio Carlos, 13 de maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 101/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 101/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 038/2013 - Pregão Presencial nº. 027/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente, gráfico e permanente para a Prefeitura Municipal de Antonio Carlos; Valor: R\$ 3.104,40 (três mil cento e quatro reais e quarenta centavos); Prazo: 13/05/2013 - 13/05/2014.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 106/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 106/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão Presencial nº. 041/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CC ARTFATOS DE CONCRETO LTDA ME; Objeto: aquisição parcelada de materiais para a manutenção e conservação das estradas vicinais, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Municipal de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 198.900,00 (cento e noventa e oito mil e novecento reais); Prazo: 21/05/2013 - 20/05/2014.

Antônio Carlos, 21 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 107/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 107/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 058/2013 - Pregão Presencial nº. 041/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EPP; Objeto: aquisição parcelada de materiais para a manutenção e conservação das estradas vicinais, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Municipal de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 69.517,00 (sessenta e nove mil quinhentos e dezessete reais); Prazo: 21/05/2013 - 20/05/2014.

Antônio Carlos, 21 de Maio de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Termo de Homologação - Pregão Presencial Nº 031/2013**

Termo de HOMOLOGAÇÃO - Pregão Presencial Nº 031/2013
Ref. Processo Administrativo nº 43/2013
Processo de Licitação nº 43/2013

PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço (Empresa agenciadora de viagens) para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Antônio Carlos.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, em especial nas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente licitação, conforme o julgamento levado a efeito pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, o objeto da licitação supracitada, nos seguintes termos:

FORNECEDOR/CONTRATADO: EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.895.250/0001-64, com endereço na rua Marechal Guilherme, 147, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-000.

PERCENTUAL DE DESCONTOS DA PASSAGEM: 1% (um ponto percentual)

DOTAÇÃO: 3.3.90.33.01.00.00.00

Antônio Carlos, 16 de maio de 2013.

EDSON LAIR DECKER
Presidente

Atalanta**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 6/2013 - Registro de Preços**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 6/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO COMPLETA

DE VEÍCULOS E CONserto DE PNEUS DA FROTA MUNICIPAL. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 18 de junho de 2013 às 10:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 03 de junho de 2013.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****Aviso de Licitação**

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - do tipo menor preço, Contratação de serviços de consultoria assessoria técnica mensal, especializada para assessorar a Administração Municipal na elaboração e administração de projetos para captação de recursos, em todas as áreas de interesse do Município, junto aos órgãos governamentais (federal, estadual e autarquias), e junto a organizações não governamentais, e agências de fomento com o setor público e a iniciativa privada, com as responsabilidades e funções de:

- elaborar e organizar projetos;
- gerenciar o Sistema Integrado de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses - SICONV, organizando inserções de propostas e projetos;
- gerenciar o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, organizando inserções de propostas e projetos;
- encaminhar projetos e processos para órgãos competentes;
- administrar e gerenciar projetos e pleitos do Município, em todas as etapas de tramitação - (protocolo, formalização de convênio, liberação de recursos e prestação de contas);
- representar o Poder Executivo junto aos órgãos governamentais (federal, estadual e autarquias), no que se refere a audiências, tramitação de processos de convênio, e outros assuntos de interesse do Município;
- apresentar se na sede da Prefeitura Municipal sempre que for solicitado sua presença física.

Dia 17/06/2013 às 15:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br, e outras informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 04 de junho de 2013.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo

Extrato de Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 08/2013 AO CONTRATO Nº 014/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2013, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO E JULIAN ODACHOWOSKI

& FILHOS LTDA - EPP.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL, QUE PASSA VIGORAR ATÉ O DIA 31/07/2013, COM FULCRO NO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.

BELA VISTA DO TOLDO, 28 DE MAIO DE 2013.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Extratos de Contratos

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATOS DE CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2013

PARTES: Município de Bela Vista do Toldo e Evidence Informática Ltda

ORIGEM: Carta Convite nº 008/2013

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a aquisição parcelada de material escolar.

VALOR: R\$ 77.323,40

VIGENCIA: 31 de dezembro de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 02 de maio de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATOS DE CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2013

PARTES: Município de Bela Vista do Toldo e The Best Informática e Tecnologia Ltda. - ME

OBJETO: Aquisição de Material e Instalação de Vídeo Monitoramento e Segurança.

VALOR: R\$ 4.598,00

VIGENCIA: 31 de dezembro de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 10 de maio de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATOS DE CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2013

PARTES: Município de Bela Vista do Toldo e Inova Engenharia SS Ltda

OBJETO: a elaboração de projeto técnico de engenharia tendo como objeto a execução de uma ciclovía, junto à Rodovia Ovídio Damaso da Silveira - SC 423, com extensão de 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos metros), onde o mesmo tem por objetivo dotar o Município de projeto técnico específico, na modalidade urbana, para a elaboração de proposta junto ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal - SICONV.

VALOR: R\$ 12.400,00

VIGENCIA: 31 de dezembro de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 10 de maio de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATOS DE CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2013

PARTES: Município de Bela Vista do Toldo e Pneu Forte Comércio e Recapagens Ltda.

OBJETO: a contratação de serviços de recapagem de pneus dos veículos da frota municipal.

VALOR: R\$ 6.300,00

VIGENCIA: 11 de agosto de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 13 de maio de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATOS DE CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2013

PARTES: Município de Bela Vista do Toldo e Tischler Informática Ltda - ME.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática e Mobiliário.

VALOR: R\$ 8.233,00

VIGENCIA: 26 de agosto de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 28 de maio de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATOS DE CONTRATOS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2013

PARTES: Fundo Municipal de Assistência Social e Comércio A.S. Materiais de Construção Ltda - ME.

OBJETO: Aquisição de material para conservação de bens imóveis, a sede do Fundo Municipal de Assistência do Município de Bela Vista do Toldo, SC.

VALOR: R\$ 4.972,00

VIGENCIA: 08 de agosto de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 10 de maio de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

EXTRATOS DE CONTRATOS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2013

PARTES: Fundo Municipal de Assistência Social e Tischler Informática Ltda - ME.

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática e Mobiliário.

VALOR: R\$ 2.680,00

VIGENCIA: 22 de agosto de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 24 de maio de 2013

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
EXTRATOS DE CONTRATOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2013
PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Metromed Com. Mats Medico Hospitalar Ltda.
ORIGEM: Carta Convite nº 001/2013 - FMS

OBJETO: Aquisição Parcelada De Material Medico Hospitalar.
VALOR: R\$ 70.652,11
VIGENCIA: 31 de dezembro de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 10 de maio de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
EXTRATOS DE CONTRATOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2013
PARTES: Fundo Municipal de Saúde e The Best Informática e Tecnologia Ltda. - ME.

OBJETO: Aquisição de Material e Instalação de Vídeo Monitoramento e Segurança.
VALOR: R\$ 3.464,00
VIGENCIA: 08 de agosto de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 10 de maio de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
EXTRATOS DE CONTRATOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2013
PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Compramed Com. De Prod. Hospitalares Ltda.
ORIGEM: Carta Convite nº 002/2013

OBJETO: Aquisição Parcelada De Material Odontológico.
VALOR: R\$ 73.861,14
VIGENCIA: 31 de dezembro de 2013

Bela Vista do Toldo SC, 23 de maio de 2013
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 58/2013 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim

Veríssimo, nº 114, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E MATERIAIS CIRÚRGICO PARA CASTRAMÓVEL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 07/06/2013, às 13h59minh do dia 19/06/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 19/06/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa - Biguaçu - SC - CEP: 88160-000.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 07.06.2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira: através do telefone: (48) 3039- 8500, no horário compreendido das 13h00min às 19h00min ou pelo e-mail: comprasaudebigua@gmail.com, Endereço: Endereço: Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº. 114, Praia João Rosa, Biguaçu - CEP: 88160-000.

Biguaçu, SC, 03 de junho de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Por delegação
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Bom Retiro

PREFEITURA

2178.13 - Lei Aassc

Lei Nº2178/2013 de 04.06.13
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE APOIO A SAÚDE DE SANTA CATARINA - AASSC, ABRE CÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação de apoio à Saúde de Santa Catarina - AASSC, inscrita no CNPJ 17.236.080/0001-81, que tem como objetivo a prevenção, promoção e assistência na Atenção Integral em Saúde, para crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado e a contribuir

com o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) em 07 (sete) parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (um mil reais) durante o exercício de 2013.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial na Prefeitura Municipal de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Recurso 1020000 (Recursos de Impostos e de Transf. Imp. Saúde)
R\$ 7.000,00

Total R\$ 7.000,00

Art. 4º - Para fazer face a abertura do crédito especial apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

4.4.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

4.4.40.00 - INVESTIMENTOS

4.4.90.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Recurso 1020000 (Recursos de Impostos e de Transf. Imp. Saúde)
R\$ 7.000,00

Total R\$ 7.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro, 04 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

55.13 - Dec. Aassc

Decreto N.º 55/13 de 04.06.13.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei Nº 2178/2013 de 04.06.13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito especial na Prefeitura Municipal de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Recurso 1020000 (Recursos de Impostos e de Transf. Imp. Saúde)
R\$ 7.000,00

Total R\$ 7.000,00

Art. 2º Para fazer face a abertura do crédito especial apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

4.4.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

4.4.40.00 - INVESTIMENTOS

4.4.90.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Recurso 1020000 (Recursos de Impostos e de Transf. Imp. Saúde)
R\$ 7.000,00

Total R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro, 04 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

578.06.13 - P. Comissão Avaliação Informação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 578/13 de 03.06.13

Constitui Comissão de Avaliação de Informações, CAI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais de acordo com o art. 3º da Lei nº 2177/2013 de 03.06.13;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão de Avaliação de Informações, CAI com objetivo de esclarecer dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos servidores: Ires Kapitula Bosquetti - Assessora de Serviços Gerais; Edson Eugênio Capistrano da Cunha - Procurador Geral do Município, Saulo Steimbach - Assistente Administrativo e Ercileia Faustino da Mota - Assistente Administrativo.

Art. 3º A Presidência da Comissão ficará a cargo da servidora Ires Kapitula Bosquetti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

579.06.13 - P. Trat. Saude Madalena S. Michels

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 579/13 de 04.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento médico nos dias 03, 04 e 05 de junho de 2013 a funcionária Madalena Stuepp

Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambará Professora Margarida Buggler Wiggers.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 06 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Minuta Edital Pregão Presencial Nº 19/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013

O Município de Bom Retiro torna público Edital de Pregão Presencial nº 19/2013, cujo objeto é fornecimento de transporte escolar emergencial para atender alunos da rede municipal, dentro dos padrões exigidos por lei. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso 19, Centro, até dia 17/06/13 as 10h00. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00, ou no email licitacoespmbr@gmail.com. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 05 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Minuta Contratos 05/06/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 83/2013 Pregão Presencial 18/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Luzes Comércio de Materiais Elétricos Ltda.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos destinados à manutenção da Iluminação Pública.
Valor Total: R\$ 6.493,00 (seis mil quatrocentos e noventa e três reais)

Extrato Contrato 84/2013 Pregão Presencial 18/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: Lysing Comércio Atacadista de Materiais Elétricos Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos destinados à manutenção da Iluminação Pública.
Valor Total: R\$ 3.609,00 (três mil seiscentos e nove reais)

Extrato Contrato 85/2013 Pregão Presencial 18/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro
Contratado: GVC Eletricidade Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos destinados à manutenção da Iluminação Pública.
Valor Total: R\$ 10.126,00 (dez mil cento e vinte e seis reais)

Extrato Contrato 86/2013 Chamada Pública 01/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura

familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Bom Retiro/SC

Contratado: Adair Schlosser
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Agenor Scarabelot

Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Agilson Simiano
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Contratado: Alexandra Neuhaus
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Alexandre Moretti

Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Aldo Laurindo
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Contratado: Alfeu Antonio de Souza
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Arlésio Simiano/Terezinha Ap. P. Simiano.

Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Carlos Alberto dos Santos
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Contratado: Édio Scarabelot
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Fábio/Verônica dos Santos Orio.

Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Jairo Castanheiro/Leni Marian Castanheiro
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Contratado: Laércio Maffioletti
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Lauro Pereira da Rosa

Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Contratado: Lindalva Scarabelot
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Mariléia S. Hennich Antônio
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Morgana Cabral Godinho
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Osni Marian/Alzira Castanheiro Marian

Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Paulo Simiano
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Pedro Paulo Lorenzi
Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Contratado: Valdeci Rossi

Valor Total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Bom Retiro, 05 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 26/2013

EXTRATO DE CONTRATO 26/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: SS1 SERVIÇOS E ASSESSORIA TI
CNPJ: 06.113.878/0001-10, sito a Rua Fernandes Viera, 470 Sala 101, Bairro Bom Fim, Cidade de Porto Alegre, RS.
Objeto: Constitui objeto do presente contrato, a contratação de

serviços de elaboração, aplicação e correção de provas, bem como de assessoria à Comissão Organizadora para o desenvolvimento de concurso público destinado ao provimento de vagas em cargos constantes do quadro de pessoal de provimento efetivo e do quadro de empregos públicos do Poder Executivo Municipal de Braço do Trombudo

Vigência: 27.07.2013

Data da assinatura: 29.05.2013
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 26/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 28/2013
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 26/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min horas do dia 18.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas e construção para diversas Secretarias Municipais, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 05 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 29/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 31/2013
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 29/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min horas do dia 20.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preço que objetiva a contratação de serviços de mão de obra mecânica para os caminhões da Secretaria Municipal de Obras, visando a manutenção, conserto e desmontagem dos mesmos para posteriores orçamentos de peças, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 05 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Retificação Pregão 34/2013

Retificação do Edital n. 34/2013

Município de Braço do Trombudo Retifica o Processo Administrativo n. 36/2013, Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial n. 34/2013, na Sub Item 4.1, Onde se lê:
Somente poderão participar desta licitação as empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, sendo vedada a participação de consórcios, empresas com falência decretada, concordatários, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Leia-se:
Somente poderão participar desta licitação as empresas com sucursal no estado de Santa Catarina, pertencentes ao ramo

atividade do objeto licitado, sendo vedada a participação de consórcios, empresas com falência decretada, concordatários, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração pública ou com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

A data da realização do Pregão passa a vigorar conforme a seguir:
21/06/2013 - Horário: 08h30min.

Braço do Trombudo, em 05 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Retificação Pregão Presencial 06/2013 FMS

Retificação do Edital n. 6/2013 - FMS

Município de Braço do Trombudo Retifica o Processo Administrativo FMS n. 8/2013, Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial FMS n. 6/2013, na Sub Item 4.1, Onde se lê:

Somente poderão participar desta licitação as empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, sendo vedada a participação de consórcios, empresas com falência decretada, concordatários, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Leia-se:

Somente poderão participar desta licitação as empresas com sucursal no estado de Santa Catarina, pertencentes ao ramo atividade do objeto licitado, sendo vedada a participação de consórcios, empresas com falência decretada, concordatários, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração pública ou com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

A data da realização do Pregão passa a vigorar conforme a seguir:
21/06/2013 - Horário: 10h00min.

Braço do Trombudo, em 05 de junho de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato 25/2013

EXTRATO DE CONTRATO 25/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: PEDRO ABILIO COM. DE ESQ. ALUM.FERRO E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ: 13.883.081/0001-67, sito a Rua Almirante Barroso, 598, Bairro Cidade Nova, Cidade Blumenau/SC.

Objeto: Aquisição de cerca de alumínio para a Escola Nucleada Braço do Trombudo KM 20 para garantir maior segurança aos alunos.

Vigência: 31.07.2013

Data da assinatura: 28.05.2013
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.563

DECRETO nº 5.563, de 23 de maio de 2013.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), objeto da matrícula nº 16171, do R.I., desta Comarca, localizado na Rua Júlia Gioppo Carneiro (antiga Rua Iara), Bairro Gioppo, de propriedade de Vanderlei Kowalczyk e outros, resultando após o desmembramento em seis terrenos urbanos, tudo de conformidade com o Alvará nº 269/2006 e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, com as seguintes medidas e confrontações:

I - lote 1 com área de 474,70m² (quatrocentos e setenta e quatro metros e setenta décimos quadrados), confrontando: ao Norte, com o Loteamento Jardim Santa Maria, medindo 23,72m; ao Sul, com os lotes 3 e 4, medindo 23,75m; ao Leste, com o lote 2 e servidão, medindo 20,00m; e ao Oeste, com Luiz Marchezan, medindo 20,00m;

II - lote 2 com área de 474,70m² (quatrocentos e setenta e quatro metros e setenta décimos quadrados), confrontando: ao Norte, com o Loteamento Jardim Santa Maria, medindo 26,28m; ao Sul, em dois planos, sendo o primeiro plano com a servidão, medindo 10,00m e o segundo plano com o lote 5, medindo 16,00m; ao Leste, com Tereza Tomazelski, medindo 20,00m; e ao Oeste, em dois planos, sendo o primeiro plano com o lote 1, medindo 15,00m e o segundo plano com a servidão, medindo 5,00m;

III- lote 3 com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote 1, medindo 15,00; ao Sul, com a Rua Júlia Gioppo Carneiro (antiga Rua Iara), medindo 15,00m; ao Leste, com o lote 4, medindo 20,00m; e ao Oeste, com Luiz Marchezan, medindo 20,00m;

IV- lote 4 com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote 1 e servidão, medindo 15,00; ao Sul, com a Rua Júlia Gioppo Carneiro (antiga Rua Iara), medindo 15,00m; ao Leste, com a servidão, medindo 20,00m; e ao Oeste, com o lote 3, medindo 20,00m;

V- lote 5 com área de 310,00m² (trezentos e dez metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote 2, medindo 16,00; ao Sul, com a Rua Júlia Gioppo Carneiro (antiga Rua Iara), medindo 15,00m; ao Leste, com Tereza Tomazelski, medindo 20,00m; e ao Oeste, com a servidão, medindo 20,00m;

VI - lote 6 com área de 140,60m² (cento e quarenta metros e sessenta décimos quadrados) destinado a servidão de acesso, não podendo ser edificada, confrontando: ao Norte, com o lote 2, medindo 10,00m; ao Sul, em dois planos, sendo o primeiro com a Rua Júlia Gioppo Carneiro, medindo 5,00m e o segundo com o lote nº 4, medindo 6,25m; ao Leste, com o lote 5 e lote 2, medindo 20,00m e 5,00m, respectivamente; e, ao Oeste, em dois planos, sendo o primeiro com o lote 4, medindo 20,00m e o segundo com o lote 1, medindo 5,00.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 5.396, de 12 de novembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.570

DECRETO nº 5.570, de 27 de maio de 2013.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, ALCEU ZARDO E JAIME JUNG, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das seguintes áreas de terrenos urbanos, e, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I - um terreno urbano localizado na esquina da Rua Fernando Machado com a Rua Elias Abdalla, com superfície de 81,07m² de uma área maior medindo 1.058,00m², objeto da matrícula nº 6032, pertencente a Santo Domingos Francisco Rossetti e Herdeiros;

II - um terreno urbano localizado na esquina das Ruas Luiz Simas e Gualberto Ramalho, com superfície de 235,00m², objeto da matrícula nº 1994, pertencente a Ophir Macedo;

III - um terreno urbano localizado na Rua Gualberto Ramalho, com superfície de 500,00m², objeto da matrícula nº 2358, pertencente a Rui Menegotto e Luiz Carlos Bittencourt;

IV - um terreno urbano constituído pelo lote nº 171, do Loteamento Jardim Perret, com área de 612,00m², objeto da matrícula nº 1267, pertencente ao Município de Caçador.

Parágrafo único. As avaliações se fazem necessárias para, no caso do terreno descrito no inciso I, a construção da rótula da ponte do Mandelli, e, dos demais terrenos para permuta e desapropriação afim de instalar a Escola de Circo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.571

DECRETO nº 5.571, de 27 de maio de 2013.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, ALCEU ZARDO E JAIME JUNG, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação da seguinte área de terreno urbano, e, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I - um terreno urbano com superfície de 3.000,00m², constituído pelo lote nº 11, pertencente a uma área maior medindo 6.000,00m², localizado na Rua Nelson Eugênio Busato, objeto da matrícula nº 17550, pertencente ao Município de Caçador.

Parágrafo único. A avaliação se faz necessária para possível doação ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.572

DECRETO Nº 5.572, de 27 de maio de 2013.

Nomeia o Conselho de Controle Social do Programa "Bolsa Família".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador e mais o previsto na Lei Municipal nº 2.221, de 14/09/2005,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho de Controle Social do Programa "Bolsa Família", de acordo com a Lei Municipal nº 2.221, de 14/09/2005, na forma que segue:

I - um representante do Conselho Municipal de Educação COMED

Titular: Maria Clarice Sarturi

Suplente: Ieda Moschetta

II - um representante do Conselho Municipal de Saúde

Titular: Serli Ferreira

Suplente: Nelva Maria Coferi Correa

III - um representante do Conselho Municipal de Assistência Social

Titular: Sandra Spautz Granemann

Suplente: Elaine Raquel Pasini Bulat

IV - um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMAS

Titular: Rosemari Menegat de Paula

Suplente: Marizete Fátima Iaczkinski

V - um representante da Secretaria de Educação

Titular: Taisa Beatriz Basso Bonin

Suplente: Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera

VI - um representante da Secretaria de Assistência Social

Titular: Carlos Antonio Arruda Wagner

Suplente: Neiva Vieceli

VII - um representante da Secretaria da Administração

Titular: Paulo Sérgio de Moraes

Suplente: Carla Cavalheiro Dallazen

VIII - um representantes da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento:

Titular: Aline Mendes Luciano

Suplente: Tiago Borga

IX - um representante da Secretaria de Saúde

Titular: Janaína Menegazzo

Suplente: Ana Paula Simioni

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.898, de 30 de junho de 2011 e demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.669

PORTARIA Nº 22.669, de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, especificando: código, nome, cargo, secretaria e data de início da licença:

Cód.	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de
3312	Vanderléia de Cássia Fernandes Campos	Auxiliar de creche e berçário	Educação	02/05/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.670

PORTARIA Nº 22.670 de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 22.639, de 07 de março de 2013, que concedeu licença para tratamento de saúde a diversos servidores públicos municipais, no que se refere a servidora NATÁLIA MUSSAK, permanecendo os demais dados da referida Portaria inalterados.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 21 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.671

PORTARIA Nº 22.671, de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 113, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal NATÁLIA MUSSAK, ocupante do cargo de Servente, lotada na Secretaria de Educação, 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a contar de 15 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.673

PORTARIA Nº 22.673, de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato por tempo determinado de IVONETE RIBEIRO ALVES CARNEIRO, contratada para o cargo de Professora, com carga horária 20 (vinte) horas semanais, lotada na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, vaga vinculada de José Cristiano Peretti, devido ao retorno do Titular da Vaga, que estava de Atestado Médico, a contar de 07 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de maio de

2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.674

PORTARIA Nº 22.674, de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato por tempo determinado da Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, da Secretaria Municipal de Saúde, até 10/08/2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária e motivo da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H	Motivo
Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	14	35	VV. Marlei Kehler - lic. trat. Saúde

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

REJANE SERAFINI
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 22.675

PORTARIA Nº 22.675 de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 22.261 de 09 de janeiro de 2013, que colocou diversos servidores a disposição da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, no que se refere ao servidor ALEX ANDERSON MORAES DOS SANTOS, ocupante do cargo de motorista, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde, retornando assim a exercer o cargo em sua Secretaria de origem, a contar de 01 de maio de 2013. Permanecem os demais dados da referida Portaria inalterados.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 21 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

REJANE SERAFINI
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 22.676

PORTARIA Nº 22.676, de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal REJANE SERAFINI, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 24 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.677

PORTARIA Nº 22.677, de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e Lei Complementar nº 237, de 22/03/2012,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal LUZIA MICHELINA DOS SANTOS, para responder interinamente pelo Cargo em Comissão de Secretária de Saúde, Referência CC-1, pertencente ao "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, a partir de 25 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.678

PORTARIA Nº 22.678, de 21 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato por tempo determinado de DÉLIO BORGES, contratado para o cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, lotado na Fundação do Meio Ambiente - Fundema, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
PRESIDENTE DA FUNDEMA

Portaria Nº 22.679

PORTARIA Nº 22.679, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 73, III, alínea "b", e IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
12016	Fabíola Linhares Gonçalves	Agente Comunitária de Saúde	006	8 dias	13/05/2013
4418	Janete de Fátima Pereira	Recepcionista	006	5 dias	07/05/2013
856	Paulo César Jarschel	Diretor de Serv Adm e Fin de Saúde	006	5 dias	10/05/2013
11955	Sandra Regina Jarschel	Agente Comunitária de Saúde	006	5 dias	10/05/2013
12034	Valéria Gonçalves Pereira	Agente Comunitária de Saúde	006	8 dias	04/04/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.680

PORTARIA Nº 22.680, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 73, III, alínea "b", e IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
11075	Camila Linhares Pivatto	Psicóloga	008	8 dias	19/05/2013
7740	Eunice Linhares Fleck	Assistente Social	008	8 dias	19/05/2013
10218	Silvia Linhares Martelo	Assistente Social	008	8 dias	19/05/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato Administrativo Nº 24/2013

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 24/2013 - referente ao processo licitatório nº 16/2013 - Pregão nº 13/2013. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias reprográficas e correlatos, com disponibilização de copiadora colorida. Contratada: Líder Suprimentos para Informática LTDA - CNPJ nº 82.129.024/0002-90. Valor global previsto: R\$ 10.998,00. Prazo: 22.05.2014.

CARLOS EVANDRO LUZ
Presidente.

Camboriú

PREFEITURA

Lei 2.545/2013

LEI N.º 2.545/2013

Dispõe sobre autorização para doação de veículos à Polícia Militar de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a doar à Polícia Militar de Camboriú os seguintes veículos:

I - um veículo RENAULT/SANDERO EXP 1.6, cor branca, ano de fabricação 2013 e ano do modelo 2013, álcool/gasolina, com quatro portas e capacidade para cinco passageiros, placa MLD 9502, chassi n.º 93YBSR76HDJ631375 e código RENAVAL n.º 531593355;

II - um veículo RENAULT/SANDERO EXP 1.6, cor branca, ano de fabricação 2013 e ano do modelo 2013, álcool/gasolina, com quatro portas e capacidade para cinco passageiros, placa MLD 9532, n.º chassi 93YBSR76HDJ631384 e código RENAVAL n.º 531594920.

Parágrafo único. Os veículos descritos neste artigo destinam-se ao uso exclusivo nas ações de segurança pública desenvolvidas pela Polícia Militar no Município de Camboriú, revertendo-se ao patrimônio do doador caso não sejam mais utilizados para este fim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 03 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.544/2013

LEI N.º 2.544/2013

"Institui o programa de incentivo e desconto, denominado "IPTU VERDE" no âmbito do Município de Camboriú e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do município de Camboriú o Programa IPTU Verde, cujo objetivo é fomentar medidas que preservem, protejam e recupere o meio ambiente, mediante a concessão de benefício tributário ao contribuinte.

Art. 2º O benefício tributário disposto consiste na redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos proprietários de imóveis residenciais e não residenciais que adotarem as seguintes medidas:

I - Sistema de captação da água da chuva;

II - Sistema de reuso de água;

III - Sistema de aquecimento hidráulico solar;

IV - Construção com materiais sustentáveis.

Art. 3º Para efeito desta Lei considere-se:

I - sistema de captação da água da chuva: aquele que capta água da chuva e armazena em reservatório para utilização no próprio imóvel;

II - sistema de reuso de água: aquele utilizado após o devido tratamento da água residual do próprio imóvel, para atividades que não exijam que a mesma seja potável;

III - sistema de aquecimento hidráulico solar: aquele que utiliza sistema com a captação de energia solar térmica para aquecimento de água, com a finalidade de reduzir parcialmente o consumo de energia elétrica na residência;

IV - construção com materiais sustentáveis: aquele que utiliza matérias que atuem os impactos ambientais, o que deve ser comprovado mediante apresentação de selo certificado.

Art. 4º O benefício tributário no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o caso das medidas dispostas no art. 2º desta Lei será concedido nas seguintes proporções:

I - 2% para as medidas descritas nos incisos I e II;

II - 4% para a medida descrita no inciso III;

III - 6% para medida descrita no inciso IV.

Parágrafo único. Os benefícios de que trata este artigo podem se cumulativos.

Art. 5º Os interessados em obter o benefício tributário devem protocolar o seu pedido e a sua justificativa no órgão competente do Executivo, contendo a medida aplicada em sua edificação ou terreno, devidamente comprovada, através de laudo técnico, avalizado por profissional habilitado, atestando que os sistemas previstos nos incisos I, II, III do artigo 3º foram devidamente instalados e estão em perfeito estado de funcionamento.

Art. 6º O incentivo fiscal desta Lei apenas será concedido aos contribuintes quites com suas obrigações tributárias para com o Município de Camboriú, pelo período de cinco exercícios consecutivos, contados a partir do exercício seguinte ao da efetiva implantação das medidas ambientais e de sustentabilidade, ou no caso de imóveis que já tenham adotado as referidas medidas na data da publicação.

Art. 7º O benefício será revogado quando o proprietário:

I - inutilizar a medida que levou à concessão do desconto;
II - deixar de pegar uma das parcelas em caso de IPTU parcelado;
III - não fornecer as informações solicitadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no exercício em que for considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, bem como tiver sido compatibilizada com as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ / SC,
Em, 03 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Resultado do PR 13/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2013-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA".
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 03 de Junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 641 - 643/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 641/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHJ2857	55959183B	5061/0	19/03/2010	163 c/c 162 * I
AJK0680	55960048B	5568/0	01/05/2010	181 * XIX
CRV0206	55370033C	6920/0	07/04/2010	233
CYB1482	55373055C	5525/0	08/05/2010	181 * XV
DII3788	55370593C	5185/1	01/05/2010	167
JGH1255	55370598C	5568/0	01/05/2010	181 * XIX
KMV3041	55372703C	5010/0	10/05/2010	162 * I
KMV3041	55372704C	5061/0	10/05/2010	163 c/c 162 * I
KMV3041	55372705C	6599/2	10/05/2010	230 * V
KMV3041	55372706C	6637/1	10/05/2010	230 * IX
LXT2401	55372421C	5452/1	03/04/2010	181 * VIII
LXU8723	55371099C	5738/0	27/01/2010	186 * II
LYK6995	55371681C	6599/2	28/03/2010	230 * V
LYQ5316	55372859C	5819/2	02/05/2010	193
LZB6965	55372301C	5169/1	28/03/2010	165
LZT2920	55372063C	5010/0	24/04/2010	162 * I
MAH8100	55372905C	5550/0	30/04/2010	181 * XVIII
MAJ5676	55372065C	5819/2	26/04/2010	193
MAL8902	55955394B	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
MAY5095	55370684C	5185/1	30/03/2010	167
MBD6093	55371412C	5010/0	01/04/2010	162 * I
MBP7449	55372308C	6920/0	23/04/2010	233
MBW5778	55372226C	5010/0	03/05/2010	162 * I
MBW5778	55372227C	5061/0	03/05/2010	163 c/c 162 * I
MCG0901	55959829B	5169/1	01/05/2010	165
MCG1570	55372906C	5550/0	30/04/2010	181 * XVIII

MCK7872	55372446C	5525/0	08/05/2010	181 * XV
MCS9472	55370035C	6920/0	07/04/2010	233
MCV6729	55960040B	6599/2	10/03/2010	230 * V
MDG5325	55371415C	5819/2	28/04/2010	193
MDT2336	55369877C	6548/2	16/04/2010	229
MDX1567	55370063C	7340/0	30/03/2010	252 * IV
MEG9893	55372758C	5568/0	02/05/2010	181 * XIX
MEL3755	55372610C	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
MEL4068	55372615C	5720/0	02/05/2010	186 * I
MEV1829	55372861C	5819/2	02/05/2010	193
MEX2118	55372609C	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
MEX9320	55959199B	6920/0	23/04/2010	233
MEY0542	55371898C	7048/1	26/04/2010	244 * II
MFE5221	55372612C	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
MFH0210	55371468C	6599/2	28/04/2010	230 * V
MFK5464	55370540C	5835/0	04/05/2010	195
MFQ2226	55372066C	5541/3	26/04/2010	181 * XVII
MFS2731	55372228C	5010/0	07/05/2010	162 * I
MFS2731	55372229C	5061/0	07/05/2010	163 c/c 162 * I
MFS2731	55372230C	6912/0	07/05/2010	232
MFS2731	55372231C	6599/2	07/05/2010	230 * V
MFT2150	55370597C	5568/0	01/05/2010	181 * XIX
MGC3885	55959186B	5185/1	19/03/2010	167
MGJ4152	55371679C	7340/0	28/03/2010	252 * IV
MGJ4620	55372420C	6610/2	01/04/2010	230 * VII
MGL6421	55371892C	5878/0	14/04/2010	199
MGN8353	55370678C	6912/0	30/03/2010	232
MGX1642	55955389B	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
MHM4224	55372864C	5819/2	02/05/2010	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 643/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
AAM0203	55372306C	6920/0	23/04/2010	233
AIG6947	55372594C	6548/2	03/06/2010	229
ICP5520	55372307C	6920/0	23/04/2010	233
IGE4322	55372218C	5169/1	11/04/2010	165
IGK9156	55370050C	6920/0	23/04/2010	233
KFI2223	55372238C	5452/1	25/05/2010	181 * VIII
LNT7469	55373156C	6599/2	26/05/2010	230 * V
LYB8249	55371515C	6912/0	29/05/2010	232
LYB8249	55372241C	6599/2	29/05/2010	230 * V
LYO0739	55370841C	6599/2	28/04/2010	230 * V
LYU1100	55369891C	7234/0	21/04/2010	250 * I * a
LZI9953	55372466C	5185/2	21/04/2010	167
MAB2254	55372490C	5380/0	28/04/2010	181 * I
MAX7073	55369740C	6912/0	21/05/2010	232
MBJ9603	55372447C	5045/0	09/05/2010	162 * V
MCB1924	55372500C	5380/0	28/04/2010	181 * I
MCE1827	55370843C	5185/1	20/05/2010	167
MCQ0671	55372754C	5550/0	30/04/2010	181 * XVIII
MCV9186	55371180C	5819/2	22/01/2010	193
MDA4800	55373101C	6548/2	07/05/2010	229
MDJ2477	55372323C	5819/2	01/05/2010	193
MDJ2672	55372373C	6599/2	18/04/2010	230 * V
MDX5182	55372602C	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
MDY4273	55372448C	6599/2	15/05/2010	230 * V
MDY4273	55372449C	5010/0	15/05/2010	162 * I
MDY4273	55372450C	6912/0	15/05/2010	232

MEB7983	55372907C	5550/0	30/04/2010	181 * XVIII
MEL3347	55372381C	6599/2	27/04/2010	230 * V
MEY3818	55372461C	5185/1	21/04/2010	167
MFB9255	55372652C	7366/2	28/04/2010	252 * VI
MFD6563	55372603C	5550/0	28/04/2010	181 * XVIII
MFR0668	55372503C	6726/1	20/04/2010	230 * XVIII
MGA9846	55372616C	5720/0	02/05/2010	186 * I
MGM9261	55369741C	6599/2	22/05/2010	230 * V
MGM9261	55369742C	5010/0	22/05/2010	162 * I
MGM9261	55369743C	5061/0	22/05/2010	163 c/c 162 * I
MGR9783	55370003C	6858/0	15/12/2009	231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 28 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.873/13 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Município No Valor de R\$ 2.296.000,00

LEI Nº 3.873/13 DE 29/05/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual), FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Geral do Município, no valor de R\$ 2.296.000,00 (dois milhões duzentos e noventa e seis mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 04 - DEP. TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.004 - Manutenção do Dep. de Tributação, Arrecadação e Fiscalização
Elementos de despesa: 14 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO PESSOAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 - Manutenção do Departamento Pessoal
Elementos de despesa: 18 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 07 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 - Manutenção do Departamento de Compras
Elementos de despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.027 - Manutenção do Programa COMAD
Elementos de despesa: 40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR
PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 - Construções, Ampliações e Reforma nas Creches
Elementos de despesa: 44 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.1.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR
PROJETO/ATIVIDADE: 1.016 - Reequipamento das Creches

Elementos de despesa: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.1.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR
PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar
Elementos de despesa: 52 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas.. R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 13 - DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR - GERÊNCIA TRANSPORTE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 - Manutenção do Dep. de Transp. Escolar - Gerência Transporte
Elementos de despesa: 59 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.1.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.049.000,00
61 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.1.0058.000000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.003 - Reequipamento da Segurança Pública
Elementos de despesa: 151 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0056.0 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.012 - Construção de Redes de Energia Elétrica
Elementos de despesa: 112 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 48.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 - Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
Elementos de despesa: 107 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 200.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
Elementos de despesa: 118 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Orçamento Geral do Município.

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito
UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal
Elementos de despesa: 4 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.00000 0 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - Manutenção do Dep. de Planejamento, Organização e Coordenação Geral
Elementos de despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000
0 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO PESSOAL
PROJETO/ATIVIDADE: 0.001 - Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas - Prefeitura
Elementos de despesa: 19- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elementos de despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.019 - Manutenção do Ensino - Recursos convênio Salário Educação
Elementos de despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.00
0000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 20 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.029 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
Elementos de despesa: 79 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 07 - INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.081 - Realização da Festa do Município
Elementos de despesa: 84 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 343.618,00

ÓRGÃO: 07 - INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos em Geral
Elementos de despesa: 87 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 13.932,00

ÓRGÃO: 07 - INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 22 - DEPARTAMENTO DO TURISMO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.081 - Realização da Festa do Município
Elementos de despesa: 89 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 184.450,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.009 - Realização de Obras e Reformas na Sec. de Transp. Obras e Urbanismo
Elementos de despesa: 124 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0
00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 400.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.009 - Manutenção da Segurança Pública

e Trânsito
Elementos de despesa: 148 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0056.0
00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 4.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 29 de maio de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.874/13 - Abre Crédito Adicional Especial No Orçamento Geral do Município No Valor de R\$ 10.000,00

LEI Nº 3.874/13 DE 03/06/2013
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso V da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento geral do município, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
PROJETO/ATIVIDADE: 1.070 - Reequipamento do Esporte Municipal
Elementos de despesa: 150 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito
UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal
Elementos de despesa: 4 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000
0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 03 de junho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.876/13 - Autoriza o Poder Executivo a Fimar Convênio com a Comunidade Terapêutica São Francisco

LEI Nº 3.876/2013 DE 03/06/2013
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 11.722.291/0001-48, com sede na Rua Setembrino Catarina, 150, Bairro Cinquentenário, em Videira/SC, com o objetivo de prestação de serviços de recuperação de dependentes químicos e substâncias psicoativas, residentes no município de Campos Novos/SC.

Parágrafo único. Os serviços serão prestados na sede conveniada, pelo período de 06 (seis) meses, a contar da data de internamento do paciente, na forma constante na minuta anexa, que fica fazendo parte integrante do presente projeto.

Art. 2º. A contraprestação do município, em razão dos serviços prestados pela entidade, ocorrerá através de repasse mensal, no valor de R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais) por cada paciente internado.

Art. 3º. O repasse do valor referente à execução dos serviços prestados será realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao recebimento das respectivas notas fiscais ou faturas devidamente aprovadas.

Parágrafo único. Os valores do presente convênio poderão ser reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier substituir, após 12 (doze) meses a contar da data de início do presente convênio.

Art. 4º. O convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, podendo ser aditivado por sucessivos períodos, se for do interesse das partes.

Parágrafo único. O convênio poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante comunicação prévia e expressa, com 30 (trinta) dias de antecedência, não podendo ser prejudicadas as pessoas que já se encontrarem em tratamento, permanecendo os mesmos internados até completarem o respectivo tratamento, ficando o executivo responsável pelo repasse dos respectivos recursos.

Art. 5º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados pelas dotações orçamentárias consignadas sob as rubricas:

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde - Rec. Próprios

9 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.000000 Aplicações Diretas

Art. 6º. O Poder Executivo consignará no orçamento anual de cada exercício, dotação específica para atender os objetivos desta LEI.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 03 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I**MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO**

Pelo presente Termo de Convênio que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Campos Novos, no Paço Municipal sito à Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal Sr. NELSON CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Campos Novos - SC, na forma do Artigo 26 da Lei

Complementar nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 3876/2013, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, e a COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11-722.291/0001-48, com sede na Rua Setembrino Catarina, 150, Bairro Cinquentenário, em Videira/SC, representada pelo seu Presidente, Sr. PEDRO ALCEMIR COUTO, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 655.249.68 e inscrito no CPF sob nº 296.711.249-68, residente e domiciliado na Rua Frederico Bortolaz, nº 863, Videira/SC, doravante denominado simplesmente de CONVENIADA, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONVÊNIO

1.1. O presente Convênio tem por objetivo a prestação de serviços de recuperação dos dependentes químicos e de substâncias psicoativas, residentes no município de Campos Novos/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO.

2.1. Os serviços serão prestados na sede conveniada, pelo período de 06 (seis) meses, a contar da data de internamento do paciente, da seguinte forma:

2.1.1. Regime de residência integral, pelo período necessário ao tratamento, com o fornecimento de todas as refeições do dia, atendimento médico, psicológico, serviço social, oficinas, enfermagem, técnico em reabilitação e oficinas terapêuticas;

2.1.2. O paciente estará sujeito ao Programa de Tratamento e ao Regimento Interno da CONVENIADA:

2.1.3. Dentro da proposta de tratamento, qualquer medicamento só será ministrado sob a prescrição médica. No caso do paciente necessitar de medicamentos de uso contínuo e se estes não estiverem disponíveis no SUS, deverá a CONVENIADA comunicar a CONVENIENTE para providenciar os respectivos medicamentos.

2.1.4. As despesas de materiais de uso pessoal e/ou higiene serão suportadas pelo paciente.

2.1.5. Os serviços constantes no presente convênio serão prestados diretamente por profissionais da CONVENIADA ou por profissionais sob sua responsabilidade. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONVENIADA a utilização de pessoal para a execução do objeto deste convênio, desobrigando, desde já, o município por quaisquer débitos de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária e social ou junto a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como junto a órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

3.1. O convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, podendo ser aditivado por sucessivos períodos, se for do interesse das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

4.1.1. Promover o encaminhamento dos pacientes para a CONVENIADA para prestar os serviços constantes no presente convênio, de acordo com a demanda local, constando o tempo de internação, que poderá ser revisto, conforme particularidade de cada caso;

4.1.2. Efetuar, mensalmente, o pagamento dos serviços prestados, conforme número de pessoas encaminhadas, nas condições estabelecidas;

4.1.3.- Notificar a CONVENIADA a respeito da ocorrência de irregularidades na prestação dos serviços;

4.2. A CONVENIADA obriga-se a:

4.2.1. Prestar os serviços objeto deste convênio e previstos na cláusula primeira, na forma e no prazo estipulado pela CONVENIENTE, através de profissionais habilitados, de sua inteira responsabilidade;

Art. 7º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 8º. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 9º. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§1º. Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias:

I - enviar a informação ao endereço informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§2º. Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§3º. Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§4º. Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 10. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, a ser estabelecido mediante Decreto do Poder Executivo Municipal, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§1º. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento da Municipal - GRM, documento equivalente ou mediante depósito bancário identificado para os valores inferiores a 1 (um) UFM, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§2º. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§3º. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará; e
Parágrafo único. O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo Município será divulgada, independente de requerimento, no site da Prefeitura Municipal, www.camposnovos.sc.gov.br, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§1º. Na divulgação das informações a que se refere o caput do presente artigo, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 15. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de 5 (cinco) dias, contado da sua apresentação.

§1º. Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§2º. Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de 5 (cinco) dias, contado da sua apresentação.

Art.16. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pelo Secretário Municipal de Fazenda e Administração.

Art. 17. A autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 18. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilização do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§1º. Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§2º. Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 19. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§2º. A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§3º. A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 03 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Lei Nº 3875/13 - Autoriza o Poder Executivo a Firmar Convênio com a Congregação das Servas de Maria Reparadoras - Hospital Nossa Senhora das Dores

LEI Nº 3.875/2013 DE 03/06/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Congregação das Servas de Maria Reparadoras - Hospital Nossa Senhora das Dores, inscrito no CNPJ sob nº 33.789.850/0007-65, com sede na Rua Dr. Wilson Bordin, nº 48, em Capinzal/SC, com o objetivo de prestação de serviços médico-hospitalares, no suporte de atendimento complementar, regime de plantão para urgência e emergência e para as especialidades em regime de sobreaviso.

§1º. Os procedimentos a serem realizados pela Congregação consistem nos seguintes: consultas em regime de urgência/emergência em horário comercial e não comercial, incluídos sábados e domingos; procedimentos ambulatoriais gerais (suturas, pequenos curativos, etc); exames de Raio - X; consultas médicas e encaminhamentos especializados em caso de necessidade comprovada.

§2º. O convênio tem por objetivo o atendimento aos pacientes

que comprovem residência no Distrito da Barra do Leão e nas localidades de Pocinhos, Rio Pardo, Linha Residência e Linha Gal-dina.

Art. 2º. A contraprestação do município em razão dos serviços prestados pela entidade ocorrerá através do pagamento por procedimento realizado, conforme Anexo I, limitando-se ao valor máximo de R\$ 150,00.

Art. 3º. O pagamento será realizado mediante o encaminhamento de nota fiscal competente, relatório de atendimento e comprovação de dados pessoais do paciente e de residência no Distrito da Barra do Leão.

Art. 4º. O convênio terá vigência ate 31 de dezembro de 2013, podendo ser aditivado por sucessivos períodos, se for do interesse das partes.

Parágrafo único. O convênio poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, mediante comunicação prévia e expressa, com 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 5º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados pelas dotações orçamentárias consignadas sob as rubricas:

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ.: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde - Rec. Próprios

9 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.000000 Aplicações Diretas

Art. 6º. O Poder Executivo Consignará no orçamento anual de cada exercício, dotação específica para atender os objetivos desta LEI.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 03 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA 1: DE PREÇOS DE RAIOS-X

EXAME	TIPO DE INC.	PMC-PMO-PMZ PMI -AC. TRAB
ABDOMEM AGUDO	4 INCIDENCIAS	R\$ 60,00
ABDOMEM SIMPLES AP.	1 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
ANTEBRAÇO AP.- P.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
ARCOS COSTAIS (COSTELAS)	2 INCIDENCIAS	R\$ 35,00
ART. COXA	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
ART. ESCAPULO-UMERAL	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
BACIA OU PELVE	1 INCIDENCIAS	R\$ 35,00
BRAÇO AP. - P.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
C. CERV. AP. LAT. T.º	3 INCIDENCIAS	R\$ 35,00
C. DORSAL AP - LAT.	2 INCIDENCIAS	R\$ 35,00
C. L. SACRA AP - P - OBL.	3 INCIDENCIAS	R\$ 35,00
CALCANEO AXIAL- PERFIL	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
CAVUM LAT. -HIRTIS	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
CLAVICULA AP.-LAT.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
COCCIX	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
COTOVELO AP.- P.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
CRANIO PA-LAT	2 INCIDENCIAS	R\$ 35,00
CVB (coração e vasos da base)	2 INCIDENCIAS	R\$ 45,00
ESCAPULA AP.- LAT.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00

FEMUR AP. LAT	3 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
JOELHO AP.-P.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
JOELHO COM CARGA	4 INCIDENCIAS	R\$ 60,00
MANDIBULA PA.- LAT.	3 INCIDENCIAS	R\$ 40,00
MAO AP.-OBLIQUA	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
MÃO E PUNHO P/ IDADE OSSEA	1 INCIDENCIAS	R\$ 40,00
OMBRO PA, PERFIL	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
OMBRO SERIE TRAUMA	4 INCIDENCIAS	R\$ 40,00
ÓRBITA	3 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
OSSOS DO NARIZ	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
PATELA AP.-P.-AXIAL	3 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
PÉ / DEDOS	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
PERNA AP.-LAT.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
PUNHO AP.- LAT.- OBLIQ.	3 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
SEIOS DA FACE FN. MN.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
SELA TURCA PA-LAT-OBLIQ	3 INCIDENCIAS	R\$ 30,00
TORAX IMP E EXP	4 INCIDENCIAS	R\$ 60,00
TORAX PA - P.	2 INCID. CRIN	R\$ 30,00
TORAX PA - P. ou PA P	2 INCID. AD	R\$ 30,00
TORNOZELO AP.-LAT.	2 INCIDENCIAS	R\$ 30,00

TABELA 2: DE PREÇOS PRONTO SOCORRO

SONDAGEM	R\$ 22,47
EXTRAÇÃO DE PONTOS	R\$ 2,14
APLIC. EV E IM	R\$ 6,42
NEBULIZAÇÃO	R\$ 5,62
RET. GESSO	R\$ 16,05
TAXA DE OBSERVAÇÃO	R\$ 19,26
TAXA DE SALA	R\$ 21,40
ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 50,00
PROC. MÉDICO	R\$ 70,00

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO Nº /2013

Termo de Convênio referente ao fornecimento de serviços médico/hospitalar celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS - HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
CNPJ nº: 82.939.232/0001-74
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323
Centro, Campos Novos - SC
Representada por: Nelson Cruz.

CONTRATADA: CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS -
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES
CNPJ sob nº 33.789.850/0007-65
Rua Dr. Wilson Bordin, nº 48, em Capinzal/SC
Diretora: Irmã Adelaide Frigo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a prestação, pela contratada, de serviços médico-hospitalares - suporte no atendimento complementar, regime de plantão para urgência e emergências e para as especialidades em regime de sobreaviso, aos pacientes que comprovem residência no Distrito da Barra do Leão e localidades, consiste nos seguintes serviços:

PROCEDIMENTOS

Consultas em regime de urgência/emergência em horário não comercial, incluídos sábados e domingos

Procedimentos ambulatoriais gerais (suturas, pequenos curativos etc.)

Exames de Raio-X

Consultas médicas especializadas (médicos especialistas)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e qualificado(s) na cláusula primeira, pelo preço por procedimento, conforme especificado no Anexo I do presente convênio, atingindo um Teto Máximo limitado de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), mediante encaminhamento do documento fiscal competente, relatório de atendimento e comprovação dos dados pessoais do paciente como comprovação de residência.

2.2 - A empresa deverá realizar todas as internações (clínicas ou cirúrgicas das diferentes especialidades) via Sistema Único de Saúde (SUS), através de AIH's, com autorização prévia do Contratante.

2.3 - Todas as internações e procedimentos inerentes, como exames laboratoriais e de imagens, materiais, medicamentos, visitas médicas, etc não poderão ser compradas a parte, pois estão incluídos no pacote SUS - AIH descrito acima, inclusive nos casos de atendimento em horário não comercial.

2.4 - Procedimentos Ambulatoriais.

2.4.1 - No preço referente aos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais já estão incluídos os retornos com validade de 30 (trinta) dias, contados da data do primeiro atendimento.

2.4.2 - Demais procedimentos cirúrgicos gerais.

* Via SUS/AIH.

2.5 - O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação dos documentos previstos na Cláusula Segunda 2.1, juntamente com a Nota Fiscal ou documento equivalente, observando o cumprimento integral das disposições acima citadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) Início: 15 de maio de 2013;
- b) Término: 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

4.1 - O contrato poderá ser rescindido por ambas as partes com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sendo o mesmo protocolado com justificativa e/ou em descumprimento do acordado firmado nesse contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

5.2. E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos - SC, de 2013.



CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Decreto Nº 6.738/13 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, No Valor de R\$100.000,00

DECRETO Nº 6.738/2013 DE 28/05/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no seguinte projeto/atividade:

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto.

3.1.90.00.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas - R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2012, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 28 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.739/13 - Nomeia Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

DECRETO Nº 6.739 DE 29/05/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Campos Novos:

- SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO - Representante da ACIRCAN
- JÂNIO EUSTÁQUIO PEREIRA - Representante da CDL
- CLEBI RENATO DIAS - Representante da Agropecuária
- EDUARDO ZORTEA - Representante da Indústria
- ROBERTO CHIODI - Representante da Indústria
- EUGÊNIO ROBERTO COSTA - Representante da Indústria
- ADEMIR LUIZ BEBER - Representante do Comércio
- LADIR BROCARD - Representante de Empresas Prestadoras de Serviços

Art. 2º. O mandato dos referidos membros será pelo período de 2 (dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6.304 de 07/06/2011.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
29 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.741/13 - Regulamenta Lei Nº 3.873/13

DECRETO Nº 6.741/13 DE 29/05/2013

REGULAMENTA LEI Nº 3.873/13.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do Geral do Município, no valor de R\$ 2.296.000,00 (dois milhões duzentos e noventa e seis mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 04 - DEP. TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.004 - Manutenção do Dep. de Tributação, Arrecadação e Fiscalização

Elementos de despesa: 14 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO PESSOAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 - Manutenção do Departamento Pessoal

Elementos de despesa: 18 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 07 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.007 - Manutenção do Departamento de Compras

Elementos de despesa: 21 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.027 - Manutenção do Programa COMAD

Elementos de despesa: 40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.014 - Construções, Ampliações e Reforma nas Creches

Elementos de despesa: 44 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0001.000 000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA



UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.016 - Reequipamento das Creches
 Elementos de despesa: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0001.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar
 Elementos de despesa: 52 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000
 000 - Aplicações Diretas.. R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 13 - DEP. DE TRANSPORTE ESCOLAR - GERÊNCIA TRANSPORTE
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 - Manutenção do Dep. de Transp. Escolar - Gerência Transporte
 Elementos de despesa: 59 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0001.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 1.049.000,00
 61 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0058.000000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.003 - Reequipamento da Segurança Pública
 Elementos de despesa: 151 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0056.0
 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 4.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.012 - Construção de Redes de Energia Elétrica
 Elementos de despesa: 112 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0
 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 48.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 - Manutenção do Departamento de Manutenção e Apoio Operacional
 Elementos de despesa: 107 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0
 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 200.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
 Elementos de despesa: 118 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0
 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações Orçamentárias do Orçamento Geral do Município.

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito
 UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal
 Elementos de despesa: 4 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000
 0 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
 UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - Manutenção do Dep. de Planejamento, Organização e Coordenação Geral
 Elementos de despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000
 0 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 UNIDADE: 06 - DEPARTAMENTO PESSOAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 0.001 - Manutenção do Pagamento de Inativos e Pensionistas - Prefeitura
 Elementos de despesa: 19- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000
 00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
 Elementos de despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
 0000 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.019 - Manutenção do Ensino - Recursos convênio Salário Educação
 Elementos de despesa: 39 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.00
 0000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 UNIDADE: 20 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.029 - Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
 Elementos de despesa: 79 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 07 - INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
 UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.081 - Realização da Festa do Município
 Elementos de despesa: 84 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 343.618,00

ÓRGÃO: 07 - INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
 UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos em Geral
 Elementos de despesa: 87 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 13.932,00

ÓRGÃO: 07 - INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
 UNIDADE: 22 - DEPARTAMENTO DO TURISMO
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.081 - Realização da Festa do Município
 Elementos de despesa: 89 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.000
 000 - Aplicações Diretas R\$ 184.450,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
 PROJETO/ATIVIDADE: 1.009 - Realização de Obras e Reformas na Sec. de Transp. Obras e Urbanismo
 Elementos de despesa: 124 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0
 00000 - Aplicações Diretas.. R\$ 400.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
 UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO

OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009 - Manutenção da Segurança Pública e Trânsito

Elementos de despesa: 148 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0056.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto, em 29 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.742/2013 - Regulamenta Lei Nº 3.874/13

DECRETO Nº 6.742/13 DE 03/06/2013

REGULAMENTA LEI Nº 3.874/13.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento geral do município, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no projeto e na atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.070 - Reequipamento do Esporte Municipal

Elementos de despesa: 150 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - Gabinete do Prefeito

UNIDADE: 01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 4 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto, em 03 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6740/13 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município, No Valor de R\$18.500,00

DECRETO Nº 6740/13 DE 29/05/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.749 de 22/05/2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio

ELEMENTO DE DESPESA: 82 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins L R\$17.000,00

ELEMENTO DE DESPESA: 83 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas R\$1.500,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art.1º, será utilizado o valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) provenientes da anulação de recursos próprios na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.030 - Manutenção do Departamento da Indústria e Comércio

ELEMENTO DE DESPESA: 81 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas R\$18.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em 29 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 26/2013

Portaria Nº 26/2013

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar, a senhora PATRÍCIA APARECIDA MORAIS, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 3.901.462 e CPF nº 032.057.539-09, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir de 31/05/2013.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2013.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 24 de Maio de 2013.
DIRCEU JOSÉ KAIPER
Presidente da Mesa

Portaria Nº 27/2013

Portaria Nº 27/2013
NOMEIA JOÃO MARCELO MACHADO VARGAS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ACESSOR PARLAMENTAR.

O cidadão Dirceu José Kaiper, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, o senhor JOÃO MARCELO MACHADO VARGAS, brasileiro, solteiro, inscrito sob CI nº 4.984.310 e CPF nº 081.191.539-52, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 03 de Junho de 2013.
DIRCEU JOSÉ KAIPER
Presidente da Mesa

SAMAE**Ext Tp092013**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 18/2013 - TOMADA DE PREÇO Nº09/2013, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

2-OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO MENSAL DE VALES-ALIMENTAÇÃO, ATRAVÉS DE SISTEMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, QUE PERMITAM AOS SERVIDORES DA AUTARQUIA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DURANTE UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL POR MAIS QUATRO PERÍODOS IGUAIS.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 14:00 hs do dia 21/06/2013, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação de Homologação de Edital de Dispensa de Licitação N.º PMC 04/2013**

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 70/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 04/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 70/2013 e, adjudica seu objeto: IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "TURISMO FRONTEIRA DO CONTESTADO". Empresa vencedora: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SC, CNPJ: 82.515.859/0001-06. Valor: R\$ 13.727,21.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Inexigibilidade de Licitação N.º Fmc 01/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMC 01/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMC 01/2013

A Fundação Cultural de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 02.216.925/0001-08, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMC 01/2013 e, adjudica seu objeto: FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE. Empresa vencedora: COLETIVO SANTA CRUZ, CNPJ: 83.189.308/0001-54. Valor: R\$ 3.168,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Inexigibilidade de Licitação N.º FMS 02/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 15/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 02/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMS 15/2013 e, adjudica seu objeto: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA MÉDICA. Empresa vencedora: HOSPITAL SANTA CRUZ LTDA, CNPJ: 83.192.096/0001-64. Valor: R\$ 111.720,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Inexigibilidade de Licitação N.º FMS 03/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 17/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º FMS 03/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMS 17/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS URBANAS MUNICIPAIS DESTINAS A PACIENTES PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - CAPS. Empresa vencedora: COLETIVO SANTA CRUZ LTDA, CNPJ: 83.189.308/0001-54. Valor: R\$ 15.048,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Eletrônico N.º PMC 05/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 63/2013
PREGÃO ELETRONICO N.º PMC 05/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 63/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS NOVOS. Empresa vencedora: MALLON & CIA LTDA, CNPJ: 83.189.605/0001-08. Valor: R\$ 28.891,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Eletrônico N.º PMC 05/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 63/2013
PREGÃO ELETRONICO N.º PMC 05/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 63/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS NOVOS. Empresa vencedora: SUPERAUTO MOTOR LTDA, CNPJ: 72.297.468/0004-43. Valor: 101.650,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º Fmdr 01/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 01/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 01/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMDR 01/2013 e, adjudica seu objeto: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO MECÂNICA DO CAMINHÃO IVECO 230E PLACA MFH 0137 E DA RETROESCAVADEIRA FIAT ALLIS. Empresa vencedora: MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECÂNICA DIESEL LTDA, CNPJ: 02.734.357/0001-29. Valor: R\$ 14.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º Fmdr 01/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 01/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 01/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMDR 01/2013 e, adjudica seu objeto: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO MECÂNICA DO CAMINHÃO IVECO 230E PLACA MFH 0137 E DA RETROESCAVADEIRA FIAT ALLIS. Empresa vencedora: RETIFICA MOTOCAR LTDA, CNPJ: 83.849.109/0001-25. Valor: R\$ 47.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º Fmdr 02/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMDR 02/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMDR 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMDR 02/2013 e, adjudica seu objeto: FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DA RETROESCAVADEIRA RANDON E NEW HOLLAND. Empresa vencedora: RETIFICA MOTOCAR LTDA, CNPJ: 83.849.109/0001-25. Valor: R\$ 55.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 38/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 64/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 38/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 64/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS. Empresa vencedora: JK PNEUS LTDA, CNPJ: 78.653.946/0004-97. Valor: R\$ 217.136,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 38/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 64/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 38/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 64/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS. Empresa vencedora: MODELO PNEUS LTDA, CNPJ: 94.510.682/0001-26. Valor: R\$ 362.993,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 38/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 64/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 38/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 64/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS. Empresa vencedora: RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS E ACESSORIA, CNPJ: 06.889.977/0001-98. Valor: R\$ 148.916,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 38/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 64/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 38/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 64/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS. Empresa vencedora: TEREZA PNEUS LTDA, CNPJ: 01.179.914/0001-24. Valor: R\$ 114.040,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Tomada de Preço N.º FMAS 01/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 03/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMAS 01/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMAS 03/2013 e, adjudica seu objeto: EXECUÇÃO DO PROJETO PROJÓVEM ADOLESCENTE. Empresa vencedora: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA,

CNPJ: 03.788.508/0001-94. Valor: R\$ 26.355,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMAS 05/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 05/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 03/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMAS 01/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMAS 05/2013. Data de assinatura: 27/05/2013. Objeto: EXECUÇÃO DO PROGRAMA PROJÓVEM ADOLESCENTE. Valor: R\$ 26.355,00 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais). Contratada: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA, CNPJ: 03.788.508/0001-94. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Prazo de vigência: 27/05/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 65/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 65/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 70/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 04/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 65/2013. Data de assinatura: 21/05/2013. Contratada: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC, CNPJ: 82.515.859/0001-06. Objeto Contratado: IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "TURISMO FRONTEIRA DO CONTESTADO". Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 13.727,21 (treze mil setecentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos). Prazo: 21/05/2013 à 21/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º PMC 66/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 66/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 28/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 19/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 66/2013. Data de assinatura: 22/05/2013. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Objeto Contratado: ASSENTAMENTO DE 2.200 METROS LINEARES DE MEIO FIO NO LOTEAMENTO TRÊS COQUEIROS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais). Prazo: 22/05/2013 à 22/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-46/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-46/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 41/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 26/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-46/2013 referente ao contrato n.º PMC 46/2013. Data do Aditivo: 23/05/2013. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE DIVERSAS PEÇAS E SERVIÇOS DESTINADOS A REVISÃO GERAL DO BRITADOR. Contratada: BRISFALTO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ: 01.845.183/0001-09. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do contrato que era até 23/05/2013, passará a ser até 24/06/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 4-01/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-01/2012
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 174/2011
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 13/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-01/2012 referente ao contrato n.º PMC 01/2012. Data do Aditivo: 18/02/2013. Objeto Contratado: TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Contratada: TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA, CNPJ: 08.531.769/0001-48. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 129.200,00 (cento e vinte e nove mil e duzentos reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 4-161/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-161/2011
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 207/2011
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 05/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-161/2011 referente ao contrato n.º PMC 161/2011. Data do Aditivo: 27/05/2013. Objeto Contratado: CONTRATO DE LOCAÇÃO. Contratada: SABBAGH BATSCHAUER IMÓVEIS LTDA, CNPJ: 06.024.570/0001-06. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 165,86 (cento e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 5-36/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-36/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 33/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 11/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-36/2012 referente ao contrato n.º PMC 36/2012. Data do Aditivo: 22/05/2013. Objeto Contratado: SERVIÇOS RELATIVOS A ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA. Contratada: CONSTRUTORA E CERÂMICA LMR SUL LTDA, CNPJ: 05.660.367/0001-55. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente contrato, que era até 22/05/2013, passará a ser até 22/07/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Segunda Alteração do Edital de Chamamento Público N.º FMS 01/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
SEGUNDA ALTERAÇÃO DO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO N.º FMS 01/2013

Objeto: Chamamento Público para Credenciamento de Profissionais para prestação de serviços na área médica, com serviços nas especialidades de Psiquiatria e Neurocirurgia.

Inscrições: A partir de 16 de abril de 2013.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro - Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, link - licitações, no local de informações adicionais.

DA ALTERAÇÃO: Valor constante no item 10.2, subitem 10.2.1 e 10.2.2.

10.2. SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO PSIQUIÁTRICO

10.2.1. O valor por consulta será: R\$ 200,00 (Duzentos reais);

10.2.2. O valor por perícia médica será R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Paracer 002/2013 - Comed

INTERESSADO: Secretaria Municipal da Educação/ Escolas Municipais UF: SC

ASSUNTO: Regulamentar o nº de alunos por turma de Pré-Escolar e Ensino Fundamental

RELATORA: Veranice Maria Lovatel

PROTOCOLO: 002

PARECER COMED

Nº: 002/2013 COLEGIADO: CP APROVADO EM: 22/04/2013



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

I - RELATÓRIO

O presente parecer é resultado de leituras da LDB, Constituição Federal, CONAE 2010 de SC, Projeto de Lei do Senado nº 504/2011, Resolução nº 001/2011 do COMED de Capinzal - SC e Artigo 20 do Decreto nº 30.436 de 30 de setembro de 1986 do Estado de Santa Catarina em resposta ao ofício nº 002/2013 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal.

Considerações

Considerando que é um direito da criança e dever do estado garantir o acesso e matrícula das crianças nas escolas (Art 4º da LDB e 205 da Constituição Federal) constatando que a demanda de vagas nas unidades escolares do município vem aumentando gradativamente, percebeu-se então a necessidade de regulamentar o nº de alunos por turma a fim de garantir maior qualidade no atendimento dos alunos em idade Pré-escolar e ensino fundamental da rede municipal.

Considerando o Artigo 20 do Decreto nº 30.436 de 30 de setembro de 1986 do Estado de Santa Catarina que trata da questão do espaço físico e que considera 1,4m² como espaço bom para que não haja uma superlotação e ou 1,3m² com área mínima exigida por lei para cada aluno em sala de aula.

Considerando o documento elaborado da CONAE 2010 de Santa Catarina em sua fase final, que apontava como uma das formas de valorização do professor o respeito ao número máximo de alunos por turma para que o trabalho pedagógico respeitasse a todos. Este documento recomendava como ideal 15 alunos por turma de pré-escola, 20 alunos de séries iniciais e 25 alunos de séries finais. Considerando o projeto de lei nº 504/2011 do Senador Humberto Costa com o objetivo de buscar melhores condições de aprendizagem para as crianças brasileiras e a relação professor aluno fosse facilitada. O projeto destaca que as turmas de pré-escola e dos dois anos iniciais do ensino fundamental contemplem até o máximo de 25 alunos e as demais turmas possam ser compostas por até 35 alunos por turma.

Considerando a recomendação do Mec que prevê os seguintes limites de alunos por turma: Pré escolar (de 4 e 5 anos) até 20 alunos por sala; Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) até 25 alunos e Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) até 30 alunos.

Considerando a demanda cada vez maior de crianças e adolescentes que procuram o ensino municipal, faz-se necessário analisar a realidade local das unidades escolares Capinzalenses para atender o princípio de qualidade, valorização do magistério e necessidade de atendimento do maior nº possível de crianças em fase escolar. Considerando também o ofício nº 002/2013 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal que sugere: maternal - 15 alunos por sala; Pré-escolar II - 20 alunos por sala; Pré-escolar III - 25 alunos por sala; do 1º ao 5º ano - 25 alunos e 6º ao 9º ano - 30 alunos por sala.

Considerando ainda que, para estabelecer o nº máximo de alunos por turma deve-se levar em conta:

- Área das salas de aulas das unidades escolares;
- Turmas com alunos portadores de necessidades especiais;
- Turmas mistas;
- Espaço físico para outras atividades da escola;
- Nº de alunos para desdobramento de turmas.

II VOTO DA PLENÁRIA

Diante do exposto e dos documentos analisados é imprescindível reafirmar que somente a delimitação do número de alunos por turma não garantirá a qualidade do ensino, porém respeitará um dos princípios de valorização dos profissionais da educação e a igualdade de atendimento para todos.

Este Conselho assim se posiciona em relação ao nº de alunos por turma:

Maternal II - 15 alunos por sala;

Pré-escolar II - 20 alunos por sala;

Pré-escolar III - 25 alunos por sala;

Pré misto - 20 alunos por sala;

1º ao 5º ano - 25 alunos por sala;

6º ao 9º ano - 30 alunos por sala.

Em algumas situações poderão ser admitidos 2 (dois) ou 3 (três) alunos a mais por turma pela necessidade de zoneamento e pela observância do espaço físico da sala de aula, desde que respeite a metragem mínima por aluno, considerando o Direito da Criança e do Adolescente ao atendimento escolar.

O número de alunos por sala também deverá ser ponderado, no caso da turma possuir aluno portador de deficiência. A responsabilidade desta regulamentação deverá ser contemplada no Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar.

Levando em conta as mudanças pelas quais a educação vem passando, este Conselho estipula um prazo de 5 (cinco) anos para que a Secretaria da Educação viabilize condições para que todas as unidades escolares estejam aptas a trabalharem respeitando o limite de alunos estipulados neste parecer e contemplem em seus Projetos Políticos Pedagógicos as adequações necessárias em relação as peculiaridades locais.

Conselheira Cinthia Maria Zocoli Campioni/Presidente _____

Conselheira Veranice Maria Lovatel _____

Conselheira Josi Mary Côas _____

Conselheira Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio _____

Conselheira Rosangela V. R. Scheuerman _____

Conselheira Gisele da Graça Matos _____

Conselheira Márcia Regina Melloto _____

Conselheira Ivete Terezinha Gralha _____

Lucélia Alves Dalposso _____

Marcos Antonio Correa _____

Capinzal, SC, 20 de abril de 2013

Parecer 003/2013 - Comed

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação/ Escolas Municipais UF: SC

ASSUNTO: retificar a redação do inciso XVIII do Art 10 da Resolução nº 001/2011 deste Conselho que trata da avaliação do 1º ano do Ensino Fundamental

RELATORA: Veranice Maria Lovatel

PROTOCOLO: 003

PARECER COMED

Nº: 003/2013 COLEGIADO: CP APROVADO EM: 22/04/2013

I - RELATÓRIO

O presente parecer é resultado de leitura e análise da resolução nº 001/2011 em resposta ao ofício nº 002/2013 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal.

Considerações

Considerando que a avaliação é um processo necessário para a progressão dos estudos em todas as unidades escolares do município de Capinzal e que o resultado dessas avaliações são expressos em números bimestrais para arquivamento de dados e histórico escolar no SGE (Sistema Gestão Educacional), faz-se necessário adequar todo Ensino Fundamental da mesma forma.

II - DECISÃO DA PLENÁRIA

Assim, o 1º ano passa a ter avaliações bimestrais e numéricas como as demais séries e a retificação do inciso XVIII do artigo 10 da Resolução nº 001/2011 de 29/04/2011 passa a ter a seguinte redação "A avaliação da 1ª série/1º ano será numérica e bimestral" como já ocorre na prática nas escolas e no Sistema Gestão

Educacional - SGE desde 2012.

Capinzal(SC), 22 de abril de 2013

Conselheira Cinthia Maria Zocoli Campioni/Presidente _____
Conselheira Josi Mary Côas _____
Conselheira Veranice Maria Lovatel _____
Conselheira Rosangela V. R. Scheuerman _____
Conselheira Gisele da Graça Matos _____
Conselheira Márcia Regina Melloto _____
Conselheira Ivete Terezinha Gralha _____
Lucélia Alves Dal'Posso _____
Marcos Antonio Correa _____
Conselheira Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio _____

Portarias

PORTARIA Nº. 629, DE 03 DE JUNHO DE 2013.
Cessa efeito de portaria na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

Art. 1.º Fica cessado o efeito da portaria nº. 026, de 02 de janeiro de 2013, que designou o servidor Paulo Ronaldo Wames, para responder pela Diretoria de Licitações, e concedeu gratificação.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra, produzindo seus efeitos a contar de 31 de maio de 2013.

Capinzal - SC, em 03 de junho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº. 642, DE 03 DE JUNHO DE 2013.
Nomeia servidor na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº. 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações ou sucedânea;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado pelo concurso público originado pelo Edital nº. 22/2011 Glêneste Fernandes Wirth, a contar da presente data.

Art. 2º O servidor exercerá o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº. 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotação na Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 3º Fica averbado na ficha funcional do servidor o tempo de serviço exercido em outros cargos públicos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 03 de junho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 635, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1.º Fica contratado, pelo período de 03 de junho a 31 de dezembro de 2013, Guilherme Schneider Mendonça, para exercer as funções do cargo de Médico - ESF, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, para atuar no Estratégia Saúde da Família - ESF do Loteamento São Luiz da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 03 de junho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº. 637, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1.º Fica contratado, pelo período de 03 de junho a 31 de dezembro de 2013, Leonardo Dozza, para exercer as funções do cargo de Médico - ESF, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, para atuar na Unidade Sanitária Central, da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 03 de junho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº. 636, DE 03 DE JUNHO DE 2013.
Nomeia servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº. 129 de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Vilmar Rech, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Licitações, nível CC - 3, conforme os anexos I e IV-A da Lei Complementar nº. 129, de 12 de agosto de 2009, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº. 006/1991, a contar da presente data.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data supra, produzindo seus efeitos a contar de 01 de junho de 2013.

Capinzal - SC, em 03 de junho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

PMC Conhtrato 0156/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 0156/2013
Convite para Compras e serviços Nº 002/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal
CONTRATADA: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA

OBJETO: Aquisição de placas refletivas, semi-pórticos, suporte, tachas-tachão e calotas, cola, micro, esfera, fita, cone para sinalização de faixas em vias públicas, a serem utilizadas em diversos locais do município, recursos próprios.
VALOR R\$: 52.745,40

VIGÊNCIA: 04/06/2013 ate 31/12/2013

SIMAE

Extrato de Contrato Nº Cao/16/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº CAO/16/2013
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S.A.
CNPJ DO CONTRATADO: 00.000.000/0644-08

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/19/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).
VALOR: R\$ 1,08 (UM REAL E OITO CENTAVOS) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013
VIGÊNCIA: 01/06/2013 A 31/05/2014

Extrato de Contrato Nº Cao/17/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº CAO/17/2013
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.
CNPJ DO CONTRATADO: 01.181.521/0001-55

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/18/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).
VALOR: R\$ 1,08 (UM REAL E OITO CENTAVOS) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013
VIGÊNCIA: 01/06/2013 A 31/05/2014

Extrato de Contrato Nº Cao/18/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº CAO/18/2013
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL CAMPOS NOVOS LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 78.862.083/0001-15

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/15/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).
VALOR: R\$ 1,08 (UM REAL E OITO CENTAVOS) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013
VIGÊNCIA: 01/06/2013 A 31/05/2014

Extrato de Contrato Nº Cao/19/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº CAO/19/2013
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS VALE DO RIO DO PEIXE SICOOB CREDIRIO/SC.
CNPJ DO CONTRATADO: 78.865.995/0001-40

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/16/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).
VALOR: R\$ 1,08 (UM REAL E OITO CENTAVOS) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013
VIGÊNCIA: 01/06/2013 A 31/05/2014

Extrato de Contrato Nº Cao/20/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº CAO/20/2013
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ DO CONTRATADO: 60.746.948/0001-12

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/20/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).
VALOR: R\$ 1,08 (UM REAL E OITO CENTAVOS) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013
VIGÊNCIA: 01/06/2013 A 31/05/2014

Extrato de Contrato Nº Cao/21/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº CAO/21/2013
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE OURO - SULCREDI/OURO
CNPJ DO CONTRATADO: 07.853.842/0001-35

OBJETO: TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/17/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).

VALOR: R\$ 1,08 (UM REAL E OITO CENTAVOS) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013
VIGÊNCIA: 01/06/2013 A 31/05/2014

Extrato de Contrato Nº Cao/22/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/22/2013

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL S.A.

CNPJ DO CONTRATADO: 00.360.305/1071-70

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/14/2010, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS. (RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA).

VALOR: R\$ 1,08 (UM REAL E OITO CENTAVOS) pelo recebimento de cada fatura/documento.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013
VIGÊNCIA: 01/06/2013 A 31/05/2014

Extrato de Contrato Nº Cao/23/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/23/2013

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA.

CNPJ DO CONTRATADO: 00.532.330/0001-28

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/19/2011, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALOR: R\$ 2.247,79 (DOIS MIL DUZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013
VIGÊNCIA: 01/06/2013 A 31/05/2014

Chapadão do Lageado

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº066 de 28 de Maio de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº066 de 28 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA REGULAMENTAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Sebold, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. - Este Decreto estabelece normas e procedimentos para o controle eficiente dos bens móveis, imóveis e intangíveis que compõe o patrimônio público da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, que contém as seguintes etapas:

I - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS;

I.1. Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.

II - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO.

II.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação, amortização e exaustão, e vida útil dos bens móveis;

II.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos;

II.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.

Seção I - Dos Conceitos

Art. 2º. Para fins de cumprimento deste Decreto entende-se que:
I - DEPRECIACÃO é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

II - AMORTIZAÇÃO é a perda de valor dos bens imateriais em razão do tempo. Enquanto a Depreciação é usada para os bens materiais (tangíveis) a Amortização é usada para os bens imateriais (intangíveis) como marcas e patentes.

III - EXAUSTÃO é o fenômeno patrimonial que caracteriza a perda de valor que sofrem as imobilizações suscetíveis de exploração e que se esgotam no decorrer do tempo, como por exemplo as reservas minerais e vegetais (bosques, florestas, jazidas..etc).

IV - MENSURAÇÃO é o ato de medir, ou seja, consiste na atribuição de valores monetários aos elementos que compõem o patrimônio.

V - VALOR BRUTO CONTÁBIL é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

VI - VALOR DEPRECIÁVEL, AMORTIZÁVEL E EXAURÍVEL é o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual, quando possível ou necessária a sua determinação.

VII - VALOR RESIDUAL é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

VIII - VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

IX - VIDA ÚTIL ECONÔMICA é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.

X - VALOR RECUPERÁVEL é o valor de venda de um ativo menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda), ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto (valor em uso), o que for maior.

XI - VIDA ÚTIL é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

XII - BEM TANGÍVEL - é aquele que pode ser possuído e realizado. São os bens físicos e materiais que podem ser tocados e vistos. Neste grupo temos os bens móveis e imóveis.

XIII - BEM INTANGÍVEL - são Aqueles que não podem ser tocados e vistos, ou seja, são os bens que possuem valor econômico mas carecem de substância física.

XIV - BENS DE USO COMUM também chamados de Bens de Infraestrutura são os bens de uso geral, que podem ser utilizados livremente por todos os indivíduo, como as praças, rios, praias, os parques, as vias públicas, as pontes etc.

CAPÍTULO II DO RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO

Art. 3º. - Para atendimento do item I do Artigo 1º serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Instituição de Comissão específica, para promoção de levantamento geral dos bens da entidade, confrontando-os com os registros constantes Controle do Patrimônio

II - promover a reavaliação dos mesmos, a preços de mercado, ou a valor recuperável.

III - Adoção de procedimentos específicos, visando ao Controle de Patrimônio, a possibilidade de averiguação periódica de incorporação, baixa e movimentação dos bens.

IV - Elaboração de relatórios específicos, pelo Controle de Patrimônio, encaminhando-os ao Departamento de Contabilidade, para a evidenciação das incorporações, baixas ou movimentação dos bens.

V - Quando se tratar de Bem Imóvel proceder-se-á levantamento junto aos Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, averiguando-se assim a situação jurídica desses imóveis; bem como a averiguação física dos mesmos, com a reavaliação destes, a preço de mercado ou a valor recuperável, promovendo-se destarte o reconhecimento e a mensuração deste ativo.

VI - Com relação aos Bens Intangíveis adotar-se-á os seguintes procedimentos:

VI.1 - Adoção de procedimento específico visando à identificação de possíveis bens intangíveis que componham o patrimônio da entidade.

VI.2 - Reconhecimento dos bens intangíveis somente nos casos em que for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e quando o custo deste ativo possa ser mensurado com segurança.

VI.3 - Mensuração dos bens intangíveis com base no valor de aquisição ou de produção, exceto aqueles obtidos a título gratuito, ou daqueles com impossibilidade de valoração, cujas avaliações devem ser objeto de notas explicativas.

VI.4 - Evidenciação somente dos bens intangíveis que possam ser reconhecidos e mensurados com segurança.

Artigo 4º. - As normas aqui estabelecidas são aplicáveis a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina.

Seção I - Da Responsabilidade

Artigo 5º. - Compete ao servidor que vier a ser designado pelo Presidente da Câmara a supervisão, guarda e controle dos bens patrimoniais com o auxílio direto do responsáveis dos centros de custos.

Parágrafo Único - Para garantir a responsabilidade pela guarda e preservação dos bens o coordenador do patrimônio deverá:

I - levar ao conhecimento de todos os responsáveis do centro de custo o teor deste regulamento;

II - recolher de cada responsável, a assinatura no "Termo de Responsabilidade" dos bens que estão sob sua guarda e proteção.

III - exigir dos responsáveis a comunicação no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, do conhecimento da ocorrência de extravio, perda, roubo, furto ou qualquer outra anormalidade que venha ocorrer com os bens sob sua responsabilidade.

IV - instituir cronograma de inspeção periódica nos diversos Centros de Custos.

V - instituir penalidade aos responsáveis, quando verificado na inspeção a ausência de bens patrimoniais que não tenha sido objeto de comunicação de acordo com o item III.

Seção II - Do Tombamento

Artigo 6º. - Tombamento é o ato de incorporar um bem ao cadastro patrimonial, com a numeração e a identificação respectiva.

Parágrafo Único - Devem ser incorporadas ao patrimônio, além dos bens imóveis, todos os bens móveis adquiridos por compra, por doação por permuta ou fabricados pela própria municipalidade, e

cujas durabilidade seja superior a dois anos.

Artigo 7º. - Para proceder o tombamento de um bem novo que vier a ser adquirido, o coordenador do patrimônio deverá obedecer os seguintes passos:

I - solicitar do setor de almoxarifado ou na ausência deste, do setor de contabilidade a nota de empenho e respectiva nota fiscal.

II - obedecer no cadastramento do bem, a classificação contábil adotada no empenho.

III - afixar a plaqueta de identificação e inserir o bem no sistema de Controle Patrimonial.

IV - imprimir o novo Termo de Responsabilidade e colher a assinatura do responsável do centro de custo onde o bem foi cadastrado.

Artigo 8º. - No caso de bem móvel recebido em doação, deverá acompanhar no ato do tombamento o Termo de Doação firmado entre as partes e a Lei Autorizativa.

Artigo 9º. - Para tombamento de um bem imóvel deverá o coordenador do Patrimônio estar munido do documento comprobatório que podem ser:

a) No caso de terreno, documento que comprove a sua propriedade (escritura pública).

b) No caso de edificação, termo de recebimento definitivo da obra.

Seção III - Da Movimentação

Artigo 9º. - A movimentação de um bem patrimonial consiste no ato de alterar a sua localização, ou seja, passar de um centro de custo para outro.

Artigo 10. - Quando o bem é transferido dentro da mesma unidade gestora será emitido o Termo de Transferência que será assinado pelo responsável do centro de custo de origem e do centro de custo de destino.

Artigo 11. - Quando a transferência ocorrer entre unidades gestoras distintas da Administração será emitido o Termo e Transferência de Bens entre Entidades".

Artigo 12 - No órgão de destino será feita a incorporação do bem cedido, mantendo o número da plaqueta da Entidade de Origem.

Artigo 13. - Quando a Transferência ocorrer entre Unidades Gestoras a formalização do Ato se dará por Decreto do Chefe do Poder.

Seção IV - Das Baixas

Artigo 14. A baixa de um bem, também chamado de destombamento ou desincorporação consiste na exclusão do bem do cadastro patrimonial de uma unidade administrativa.

§ 1º. - A baixa poderá acontecer em virtude das hipóteses abaixo enumeradas:

I - Alienação;

II - Desaparecimento (furto, roubo, perda ou extravio).

III - Imprestável.

§ 2º. - a alienação de bens móveis ou imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação e de licitação.

§ 3º. - o laudo de avaliação é o documento utilizado pela comissão técnica constituída para promover a avaliação de bens patrimoniais destinados a alienação, que deverá conter, no mínimo os seguintes itens:

a) número;

b) registro patrimonial de bens alienados (identificação, quantidade e especificação);

c) estado de conservação;

d) data da avaliação;

e) valor estimado e;

f) assinatura dos membros da comissão.

§ 4º. - A comissão de avaliação será composta de no mínimo três pessoas a serem indicadas pelo Presidente da Câmara.

§ 5º. - No caso de bem móvel desaparecido por furto, roubo, perda ou extravio, o responsável pelo setor do patrimônio deverá providenciar o boletim de ocorrência no prazo máximo de 05 (cinco) dias, e se necessário, proceder à abertura da sindicância administrativa.

§ 6º. - Os bens imprestáveis serão recolhidos ao almoxarifado

central, que após a avaliação, será providenciado a sua baixa do cadastro patrimonial.

Seção V - Da Inspeção

Artigo 15. A inspeção consiste na visita do coordenador do patrimônio aos centros de custos, visando garantir o fiel cumprimento deste regulamento.

Parágrafo Único - A inspeção consiste em:

I - Comparar os bens relacionados no Termo de Responsabilidade emitido no levantamento ou última inspeção realizada com os atualmente existentes no centro de custo;

II - Cadastrar possíveis bens novos existentes que não constam no cadastro patrimonial, verificando em especial a sua origem;

III - Verificar o destino do bem existente no cadastro patrimonial mas não localizado no centro de custo por ocasião da inspeção.

IV - Verificar o estado de conservação dos bens e proceder se necessário, a sua respectiva correção ou depreciação.

Artigo 16. A inspeção tem por objetivo propor a adoção de providências administrativas quando verificado o não cumprimento das normas patrimoniais.

Artigo 17. Após a inspeção e dos ajustes realizados deverá ser emitido novo Termo de Responsabilidade para assinatura do responsável.

Seção VI - Do Inventário Patrimonial

Artigo 18. - O inventário físico dos bens patrimoniais é o relatório final que conterá o quantitativo, a descrição, a identificação e a localização de todos os bens que compõem o cadastro patrimonial.

Artigo 19. - O inventário patrimonial juntamente com o relatório dos bens por conta e/ou natureza deverá ser emitido ao final de cada exercício financeiro e entregue ao Departamento de Contabilidade para que este proceda os ajustes necessários para fechamento do inventário com os assentos contábeis.

CAPÍTULO III

REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS, RESULTANTES OU INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, TAIS COMO DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO

Seção I - Da Depreciação

Art. 20. - Para o cálculo da depreciação dos bens que compõem o patrimônio público da Câmara de Vereadores do município de Chapadão do Lageado, será adotado a tabela abaixo, que define o período de vida útil de cada conta contábil bem como o seu valor residual:

CONTA	TÍTULO	Vida Útil	Taxa. Mensal	Valor Residual
14212.02.00	AERONAVES	--	-	--
14212.04.00	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15 anos	0,500%	10%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10 anos	0,667%	20%
14212.08.00	APARELHOS , EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAS E HOSPITALARES.	15 anos	0,445%	20%
14212.10.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSOES	10 anos	0,750%	10%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	10 anos	0,750%	10%

14212.13.00	ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10 anos	0,750	10%
14212.14.00	ARMAMENTOS	20 anos	0,354	15%
14212.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	- -	-	- -
14212.18.00	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10 anos	0,840	0%
14212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5 anos	1,500	10%
14212.20.00	EMBARCACOES	- -	-	- -
14212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRU-LHAMENTO	20 anos	0,375	10%
14212.24.00	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10 anos	0,750	10%
14212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20 anos	0,375	10%
14212.28.00	MAQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL	20 anos	0,375	10%
14212.30.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10 anos	0,750	10%
14212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15 anos	0,500	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10 anos	0,750	10%
14212.34.00	MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10 anos	0,750	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCES-SAMENTOS DE DADOS	5 anos	1,500	10%
14212.36.00	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENSÍLIOS DE ESCRI-TORIO	10 anos	0,750	10%
14212.38.00	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFI-CINA	10 anos	0,750	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10 anos	0,750	10%
14212.40.00	MAQ. EQUI-PAMENTOS UTENSÍLIOS AGRICOLAS, AGROPECUÁRIOS E RODO-VIARIOS	10 anos	0,750	10%
14212.42.00	MOBILIARIO EM GERAL	10 anos	0,750	10%

14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-	-
14212.46.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10 anos	0,750	10%
14212.48.00	VEICULOS DIVERSOS	15	0,500	10%
14212.49.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESER-VADO	10 anos	0,750	10%
14212.50.00	VEICULOS FERROVIARIOS	30 anos	0,250	10%
14212.51.00	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10 anos	0,750	10%
14212.52.00	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15 anos	0,50	10%
14212.53.00	CARROS DE COMBATE	30 anos	0,250	10%
14212.54.00	EQUIP., PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30 anos	0,250	10%
14212.56.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACES. DE PROTECAO AO VOO	30 anos	0,250	10%
14212.57.00	ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	5 anos	1,500	10%
14212.58.00	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15 anos	0,500	10%
14212.60.00	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15 anos		10%
14212.83.00	EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10 anos	0,750	10%

§ 1º - As contas 14212.02.00 (AERONAVES), 14212.16.00 (BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS) e 14212.20.00 (EMBARCACOES) não possuem valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição da vida útil e valor residual ficará a critério dos órgãos que possuem tais bens.

§ 2º - A conta 14.212.44.00 (OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO) não possui valores estipulados porque obras de arte e peças em exposição são bens que não sofrem depreciação.

Art. 21. - A depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Art. 22. O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

Art. 23. - A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

Seção II - Do Método De Depreciação

Art. 24. - O método de depreciação, amortização e exaustão deve ser compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente.

Art. 25. - O método a ser utilizado pelo Câmara Municipal de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado para o cálculo da

depreciação é o Método Linear também chamado de Método de Quotas Constantes que consiste na aplicação de taxas constantes durante o tempo de vida útil estimado para o bem, ou seja, é a divisão do valor a ser depreciado pelo período de vida útil.

§ 1º. - Para o cálculo da depreciação mensal temos que definir as seguintes variáveis:

a) Vi = Valor inicial do bem;

b) Vr = Valor Residual;

c) n = vida útil em meses

§ 2º. - Com base no caput do parágrafo anterior, a depreciação mensal

dos bens será calculada pela seguinte fórmula:

Depreciação Mensal = $\frac{Vi - Vr}{n}$

n

Seção III - Da Amortização

Art. 26. Amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Parágrafo Único - A amortização é um mecanismo utilizado principalmente para registro da perda de valor de bens intangíveis (marcas e patentes) e para amortizar o custo das construções e benfeitorias em bens locados, arrendados ou cedidos por terceiros.

Art. 27 - A taxa de amortização será fixada tendo em vista o período restante da existência do direito de locação, arrendamento ou cessão.

Parágrafo Único - A taxa de amortização será obtida pelo método linear (ou método das quotas constantes). O custo do intangível amortizável é distribuído, através do seu prazo de duração ou existência, de forma uniforme, de acordo com a seguinte fórmula:

Taxa de Amortização = $\frac{100\%}{n}$

Vida útil do bem

Seção IV - Da Exaustão

Art. 28 - A exaustão consiste em esgotar completamente o valor de um bem. Em termos contábeis, a exaustão se relaciona com a perda de valor dos bens ou direitos do ativo, ao longo do tempo, decorrentes de sua exploração (extração ou aproveitamento) mineral ou florestal.

Parágrafo Único - O método utilizado para o cálculo da exaustão é obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

Exaustão = $\frac{\text{Valor do Ativo}}{\text{prazo estimado para esgotamento}}$

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 29. - Os casos omissos serão objeto de regulamentação adicional por parte da coordenação e controle de patrimônio.

Artigo 30 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 31. - Registre-se e publique-se.

Sala das sessões, 29 de maio de 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Decreto Legislativo Nº067 de 28 de Maio de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº067 de 28 de maio de 2013.

"HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO COM O CERVIDA".

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas

atribuições legais e regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º- Fica homologado o TERMO DE CONVÊNIO COM O CERVIDA, firmado no dia 02 de maio 2013 perdurando sua vigência pelo prazo de 05 (cinco anos), entre o Município de Chapadão do Lageado e a referida Instituição.

Parágrafo único. Faz parte integrante deste Decreto o Termo de Convênio firmado em 02 de maio de 2013.

Art. 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 29 de maio de 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 5/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2013- PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: contratação de empresa de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra comum, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para a execução de reforma na Praça do Bairro Santa Cruz, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/06/2013.
Abertura: dia 20/06/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 04 de junho de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 65/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de assessoramento ao trânsito do município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/06/2013.
Abertura: dia 18/06/2013 às 10h00min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br.

br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 04 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato 1º TA Contrato Nº 154/2013 - PMC

Contrato Nº : 154/2013

Aditivo Nº : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JANETE F.MOREIRA VIEIRA ME

Licitação : Pregão Presencial 46/2013

Objeto : Contratação de empresa para efetuar os serviços de preparo das refeições, limpeza, higienização e organização, nas dependências das Unidades Escolares Municipais.

Vigência : Início: 27/05/2013 Término: 10/01/2014

Assinatura : 27/05/2013

Valor R\$: 16.272,00 (Dezesseis Mil e Duzentos e Setenta e Dois Reais)

Dotação : 30 - 06.001.2012.333903401000000.01010000

Extrato Contrato Nº 177/2013 - PMC

Contrato Nº : 177/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TERRA OESTE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 14/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de cascalho e calcário para atender os trabalhos das Secretarias, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 28/05/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 28/05/2013

Valor R\$: 7.450,00 (Sete Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 121 - 10.001.2038.333903999000000.01000000

Dotação : 76 - 07.001.2026.333903999000000.01000000

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903999000000.01000000

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903999000000.01000000

Edital de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae - Atendimento Educacional Especializado

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças



Edital de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 31.356,00 (trinta e um mil trezentos e cinquenta e seis reais).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae - Mais Educação Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Mais Educação Fundamental, no valor de R\$ 2.064,00 (dois mil e sessenta e quatro reais).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Alimentação Escolar - Pnae - Pré Escola

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 14.890,00 (catorze mil oitocentos e noventa reais).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Educação Infantil

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 2.380,22 (dois mil trezentos e oitenta reais e vinte e dois centavos).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 16.619,56 (dezesesseis mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013.
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Fnde/Pnate - Transporte Escolar - Ensino Médio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.636,62 (seis mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Merenda Escolar - Pnae - Creche

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 34.020,00 (trinta e quatro mil e vinte reais).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Edital de Notificação - Convênio Merenda Escolar - Pnae - Eja

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Merenda Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais).

Concórdia SC, 04 de junho de 2013
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro Maio 2013****SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	192.249,30
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	185.498,04
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	148.112,12
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.938,02
		INVESTIMENTOS	447,90
		Despesas Intra-orçamentárias	6.751,26
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.751,26
Receita Extra - Orçamentária	462.618,44	Despesa Extra - Orçamentária	214.236,61
DEPÓSITOS	23.169,14	DEPÓSITOS	21.987,31
CONSIGNAÇÕES	23.169,14	CONSIGNAÇÕES	21.987,31
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.853,09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.853,09
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.034,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.034,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	9.265,49	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	9.265,49
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MI	3.766,75	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	3.766,75
PLANOS DE SEGUROS	59,27	PLANOS DE SEGUROS	57,14
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.190,54	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	10,84
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	192.249,30	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	192.249,30
OBRIGAÇÕES A PAGAR	192.249,30	OBRIGAÇÕES A PAGAR	192.249,30
FORNECEDORES	37.385,92	FORNECEDORES	37.385,92
PESSOAL A PAGAR	126.503,72	PESSOAL A PAGAR	126.503,72
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	28.359,66	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	28.359,66
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	247.200,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	247.200,00		
REPASSE RECEBIDO	247.200,00		
Saldos anteriores	337.042,12	Saldos atuais	393.174,65
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	271.213,78	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	372.393,48
BANCO C/ MOVIMENTO	65.828,34	BANCO C/ MOVIMENTO	20.781,17
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	799.660,56	Total	799.660,56

CONCORDIA, 03/06/2013

 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Presidente

 DELAIR M. S. DALLEGRAVE
 Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1025/2013 - Altera o Art. 14 da Lei 1000/2012

Lei Nº 1025/2013

"ALTERA O ART. 14 DA LEI N. 1000/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 14 da lei nº 1000/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município, serão divulgadas independentemente de requerimento, no mural público, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º- IV - Informações concernentes aos procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos extratos dos editais e resultados, bem como extrato de contratos celebrados."

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar os atos necessários às adaptações relativas aos fatos e atos provenientes da alteração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei 1026/2013 - Utilização de Imóveis da Municipalidade Para Cursos Técnicos

Lei Nº 1026/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS DA MUNICIPALIDADE PARA CURSOS TÉCNICOS AOS CIDADÃOS CORDILHEIRALTENSES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 78 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a dispor precária e discricionariamente da sala do CRAS - Centro de Referência e Assistência Social e o Centro Social de Múltiplo Uso, bem público especial, para a utilização por entidades vinculadas à Educação técnica e profissionalizante.

Parágrafo único - A cessão de uso dar-se-á para fim específico de cursos técnicos e profissionalizantes, excluída qualquer outra atividade diferente.

Art. 2º - Os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura Municipal, para protocolar requerimento dirigido ao Chefe do Poder Executivo, constando o motivo e a pretensão para a utilização do bem público, com sugestão de data, horário e a duração do mesmo, o qual será decidido de forma discricionária pela autoridade competente.

Art. 3º No período de uso, deverá ser respeitada a finalidade do bem público especial referido na presente Lei, bem como zelar pela conservação e segurança dos equipamentos e mobiliários, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

Art. 4º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei Complementar 94/2013 - Institui o Prefica

LEI COMPLEMENTAR Nº. 94/2013

"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA- PREFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover programa de recuperação de crédito fiscal de Cordilheira Alta, - PREFICA, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2012, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, abrangendo todos os Tributos e outros créditos originários de prestação de serviço.

Art. 2º. O ingresso no programa de que trata esta Lei Complementar, dar-se-á por opção do devedor, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo, até a data de noventa dias após a entrada em vigor da presente Lei Complementar. Parágrafo único - Poderá o município encaminhar notificação a todos os devedores, informando os valores devidos e a forma de pagamento autorizada nesta Lei Complementar.

Art. 3º. O débito consolidado na forma desta Lei Complementar, atualizado monetariamente até a data da assinatura de adesão ao programa, poderá ser parcelado em até cinco vezes, autorizada a concessão de anistia sobre os encargos como multas e juros e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, observadas as seguintes condições:

I - anistia de 100% (cem por cento), para o contribuinte que requerer o PREFICA e pagar em parcela única no ato;

II - 80% (oitenta por cento), para o contribuinte que requerer o PREFICA e pagar em duas parcelas, uma no ato e uma em trinta dias;

III - 60% (sessenta por cento), para o contribuinte que requerer o PREFICA e pagar em três parcelas, uma no ato, uma em trinta dias e a última em sessenta dias.

IV - 40% (quarenta por cento), para o contribuinte que requerer o PREFICA e pagar em quatro parcelas, uma no ato, a segunda em trinta dias a terceira em sessenta dias e a última em noventa dias.

V - 20% (vinte por cento), para o contribuinte que requerer o PREFICA e pagar em cinco parcelas, uma no ato, a segunda em trinta dias a terceira em sessenta dias, a quarta em noventa dias e a última em cento e vinte dias.

§ 1º O valor mínimo de cada parcela será de R\$100,00 (cem reais) para o sujeito passivo pessoa jurídica, e de R\$50,00 (cinquenta reais) para o sujeito passivo pessoa física.

Art. 4º. As parcelas do PREFICA não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 5º. Os prazos de vencimento para recolhimento das parcelas,

objeto do PREFICA, somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Secretaria da Fazenda e da rede bancária, prorrogando-se, para o primeiro dia útil subsequente, a data do vencimento.

Art. 6º. O município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar, ficando autorizada a contratação de meios de comunicação em caráter excepcional para a consecução do objeto deste artigo.

Art. 7º. Para os débitos que estejam em fase de execução fiscal, o contribuinte deverá efetuar o pagamento das custas e despesas processuais decorrentes, calculadas pelo Poder Judiciário.

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar créditos tributários ou não, legalmente corrigidos com multas, juros de mora e correção monetária, inscritos em dívida ativa ou não, até a data de 31 de dezembro de 2012

Art. 9º. Os débitos originários de serviços de hora máquina poderão ser enquadrados na Lei de Incentivos à Agricultura e parcelados pelo contribuinte da seguinte forma:

I- Em parcela única, em até 45 (quarenta e cinco) dias, cumpridos os requisitos da Lei Complementar de incentivos à agricultura em vigor à época.

Art. 10º. A adesão ao PREFICA importa em renúncia a recursos administrativos e judiciais que visem reclamar presumíveis direitos do contribuinte.

Art. 11º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 12º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Curitibanos

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 130/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, decreto 7.892/2013, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 18/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel.

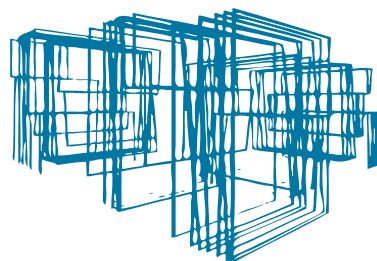
Vidal Ramos, 860 .

A partir das 09:00 horas do dia 18/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente e/ou na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 29 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro



**Programa de
Gestão de Obras**



**Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 104/2013

Data do Registro: 03/06/2013

Válido até: 03/06/2014

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAL DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL (SCANNER /REDE/FAX E COPIADORA)</p> <p>ESPECIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> -MULTIFUNCIONAL -REDE (FUNCIONAR EM REDE SEM NECESSIDADE DE ESTAR ESCRAVA A UM COMPUTADOR) -SCANNER -FAX -COPIADORA -VELOCIDADE DE IMPRESSÃO PRETO(NORMAL, A4): ATÉ 18PPM -VELOCIDADE DE IMPRESSÃO PRETO (NORMAL,CARTA): ATÉ 19PP, CICLO DE TRABALHO(MENSAL, A4): ATÉ 8000 PÁGINAS -VOLUME MENSAL DE PÁGINA RECOMENDADO:250 ATÉ 2000 -QUALIDADE DE IMPRESSÃO PRETO(ÓTIMA): ATÉ 600 X 600 DPI(1200 DPI EFETIVOS) -OPÇÕES DE IMPRESSÃO FRENTE E VERSO:MANUAL COM FORNECIMENTO DE SUPORTE DE DRIVER -TIPOS DE SUPORTES SUPORTADOS:PAPEL (NORMAL PARA IMPRESSÃO A LASER), ENVELOPES,TRANSPARÊNCIAS, ETIQUETAS, CARTOLINA, POSTAIS -VELOCIDADE DE PROCESSADOR- 400 MHZ -MEMÓRIA PADRÃO: 64MB -MEMÓRIA MÁXIMA:64 mb -TIPO DE DIGITALIZAÇÃO:DASE PLANA, ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS -RESOLUÇÃO ÓTICA DE DIGITALIZAÇÃO:ATÉ 1200 DPI OU ACIMA -PROFUNDIDADE DE BITS:24 BITS OU MAIOR -TAMANHO DA DIGITALIZAÇÃO NO SCANNER DE MESA(MÁXIMO): 216 X 297MM -QUALIDADE DE DIGITALIZAÇÃO PRETO(NORMAL): ATÉ 6PPM OU ACIMA -RESOLUÇÃO DE CÓPIA (TEXTO):ATÉ 600 X 400 dpi -DIMENSIONAMENTO DA COPIADORA:25 ATÉ 400% -PÁGINAS A 4 GUARDADAS NA MEMÓRIA: ATÉ 500 PÁGINAS RESOLUÇÃO(PRETO E BRANCO, MELHOR MODO):MATE 300 X 300 dpi OU ACIMA MARCAÇÃO DE NÚMEROS COM O MÁXIMO VELOCIDADE: ATÉ 100 NÚMEROS OU ACIMA -ENVIO DE FAX ADIADO:SIM -CONECTIVIDADE PADRÃO: PORTA USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE: PORTA PARA REDE ETHERNET 10/100 BASE-t; PORTA RJ-11 PARA TELEFONE -POSSUIR DISPOSITIVO QUE AMPARE O PAPEL APÓS IMPRESSO OU FOTOCOPIADO -MARCAÇÃO DE NÚMEROS COM A MÁXIMA VELOCIDADE: ATÉ 100 NÚMEROS OU ENVIO DE FAX ADIADO:SIM -CARTUCHO BONNER 85A -IMPRESSORA DEVE SER ENTREGUE COM PELO MENOS 1(UM) CARTUCHO TONNER 85A ORIGINAL GARANTIA: -MINIMA DE 01 (UM) ANO CONDIÇÕES DE ENTREGA: -TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES INSTALADOS E PRONTO PARA O USO, SENDO QUE TODOS OS MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO CORRERÃO POR CONTA DO PROPONENTE. OS PROPONENTES PODERÃO EFETUAR INSPEÇÃO PRÉVIA AO CERTAME, NO LOCAL PRÉ-DEFINIDO PARA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO NO QUARTEL DO 28BM, DAS 1300H ÀS 19:00 H, EM DIA ÚTIL, A FIM DE SANAR EVENTUAIS DÚVIDAS - A IMPRESSORA DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM LINUX, E FUNCIONAR COM A VERSÃO 12.04 UBUNTU (01-10-0952) 	UN	NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. (336864)	HP 1212	0	1.098,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 104/2013****Data do Registro: 03/06/2013****Válido até: 03/06/2014****Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAL DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	MICROCOMPUTADOR COMPLETO: PLACA MÃE QUE SUPORTE PROCESSADORES DE SEGUNDA GERAÇÃO; GRAFICOS MELHORADOS HD GRAPHICS 2000/3000 INTEGRADOS NO PROCESSADOR; INTERFACE HDMI PARA EXCELENTE REPRODUÇÃO DE VÍDEO HD; SUPORTA INTERFACE PCI-EXPRESS DA TERCEIRA GERAÇÃO; DESIGN COMPLETAMENTE NOVO ULTRA DURABLE 4 CLASSIC; PROTEÇÃO DUA EUFI BIOS COM CAPACIDADE PARA INICIAR POR HDD COM 3 TB+; PROCESSADOR COM 5 NÚCLEOS 3.0 GHZ 6MB; MEMORIA DDR3 4GB PC 1333; HD 500GB 7200 RPM; DRIVE DE GRAVADOR DVD RW; GABINETE ATX FONTE SATA 4 BAIAS; MONITOR 20" SLIM LED; MOUSE NETSCROL PRETO PIANO PS/2; TECLADO ABNT2 102 PORTUGUÊS PS/2; CAIXA DE SOM; ESTABILIZADOR 300VA NOVO PADRÃO COM CERTIFICADO ABNT. (01-09-0270)	UN	SANDRO VILMAR PIRES ME (336574)	PAUTA	0	1.700,0000	1
			NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. (336864)	NETDONIL	0	1.880,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 104/2013****Data do Registro: 03/06/2013****Válido até: 03/06/2014****Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAL DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	UNIDADE DE DISCO (EXTERNO) COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: CAPACIDADE DO DISCO RÍGIDO 1000 GB ANFITRIÃO INTERFACE USB 3.0, TAMANHO DO DISCO RÍGIDO 2,5" TRANSMISSÃO DE DADOS, DE DADOS USB TAXAS DE TRANSFERÊNCIA DE 480, 5000 MBIT/S, PORTAS E INTERFACES USB 3.0 QUANTIDADE DE PORTAS I GESTÃO DE ENERGIA USB ALIMENTADO PESOS E DIMENSÕES OZ PESO 30,3(860G) NETO LARGURA 1,85 " (47MM) PESOS E DIMENSÕES PROFUNDIDADE 7,13 " (181 MM) ALTURA 5,12 " (130MM) ILUMINAÇÃO/ALARMES LED DE ENERGIA INDICADORES STAND-BY CONDIÇÕES OPERACIONAIS TEMPERATURA DE OPERAÇÃO (T-T) 5 - 40° C GAMA DE TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO (T-T) -M 20 - 65 ° C INCLUIDOS: CABOS USB DETALHES TÉCNICOS PLUG AND PLAY USB NECESSÁRIA (01-09-0271)	UN	NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. (336864)	SAMSUNG	0	329,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 104/2013

Data do Registro: 03/06/2013

Válido até: 03/06/2014

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAL DA ORGANIZAÇÃO BOMBEIRO MILITAR.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2013****PROCESSO Nº 104/2013**

(336574) - SANDRO VILMAR PIRES ME

(336864) - NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Curitibanos, 3 de Junho de 2013.

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº 087, de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 087, de 03 de junho de 2013.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 312, de 24 de abril de 2013 e Art. 2º, V da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a assinatura de Convênio com a Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc de Criciúma em Conjunto com o Criciúma Esporte Clube para fins de estruturar e organizar escolinha de futebol com o fim de proporcionar formação/educação de atletas do Município voltados ao desenvolvimento do esporte amador;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir FABIANA PAULINO, em Caráter Temporário, para ocupar a função de MONITOR, para fins de estruturar e organizar escolinha de futebol voltada ao desenvolvimento do esporte amador, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 03 de junho de 2013 e encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de junho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.866, de 27 de Maio de 2013.

LEI Nº 1.866, DE 27 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DOAR IMÓVEL AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Forquilha, autorizado a doar ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP-SC, imóvel sem benfeitorias, de propriedade do Município, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, constituído de um terreno urbano com área total de 4.600,00m2 (quatro mil e seiscentos metros

quadrados), registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 7.062.

Art. 2º O terreno, objeto da presente lei, se destina à construção do prédio próprio da Delegacia de Polícia deste Município.

Art. 3º O Governo do Estado de Santa Catarina compromete-se em realizar a construção prevista no art. 2º da presente lei, no prazo de 1 (um) ano contado da assinatura do termo de doação, sob pena de reversão do imóvel doado ao Patrimônio Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta e dotação própria consignada no orçamento vigente do Município.

Art. 5º A escritura pública de doação do terreno objeto desta Lei, será lavrada em nome do Governo do Estado de Santa Catarina, mediante designação de seu representante legalmente constituído.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se às disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 27 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.867, de 27 de Maio de 2013

LEI Nº 1.867, DE 27 DE MAIO DE 2013.

CONCEDE REVISÃO GERAL AOS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, faz saber aos habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me são conferidas sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido aos vereadores do Poder Legislativo Municipal, o aumento de 7,4% (sete vírgula quatro por cento), referente a revisão geral anual que corresponde a acumulo de inflação do INPC/IBGE, do período compreendido entre março de 2012 a março de 2013.

Art. 2º As despesas inerentes à execução desta Lei correm as despesas de dotações próprias do orçamento da Câmara municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos gerados a partir de 1º de abril de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 27 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.868, de 27 de Maio de 2013.

LEI Nº 1.868, DE 27 DE MAIO DE 2013.

CONCEDE REVISÃO GERAL E AUMENTO REAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me são conferidas sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido aos servidores comissionados e efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, estabelecidas na Lei Municipal nº 1.786 de 21 de agosto de 2012, o aumento de 7,97% (sete vírgula noventa e sete por cento), a incidir a partir de 1º de abril de 2013, sendo 7,4% (sete vírgula quatro por cento), referente a revisão geral anual que corresponde ao acúmulo do INPC/IBGE, do período compreendido entre março de 2012 a março de 2013, e 0,57% (zero vírgula cinquenta e sete por cento) de aumento real.

Art. 2º As despesas inerentes à execução desta Lei correm as despesas de dotações próprias do orçamento da Câmara municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos gerados a partir de 1º de abril de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 27 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.869, de 27 de Maio de 2013.

LEI Nº 1.869, DE 27 DE MAIO DE 2013.

CONCEDE REVISÃO GERAL E AUMENTO REAL AO PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, faz saber aos habitantes do município que a Câmara Municipal APROVOU e eu, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido ao Prefeito e vice-prefeito do Município de Forquilha o aumento de 7,97% (sete inteiros e noventa e sete centésimos percentuais), a incidir a partir de 1º de abril de 2013, sendo 7,4% (sete inteiros e quatro centésimos percentuais) referente à revisão geral anual, que corresponde o acumulado do INPC/IBGE do período compreendido entre março/2012 a março/2013; e 0,57% (cinquenta e sete centésimos percentuais) de aumento real.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de abril de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 27 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.870, de 27 de Maio de 2013.

LEI Nº 1.870, DE 27 DE MAIO DE 2013.

CONCEDE REVISÃO GERAL E AUMENTO REAL AOS SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, faz saber aos habitantes do município que a Câmara Municipal APROVOU e eu, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido aos Secretários do Município de Forquilha o aumento de 7,97% (sete inteiros e noventa e sete centésimos percentuais), a incidir a partir de 1º de abril de 2013, sendo 7,4% (sete inteiros e quatro centésimos percentuais) referente à revisão geral anual, que corresponde o acumulado do INPC/IBGE do período compreendido entre março/2012 a março/2013; e 0,57% (cinquenta e sete centésimos percentuais) de aumento real.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de abril de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 27 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.871, de 27 de Maio de 2013.

LEI Nº 1.871, DE 27 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA RODOVIA MUNICIPAL MAX STEINER A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º. Passa a denominar-se RODOVIA MUNICIPAL MAX STEINER, a rodovia que inicia aos 486,00m da Rua Josef Eyng e segue até a Rodovia Municipal Linha Eyng, com extensão de 460,00 metros, conforme anexo único desta LEI.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

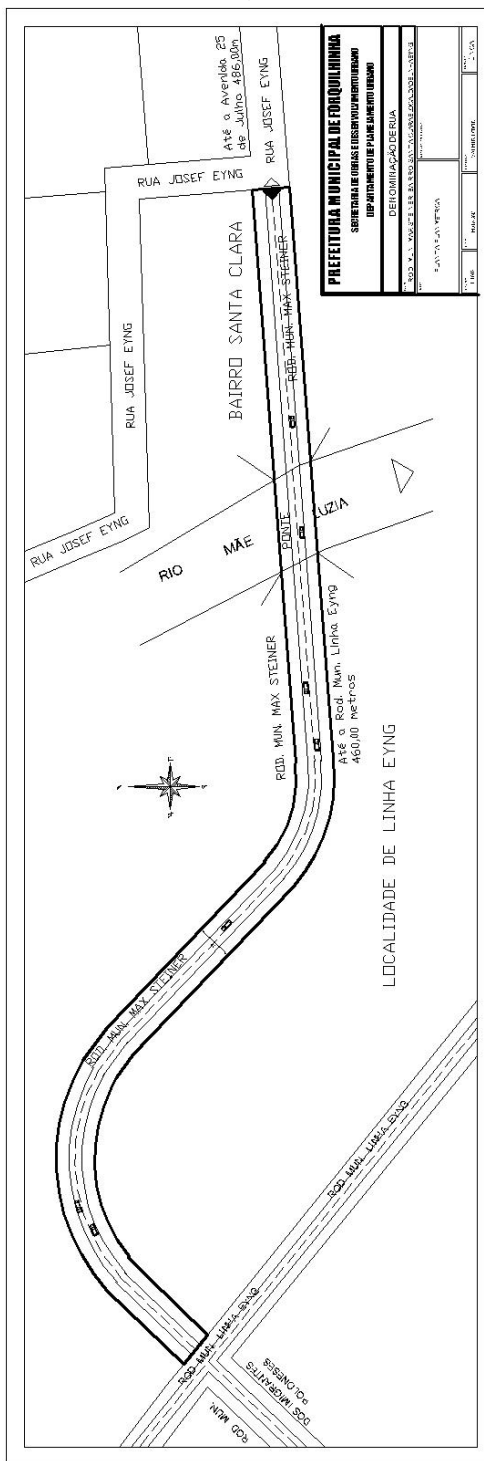
Registrado e publicado no mural em 27 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.871, DE 27 DE MAIO DE 2013.

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.871, DE 27 DE MAIO DE 2013.



Lei Nº 1.872, de 27 de Maio de 2013.

LEI Nº 1.872, DE 27 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber por doação uma área de terra com 223,45m² (duzentos e vinte e três metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 5.246, de propriedade de Seara Alimentos S/A, com as seguintes confrontações: Norte: 57,56m com a Rua Josef Eyng; Sul: 60,80m com área remanescente da Seara Alimentos S/A; Leste: 7,60m com Av. 25 de Julho; e Oeste: termina com ponto agudo.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 27 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.872, DE 27 DE MAIO DE 2013.

Lei Nº 1.873, de 27 de Maio de 2013.

LEI Nº 1.873, DE 27 DE MAIO DE 2013.

REVOGA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.845, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1º Fica revogado o § 3º do art. 4º da Lei nº 1.845, de 01 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural em 27 de maio de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 88/PMF/2013;

OBJETIVO: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados (ar condicionados) para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso nº. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de junho de 2013 às 15:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 04 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 17/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto a aquisição de 01 (um) veículo novo com capacidade para 07 (sete) passageiros, sendo entregue 01 (um) veículo usado pertencente à frota municipal como parte do pagamento, conforme determinações do edital de chamamento, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de junho de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 04 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato FMS Nº. 51/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 51/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VIP CAR VEÍCULOS LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de 05 (cinco) veículos novos com entrega de veículos usados, pertencente a frota municipal como parte do pagamento, conforme determinações do edital de chamamento para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 153.100,00 (cento e cinquenta e três mil e cem reais) sendo a 1º parcela no valor de: R\$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais), da datação de 5 (cinco) veículos usados e duas parcelas de: R\$ 58.150,00 (cinquenta e oito mil cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia).

DOTAÇÃO - 0101.1051.4490 (8) e 0101.2050.4490 (71).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 13/FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 20 de maio de 2013
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 113/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 113/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - GUEDE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais esportivos e educativos, através de empresa do ramo pertinente, para atender as necessidades da Comissão Municipal de Esportes - CME e Secretaria de Educação do Município, durante o exercício corrente, para o município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.616,50 (mil seiscentos e dezesseis e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0803.2022.3390 (123), 0501.2014.3390 (47).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 70/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 22 de maio de 2013
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo Fma Nº 01/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 01/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMA Nº 02/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato FMA 02/2013 em 6,1967% por litro de óleo diesel, passando de R\$ 2,052 para R\$ 2,179 . Portando o contrato será acrescido em R\$ 14.287,00 (quatorze mil duzentos e oitenta e sete reais) para maior, conforme comprovação através das Notas Fiscais da Raizen Combustíveis S.A

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24/05/2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 03/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 03/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 02/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato FMS 02/2013 em 6,1967% por litro de óleo diesel, passando de R\$ 2,052 para R\$ 2,179 . Portando o contrato será acrescido em R\$ 2.413,00 (dois mil quatrocentos e treze reais) para maior, conforme comprovação através das Notas Fiscais da Raizen Combustíveis S.A

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24/05/2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 31/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 31/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 02/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato PMF 02/2013 em 6,1967% por litro de óleo diesel, passando de R\$ 2,052 para R\$ 2,179 . Portando o contrato será acrescido em R\$ 16.319,00 (dezesseis mil trezentos e dezenove reais) para maior, conforme comprovação através das Notas Fiscais da Raizen Combustíveis S.A

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24/05/2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0187/2013

DECRETO Nº 0187, DE 04 DE JUNHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais) nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (121) R\$ 227.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.02 - Segurança Pública
06.181.0024.2.051 - Manutenção da Segurança Pública
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0203 (218) R\$ 10.000,00

Total R\$ 237.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (119) R\$ 170.000,00
3.1.71.00 - Transferências à Consórcios Públicos 0.1.0200 (118) R\$ 20.000,00
3.3.93.00 - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações com Consórcios Públicos 0.1.0200 (122) R\$ 17.000,00
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (123) R\$ 20.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.02 - Segurança Pública
06.181.0024.2.051 - Manutenção da Segurança Pública
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0203 (215) R\$ 10.000,00

Total R\$ 237.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 04 DE JUNHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0188/2013

DECRETO Nº 0188, DE 04 DE JUNHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.451.0023.1.033 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (265) R\$ 80.000,00

Total R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 04 DE JUNHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0189/2013

DECRETO Nº 0189, DE 04 DE JUNHO DE 2013.
NOMEAR MEMBROS PARA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1524, de 30 de agosto de 2000, alterada e consolidada pela Lei nº 2053, de 30 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros titulares para a

Comissão Municipal de Defesa do Consumidor no Município de Fraiburgo:

I - Marcelo Saldanha - representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
II - Leni Huber Weber - representante da Secretária Municipal de Saúde;
III - Jucondino Pereira dos Anjos Júnior - representante da Associação de Moradores do Bairro das Nações;
IV - Georges dos Reis Santos - representante da Secretária de Finanças;
V - Joaquim Tadeu Borges - representante da Secretária de Agropecuária e Meio Ambiente;
VI - Allison Luiz Soligo - representante da Associação Empresarial de Fraiburgo;
VI - Cláudio Antônio Padilha - representante do CDL.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 04 DE JUNHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1592/2013

PORTARIA N.º 1.592, DE 04 DE JUNHO DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ILUIRDES SANTA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 423.323.039-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1593/2013

PORTARIA N.º 1.593, DE 04 DE JUNHO DE 2013.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ANA RITA MAIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.409.019-06, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1594/2013

PORTARIA N.º 1.594, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0790/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 04 horas semanais o professor efetivo VOLNEY SESTREN, que se encontra afastado em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 043.968.349-18, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 19 horas semanais, no período de 11 de junho de 2013 até 01 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1595/2013

PORTARIA N.º 1.595, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0789/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 03 horas semanais o professor efetivo VOLNEY SESTREN, que se encontra em Auxílio Doença;

Considerando que, está substituindo por 06 horas semanais a professora DULCINEIA ROSA MELO, que assumiu a função de Coordenadora de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que, está substituindo por 06 horas semanais o professor efetivo JEAN SILVA, que está cedido para a Fundação Municipal de Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LADY GRANDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.508.479-42, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de junho de 2013 até 01 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1596/2013

PORTARIA N.º 1.596, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0791/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de WILMO EDUARDO WEBER KERN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 033.611.829-56, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 29 horas semanais, no período de 08 de junho de 2013 até 01 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0085/2013-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0085/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de fornecimento e instalação de tendas, standes, suportes para banner e sonorização. Aquisição de madeirite, madeira, tintas e materiais de higiene e limpeza, a serem instalados e/ou utilizados no Parque da Maçã, onde será realizado o "ENFRUTE 2013", que acontecerá entre os dias 23 a 25 de julho de 2013. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 17.06.2013. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 04 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0003/2013-PMF Dom

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0003A/2013 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de Gestão para implementação do programa de Produção Integrado dos Sistemas Agropecuários (PISA), definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em cumprimento ao acordo assinado em 2009 (COP15), que estabeleceu a adoção pelo Brasil da agricultura de baixo carbono (ABC), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: ROTORLOG TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME, com preço global no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 29 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****Resolução Nº. 13 de 02 de Maio de 2013.**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº 560/95

GAROPABA/SC

Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Fone: 3254 8158

Resolução nº. 13 de 02 de Maio de 2013.

Dispõe sobre o reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos-SCFV, no âmbito do sistema Único da Assistência Social-SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e ,dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba, no uso da competência que lhe confere o artigo 22 da Lei Federal 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social),

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV, que promove a equalização e qualificação da oferta, a unificação da lógica de cofinanciamento federal e o estabelecimento de meta de atendimento do público prioritário, respeitando as características de cada faixa etária.

Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 02 de Maio de 2013.

MARIVONE I. ABREU

Presidente do CMAS

Resolução Nº. 14 de 02 de Maio de 2013.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEI MUNICIPAL Nº 560/95

GAROPABA/SC

Email: cmas@garopaba.sc.gov.br

Fone: 3254 8158

Resolução nº. 14 de 02 de Maio de 2013.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Promoção de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas/Trabalho), e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Garopaba, no uso da competência que lhe confere o artigo 22 da Lei Federal 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social),

RESOLVE:

Art. 1º Aprova este Programa que busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio do incentivo e da mobilização à integração ao mundo do trabalho. Possui, ainda, estreita articulação com o Plano Brasil Sem Miséria, com a promoção de estratégias, ações e medidas de enfrentamento à pobreza, por meio de mobilização de usuários; monitoramento da execução das ações do Programa e articulação com diferentes parceiros e políticas públicas.

Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 02 de Maio de 2013.

MARIVONE I. ABREU

Presidente do CMAS

Portaria N.º 350/2013

PORTARIA N.º 350, DE 22 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal, matrícula funcional n.º 4699, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 03/05/2013, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/05/2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

Aviso de Termo de Credenciamento 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 005/2013

O Município de Garopaba torna público que estará credenciando emissoras de radiodifusão sonora em Amplitude Modulada (AM) e Frequência Modulada (FM) interessadas na prestação de serviços de divulgações institucionais e/ou eventos oficiais deste Município. O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.garopaba.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro.

O credenciamento somente se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Garopaba, 04 de junho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato de Contrato de Trabalho - 273/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 273/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 273/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCIANA ELOISA LOPES

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 274/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 274/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 274/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCAS DE ABREU INACIO

Objetivo: MOTORISTA SOCORRISTA SAMU

Valor: R\$ 992,02 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 287/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 287/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 287/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CHIRLEM PACHECO CARDOSO

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 1.629,68 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 288/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 288/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 288/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOSIMERE MARIA DA SILVA

Objetivo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Valor: R\$ 716,02 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 289/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 289/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 289/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PAULINO DE JESUS

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 744,63 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 290/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 290/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 290/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ABILIO GONÇALVES FILHO

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO 40 HORAS

Valor: R\$ 744,63 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 291/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 291/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 291/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA CELIA SEMEÃO PINHEIRO

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO 40 HORAS

Valor: R\$ 744,63 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 292/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 292/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 292/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GILMAR GONÇALVES

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHAO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 992,02 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 293/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 293/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 293/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CAIO ERNESTO DE SOUZA PASSOS

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHAO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 992,02 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 294/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 294/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 294/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIO PEREIRA PACHECO

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHAO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 992,02 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 295/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 295/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 295/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NIVALDO WESTRUP

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHAO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 992,02 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 296/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 296/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 296/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADILSON GONÇALVES ANTONIO

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHAO/AUTO/ONIBUS

Valor: R\$ 992,02 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 297/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 297/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 297/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PEDRO PAULO LUIZ

Objetivo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

Valor: R\$ 1.161,08 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 298/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 298/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 298/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LEANDRO PEREIRA FURTADO

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 744,63 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 299/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 299/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 299/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDMILSON CUNHA OLIVEIRA

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO 40 HORAS

Valor: R\$ 744,63 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 300/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 300/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 300/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JORGE EDUARDO GONZALES LUZARDO

Objetivo: AUXILIAR CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 744,63 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 301/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 301/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 301/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MICHELE FERNANDES DE SÁ

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 302/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 302/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 302/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PATRICIA VARELA VIEIRA

Objetivo: TECNICO DE ENFERMAGEM - ESF

Valor: R\$ 897,54 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 303/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 303/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 303/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NAIANE DA SILVEIRA SEVERINO

Objetivo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Valor: R\$ 716,02 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 304/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 304/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 304/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CAROLINA ROSA DE ABREU MACHADO

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 305/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 305/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 305/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VALMES ADRIANA ESTEVÃO DOS SANTOS

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 716,04 mensais

Vigência: a contar de 02/05/2013 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 306/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 306/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 306/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DIEGO ALVAREZ NARANJO

Objetivo: MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO - 20 HORAS

Valor: R\$ 4.599,50 mensais.

Vigência: a contar de 07/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 307/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 307/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 307/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MÁRCIA MARQUES DE CAMPOS

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 744,63 mensais.

Vigência: a contar de 07/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 308/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 308/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 308/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JANAINA ELENIR MARCELINO

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 814,84 mensais.

Vigência: a contar de 08/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 309/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 309/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 309/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: KASIARA DIAS

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 814,84 mensais.

Vigência: a contar de 10/05/2013.

Extrato de Contrato de Trabalho - 310/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 310/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 310/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TATIANA INACIO MARTINS

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 814,84 mensais.

Vigência: a contar de 13/05/2013, pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 311/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 311/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 311/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSIANE PACHECO

Objetivo: PROFESSOR II 20 HORAS

Valor: R\$ 814,84 mensais.

Vigência: a contar de 13/05/2013, pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 312/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 312/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 312/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CHALES BARBOSA SALAZAR

Objetivo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM-ESF

Valor: R\$ 897,54 mensais.

Vigência: a contar de 13/05/2013, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 313/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 313/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 313/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RODRIGO PEREIRA DO AMARAL

Objetivo: MÉDICO ORTOPEDISTA 10 HORAS

Valor: R\$ 2.299,79 mensais.

Vigência: a contar de 17/05/2013, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 314/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 314/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 314/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTIANE FERNANDA MAY PITELLI

Objetivo: MÉDICO CARDIOLOGISTA 20 HORAS.

Valor: R\$ 4.599,60 mensais.

Vigência: a contar de 22/05/2013, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 315/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 315/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 315/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SIMONI BARBOSA DE ANDRADE

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 1.629,68 mensais.

Vigência: a contar de 20/05/2013, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 316/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 316/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 316/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDSON DO NASCIMENTO

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS.

Valor: R\$ 992,02 mensais.

Vigência: a contar de 15/05/2013, pelo período de 06 (seis) meses prorrogável por igual período conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 317/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 317/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 317/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PEDRO HENRIQUE CAPOANI HILGERT

Objetivo: MÉDICO - ESF.

Valor: R\$ 6.837,26 mensais.

Vigência: a contar de 08/05/2013, pelo período de 12 (doze) meses prorrogável por igual período conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato de Trabalho - 318/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 318/2013

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 318/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GISELE CRISTINE FERNANDES THOMAZ VOSS

Objetivo: PROFESSOR II 40 HORAS

Valor: R\$ 1.629,68 mensais

Vigência: a contar de 09/05/2013 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

Extrato de Contrato Nº 43/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 43/2013 Processo nº 104/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda EPP; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO OLEIRO, NO BAIRRO CAMPO DUNA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES DO PROJTO BÁSICO. Valor: R\$ 38.674,27 (Trinta e oito mil seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos). Data da Assinatura: 28/05/2013.

Extrato de Contrato Nº 44/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 44/2013 Processo nº 122/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: VERA LUCIA ESPINDOLA MOREIRA; CNPJ: 05.399.372/0001-56; Objeto: contratação de empresa(s) especializada(s) para locação de estruturas para evento, durante a XV QUERMESSE DE GAROPABA E 3ª FESTA NACIONAL DO BACALHAU BRASILEIRO. Valor: R\$ 1.490,00 (Mil quatrocentos e noventa reais).Data da Assinatura: 28/05/2013.

Extrato de Contrato Nº 45/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 45/2013 Processo nº 122/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: LAERCIO BROCO ME; CNPJ: 74.770.892/0001-46; Objeto: contratação de empresa(s) especializada(s) para locação de estruturas para evento, durante a XV QUERMESSE DE GAROPABA E 3ª FESTA NACIONAL DO BACALHAU BRASILEIRO. Valor: R\$ 18.580,00 (dezoito mil quinhentos e oitenta reais). Data da Assinatura: 28/05/2013.

Extrato de Contrato Nº 46/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 46/2013 Processo nº 122/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: SOM LIVRE SONORIZAÇÃO LTDA; CNPJ: 07.292.422/0001-27; Objeto: contratação de empresa(s) especializada(s) para locação de estruturas para evento, durante a XV QUERMESSE DE GAROPABA E 3ª FESTA NACIONAL DO BACALHAU BRASILEIRO. Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Data da Assinatura: 28/05/2013.

Extrato de Contrato Nº47/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 47/2013 Processo nº 122/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: SILVA & SILVA ESTRUTURA METALICAS LTDA ME; CNPJ: 08.380.504/0001-96; Objeto: contratação de empresa(s) especializada(s) para locação de estruturas para evento, durante a XV QUERMESSE DE GAROPABA E 3ª FESTA NACIONAL DO BACALHAU BRASILEIRO. Valor: R\$ 21.500,00 (Vinte e um mil quinhentos reais). Data da Assinatura: 28/05/2013.

Garuva**PREFEITURA****Aviso de Dispensa de Licitação PMG Nº 020/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo PMG nº 020/2013

Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Empresa contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI
CNPJ: 83.052.191/0001-62

Garuva, 29 de maio de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PMG Nº 018/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial PMG nº 018/2013

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de merenda escolar para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 17/06/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br - licitações - 2013 - PMG.

GARUVA, 04 de junho de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 020/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 022/2013

MODALIDADE: Processo PMG nº 020/2013 - Inexigibilidade de Licitação

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

OBJETO: Contratação de empresa de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

PRAZO: 6 (seis) meses

VIGÊNCIA: 01/06/2013 a 31/12/2013

VALOR: R\$ 31.910,00 (trinta e um mil novecentos e dez reais)

AMPARO LEGAL: Artigo 25, "caput" e Inciso I, da Lei 8.666/93

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 5.490, de 27 de Maio de 2013.**

DECRETO Nº 5.490, DE 27 DE MAIO DE 2013.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO DE ESCRITURÁRIO, O SERVIDOR EDUARDO DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de junho de 2013, o servidor EDUARDO DE SOUZA, do cargo em provimento efetivo de Escriturário, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 1.385/2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.108, de 27 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 3.108, DE 27 DE MAIO DE 2013.

REVOGA A PORTARIA Nº 2.700, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE GASPAR, O SERVIDOR CARLOS EDUARDO JUNKES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 2.700, de 01 de fevereiro de 2012, que colocou à disposição para atuar no Fórum da Comarca de Gaspar, junto ao Executivo Fiscal, o servidor CARLOS EDUARDO JUNKES, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Desenvolvimento, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de maio de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.109, de 27 de Maio de 2013.
PORTARIA Nº 3.109, DE 27 DE MAIO DE 2013.
ALTERA LOTAÇÃO DO SERVIDOR JACKOSN DO ROSÁRIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 31 da Lei 1.305/91,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação do servidor JACKOSN DO ROSARIO, CPF nº 798.789.899-68, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de maio de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato do Segundo Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 075/12

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 075/12
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 075/2012.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: Construtora De Ângelo Ltda-EPP

OBJETO: Aditivo para complemento referente à ampliação da Unidade de Saúde de Calheiros e nova área de Fisioterapia. Fica prorrogado o valor original do contrato previsto no Termo de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório, no montante de R\$ 99.792,40 (noventa e nove mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos) respeitando o limite de 25% do valor original do contrato, conforme estabelecido pelo § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 03 de junho de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 416/2013 PORTARIA Nº 416/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

SUSPENDER a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora ADRIANA FERNANDES BERNARDES DA SILVA (Matr. 2808), a qual exerce a função de Terapeuta Ocupacional, Nível/Referência - 12/1/A, 30 horas semanais, constante do Quadro Específico de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei Complementar Nº. 292/2011, a contar de 28 de maio de 2013.

E, CONCEDER Licença Maternidade, à servidora supracitada pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 28 de maio de 2013 até 24 de setembro de 2013, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Maio de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 417/2013 PORTARIA Nº 417/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento em anexo, o Servidor ANDRE LUIZ BUSSACRO (Matr. 3494), a partir de 03 de junho de 2013, o qual exercia a função de Monitor Social - ABRIGO, Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 418/2013 PORTARIA Nº 418/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FABIANA FABRIN POZZA (Matr. 2791), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de junho de 2011 e 21 de junho de 2012, para serem gozadas a partir de 03 de junho de 2013 a 02 de julho de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 419/2013

PORTARIA Nº 419/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora IDAMARA DE MELO (Matr. 2781), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de junho de 2011 e 15 de junho de 2012, para serem gozadas a partir de 03 de junho de 2013 a 02 de julho de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 420/2013

PORTARIA Nº 420/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora IONE MARIA BELLOTTO CORREA (Matr. 3229), a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de outubro de 2011 e 20 de outubro de 2012, para serem gozadas a partir de 03 de junho de 2013 a 02 de julho de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 421/2013

PORTARIA Nº 421/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CRISTIANE LISBOA LEOLATTO (Matr. 2705), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de abril de 2012 e 05 de abril de 2013, para serem gozadas a partir de 03 de junho de 2013 a 02 de julho de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 422/2013

PORTARIA Nº 422/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora LUCIA ZARPELON (Matr. 1547), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 03 de junho de 2013 a 14 de junho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 423/2013

PORTARIA Nº 423/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor FERNANDO SERGIO FAVRETTO (Matr. 2879), ocupante do Cargo de

Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 03 de junho de 2013 a 14 de junho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 424/2013 PORTARIA Nº 424/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 03 de junho de 2013, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora ELIANE PINTO LISOT (Matr. 2566), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/B, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 03 de Junho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº CM 053/2013

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 053/2013

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DE SESSÃO DE TRIBUNAL DE JURI DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COMARCA DE HERVAL D'OESTE"

GILMAR JOSÉ DRI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:
DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), o dia 04 (Quatro) de junho de 2013, Terça-feira no período integral, por ocasião da realização de sessão de Tribunal de Juri do Tribunal de Justiça, Comarca de Herval d'Oeste, ao qual utilizará as instalações físicas da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua

publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 03 de junho de 2013.
GILMAR JOSÉ DRI
Presidente

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2502/2013

DECRETO Nº 2502, DE 28 DE MAIO DE 2013

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 002, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, e considerando o resultado da prova escrita realizada no dia 24 de maio de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário – Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial para o exercício financeiro de 2013, conforme EDITAL nº 002, de 30 de abril de 2013, para os seguintes cargos:

Agente de Serviços Gerais

Nº Insc.	Nome candidato	Prova Escrita	Classificação
005/2013	Ana Cleia Costa de Oliveira	9,60	1º
002/2013	Claudete Miorelli Falchetti Carlet	6,00	2º

Motorista

Nº Insc.	Nome candidato	Prova Escrita	Classificação
003/2013	Ildo Trevisol	9,60	1º

Operador de Máquinas Agrícolas

Nº Insc.	Nome candidato	Prova Escrita	Classificação
004/2013	Roberto Danielewicz	9,20	1º
001/2013	Antonio Osmar Oliveira	1,60	2º

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE MAIO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Decreto Nº 2503/2013

DECRETO Nº. 2503 DE 29 DE MAIO DE 2013.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 001/2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital nº. 001/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público Edital nº001/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO: MÉDICO

Inscrição	Nome do Candidato(a)	C. Gerais	C. Específicos	Total
111937	1º Hermínio Alvin Matias Neto	2,10	5,95	8,05
111723	2º Débora Caroline Salmom	1,50	3,50	5,00
Total de Classificados: 02				

Art. 2º. - A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Ibiã (SC), 29 de maio de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2504/2013

DECRETO Nº 2504/2013

RETIFICA E RATIFICA A APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, prefeito do município de Ibiã, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, e;

considerando a mudança da numeração dos lotes das quadras A e B;

com amparo no artigo 88, incisos VII - XIII - XXII da Lei Orgânica, e o artigo 16 e seguintes da Lei nº 272 de 12 de novembro de 2004 que dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado e ratificado a aprovação do loteamento "Filippi" de propriedade de Joacir Filippi, CPF: 346.636.069-20, objeto do Decreto nº 2403 de 28 de agosto de 2012.

Art. 2º - O anexo único do Decreto nº 2403/2012 - Memorial Descritivo, passará a vigorar com a redação dada por este decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário em especial o anexo único do Decreto nº 2403 de 28 de agosto de 2012.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 03 DE JUNHO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E TREZE.

LAELCIO ANTONIO CASANIGA

Secretário da Administração e da Fazenda

Anexo Único

MEMORIAL DESCRITIVO

O imóvel a ser loteado, com seu sistema viário caracterizado de um aproveitamento do sistema viário existente ou seja a Rua Orestes Filippi será prolongada e terminará em rotula de retorno. O sistema viário supra citado caracteriza-se de rua com largura de 12m.

Os lotes Projetados, foram dimensionados atendendo aos padrões de testada mínima e área mínima, baseados na legislação vigente, de conformidade com o plano diretor da PMI, inclusive as áreas "NON AEDIFICANDI" referente à área verde.

A característica principal do LOTEAMENTO FILIPPI é de cunho RESIDENCIAL.

DE CUNHO RESIDENCIAL:

Da QUADRA (A) E QUADRA (B) os lotes nºs 1(um) até 7(sete) e de 03(tres) até 06(treze).

RELAÇÃO DAS ÁREAS TOTAIS

Área dos Lotes - 4.794,94m²Área das Ruas - 1.762,13m²Área Institucional - 619,50m²Área Verde - 558,37m²Área total a parcelar - 7.734,94m²Área Total do RG n.º 23.207 - 87.300,00m²

RELAÇÃO DOS LOTES

QUADRA "A"

Lotes Área do Lote

01 703,94 m²02 400,00 m²03 400,00 m²04 400,00 m²05 400,00 m²06 400,00 m²07 400,00 m²

QUADRA "B"

Lotes Área do Lote

01 558,37 m² AREA VERDE02 619,50 m² AREA INSTITUCIONAL03 420,00 m²04 420,00 m²05 429,00 m²06 422,00 m²

RELAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS

QUADRA "B"

Área Institucional 02 - 619,50 m²
 Área Verde 01 - 558,37 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES DAS ÁREAS LOTEADAS

QUADRA "A"

Lote 01 - 703,94m²
 Ao Norte - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 44,00m
 Ao Sul - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 16,80m
 Ao Leste - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 37,20m
 Ao Oeste - confronta-se com lote 02, distancia 20,00m

Lote 02 - 400,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Sul - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 01, distancia 20,00m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 03, distancia 20,00m

Lote 03 - 400,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Sul - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 02, distancia 20,00m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 04, distancia 20,00m

Lote 04 - 400,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Sul - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 03, distancia 20,00m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 05, distancia 20,00m

Lote 05 - 400,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Sul - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 04, distancia 20,00m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 06, distancia 20,00m

Lote 06 - 400,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Sul - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 05, distancia 20,00m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 07, distancia 20,00m

Lote 07 - 400,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Sul - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 06, distancia 20,00m
 Ao Oeste - confronta-se com remanescente de Joacir Filippi, distancia 20,00m

QUADRA "B"

Lote 01 - 558,37m² - Área Verde
 Ao Norte - confronta-se com terras de Alberto A. Ciarnoski e Clube União, distancia 30,50m
 Ao Sul - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 33,09m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 02 - Área Institucional, distancia 21,00m
 Ao Oeste - confronta-se com de remanescente Joacir Filippi, distancia 15,00m
 Obs: Na Rua Orestes Filippi, que forma a face Sul do lote, existe

uma curva com raio=9,00m e desenvolvimento da curva=11.08m.

Lote 02 - 619,50m² - Área Institucional
 Ao Norte - confronta-se com Clube União, distancia 29,50m
 Ao Sul - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 29,50m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 03, distancia 21,00m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 01 Área Verde, distancia 21,00m

Lote 03 - 420,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Clube União, distancia 20,00m
 Ao Sul - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 04, distancia 21,00m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 02 Área Institucional, distancia 21,00m

Lote 04 - 420,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Clube União, distancia 20,00m
 Ao Sul - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 05, distancia 21,00m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 03, distancia 21,00m

Lote 05 - 429,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Clube União, distancia 20,02m
 Ao Sul - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote 06, distancia 21,90m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 04, distancia 21,00m

Lote 06 - 422,00m²
 Ao Norte - confronta-se com Clube União e Escola Estadual, distancia 20,06m
 Ao Sul - confronta-se com Rua Orestes Filippi, distancia 20,00m
 Ao Leste - confronta-se com Lote Eugenio Coelli, distancia 20,30m
 Ao Oeste - confronta-se com Lote 05, distancia 21,90m

ESTATÍSTICA GERAL:

QUADRAS:

Quadra (A) 3.103,94m².
 Quadra (B) 2.868,87m².

ÁREAS:

Área verde 558,37m².
 Área institucional 619,50m².
 Área das ruas 1.762,13m².
 Área dos lotes 4.794,94m².
 Área total pública 2.940,00m².
 Área total 7.734,94m².

TOTAL DE LOTES 11un.

Percentuais:

Área verde 7,22%.
 Área institucional 8,01%.
 Área das ruas 22,78%.
 Área dos lotes 31,99%.
 Área total pública 38,01%.
 Área total 100,00%.

Portaria Nº 185/2013

PORTARIA Nº 185, DE 20 DE MAIO DE 2013

"DESIGNA AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e demais Leis existentes, RESOLVE: CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o artigo 85-A, da Lei Complementar nº 123/2006;

Considerando, o termo de Cooperação nº 001/2013, celebrado entre o Município de Ibiã e o SEBRAE/SC;

Com amparo no art. 88, incisos VII, e XIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Lei visa obedecer ao que dispõe o art. 85-A, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para designar Agente de Desenvolvimento, observadas as especificidades locais.

Art. 2º. Designar as servidoras municipais, Juliana Lizot, matrícula nº 467, e Rosinei Ceron, matrícula nº 64, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento Local neste Município.

Art. 3º. A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º. O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º. O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

- I - residir na área da comunidade em que atuar;
- II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e
- III - haver concluído o ensino fundamental.

§ 3º. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 4º. Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

- I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;
- VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;
- VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
- VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 5º. Esta Lei é regida especial e especificamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 6º. Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 7º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Dispensa de Licitação Nº 06/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE ACORDO COM EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 002/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibiã, CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO: VERONICE MARCIA ALBERT CARLESSO, CPF:765.176.919-87. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei 8666/93.

Justificativa: Atendimento a Lei 11.947/2009, Resolução nº 038/2009 do Ministério da Educação

VALOR TOTAL: R\$ 3.250,00(Três mil e duzentos e cinquenta reais).

Ibiã, 03 de Junho de 2013

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Edital de Pregão Nº 030/2013 FMAS

MUNICIPAL DE IBIAM - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2013

SRP 011/2013

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços visando futuras possíveis aquisições de gêneros alimentícios para eventos das Terceira Idade e cestas Básicas para distribuição gratuita pelo período de doze meses.

Entrega dos envelopes: 18/06/2013 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 18/06/2013 às 08:10 horas

Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 03 de Junho de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiã

Contrato Nº 04/2013 FMS

CONTRATO Nº 004/2013 FMS de Ibiã
 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 023/2013
 PREGÃO PRESENCIAL No 018/2013

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM - CNPJ:
 11.250.761/0001-18
 CONTRATADO - KEILA DALMOLIN DAL BOSCO ME, CNPJ sob Nº
 09.128.716/0001-43

OBJETO - Contratação de serviços de Fisioterapia para o ano de 2013.

VALOR TOTAL: R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais) .
 DATA ASSINATURA - 16/04/2013 - Vigência:30/12/2013

Contrato Nº 05 2013 FMS

CONTRATO Nº 004/2013 FMS de Ibiã
 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 023/2013
 PREGÃO PRESENCIAL No 018/2013

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM - CNPJ:
 11.250.761/0001-18
 CONTRATADO – KEILA DALMOLIN DAL BOSCO ME, CNPJ sob Nº
 09.128.716/0001-43

OBJETO – Contratação de serviços de Fisioterapia para o ano de 2013.

VALOR TOTAL: R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais) .
 DATA ASSINATURA – 16/04/2013 – Vigência:30/12/2013

CONTRATO 005/2013 FMS de Ibiã
 Processo Licitatório nº 024/2013, Inexigibilidade nº 001/2013
 TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2013

ONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM - CNPJ:
 11.250.761/0001-18
 CONTRATADO – G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA, CNPJ n. 78.491.172/0001-00
 OBJETO – Contratação de serviços de coleta e realização de exames de laboratório, para o ano de 2013, conforme Decreto 2.485/2013, para os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	Conselho De Saúde
01	A FRESCO	4,00
02	ACIDO URICO	4,00
03	ALFA 1 GLICOPROTEINA ACIDA	12,00
04	ALFA FETO PROTEINA	9,00
05	AMILASE	4,00
06	ANTI HAV IGG	24,00
07	ANTI HAV IGM	24,00
08	ANTI HBC IGG	11,00
09	ANTI HBC IGM	11,00
10	ANTI HBE	24,00
11	ANTI HBS	20,00
12	ANTI HCV	24,00
13	ANTI HIV	24,00
14	ANTI MICROSSOMAL (ANTI TPO)	13,00
15	ANTI TIREOGLOBULINA	13,00
16	ANTIBIOGRAMA – TESTE DE SENSIBILIDADE PARA ANTIBIOTICOS	7,00
17	ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	5,00
18	ANTIGENO CARCINO EMBRIONARIO	9,00
19	BAAR – BACTEROSCOPIA	5,00
20	BETA HCG	15,00
21	BETA HCG QUANTITATIVO	16,00
22	BILIRRUBINAS TOTAL E FRAÇÕES	4,00
23	CA 125	13,00

24	CA 15/3	13,00
25	CA 19/9	13,00
26	CALCIO	4,00
27	CARBAMAZEPINA	28,00
28	CHLAMYDIA IGA	25,00
29	CHLAMYDIA IGG	25,00
30	CHLAMYDIA IGM	25,00
31	CITOMEGALOVIRUS IGG	10,00
32	CITOMEGALOVIRUS IGM	10,00
33	CLEARANCE DE CREATININA	9,00
34	COLESTEROL TOTAL	4,00
35	COLESTEROL VLDL	4,00
36	COLESTEROL HDL	4,00
37	COLESTEROL LDL	4,00
38	COLINESTERASE	5,00
39	COOMBS INDIRETO	5,00
40	COPROCULTURA	12,00
41	COPROLOGIA FUNCIONAL	7,00
42	CORTISOL	18,00
43	CREATINO FOSFOQUINASE (CPK)	14,00
44	CREATININA	4,00
45	CULTURA	8,00
46	DESIDROGENASE LACTICA - LDH	6,00
47	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	19,00
48	ELETOFORESE DE PROTEINAS	9,00
49	ESTRADIOL	11,00
50	FAN (FATOR ANTI- NUCLEO)	16,00
51	FATOR REUMATOIDE - LATEX	5,00
52	FATOR RH	3,00
53	FERRITINA	23,00
54	FERRO	4,00
55	FOSFATASE ALCALINA	4,00
56	FOSFORO	4,00
57	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	6,00
58	GASOMETRIA	50,00
59	GLICOSE	4,00
60	GRAM- BACTEROSCOPIA	3,00
61	GRUPO SANGUINEO (ABO)	3,00
62	HBEAG	20,00
63	HBS AG- ANTIGENO AUSTRALIA	18,00
64	HEMOGLOBINA GLICOSILADA	12,00
65	HEMOGRAMA	6,00
66	HORMONIO CRESCIMENTO - GH	18,00
67	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE - FSH	15,00
68	HORMONIO LUTEINIZANTE - LH	15,00
69	IGE ESPECIFICO	20,00
70	IGE TOTAL	18,00
71	IGF-1 SOMATOMEDINA C	25,00
72	IMUNOGLOBULINA IGA	13,00
73	LITIO	6,00
74	MAGNESIO	4,00
75	MICOLOGICO	10,00
76	PARASITOLÓGICO DE FEZES	4,00
77	PLAQUETAS	3,00
78	POTASSIO	5,00
79	PROLACTINA	17,00
80	PROTEINA C REATIVA	9,00
81	PROTEINA URINARIA	5,00
82	PROTEINURIA 24 HORAS	5,00
83	PSA TOTAL e LIVRE	36,00
84	PSA TOTAL	30,00
85	RETICULOCITOS	6,00
86	ROTAVIRUS	15,00

87	RUBEOLA - ANTICORPOS IGG	20,00
88	RUBÉOLA - ANTICORPOS IGM	20,00
89	SANGUE OCULTO	9,00
90	SEDIMENTO CORADO	3,00
91	SODIO	3,00
92	T3 LIVRE	13,00
93	T3 TOTAL	13,00
94	T4 LIVRE	13,00
95	T4 TOTAL	13,00
96	TEMPO COAGULAÇÃO	3,00
97	TEMPO PROTOMBINA (TAP)	5,00
98	TEMPO SANGRAMENTO	3,00
99	TEMPO DE TROMBOPLASTINA - KPTT	4,00
100	TESTOSTERONA	17,00
101	TRANSAMINASE - TGO	4,00
102	TRANSAMINASE - TGP	4,00
103	TOXOPLASMOSE IGG	20,00
104	TOXOPLASMOSE IGM	20,00
105	TRAB	25,00
106	TRANSFERRINA	9,00
107	TRIGLICERIDEOS	5,00
108	TSH	13,00
109	UREIA	4,00
110	URINA PARCIAL	5,00
111	UROCULTURA	12,00
112	VDRL	5,00
113	VHS	3,00

DATA ASSINATURA – 18/04/2013 – Vigência:30/12/2013

CONTRATO Nº 006/2013 FMS DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2013

PREGÃO PRESENCIAL No 019/2013

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM - CNPJ: 11.250.761/0001-18

CONTRATADO – Clínica Santa Clara S/C Ltda, CNPJ sob N.º 05.746.405/0001-97

OBJETO – Contratação de serviços de Fisioterapia para o ano de 2013.

VALOR TOTAL: R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais) .
DATA ASSINATURA – 16/04/2013 – Vigência:30/12/2013

Contrato Nº 06/2013 FMS

CONTRATO Nº 006/2013 FMS DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 025/2013

PREGÃO PRESENCIAL No 019/2013

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM - CNPJ: 11.250.761/0001-18

CONTRATADO - Clínica Santa Clara S/C Ltda, CNPJ sob N.º 05.746.405/0001-97

OBJETO - Contratação de serviços de Fisioterapia para o ano de 2013.

VALOR TOTAL: R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais) .
DATA ASSINATURA - 16/04/2013 - Vigência:30/12/2013

Contratos Nº 25 e 26/2013

CONTRATO Nº 025/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2013

PREGÃO N. 013/2013

ONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - NELSON JOSE SOUTHER MEI, CNPJ: 17.468.255/0001-86

OBJETO - Contratação de serviços de transporte escolar para o ano de 2013.

VALOR TOTAL: R\$ 34.550,60 (Trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais e sessenta centavos).

DATA ASSINATURA - 10/05/2013 - Vigência:31/12/2013

Contrato n.º 026/2013

PROCESSO Nº 033/2013 - DISPENSA Nº 005/2013

ONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32

OBJETO - Contratação de 250 (duzentas e cinquenta) horas máquinas de Escavadeira Hidráulica. Valor da hora: R\$ 105,00(cento e cinco reais)

VALOR TOTAL: R\$ 26.250,00 (Vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais).

DATA ASSINATURA - 17/05/2013 - Vigência:30/12/2013

Contratos Nºs 021 e 022/2013

CONTRATO Nº 021/2013

Processo Licitatório nº 021/2013 - Dispensa 004/2013

ONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - INCAPEL Instituto de Cadastro e Pesquisas S/S Ltda, CNPJ Nº 09.304.509/0001-00

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VALOR TOTAL: R\$ 7.850,00(Seze mil e oitocentos e cinquenta reais).

DATA ASSINATURA - 25/03/2013

CONTRATO DE RATEIO Nº 022/2013

ONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO - Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010; participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais informativos; II - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro

Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais. VALOR TOTAL: Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 210,00, sendo R\$ 90,00 referente à adesão ao Programa de Gestão Tributária com acesso ao sistema da NFe-conjugada e R\$ 120,00 referente ao programa de gestão do Registro Mercantil Integrado (REGIN).

DATA ASSINATURA - 19/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

Convocação 1º Colocado Médico CONVOCAÇÃO

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e tendo em vista o que estabelece o artigo 20 e SS., da Lei Municipal nº 255/2004 (Estatuto do Servidor), convoca o(a) candidato(a) HERMÍNIO ALVIN MATIAS NETO, para comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, junto ao setor de Pessoal da Prefeitura, para tomar posse no cargo de MÉDICO.

Comunica ainda, que a posse no cargo só será efetuada se forem atendidas as seguintes condições:

- I. ter 18 anos completos;
- II. apresentar prova de aptidão física e mental para o exercício da atribuição do cargo, expedida até a data da posse;
- III. formulário de Declaração de Bens;
- IV. formulário de Declaração de não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções;
- V. declaração de proventos (aposentadoria);
- VI. declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente (ex servidor público - Declaração do órgão ou estabelecimento)
- VII. fotocópia da Carteira de Identidade;
- VIII. fotocópia do Título de Eleitor, com confirmação da última votação (quitação eleitoral), assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos (crimes eleitorais);
- IX. fotocópia do Certificado de Reservista;
- X. fotocópia de certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- XI. fotocópia do Cartão do PASEP (caso não esteja inscrito no PASEP deverá ser preenchido o formulário de inclusão do n.º de inscrição junto ao BB, a ser retirado na Coordenadoria de Recursos Humanos);
- XII. fotocópia do Cartão do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- XIII. fotocópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
- XIV. fotocópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- XV. laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- XVI. 1 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
- XVII. comprovante de residência;
- XVIII. carteira de trabalho;
- XIX. carteira de vacinação ou cartão da criança (1 a 5 anos);
- XX. comprovante de frequência escolar para as crianças de 6 a 14 anos;
- XXI. comprovante de Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;
- XXII. Conta salário Banco do

O não comparecimento no prazo acima mencionado, implicará na renúncia tácita da vaga.

Ibiã - SC, em 03 de junho de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

DATA:

ASSINATURA RECEBIMENTO:



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Termo de Cooperação Técnica 01/2013
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2013

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIAM, REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM E O SEBRAE/SC, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA E EMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO MUNICÍPIO DE IBIAM.

CONTRATANTE

NOME DA ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBIAM			
PESSOA JURÍDICA DO DIREITO PÚBLICO		CNPJ: 01.612.745/0001-74	
ENDEREÇO: TRAVESSA LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, Nº 20, CENTRO			
REPRESENTANTE LEGAL:			
NOME: CLOVIS JOSE BUSATTO		CARGO: PREFEITO	
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: CASADO		PROFISSÃO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 4.517.976-1	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC		CPF: 497.720.319-49
RESIDÊNCIA: LINHA SÃO SEBASTIÃO, INTERIOR.			MUNICÍPIO: IBIAM

CONTRATADO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC			
CNPJ: 82.515.859/0001-06		INSC. ESTADUAL: ISENTO	
ENDEREÇO: AVENIDA RIO BRANCO, 611		MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS - SC	
REPRESENTANTE(S) LEGAL (IS):			
NOME: CARLOS GUILHERME ZIGELLI		CARGO: DIRETOR SUPERINTENDENTE	
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: CASADO		PROFISSÃO: ADVOGADO
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 6577	ÓRGÃO EMISSOR: OAB/SC		CPF/MF: 564 875 689-53
ENDEREÇO: RUA ALVES DE BRITO 447/201			MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS/SC
NOME: ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA		CARGO: DIRETOR	
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: CASADO		PROFISSÃO: ADMINISTRADOR
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 13/R 820.207	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC		CPF/MF: 384.480.689-04
ENDEREÇO: AV. DOS SALMÕES, 914/403			MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS/SC
NOME: SERGIO FERNANDES CARDOSO		CARGO: DIRETOR	
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: CASADO		PROFISSÃO: ENGENHEIRO MECANICO
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1/R 428.448	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC		CPF: 298.599.309-10
RESIDÊNCIA: RUA NERI FRANCISCO CAMPOS Nº 205			MUNICÍPIO: TIJUCAS - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto, a promoção de ações de enfrentamento à desburocratização, levantamento e formulação de proposições de Implementação da Lei Geral das MPE's (Lei Complementar 123/06 e Lei Complementar 128/08) no Município de Ibiã.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para a consecução dos objetivos do presente instrumento, as partes comprometem-se a:

I – DA OPERACIONALIZAÇÃO:

A operacionalização das atividades a serem implementadas por

meio deste TERMO DE COOPERAÇÃO dar-se-á mediante reuniões entre os partícipes, de forma a estudar e propor medidas destinadas a Implementação da Lei Geral das MPE's e Microempreendedor Individual, estabelecendo mecanismos para avaliação dos benefícios concedidos as MPE's e MEIs. A partir do presente Termo as partes acordam manter banco de dados a partir das informações coletadas; incentivar e apoiar os órgãos públicos Municipais nas ações voltadas ao objeto do Presente Termo; promover a realização de campanhas educativas de participação das MPE's e MEIs nos Programas voltados a essas empresas; fornecer informações a serem veiculadas nos meios de comunicação, destinados ao esclarecimento da opinião pública sobre as ações desenvolvidas e seus resultados; propor grupos de estudos sobre o tema, entre outras ações de capacitação ligadas ao presente acordo entre as partes.

Parágrafo único. As atividades mencionadas serão desenvolvidas de comum acordo entre as partes, tanto para operações conjuntas dos signatários, bem como, em outras atividades pertinentes, observando-se sempre as cautelas e garantias constitucionais.

II- DO MÉTODO INVESTIGATIVO:

As partes discutirão em grupo, os dados fornecidos e elaborarão as diretrizes de ação, com posterior relatório sintético por setor produtivo, com os resultados obtidos, propostas de reformas e modernização e sugestões de alterações que possam aperfeiçoar os trabalhos, bem como, a legislação em vigor, igualmente, sugestões para campanhas de formalização de empresas e/ou desburocratização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REPRESENTANTES

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO será coordenado por representantes de ambas as partes, por elas designados, bem como, às partes caberá indicar profissionais qualificados que atendam aos requisitos das atividades a serem desenvolvidas e deverão atender as normas pertinentes a matéria.

Parágrafo único. As Partes acordam por meio desse instrumento que fornecerão recursos humanos, materiais, operacionais como apoio logístico, além de informações específicas, materiais para campanhas, se necessário e mediante prévia aceitação e instrumento jurídico adequado, distinto deste, para subsidiar as ações determinadas neste TERMO DE COOPERAÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação tem a vigência de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

O presente Instrumento poderá ser alterado em suas condições ou prorrogado, sem modificações de seu objeto, mediante prévio consenso das partes mediante celebração de aditamento, em consonância com a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência de recursos entre os partícipes, a qualquer título, decorrente deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O presente instrumento poderá ser denunciado a qualquer tempo, por mútuo consentimento dos partícipes ou por iniciativa de um deles, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de trinta dias, ou, ainda, em face de superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Na hipótese de ser necessário dirimir qualquer controvérsia decorrente da execução deste Termo de Cooperação, quando não for possível uma solução consensual, fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Florianópolis/SC.

E, por estarem assim acordadas, assinam as partes o presente

instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam, 20 de maio de 2013.

Carlos Guilherme Zigelli Diretor Superintendente	Clovis Jose Busatto Prefeito Municipal
Anacleto Angelo Ortigara Diretor Técnico	
Sérgio Fernandes Cardoso Diretor Administrativo Financeiro	

Testemunhas:

Nome:

C.P.F.

Ata de Registro de Preços Nº 01/2013 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 001/2013 FMAS DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO N. 032/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 026/2013

SRP Nº 009/2013

ONTRATANTE - Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiam - CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - RODHENTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob Nº 07.862.858/0001-04

OBJETO - Registrar preço visando futuras possíveis contratações de serviços de transporte para a Terceira Idade do município de Ibiam durante o período de doze meses.

VALOR TOTAL: R\$ 6.440,00 (Seis mil, quatrocentos e quarenta reais).

DATA ASSINATURA - 17/05/2013 - Vigência:12 meses

Ata de Registro de Preços Nº 06, 07/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 007/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 026/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 020/2013

SRP Nº 003/2013

ONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam - CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - Empresa Jornalística Planalto Sul Ltda ME, CNPJ: 10.478.439/0001-88

OBJETO - Registrar preço visando futuras possíveis contratações de espaço em centímetros coluna em jornal de circulação regional e com edição semanal para divulgação de informativos do município de ibiam durante o período de doze meses.

VALOR TOTAL: R\$ 15.920,00 (Quinze mil, novecentos e vinte reais) .

DATA ASSINATURA - 10/05/2013 - Vigência:12 meses

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 006/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 026/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 020/2013

SRP Nº 003/2013

ONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiam - CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - RADIO CAÇANJURE LTDA, inscrito no CNPJ sob Nº 83.057.794/0002-38

OBJETO - Registrar preço visando futuras possíveis contratações de espaço em rádio AM, para divulgação de informativos do município de Ibiam durante o período de doze meses.

VALOR TOTAL: R\$ 26.400,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos

reais) .

DATA ASSINATURA - 08/05/2013 - Vigência:12 meses

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 006/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 026/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 020/2013

SRP N° 003/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ:

01.612.745/0001-74

CONTRATADO - RADIO CAÇANJURE LTDA, inscrito no CNPJ sob Nº 83.057.794/0002-38

OBJETO - Registrar preço visando futuras possíveis contratações de espaço em rádio AM, para divulgação de informativos do município de Ibiã durante o período de doze meses.

VALOR TOTAL: R\$ 26.400,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos reais) .

DATA ASSINATURA - 08/05/2013 - Vigência:12 meses

Atas Registro Preços 08, 09 , 010, 011, 012/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 009/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 030/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 024/2013

SRP N° 007/2013

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO - RENATO MARCELO SEFFRIN LUTZ-ME

CNPJ:14.633.520/0001-46

OBJETO - Registrar preços visando futuras possíveis aquisições de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar pelo período de doze meses.

VALOR TOTAL: R\$: 20.886,60(Vinte mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos)

DATA ASSINATURA - 20/05/2013. Vigência: 12 meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 010/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 031/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 025/2013

SRP N° 008/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ:

01.612.745/0001-74

CONTRATADO - WLPN TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME, CNPJ: 00.553.801/0001-84

OBJETO - Registrar preço visando futuras possíveis contratações de horas de hidrojetamento de rede de esgoto e metros cúbicos de remoção de lodo de fossas. Valor da hora:250,00(Duzentos e cinquenta reais), Valor do M³ R\$ 80,00(Oitenta reais). Data assinatura: 20/05/2013. Vigência: 12 meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 011/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 031/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 025/2013

SRP N° 008/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ:

01.612.745/0001-74

CONTRATADO - Concretos Cruzeiro Industria e Comercio Ltda, CNPJ: 75.493.908/0001-83

OBJETO - Registrar preço visando futuras possíveis aquisições de tubos de concreto para a Secretaria de Obras do Município de Ibiã.

Valor total: 37.600,00(Trinta e sete mil e seiscentos reais)

Data assinatura: 20/05/2013. Vigência: 12 meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 012/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 031/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 025/2013

SRP N° 008/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ:

01.612.745/0001-74

CONTRATADO - Delcir Boesing Ltda, CNPJ: 07.515.006/0001-40

OBJETO - Registrar preço visando futuras possíveis aquisições de tubos de concreto para a Secretaria de Obras do Município de Ibiã.

Valor total: 9.000,00(nove mil reais)

Data assinatura: 20/05/2013. Vigência: 12 meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 008/13

PROCESSO LICITATÓRIO N. 028/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 022/2013

SRP N° 005/2013

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ:

01.612.745/0001-74

CONTRATADO - GRÁFICA BOSCARDIN LTDA-EPP, CNPJ:

08.933.626/0001-62

OBJETO - Registrar preço visando futuras possíveis aquisições de materiais impressos para a Secretaria de Administração do Município de Ibiã.

Valor total: 58.551,00 (Cinquenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais)

Data assinatura: 14/05/2013. Vigência: 12 meses.

Ilhota

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 033/2013

Lei Complementar 033/2013

Altera a Lei 0953/99 a qual instituiu o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota(SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei Complementar:

ART. 1º - O art. 1º da Lei nº 0953 de 27 de agosto de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Turismo, órgão com caráter consultivo encarregado de assessorar e acompanhar a formulação da política municipal de turismo no Município de Ilhota.”

ART. 2º - O art. 2º da Lei 0953 de 27 de agosto 1999 e os seus incisos de I à IX, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Turismo:

I - Incentivar e promover o turismo no município de Ilhota, inclusive em parceria com os municípios vizinhos;

II - Estimular investimentos públicos e privados visando estruturar a cidade com equipamentos turísticos;

III - Estudar e propor à Administração Municipal medidas de difusão e amparo ao turismo no município, em colaboração com os

órgãos e entidades oficiais especializados;

IV - Pesquisar e sugerir a proposição de leis e normas visando à melhoria, manutenção e qualificação do turismo no Município, observadas as legislações federal, estadual e municipal no que regularem a matéria;

V - Auxiliar o Poder Executivo na captação de eventos;

VI - Colaborar com o Poder Executivo na elaboração e implementação do programa de Desenvolvimento do Turismo;

VII - Sugerir ao poder executivo, por meio da Secretaria de Turismo, a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas que atuam na área, inclusive as de classe, visando incrementar e desenvolver o turismo no Município;

VIII - Participar, em parceria com o poder executivo, da elaboração do Plano Diretor de Turismo; bem como demais planos, programas e projetos de interesse público visando fomentar a atividade turística no município;

IX - Participar da elaboração de estratégias de promoção do município de Ilhota no âmbito turístico com a finalidade de promovê-lo de forma abrangente e por meio de parcerias;"

ART. 3º - Ao art. 2º da Lei 0953 de 27 de agosto de 1999, fica acrescido os incisos X, XI e XII, com a seguinte redação:

"Art. 2º

X - Atuar como fórum permanente de caráter consultivo em todas as questões que norteiam o desenvolvimento do turismo no município;

XI - Visando auxiliar a Secretaria de Turismo, o Conselho Municipal de Turismo poderá constituir Câmaras Técnicas, temporárias ou permanentes, para estudos e trabalhos especiais. A constituição de tais câmaras, bem como os seus membros deverão ser aprovadas e lavradas em ata, em reunião ordinária;

XII - Tomar ciência e acompanhar a aplicação dos recursos advindos do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, sempre com vistas ao estabelecido no planejamento turístico local.

ART. 4º - O art. 3º da Lei 0953 de 27 de agosto de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo será composto pelos seguintes membros:

I - Três (3) representantes do Poder Executivo Municipal; sendo um dos membros o Secretário de Turismo, o representante da Fundação de Cultura e outro membro funcionário de carreira;

II - Um (1) representante do Poder Legislativo;

III - Seis (6) representantes do setor turístico e comercial, sendo:

- a) Dois (2) da Associação Comercial;
- b) Um representante do ramo de hotéis e pousadas;
- c) Um representante do ramo gastronômico;
- d) Um representante do ramo turístico;
- e) Um representante do Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL.

§ 1º - O Prefeito Municipal indicará os três representantes do Executivo, o Presidente da Câmara, os representantes do Legislativo, os demais serão indicados pelas suas categorias, por meio de ofício emitido pelas entidades.

§ 2º - Os membros indicados serão nomeados, por meio de Decreto, pelo chefe do poder Executivo.

§ 3º - Em caso de vacância, independentemente de solicitação prévia, as entidades indicarão representante para suprir a vaga no prazo de trinta (30) dias.

§ 4º - Qualquer membro do Conselho poderá ser substituído, a qualquer tempo, desde que mediante votação por maioria absoluta dos membros do Conselho."

ART 5º - O art. 4º da Lei 0953 de 27 de agosto de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O suporte administrativo indispensável à instalação e funcionamento do Conselho Municipal de Turismo será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - As despesas necessárias à instalação e funcionamento do Conselho Municipal de Turismo serão consignadas no orçamento da Prefeitura Municipal."

ART 6º - Altera a redação do § 1º e caput do art. 6º da Lei 0953 de 27 de agosto de 1999, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º O conselho reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e tantas vezes quantas necessárias, em caráter extraordinário, sempre por convocação de seu presidente ou, na sua ausência, pelo Vice Presidente, com antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas e com indicação do local em que serão realizadas.

§ 1º - As reuniões do Conselho serão instaladas com a presença de, no mínimo, a metade de seus membros, no horário designado na convocação, e, em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número, os quais deliberarão por maioria, conferindo-se ao presidente, além do voto comum, também o de qualidade.

ART. 7º - Revoga as disposições do art. 8º da Lei 0953 de 27 de agosto de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O cargo de Presidente do Conselho será exercido pelo Secretário de Turismo, sendo o Vice Presidente e Secretário eleitos pelo voto direto dos conselheiros na primeira reunião após a posse."

ART. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ilhota,
aos 28 de maio de 2013.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1731/2013

Lei n.1731/2013

Autoriza o Executivo Municipal a receber, em comodato, da Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina, 1 (um) veículo tipo automóvel de passeio

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em Comodato, da Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa

Catarina, um veículo, automóvel de passeio, marca/modelo DOBLO HLX, 1.8 FLEX, de fabricação nacional, ano/modelo 2006/2007, chassi 9BD11920571039150, placa MER 4888.

Art. 2º.O veículo a que se refere o artigo 1º. desta lei, destina-se ao uso da Defesa Civil do Município, até o momento em que o ente municipal receba KIT Nacional contemplando computador, tablet e caminhonete, ao qual se habilitou por adesão, tendo atendido aos requisitos exigidos pela Secretaria da Defesa Civil Nacional/Ministério da Integração.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 22 de maio de 2013.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1732/2013

Lei n.1732/2013

Autoriza o Executivo Municipal a receber, por doação gratuita, 1 (um) veículo tipo automóvel de passeio, da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca/ SC.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º. Ficou Poder Executivo Municipal autorizado a receber da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, por doação gratuita (sem encargo), o veículo tipo automóvel de passeio, GM/CELTA 5 portas, de fabricação nacional, ano/modelo 2003/2004, chassi 9BGRD48X04G100298, placa MCN 1686, na cor branca, movido a gasolina.

Art. 2º.O veículo a que se refere o artigo 1º. desta lei, destina-se ao uso da Secretaria Municipal de Agricultura de Ilhota.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 22 de maio de 2013.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1733/2013

Lei n. 1733/2013

Autoriza o Executivo Municipal a custear despesas para conserto do veículo placa AJS-9948.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota(SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu Sanciono a seguinte LEI:

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a custear despesas com conserto do veículo FIAT DUCATO, cor branca, ano/modelo 2000/2001, placa AJS-9948, de propriedade da Senhora Vanusa de Souza e Silva, relativo a danos causados pela balsa Ilhota-I, de propriedade desta municipalidade, na ordem de R\$ 668,00 (seiscentos e sessenta e oito reais).

ART. 2º - As despesas correrão por conta do Orçamento Geral do Município.

ART. 3º - Ficam Revogadas as disposições em contrário.

ART. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ilhota,
29 de maio de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1734/2013

Lei n. 1734/2013

Autoriza o Executivo Municipal a custear despesas para conserto do veículo placa MHF-0586.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota(SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu Sanciono a seguinte LEI:

ART. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a custear despesas com conserto do veículo VW/GOL 1.0, cor prata, ano/modelo 2008/2009, placa MHF-0586, de propriedade da Senhora Luiza Donzilia Luciano Junges, relativo a danos causados pela balsa Ilhota-I, de propriedade desta municipalidade, na ordem de R\$ 1.517,25 (hum mil quinhentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).

ART. 2º - As despesas correrão por conta do Orçamento Geral do Município.

ART. 3º - Ficam Revogadas as disposições em contrário.

ART. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ilhota,
29 de maio de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 4.211.2013

Lei nº 4.211, de 04 de junho de 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes - SAMCRAD, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I - Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes - SAMCRAD, inscrita no CNPJ sob o nº 06.259.860/0001-20, a importância de até R\$ 12.000,00(doze mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da

instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.212.2013

Lei nº 4.212, de 04 de junho de 2013.

Autoriza o Município de Imbituba a firmar Convênios para recepção de verbas de entidades públicas ou privadas, a título de doação como patrocínio, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênios para a recepção de verbas de entidades públicas ou privadas, a título de doação como patrocínio, visando auxílio à realização de eventos no Município de Imbituba.

Art. 2º Em contrapartida, fica autorizado o Poder Executivo a incluir o nome/logomarca do Patrocinador na divulgação publicitária do evento patrocinado.

Parágrafo único. Fica terminantemente proibida a divulgação publicitária de qualquer conteúdo ilegal perante as leis brasileiras.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei através de Decreto, devendo observar, a cada evento, suas peculiaridades.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 04 de junho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: PMI SEINFRA 2011/01 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/01 A04

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J: 83.073.536/0001-64

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31 DE SETEMBRO DE 2013

Fundamento: Processo nº. 193/2010 Concorrência 04/2010

Imbituba, 28 de março de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

SERRANA ENGENHARIA

Representante Legal

Contratada

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1422/2013

DECRETO Nº. 1422 DE 03 DE JUNHO DE 2013

Homologa inscrições referente ao Processo Seletivo - Edital nº 0004/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições referentes ao Edital de Processo Seletivo nº 0004/2013:

Cargo: NUTRICIONISTA

Nome	CPF
VANESSA BARBIERI	061.914.629-05
FERNANDA TOMASI BITTENCOURT	051.735.609-08
EMANUELE BATTISTI	046.971.949-42
LARISSA DE OLIVEIRA	063.793.349-47
TAÍSA SCOPEL	074.231.299-25
GREICE MORESCO	052.814.629-70
LETÍCIA RAQUEL BOM	063.992.859-50
HELOISA RIBOLI	074.348.429-03
CRISTINA SALVI	010.762.180-08
LENISE REGINA ZANCHET CAMIOTTI	040.527.249-92
DEIZE MADALENA MUNARO	008.106.079-30
TATIANE FLORES	040.470.459-00
ADRIANA MARIA ROMANO	559.967.280-87
SARAJANE HELENA PAZIN	063.044.539-73
RAFAELA SCHINDLER	007.850.779-01
VALÉRIA AGUIAR DE MORAES	061.643.649-14
THAÍS MARIANI BEE	061.093.769-30
TUANE CRISTINE SAVIAN	070.117.789-69
GRAZIELI ALINE KUNST	071.545.949-00
EMANUELI CARLA BANDELOFF	082.503.629-18
RAQUEL APARECIDA CAREGNATO	060.997.489-03
DAMIANE BRESCIANI RINALDI	063.748.199-26
GIANA PAULA MORESCO	078.316.619-21
IVANIZE SIEBENEICHLER	062.869.879-83

KÁSSIA WICKERT DE MATTOS	062.872.149-88
LAIZE SOUTHER CENDRON	072.734.349-14
ANGÉLICA CRISTINA TRAMONTIN	074.270.539-07
JANE TAIMARA MARCHETI	073.816.669-36
JÉSSICA GABRIELLI DA SILVEIRA	054.310.679-90
ROSEANE LEANDRA DA ROSA	009.348.219-17
ANA CHRISTINA MARTINS RECALCATTI	040.119.409-41

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 03 de junho de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças em 03 de junho de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2172/2013

PORTARIA Nº 2172 DE 29 DE MAIO DE 2013

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias ao servidor FRANCISCO MENEGUZZI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2012 a 02/01/2013 a contar de 03/06/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 29 de maio de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 29 de maio de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 287/2013 de 03 de Junho de 2.013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A MARIZETE BONISSONI CAGOL, matrículas 98-1 e 1697-7, Licença Prêmio de 105 dias, relativas aos períodos aquisitivos de

1995 a 2000, 2000 a 2005 e 2005 a 2010 e gozo de 03/06/2013 a 15/09/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03 de Junho de 2013.

Ipumirim - SC, 03 de Junho de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 285/2013 de 03 de Junho de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA NO CARGO DE ZELADORA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GRAZIELE CRISTINE BOCHI FARINA, matrícula 2005-2, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 15/05/2012 a 14/05/2013 e gozo de 03/06/2013 a 17/06/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03/06/2013.

Ipumirim - SC, 03 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 288/2013 de 03 de Junho de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARIANA DA SILVEIRA, matrícula 1714-0, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2011 a 31/08/2012 e gozo de 03/06/2013 a 17/06/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03/06/2013.

Ipumirim - SC, 03 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 289/2013 de 03 de Junho de 2013.

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE ZELADORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público .

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 2165-2, IVANIR SALETE STRAPASSON, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2469002 e do CPF 679.009.689-20, para o cargo de provimento efetivo de Zeladora, , constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03/06/2013.

Ipumirim - SC, 03 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 290/2013 de 03 de Junho de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 002/2012.

CONTRATA

DILCE T. BERGAMIN BENCK, sob a Matrícula 2166-0, com domicílio na Cidade e Município de Xavantina, Carteira de Identidade nº. 1789136-1 e do CPF 612.975.189-34, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 03/06/2013 até a volta da titular Werenise S. Ludersch que esta em Licença Maternidade

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03/06/2013.

Ipumirim - SC, 03 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 291/2013 de 03 de Junho de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 002/2012.

CONTRATA

IDIANE REGINA POTTRATZ WILDNER, sob a Matrícula 2167-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.076 e do CPF 076.010.599-52, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Lato Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 03/06/2013 Até o retorno da titular Marizete Bonissoni Cagol que esta em Licença Premio.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 03/06/2013.

Ipumirim - SC, 03 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 292/2013 de 03 de Junho de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MIRELE ANDREIA FRIGERI, matrícula 2015-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 22/05/2012 a 21/05/2013 e gozo de 03/06/2013 a 02/07/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03/06/2013.

Ipumirim - SC, 03 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº.286/2013 de 03 de Junho de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ILSE FALABRETTI ALBIERO, matrícula 51-5, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 15/12/2011 a 14/12/2012 e gozo de 03/06/2013 a 02/07/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 03/06/2013.

Ipumirim - SC, 03 de junho de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Extrato do Contrato Nº 18/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 18/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2013, Processo de Licitação nº 11/2013, homologado em 09 de abril de 2013.

Objeto: O presente Convênio tem por objeto o estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o Município de Ipumirim e o Hospital São Francisco, objetivando o atendimento de urgência e emergência aos habitantes do Município, no Pronto Socorro do Hospital São Francisco, através de escala de sobreaviso, para o exercício de 2013, nas especialidades previstas no item I, da Cláusula Quinta deste termo.

Valor: R\$ 22.093,20 (Vinte e Dois Mil e Noventa e Três Reais e Vinte Centavos)

Assinatura: 09/04/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFIC. CAMILIANA. DO SUL- H. S. FRANC., situada na RUA MARECHAL DEODORO,915, Bairro , cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0002-82.

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Processo Licitatorio 33/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 19 de junho de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição De Maquinas e Equipamentos para o Abatedouro Regional de Frangos Caipira e orgânico, conforme Memorial Descritivo, com Recursos Próprios e através de Contrato de Repasse 0403.013-73/2012/MDA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00hs, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 03 de junho de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório N.º 07/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2013
TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 20 de junho de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93 consolidada, visando a Contratação de empresa (corretora e/ou seguradora), especializada para prestação de serviços na área de seguros de veículos, para os veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações do Fundo Municipal de Saúde, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00, sita a Avenida 22 de Julho, n.º 1080, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1269 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 04 de junho de 2013.
GISELI KEMPINSKI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Itaiópolis

PREFEITURA

Editais de Notificações

Editais de Notificações referente ao mês de Maio de 2013.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 795/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIH3593	59907934D	6920/0	25/03/2013	233
CZI0688	59907933D	6920/0	25/03/2013	233
LZT6605	59907740D	6866/2	18/04/2013	231 * VIII
MEC9072	54781830C	7366/2	11/04/2013	252 * VI
MEC9072	54781831C	5827/0	11/04/2013	194

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE JUNHO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 796/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHF1460	59907901D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233
APJ5540	59907665D	6920/0	31/01/2013	R\$ 127,69	233
MAJ0522	59907758D	6599/2	17/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAJ0522	59907759D	6912/0	17/02/2013	R\$ 53,20	232
MCL7427	59907802D	5185/1	28/01/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE JUNHO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 797/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBM9314	59907790D	6556/4	06/04/2013	230 * I
MGO6478	59907789D	5010/0	31/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE JUNHO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 798/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMM7342	59907876D	5010/0	02/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
AMM7342	59907877D	6599/2	02/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZX2287	59907633D	6599/2	01/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEI8559	55232746D	5010/0	01/02/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE JUNHO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 799/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAC8641	59907893D	6920/0	26/04/2013	233
AKV6506	59907897D	6920/0	26/04/2013	233
AKX4385	59908007D	6920/0	30/04/2013	233
GVF9495	59907957D	6920/0	11/04/2013	233
LXE1349	59907792D	6599/2	27/04/2013	230 * V
LXE1349	59907793D	5347/0	27/04/2013	178
LYA3913	59907952D	6920/0	11/04/2013	233
LYA7325	55233283D	6912/0	16/04/2013	232
LYS0313	59908003D	5045/0	12/04/2013	162 * V
MFF8434	54781832C	5967/0	14/04/2013	203 * V
MFF8434	54781833C	7269/0	14/04/2013	250 * I * d
MID0995	59907818D	5541/1	09/04/2013	181 * XVII
MQK3621	59907955D	6920/0	11/04/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE JUNHO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 800/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABI7717	55232996D	6920/0	18/12/2012	R\$ 127,69	233
ADO7440	55233147D	6920/0	26/12/2012	R\$ 127,69	233
AFH0533	59907702D	5010/0	12/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
AFH0533	59907703D	5169/1	12/01/2013	R\$ 1.915,38	165
AGK7728	55233346D	5010/0	16/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
AJB9767	59907726D	6700/0	23/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
BGT4428	59907757D	6599/2	17/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
CMD5061	59907625D	6530/0	04/01/2013	R\$ 127,69	228
LYQ1101	55233143D	6920/0	26/12/2012	R\$ 127,69	233
MEA9217	59907549D	7030/2	05/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MEA9217	59907626D	5029/3	05/01/2013	R\$ 957,69	162 * II
MEA9217	59907627D	6599/2	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEA9217	59907628D	6653/1	05/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MHY9608	55232939D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHY9608	55232940D	6599/2	22/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHY9608	55232941D	7048/1	22/12/2012	R\$ 191,53	244 * II
MHY9608	55232942D	5835/0	22/12/2012	R\$ 127,69	195
MHY9608	55232943D	6912/0	22/12/2012	R\$ 53,20	232
MJA2732	59907629D	6599/2	07/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJD0895	55232937D	5010/0	20/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJD5436	59907623D	5010/0	05/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJD5436	59907624D	6599/2	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKJ3079	59907906D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE JUNHO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 801/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRC1393	59907748D	6556/5	13/05/2013	230 * I
BRC1393	59907800D	5169/1	13/05/2013	165
KNB5481	59907962D	6599/2	06/05/2013	230 * V
LXB7872	59907890D	5258/3	21/04/2013	174
MAF3820	59907741D	5169/1	21/04/2013	165
MAF3820	59907742D	5185/1	21/04/2013	167
MAF3820	59907743D	5835/0	21/04/2013	195
MAF3820	59907744D	6637/1	21/04/2013	230 * IX
MAF3820	59907745D	5274/1	21/04/2013	175
MAF3820	59907746D	6912/0	21/04/2013	232
MBF3623	59908104D	5010/0	18/05/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE JUNHO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 802/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHE9798	59907766D	6670/0	23/02/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
AHU8144	59907903D	6920/0	14/02/2013	R\$ 127,69	233
ALL8792	59907723D	5010/0	20/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
ALL8792	59907724D	5061/0	20/02/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXC6368	59907767D	6599/2	23/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXC6368	59907768D	5010/0	23/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXK3479	59907773D	5010/0	26/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXK3479	59907774D	6599/2	26/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYC3354	59907668D	6599/2	03/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAZ2048	55233281D	6670/0	17/02/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MAZ6564	59907669D	6599/2	03/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGL0231	59907666D	6920/0	31/01/2013	R\$ 127,69	233
MHJ3453	59907864D	6726/1	01/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 4 DE JUNHO DE 2013

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA

Itapiranga

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.841, de 4 de Junho de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 2.841, DE 4 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação de vias públicas.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.753, de 10 de janeiro de 2012.

Itapiranga SC, 4 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Portaria Nº 139/2013

Portaria nº 139 de 03 de junho de 2013.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; e artigo 183, da Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Elis Rother sob matrícula nº 11867/08, no período de 01/06/2013 até 27/11/2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor no dia 01/06/2013, condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC, 03 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria Nº 140/2013

Portaria nº 140 de 03 de junho de 2013

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a partir de 03 de junho de 2013, Antonio Vanderlei Gaike sob matrícula nº 14172/01, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Controle e Leitura da Água.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 03 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria Nº 141/2013

Portaria nº 141 de 03 de junho de 2013

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006, Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear, a partir de 03 de junho de 2013, Antonio Vanderlei Gaike sob matrícula nº 14172/02, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Vigilância Sanitária e Ambiental, com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao regime de trabalho estatutário e enquadrado no nível 501, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 03 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria Nº 142/2013

Portaria nº 142 de 03 de junho de 2013

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a partir do dia 3 de junho de 2013, Pedro Aloisio

Giehl sob matrícula nº 13757/03, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 03 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria Nº 143/2013

Portaria nº 143 de 03 de junho de 2013.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde, à servidora municipal Maria Ester Wailland sob matrícula nº 4149/01, a partir de 01/06/2013, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/06/2013, condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 03 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Portaria Nº 144/2013

Portaria nº 144 de 03 de junho de 2013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal Leandro Piffer, sob matrícula nº 14253/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 01/06/2013 até 31/08/2013, referente o período aquisitivo de 01/09/2006 até 31/08/2011.

Art. 2º. Converter 2/3 (dois terços) do período da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionado a sua publicação no DOM.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 03 de junho 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2013

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, torna público que encontra-se aberto o Pregão

Presencial nº 21/2013, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no desenvolvimento de protocolos de atenção básica: Criança, Adolescente, Adulto, Mulher e Idoso. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 18 de junho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 03 de junho de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

Extrato do Contrato Nº 083/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DIOMARI JACOMINI KLOH.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia: Nenhum

VIGÊNCIA: 27/05/2013 até 15/07/2013.

Itapiranga - SC, 27 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 087/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DENISE DE CASTRO.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 40 horas semanais, como Professor de Artes.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia: Nenhuma

VIGÊNCIA: 03/06/2013 até 30/06/2013

Itapiranga - SC.03 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 089/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ESTER SCHOENWALD DA SILVA.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 20 horas semanais, como Professor de Artes.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia: Nenhuma

VIGÊNCIA: 03/06/2013 até 13/12/2013

Itapiranga - SC.03 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 090/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2013/RH
PARTES: Município de Itapiranga e CANDIDA FABIANA DE MOURA.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referencia: Nenhuma
VIGÊNCIA: 03/06/2013 até 30/06/2013

Itapiranga - SC.03 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº10/2013 Processo N.º 49/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº10/2013
PROCESSO N.º 49/2013

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que o imóvel atende aos interesses da Secretaria quanto a sua estrutura e espaço físico.

Considerando o Parecer jurídico nº 66/2013 da Diretoria Jurídica desta municipalidade.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas em 2013 pelos corretores: a) Cecilia Ramos Creci nº 18044/SC, no valor de R\$ 1.780,00 (um mil setecentos e oitenta reais); Luiz Carlos Farina, Creci nº 7275/SC no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), Lázaro Antonio da Luz, Creci nº 7.154/SC no valor de R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais).

Autoriza a locação do objeto abaixo descrito:

1. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei n 8.666/93.

2. OBJETO: Locação de um Imóvel em alvenaria, com aproximadamente 240m2 para armazenamento de móveis e utensílios da Prefeitura Municipal de Itapoá.

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Constitui o objeto deste contrato à locação de um Imóvel com 206,36 m², Loteamento Balneário Itapoá - Anexo B-1, Lote nº 016, quadra nº 002, localizado à Av. Brasil, nº 2557, neste município devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª circunscrição da Comar de Joinville/SC, Cartório de Registro de Imóveis Beatriz Mª Douat Loyola, sob a matrícula nº 50.448;

4. VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E FUNDAMENTO DAS DESPESAS: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 13.406,96 (treze mil quatrocentos e seis reais e noventa e seis centavos) que será pago em 07 (sete) parcelas de R\$ 1.780,00 (um mil setecentos e oitenta reais) mensais mais 16 dias que equivale a R\$ 946,96 (novecentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos).

5. DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:

5.1. Fundo Gabinete do Prefeito - Armazenamento de móveis e utensílios da Prefeitura - Órgão nº 03 - Unidade nº 001 - Departamento Gabinete do Prefeito - projeto /atividade nº 2.004 - Ficha nº 529 - no elemento nº 33.90, sub-elemento nº 3.3.90.36.15

6. PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia em 15/05/2013, finalizando-se em 31/12/2013, podendo ser prorrogado ou renovado, ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

7. CONTRATADO: JORGE CAVALLARI SAAD, brasileiro, casado, do comércio, portador do CI. RG nº 610.988-PR, e inscrito no CNPF/MF sob nº 142.027.279-91, residente e domiciliado a AV. residente e domiciliado à Avenida Atlântica s/nº Neste Município de Itapoá/SC.

Itapoá, 29 de maio de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 22/2013-Processo Nº 51/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013
PROCESSO Nº 51/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 18 de junho de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos para uso dos Postos de Saúde e Pronto Atendimento- 24horas, conforme especificações constantes no anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoia.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 04 de junho de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº38/2013 Dispensa de Licitação Nº 10/2013 - Processo Nº 49/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº38/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratado: JORGE CAVALLARI SAAD, brasileiro, casado, portador da CI.RG Nº 610.988-PR, DO CNPF/MF: 142.027.279-91, residente e domiciliado a Rua: João Carlos de Aguiar, nº 1700, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89249-000
Licitação DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2013 - PROCESSO Nº 49/2013

Objeto: Locação de um imóvel em alvenaria, contendo 240 m² localizado sob o lote nº 16 quadra 02 do balneário anexo b1 avenida brasil nº 2557.

VALOR: R\$ 208.630,80 (Duzentos e oito mil seiscentos e trinta reais e oitenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 29/05/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá início em 15/05/2013, finalizando-se em 31/12/2013, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 04 de junho de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Notificação -Tomada de Preço Nº 03/2013 - Proc. Nº 44/2013

NOTIFICAÇÃO

Às

Empresas: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA
SOLO ENGENHARIA LTDA
DARTORA EMPREIT. DE MÃO DE OBRA LTDA-EPP
MURATORE CONSTRUTORA E CONSULT. LTDA

O Município de Itapoá, através da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto a licitação na modalidade Tomada de preço Nº 03/2013 - Proc. nº 44/2013, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a construção de Unidade Básica de Saúde, na localidade de Itapoá, compreendendo 305.94m² de área total, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital, não houve apresentação de recurso conforme prazo findo em 28/05/2013. Portanto a sessão pública para abertura de envelopes das propostas fica estipulado 06/06/2013 às 08h: 00min em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, sala de reuniões.

Atenciosamente,
Itapoá, 04 de junho de 2013.
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Termo Aditivo N.º 18/2013

TERMO ADITIVO N.º 18/2013 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 86/2011.
(2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado neste ato representado Secretária de Administração e Finanças, Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPF/MF: 248.71.419-34 e portadora da CI.RG. 2/R 037.212-2/SC, e pelo Prefeito Municipal SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa IPÊ INFORMATICA LTDA, com sede á Rua Nunes Machado, nº 1797, Bairro: Rebouças, na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.263.321/0001-30 e Inscrição Estadual nº 90277191-36, representada neste ato pelo Sr. EDUARDO CHI TSE WEI, brasileiro, empresário, portador do CNPF/MF nº 875.343.809-44 e do CI.RG nº 3.692.833-6-SSP/PR, residente e domiciliado a Rua Floriano Essenfelder, nº 426, apto 502, ajustam o presente termo aditivo a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) link dedicado com velocidade de 10MBPS FULL, contínuo e ininterrupto, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2011 – PROCESSO Nº 97/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorrogar a vigência do contrato administrativo n.º 86/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01/06/2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula terceira “Do Preço”, perfaz o valor fixo mensal de R\$ 8.950,00 (oito mil novecentos e cinquenta reais), totalizando o valor para o período de 12 (doze) meses de R\$ 107.400,00 (cento e sete mil e quatrocentos reais), conforme descrito:

Item	Descrição	Valor Mensal	Valor Total 12 meses
1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) link dedicado com velocidade de 10MBPS FULL, contínuo e ininterrupto.	R\$ 8.950,00	R\$ 107.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato n.º 86/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 86/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 29 de maio de 2013.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA IPÊ INFORMATICA LTDA EDUARDO CHI TSE WEI P.P/ PAULO QUADROS GUIMARÃES
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	RAFAEL VIDA ALMEIDA TÉCNICO EM INFORMÁTICA
TESTEMUNHAS:	
NOME : CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 49/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49/2013

Data: 03 de Junho de 2013.

NOMEIA ASSESSORA PARLAMENTAR

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir da presente data, Daniela Pinheiro Cunha, no cargo de Assessora Parlamentar da vereadora Márcia Regina Eggert Soares - PSDB, instituído pela Resolução nº17/2010 e percebendo a remuneração estabelecida no Padrão 5 da Lei Complementar Municipal nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itapoá, em 03 de Junho de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Portaria Nº06/2013

PORTARIA Nº06/2013

NOMEIA MEMBROS PARA O PREENCHIMENTO DA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, ANEXO I DE QUE TRATA A RESOLUÇÃO 09/2008.

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica do Município de Itapoá,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo, para, sobre a coordenação do chefe imediato, preencher a ficha de acompanhamento de desempenho no estágio probatório (Anexo I) de que trata o § 3, do art. 2º, da Resolução Nº 09/2008:

Sheron Scholze Rosa - Coordenadora

Ana Paula Kogg Stephani - Membro

Geisiane Caldeira - Membro

Leonice Marli Riskowski - Membro

Art. 2º - Fica impedido de participar do preenchimento da ficha de avaliação, o servidor que está sendo avaliado.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº11/2010

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara de Vereadores de Itapoá, 03 de Junho de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Portaria Nº07/2013

PORTARIA Nº07/2013

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPOÁ.

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando a instituição da Comissão de Avaliação no Estágio Probatório dos Servidores da Câmara Municipal de Itapoá através da Resolução Nº 09/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para integrarem a Comissão de Avaliação no Estágio Probatório dos Servidores da Câmara Municipal de Itapoá, conforme segue:

Leonice Marli Riskowski - Presidente

Francisco Xavier Soares Filho - Secretário

Ana Paula Kogg Stephani - Membro

Art. 2º - Fica revogada a Portaria Nº07/2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara de Vereadores de Itapoá, 03 de Junho de 2013.

OSNI OCKER

Presidente

Edital de Pregão Presencial Nº 02/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

PROCESSO Nº 02/2013

A Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 123/06 e Decreto Legislativo nº 24 de 2013, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min do dia 19 de junho de 2013 estará recebendo o protocolo dos envelopes na recepção da Câmara, e que às 09h30min do dia 19 de junho de 2013, no plenário da Câmara Municipal de Itapoá, o Pregoeiro Oficial da Câmara Sr. Francisco Xavier Soares Filho, fará a abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 02/2013, em que inicialmente fará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a aquisição de notebooks (computadores portáteis), para informatização do Poder Legislativo de Itapoá, em atendimento ao Setor de Informática e Tecnologia da Câmara Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.camaraitapoa.sc.gov.br no banner "Licitações", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou diretamente na Recepção da Câmara Municipal de Itapoá das 07h45min às 13h45min.

Itapoá, 23 de maio de 2013.
OSNI OCKER
Câmara Municipal de Itapoá-SC
Presidente da Mesa Diretora

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.314 de 27 de Maio de 2013

DECRETO Nº 4.314 DE 27 DE MAIO DE 2013
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art. 1º A Escola Municipal Clara Zomkowski passará a se denominar CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CLARA ZOMKOWSKI.

Art. 2º A Escola Reunida Rosa Branco passará a se denominar CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROSA BRANCO.

Art. 3º A Escola Municipal Menino Deus passará a se denominar CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO DEUS.

Art. 4º Os Centros de Educação Infantil de que tratam os artigos anteriores deste Decreto têm a alteração de nomenclatura devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, em sete de abril de 2011.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 27 de maio de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.313 de 27 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.313 DE 27 DE MAIO DE 2013.
"APROVA LOTEAMENTO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o LOTEAMENTO JARDIM AMÉRICA, de propriedade de PALUDO INCORPORADORA LTDA., localizado na Rua Ernesto De Marco, no Perímetro Urbano de Joaçaba, com a área total de 51.779,40m² (cinquenta e um mil, setecentos e setenta e nove metros quadrados com quarenta centímetros), devidamente analisado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, sob o Processo nº 128.417 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º A área total do Loteamento aprovado fica assim distribuída:

- 1) ÁREA DE RUA 9.125,16 m²
- 2) ÁREA TOTAL DOS LOTES 29.614,61 m²
- 3) ÁREA INSTITUCIONAL 2.591,15 m²
- 4) ÁREA ZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL 10.448,48 m²

Parágrafo Único - A Área total dos lotes está consubstanciada pelas Quadras QA, QB, QC, QD e QE, a seguir identificadas:

1. QUADRA "A" com 26 lotes perfazendo um total de 10.829,28 m²;
2. QUADRA "B" com 09 lotes perfazendo um total de 4.146,83 m²;
3. QUADRA "C" com 10 lotes perfazendo um total de 4.425,54 m²;
4. QUADRA "D" com 13 lotes perfazendo um total de 9.597,16 m²;
5. QUADRA "E" com 01 lote perfazendo um total de 615,80 m²;

Art. 3º Cabe ao Loteador, escriturar em favor do Município, a área de rua com 9.125,16m²; área institucional com 2.591,15m² e a zona de conservação ambiental com 10.448,48m².

Art. 4º Fica fixado ao Loteador, proprietário do imóvel loteado, o prazo de dois anos, a contar desta data, para a implantação das vias públicas, meio-fio, rede de abastecimento de água, galerias de águas pluviais, rede de energia elétrica e de iluminação pública, bem como, para marcar as quadras e seus respectivos lotes, conforme o disposto no Artigo 92 da Lei Complementar nº 136 de 12 de fevereiro de 2007.

Art. 5º Integram os termos do presente Decreto, o TERMO DE COMPROMISSO e de APROVAÇÃO DO PROJETO DE LOTEAMENTO, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, ratificado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e Loteador.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 27 de maio de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

PLASS

Extrato Termo de Adesão 07/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 07/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS
Contratada: CEFISIO - CENTRO DE FISIOTERAPIA. E REAB. S/S LTDA ME
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços fisioterapia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão 08/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 08/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS
Contratada: CLINICA NEUROCIRURGICA VIDEIRA S/S LTDA
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços de neurologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão 09/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 09/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLINICA DURAN S/S LTDA
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços de odontologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão 10/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 10/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLINICA ODONTOLOGICA PILATI LTDA ME
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços de odontologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão 11/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 11/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLINICA DURAN S/S LTDA
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços de otorrinolaringologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão 12/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 12/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: BITTENCOURT & ZAGO SAUDE DENTAL S/S LTDA
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços de odontologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão 13/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 13/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: ROTHBARTH & ROTHBARTH SERV. MÉD. S/S LTDA ME
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços de gastroenterologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão 14/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 14/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: JORGE UMINSKI MARTELLI
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços de ginecologia
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.

Extrato Termo de Adesão 15/2013/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 15/2013 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2013/PLASS
INEXIGIBILIDADE 02/2013/PLASS
Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores
Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: CLINICA REVIVER LTDA.
Data: 03/06/2013

Objeto: Prestação de serviços médicos hospitalares
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é
até 31/12/2013 prorrogáveis até o período máximo de 60 (ses-
senta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da
assinatura do Termo de Adesão.



Programa de
Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

SIMAE**Homologação Pr19/2013**
HOMOLOGAÇÃO PR19/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 19/2013 - PR Processo Administrativo: 23/2013 Processo de Licitação: 23/2013 Data do Processo: 03/05/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 23/2013
b) Licitação Nr.: 19/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 27/05/2013
e) Data da Adjudicação: 27/05/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PVC OCRE PARA EXECUÇÃO DE REDES COLETORAS PARA O SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desceto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006898 - CONEXÕES ESPECIAIS DO BRASIL LTDA	18	0,0000	18.491,60
- 006057 - MEXICHEM INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	6	0,0000	6.111,50
- 006583 - TIGRE S/A TUBOS E CONEXOES	<u>2</u>	0,0000	<u>42.147,60</u>
	26		66.750,70

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 668.370,51

Joaçaba, 27 de Maio de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato 78/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO 78/2103

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

COMODATÁRIA: EDUCANDÁRIO ESPÍRITA E CRECHE MARIA DE CASTRO DE ARRUDA, inscrito no CNPJ sob n.º 84.955.830/0001-62.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A COMODANTE cede à COMODATÁRIA, em comodato, 01 (um) imóvel sito à RUA Sergipe, 73, bairro São Cristóvão, Cep 88509-090, para a Secretaria Municipal de Educação assumir em regime de Comodato o referido educandário, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)
GRATUITO.

Lages, 02 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

1º Adt. Cont. 214/2012 - Saude

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 214/2012

CONTRATADA: CONSTRUTORA FORMIGONI LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.375.841/0001-46, com sede à Rua Almir dos Santos Miranda nº 1111 - Tubarão/SC - cep: 88.704-240. OBJETO: Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Lages, com fornecimento de material. Fundamento Legal: Processo Licitatório n.º 50/2012, correlato à Concorrência n.º 02/2012, aberta em 15/06/2012 e homologada em 25/09/2012.

CLAUSULA PRIMEIRA:OBJETO: - DA SUPRESSÃO

1.1.1 Ficam suprimidos do objeto do contrato e planilhas quantitativas/orçamentárias, em função da alteração de projetos, os serviços de confecção de sapatas de concreto armado fck 30 Mpa completa, em conformidade com o parecer favorável da Procuradoria Geral do Município sob nº 654/2013, e justificativa da Secretaria Municipal da Saúde, no valor de R\$ 79.771,50 (setenta e nove mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).

1.2 - DO ACRÉSCIMO

1.2.1 Ficam acrescidos do objeto do contrato e planilhas quantitativas/orçamentárias, em função da alteração de projetos, os serviços complementares de execução de estaqueamento da obra, em conformidade com o parecer favorável da Procuradoria Geral do Município sob nº 654/2013, e justificativa da Secretaria Municipal da Saúde, no valor de R\$ 136.105,51 (cento e trinta e seis mil e cento e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Lages, 20 de MAIO de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 89/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 89/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MARCIO ANTONIO ARALDI, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.420.019-30, e a Sra. LÚCIA HARUÊ MARIN, brasileira, inscrita no CPF/MF sob n.º 915.102.529-91, ambos residentes e domiciliados à Rua Soroptimista, 163 - centro, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de um imóvel, de propriedade dos qualificados acima, sito à Rua Lauro Müller, 457 - centro - Lages - SC, onde está instalada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 30/04/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.278,39 (três mil, duzentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos) mensais.

Lages, SC, 03 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 66/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 66/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: TYSON DO BRASIL ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.044.016/0016-00, estabelecida à Rod. SC 408 - Biguaçu/SC - CEP: 88.160-000 - fone (48) 32595187.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios para consumo nos Centros de Educação Infantil, Entidades Filantrópicas, Escolas, Pré-Escolas e EJA's da Rede Municipal.

3. PRAZO:05/02/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 354.525,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais).

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 67/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 67/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.197.277/0001-83, com sede à Rua Aracy Paim, n.º 19 - Lages/SC - cep: 88.512-680.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios para consumo nos Centros de Educação Infantil, Entidades Filantrópicas, Escolas, Pré-Escolas e EJA's da Rede Municipal.

3. PRAZO:05/02/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 518.792,00 (quinhentos e dezoito mil, setecentos e noventa e dois reais).

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 68/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 68/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: COMERCIO DE OVOS CENTENÁRIO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 02.359.684/0001-48, estabelecido à Rua Cruz e Souza, n.º 385 - Lages/SC - cep: 88.501-400.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios para consumo nos Centros de Educação Infantil, Entidades Filantrópicas, Escolas, Pré-Escolas e EJA's da Rede Municipal.

3. PRAZO:05/02/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 51.680,00 (cinquenta e hum mil, seiscentos e oitenta reais).

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 69/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 69/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: MALVO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.327.107/0001-62, estabelecida à Rua Menino Deus, n.º 14 - São Jose/SC - cep: 88.110-025.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios para consumo nos Centros de Educação Infantil, Entidades Filantrópicas, Escolas, Pré-Escolas e EJA's da Rede Municipal.

3. PRAZO:05/02/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 218.442,00 (duzentos e dezoito mil e quatrocentos e quarenta e dois reais).

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 70/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 70/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: ADCON CONDOMINIOS E IMOBILIARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 79.940.326/0001-59, com sede à Rua Coronel Cordova, 375 - centro nesta cidade de Lages, SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

locação das salas 71, 72 e 74 no 7º andar do ed. Centro Executivo Cepar, sito à rua Benjamim Constant,28, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o Setor de Controle e Auditoria do Município de Lages.

3. PRAZO:02/01/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 1.485,00 (Um mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais) mensais.

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 71/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 71/2013

CESSIONARIA:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONCESSIONARIA: ECOSERRA - COOPERATIVA ECOLÓGICA DE PRODUTORES, CONSUMIDORES E ARTESÃOS, DA REGIÃO SER-RANA DE SANTA CATARINA, situada à Av. Papa João XXIII nº 1565, Bairro Ipiranga, inscrita no CNPJ sob nº 03621936/0001-28.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

a cessão pelo MUNICÍPIO à ECOSERRA, do direito de uso de UM veículo ano 2006 e modelo 2006, motor Bi-combustível, 80CV, câmbio 6 marchas, injeção eletrônica, 4 portas, ar quente, e demais especificações conforme autorização de fornecimento n.º 128/2005.3. PRAZO:15/02/2013 á 15/02/2017

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

GRATUITO.

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 72/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 72/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: CEPAR COMERCIO E ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.981.129/0001-67, com sede à Av. Duque de Caxias, 600 - 2º andar - sala 10 - Lages - SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

locação de um imóvel, sito a Rua Zeca Neves, 218, onde será instalada a Secretaria Municipal de Agricultura.

3. PRAZO:02/01/2013 á 31/12/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais.

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 73/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 73/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: GSA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.569.600/0001-38, com sede à Av. Dr. Nilo Peçanha n.º 730 - Porto Alegre/RS - cep: 90.470-000.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Técnicos de Monitoramento e Assessoramento Ambiental, na Recuperação do Lixão e nas Operações da Usina de Reciclagem de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário de Lages.

3. PRAZO:02/01/2013 á 01/07/2013

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

R\$ 2.650,00 (dois mil e seiscentos e cinquenta reais).

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 74/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 74/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: CELSO MARIANO DA SILVA, inscrito no CPF sob nº 133.879.679-53, e a Sra. IRACI CORDOVA DA SILVA, inscrita no CPF nº 944.716.579-68, residentes e domiciliados nesta cidade de Lages, SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

locação de um imóvel, sito a Rua Honorato Ramos, 65, centro, onde será instalada a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento.

3. PRAZO:20/02/2013 à 31/12/2013**4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO**

R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 75/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 75/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: IARA VALENTE RAMOS, CPF nº.9510.816.609-53, residente e domiciliada nesta cidade de Lages, SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

locação de um imóvel sito à Rua Presidente Vargas, 958, nesta cidade de Lages, SC, medindo 348,14m² para uso da Secretaria de Obras do Município e Secretaria Municipal de Turismo.

3. PRAZO:02/01/2013 à 31/12/2013**4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO**

R\$ 5.080,30 (cinco mil, oitenta reais e trinta centavos) mensais pela parte locada à Secretaria de Obras; R\$ 2.522,70 (dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta centavos) mensais pela parte locada à Secretaria de Turismo.

Lages, 02 de junho de 2013.

Extrato de Contrato 76/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 76/2013

CONTRATANTE:- O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.777.301/0001-90.

CONTRATADA: DEDETIZADORA BARROS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 86.838.547/0001-86, com sede à Rua Álvaro Nery dos Santos nº 223 - Lages/SC - cep:88.511-300 - fone:32233719.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

serviços de desinsetização, desratização limpeza e desinfecção de reservatórios de água das Unidades Escolares, Biblioteca Pública, Pólo da UFSC e outros Prédios da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com solicitação Municipal.

3. PRAZO:20/02/2013 à 20/08/2013**4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO**

R\$ 29.362,50 (vinte e nove mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Lages, 02 de junho de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 77/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 77/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 78.355.104/0001-06, estabelecida à Rod BR 282, nº 49, em Lages/SC - cep: 88.520.210.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Drenagem e Pavimentação Asfáltica da Rua Romeu Ramos Lucena.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 25/02/2013 à 25/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 211.228,94 (duzentos e onze mil e duzentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos).

Lages, 02 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 79/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 79/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrito no CNPJ sob nº 82.894.718/0001-33, estabelecido à Rua Mário Ribeiro Ramos nº 242 - Lages/SC - cep: 88.509-340.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial para consumo nas Unidades Escolares da Rede Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 28/02/2013 à 28/05/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 27.410,00 (vinte e sete mil e quatrocentos e dez reais).

Lages, 02 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 80/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 80/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: GIZELE REGINA DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.839.796/0001-12, estabelecida à Rua Pedro Neri Schwindenn nº 487 - Santo Amaro da Imperatriz/SC - cep: 88.140-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial para consumo nas Unidades Escolares da Rede Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 28/02/2013 à 28/05/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 28.475,00 (vinte e oito mil e quatrocentos e setenta e cinco reais).

Lages, 02 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 81/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 81/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.197.277/0001-83, com sede à Rua Aracy Paim, n.º 19 - Lages/SC - cep: 88.512-680.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial para consumo nas Unidades Escolares da Rede Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 28/02/2013 à 28/05/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 42.671,00 (quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais).

Lages, SC, 02 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 82/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 82/2103

CESIONARIA: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONCESSIONARIA: BRAVA LINHAS ÁEREAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º CNPJ 07.611.146/0001-12, com sede à Rua Dona Teodora n.º 503 - sala 02 - Porto Alegre/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O MUNICÍPIO autoriza a CONCESSIONÁRIA, a instalação e uso de duas salas para uso como área de check in, check out e loja no Aeroporto Federal Antonio Corêia Pinto de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 13/02/2013 à 13/08/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais) por mês.

Lages, SC, 02 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 84/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 84/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: Gertrudes Grete Volkert, inscrita no CPF/MF sob n.º 475.816.469-04, R.G. n.º 2.897.812, representante neste ato pelo Sr. René Alexandre Volkert, inscrito no RG sob n.º 533891-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de dois barracões conjugados com área de 600 m², sito à Av. Brasil n.º 777 e n.º 792.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 4.972,70 (quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta centavos) mensais.

Lages, SC, 02 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 85/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 85/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: VALFRIDA PINTO VIEIRA, inscrita no CPF sob o n.º 464.177.969-49, com sede à residente e Domiciliada em Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de uma sala sob n.º 32, no 4º andar do ed. Centro Executivo Cepar, com área de 45,60m², sito à rua Benjamim Constant, 28, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalada o Setor Administrativo da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 539,05 (quinhentos e trinta e nove reais e cinco centavos) mensais.

Lages, SC, 02 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 86/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 86/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: Vanda Araldi Benin, representada neste ato pela Sra. Kathleen Benin, inscrita no CPF/MF sob nº 005.765.329-16, com sede à residente e Domiciliada em Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de um imóvel sito à Rua Benjamim Constant, nº 28, 6º andar do ed. Centro Executivo Cepar, sala 62 B, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 441,47 (quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos) mensais.

Lages, SC, 03 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 87/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 87/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: Espólio do Proprietário Sr. Wilson da Silva Tives, Sra. Lacir Fabiane Mendonça Tives, residente e domiciliada nesta cidade de Lages, SC, inscrita no CPF sob n.º 017.492.059-80, C.I. n.º 3.043.357-6, residente e domiciliado em Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de uma sala sito à Rua Honorato Ramos n.º 214 - Ed. Fabi, medindo 100 m², onde está instalada a Secretaria Extraordinária de Assuntos Comunitários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 700,76 (setecentos reais e setenta e seis centavos) mensais.

Lages, SC, 03 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 88/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 88/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FABRÍCIO A. FURLANETTO, , corretor de imóveis inscrito no CRECI/SC 16.178 - SC, com sede à Rua Coronel Cordova, 423 - sala 04 - centro, nesta cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de um imóvel sito à Av. Belizário Ramos nº 5320, centro, nesta cidade de Lages, SC, para uso da Sede da Escola Itinerante, da Secretaria Municipal da Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.702,81 (Um mil e setecentos e dois reais e oitenta e um centavos) mensais.

Lages, SC, 03 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 88/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FABRÍCIO A. FURLANETTO, , corretor de imóveis inscrito no CRECI/SC 16.178 - SC, com sede à Rua Coronel Cordova, 423 - sala 04 - centro, nesta cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de um imóvel sito à Av. Belizário Ramos nº 5320, centro, nesta cidade de Lages, SC, para uso da Sede da Escola Itinerante, da Secretaria Municipal da Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.702,81 (Um mil e setecentos e dois reais e oitenta e um centavos) mensais.

Lages, SC, 03 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 90/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 90/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ESTRUTURAL ADM LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.133.393/0001-08, com sede à Frei Gabriel, 280 - Lages - SC - cep:88.502-970.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de uma sala sito à Rua Frei Justino, 143 - centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o Setor de Recursos Humanos da PML.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.405,64 (três mil quatrocentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos) mensais.

Lages, SC, 03 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 284/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0284/2013 de 21 de Maio de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, JOSIANY GRANEMANN DE SOUZA, ocupante do cargo de DIRETORA ADMINISTRATIVA, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 21.12.2013.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 21 de Maio de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Portaria Nº 285/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0285/2013 de 27 de Maio de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979., e lei 978/99 de 31/03/99 e Lei 076 de 12/01/2012..

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS ao Servidor, ALESSANDRO TEODORO, ocupante do cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 15/05/2012 a 15/11/2012 e período de gozo de 27/05/2013 a 15/06/2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 27 de Maio de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

Retificação Lei N.º 971/2013

RETIFICAÇÃO LEI N.º 971/2013

Considerando erro de digitação na publicação da Lei n.º 971/2013, realizado no Diário Oficial dos Municípios, publicado na Edição n.º 1246, de 24 de maio de 2013, p. 240 e 241, retifica-se a referida Lei para a seguinte redação:

LEI Nº 971, DE 22 DE MAIO DE 2013.

“ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Função	27	Desporto e lazer	56.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	56.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Lazer	56.000,00
Projeto	1.043	Construção de Campo de Futebol - Centro	56.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	56.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	56.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	56.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com as seguintes classificações e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	56.000,00
Função	10	Saúde	56.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	56.000,00
Programa	0006	Saúde Com Excelência	56.000,00
Projeto	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	56.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	56.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	56.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	56.000,00		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contrato Nº 032/2013 - PMLL

CONTRATO Nº 032/2013 - PMLL

Contrato para o Fornecimento de Alimentos para a Merenda Escolar.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Leoberto Leal/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Municipal a Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, brasileira, casada, CPF nº 951.539.009-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, INO SPERBER, brasileiro, pessoa física, produto rural, residente e domiciliado à Localidade de Rio Areia, Zona Rural do Município de Leoberto Leal/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 446.779.449/20, doravante denominado CONTRATADO, fundamentado nas disposições da Lei nº 11.947/2009, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

Considerando que, foi realizado Edital de Chamamento Público visando a Aquisição de Merenda da Agricultura Familiar, onde este ficou aberto pelo período de 30 dias, e somente um agricultor veio se credenciar para fornecer os alimentos, porém este não ofertou todos os alimentos constantes no referido Chamamento Público;

Considerando que, para realizar esses dois processos a publicação teve um custo alto, e para fazer um novo Chamamento Público e posterior Dispensa de Licitação a Administração Municipal teria mais gastos com publicação, sendo que o valor dos alimentos é baixo;

Considerando que, esses alimentos são essenciais na alimentação escolar dos alunos, a qual estabelece que a criança tenha direito ao máximo grau de saúde e a uma alimentação saudável e adequada ao seu desenvolvimento, abordando, sob esse aspecto, a questão da fome e do combate à desnutrição. Hoje, sabe-se que os efeitos da fome em uma criança são muito mais devastadores do que se imaginava há algum tempo atrás.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Leoberto Leal, onde o CONTRATADO se obriga a entregar em quantidades mensais: 40 kg (meses Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de beterraba, 40 kg (meses Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de cenoura, 25 dz (meses Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro) de ovos, sendo todos os produtos de origem orgânica, a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todos os produtos devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas conservação e maturação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 1.728,00 (um mil setecentos e vinte e oito reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento será efetuado de forma mensal, em conformidade com a planilha de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

04.01.12.361.0004.2.011 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação - Ensino Fundamental

04.01.12.365.0004.2.012 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação - Ensino Infantil

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato descrito na cláusula primeira será executado até o dia 31/12/2013.

CLÁUSULA QUINTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 5% do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Segunda, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato para o Fornecimento de Alimentos, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA NONA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias

de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de junho de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

INO SPERBER

Contratado

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato TP 07/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2013

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de serviço especializado na área de informática, para licenciamento de sistemas de gestão pública, no dia 24 de junho de 2013, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de junho de 2013

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em exercício

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1116 - Convênio Associazone Triveneta Di Luzerna

LEI Nº 1116 de 28 de maio de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO E REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar

TERMO DE CONVÊNIO com a ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração do Brasil com a Itália, bem como outros países nos quais se destacam as colônias italianas sob as suas modalidades, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.986/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC).

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o "caput" deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Termo anexo, que é parte integrante desta LEI.

Art.2º- Através do Convênio autorizado pelo art. 1º desta Lei fica o Município autorizado a repassar auxílio financeiro à entidade cultural acima descrita, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art.3º- A entidade beneficiada deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos e prestar contas dos recursos recebidos até 31 de dezembro de 2013.

Art.4º- As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária: 08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de maio de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1117 - Convênio Catanduvas - Depósito Detran

LEI Nº 1117 de 04 de junho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS(SC) VISANDO A OUTORGA EM REGIME DE CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULO(S) DE PROPRIETÁRIO(S) QUE TENHA(M) INCORRIDO EM INFRAÇÃO (ÕES) PREVISTA(S) NO CÓDIGO DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO com o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS(SC) visando a outorga em regime de concessão da prestação de serviços públicos de remoção e guarda de veículo(s) de proprietário(s) que tenha(m) incorrido em infração (ões) prevista(s) no Código de Trânsito Brasileiro, valendo-se do Processo Licitatório nº 0016/2011, Concorrência Pública nº 001/2011 e Contrato 0088/2011 do Município de Catanduvas, que tem como Permissionária FERRI & FERRI TRANSPORTES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Art.2º - Fica autorizada que a cobrança dos proprietários dos veículos apreendidos passa a ser os valores constantes da Cláusula Terceira do Contrato 0088/2011 e suas atualizações.

Art.3º - As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de junho de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1118 - Consórcio Multifinalitário

LEI Nº 1118 de 04 de junho de 2013.

"AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMMOC, DENOMINADO DE CONSÓRCIO PÚBLICO MEIO OESTE CONTESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica autorizado o ingresso do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) no consórcio público denominado de CONSÓRCIO PÚBLICO MEIO OESTE CONTESTADO, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art.2º- As despesas provenientes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 04 de junho de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Lei 1119 - Transporte

LEI Nº 1119 de 04 de junho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM O TRANSPORTE QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o transporte de estudantes que cursam o ensino superior a distância na UNIASSELVI e UNINTER, educação de jovens e adultos no CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos em Joaçaba(SC) e o ensino profissionalizante no SENAC e CETESC em Joaçaba(SC), garantindo a gratuidade a esses alunos durante o ano de 2013.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias nºs 08.0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários, 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação e 08.0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Reduzido 69 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 04 de junho de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Portaria Nº 146EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 146/13 de 29/05/13 - "EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA" (EXONERAR o servidor JEFFERSON LUIZ KRUG, do cargo de provimento em comissão de Coordenador do Centro de Eventos, Nível CC-4, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, nomeado pela Portaria nº 082/13 de 01/03/13 e reenquadrado pela Portaria nº 132/13 de 09/05/13, a partir de 31 de maio de 2013).

Extrato de Portaria Nº 147EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 147/13 de 29/05/13 - "EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA" (A EXONERAR A PEDIDO a Senhorita CLARISSA AN-RAIN, do cargo de provimento em comissão de Assessora de Planejamento, Nível CC-2, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 03 de junho de 2013).

Extrato de Portaria Nº 148EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 148/13 de 29/05/13 - "CESSA EFEITOS DE PORTARIAS QUE ESPECIFICA". (CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 028/13 de 10 de janeiro de 2013 que designou o servidor DEJAIR TEDESCO, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, para exercer a função de Coordenador do Setor de Serviços Gerais, Nível F.G.01 e da Portaria nº 132 de 09 de maio de 2013 que o reenquadrrou para a função de Assistente dos Serviços de Jardinagem, Nível FG3, a partir de 05 de junho de 2013).

Extrato de Portaria Nº 149EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 149/13 de 29/05/13 - "DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (DESIGNAR o servidor DEJAIR TEDESCO, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para o cargo de provimento em comissão de Coordenador do Centro de Eventos, Nível CC-4, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 05 de junho de 2013).

Extrato de Portaria Nº 150EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 150/13 de 29/05/13 - "NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA" (NOMEAR o Senhor MURIEL KIRSCH, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento, Nível CC-2, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, a partir de 05 de junho de 2013).

Extrato de Portaria Nº 151EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 151/13 de 29/05/13 - "PROMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (PROMOVER, por mérito, o servidor RAIMUNDO AN-TÔNIO PASCOTTO, lotado no emprego público de Fiscal Técnico Sanitarista, Nível 1, Classe "A", do Grupo III - Atividades de Administração Geral/AAG, do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores para a Classe "B", do mesmo Nível e Grupo que ocupa, referente ao período de 03 de maio de 2010 à 02 de maio de 2013, por ter cumprido os requisitos dos arts. 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna/SC).

Extrato de Portaria Nº 152EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 152/13 de 29/05/13 - "PROMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA". (PROMOVER, por mérito, o servidor LUIZ CARLOS COSTA, lotado no emprego público de Motorista I, Nível 06, Classe "A", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores para a Classe "B", do mesmo Nível e Grupo que ocupa, referente ao período de 17 de maio de 2010 à 16 de maio de 2013, por ter cumprido os requisitos dos arts. 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna/SC).

Extrato de Portaria Nº 153EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 153/13 de 29/05/13 - "PROMOVE SERVIDORA QUE ESPECIFICA". (PROMOVER, por mérito, a servidora LUCÉLIA SEVERO DE OLIVEIRA SILVA, lotada no emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "C", Nível 01, Grupo I - ANA, para a Classe "D", do mesmo Nível e Grupo que ocupa, referente ao período de 03 de maio de 2011 à 02 de maio de 2013, por ter cumprido os requisitos dos arts. 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna/SC).

Extrato de Portaria Nº 154EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 154/13 de 29/05/13 - CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA". (CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, PAULA ADRIANA DE GODOIS DOS SANTOS LAZZAROTTI, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 44 horas semanais, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo - Edital nº 004/2013 de 10 de abril de 2013, homologado em 10 de maio de 2013, em substituição à servidora IVONE SCHMITZ CHIESA afastada por Auxílio Doença, a partir de 03 de junho de 2013 até o retorno da titular).

Portaria 155 - Eliane Noeli Spier Vanin -
EXTRATO DE PORTARIA
PML 2013

Portaria nº 155/13 de 03/06/13 - "PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA". (PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora ELIANE NOELI SPIER VANIN, que exerce o emprego público de Professora III, Classe "E", 20 horas semanais, na Educação Infantil, a partir de 03 de junho de 2013).

Extrato Homologação PML.031.13 - Material Construção

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 031/2013 - PML
Pregão nº 0024/2013 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 031/2013, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção, destinados à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversas, de competência das Secretarias Municipais de Luzerna.

- Proponente(s) Vencedora(s):

. BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA -EPP

. BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

. GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

- Valor total: R\$ 186.664,86

Luzerna (SC), 4 de junho de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro 04/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	35.235,79
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	35.235,79
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.834,45
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.401,34
Receita Extra - Orçamentária	80.795,32	Despesa Extra - Orçamentária	37.425,80
DEPÓSITOS	2.226,20	DEPÓSITOS	2.190,01
CONSIGNAÇÕES	2.226,20	CONSIGNAÇÕES	2.190,01
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.832,71	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.832,71
TESOURO NACIONAL	29,77	TESOURO NACIONAL	29,77
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	151,30	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	115,11
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	212,42	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	212,42
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	35.235,79	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	35.235,79
OBRIGAÇÕES A PAGAR	35.235,79	OBRIGAÇÕES A PAGAR	35.235,79
FORNECEDORES	8.401,34	FORNECEDORES	8.401,34
PESSOAL A PAGAR	21.647,57	PESSOAL A PAGAR	21.647,57
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.186,88	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.186,88
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	43.333,33		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	43.333,33		
REPASSE RECEBIDO	43.333,33		
Saldos anteriores	48.559,36	Saldos atuais	56.693,09
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	48.559,36	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	56.693,09
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	129.354,68	Total	129.354,68

Luzerna, 04/06/2013

 Rubiana Suelen Balestrin
 Contadora

 João Batista Zamboni
 Presidente da Mesa Diretora

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº 1506/2013

LEI Nº 1506/2013

Declara de Utilidade Pública o Clube dos Veteranos do Amizade

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Fica Declarado de utilidade pública o Clube dos Veteranos do Amizade, inscrita no CNPJ/MF sob n. 14.297.172/0001-83, com sede na Rod. SC 474, s/n, Km 18, Bairro Ribeirão da Lagoa, no Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 31 de Maio de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Decreto Nº 040/2013

DECRETO Nº 040 DE 06 DE JUNHO DE 2013.

Convoca a III Conferência Municipal de Cultura e dá outras providências.

O Prefeito Jonnei Zanette no exercício de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e considerando o dispositivo na portaria n.º 33 de 16 de Abril de 2013 do Ministério da Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a III Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 01 de Julho do mesmo ano, no Auditório Pedro Mezzari situado junto a Escola de Educação Básica Inês Tonelli Napoli, sob a coordenação do Departamento de Cultura da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Art 2º A III Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue:
Art 3º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura definidos na Lei Federal n.º 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo

(União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;
2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 3º - A III Conferência Municipal de Cultura será presidida pela Senhora Nivalda Nice Mezzari Del Moro e, na sua ausência ou impedimento, pelo Senhor Jairo Luiz Canella.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esporte através do departamento de Cultura expedirá o regulamento da III Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da III Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 5º - As despesas com a realização da III Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretária de Educação Cultura e Esporte.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, SC, 04 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Decreto Nº 041 /2013

DECRETO Nº 041 /2013

TRATA DA NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME) DO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 543, de 09 de outubro de 1992 resolve;

NOMEAR

Art 1º - Os membros do Conselho Municipal de Educação (CME), que será presidido pela Representante dos Diretores das Escolas Municipais Rogéria Laurindo Casagrande, tendo como Vice-Presidente a Srª Ana Lúcia Pereira Carradore.

DOS MEMBROS EFETIVOS:

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo:

- Titular: Jairo Luiz Canela
- Suplente: Ana Paula de Luca Vieira

Representante dos Diretores das Escolas Municipais:

- Titular: Rogéria Laurindo Casagrande
- Suplente: Rosilane Bitencourt M. Magagnin

Representante dos Professores do Ensino Fundamental das Escolas Municipais:

- Titular: Paula Beatriz Conti Reús
- Suplente: Cristiane Albano Meister

Representante dos Professores do Ensino de Educação Infantil da Rede Municipal:

- Titular: Ana Lucia Pereira Carradore
- Suplente: Edilenia Frezza Ronchi

Representante dos Professores da Rede Estadual:

- Titular: Cleusa Maria Machado Scardueli
- Suplente: Carla Jociane S. Scardueli

Representante do Conselho Tutelar:

- Titular: Rúbia Nara Rabello
- Suplente: Rosemária Duarte Rocha

Representante da Associação de Pais e Professores do Município:

- Titular: Livia Gonçalves Rocha Pasini
- Suplente: Éder Luis Dal Toé

Representante das Associações Comunitárias:

- Titular: Nialva Nice Mezzari Del Moro
- Suplente: Osmar Minatto

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revoga-se, o Decreto nº 014/2008 de 07/05/2008 e Decreto nº 032/2013 de 23/04/2013, e demais disposições em contrário.

Meleiro, SC 04 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 235/2013

PORTARIA nº 235/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE ENFERMEIRA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita ELIANA DAMIANI CORAL, ocupante do cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aposentadoria, junto ao INSS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 03/06/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 071/1994 e Registro de Empregados nº 006, Livro nº 006, folha 005.

Meleiro, 03 de Junho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Extrato Contratual - Contrato Nº. 060/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 060/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CEDRO INFRAESTRUTURA VIÁRIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de terraplanagem, sinalização e pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), na Avenida Silvio Jorge Zanette, com fornecimento de mão de obra e material, conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo.

Valor: R\$ 925.289,68

Vigência: Início: 04/06/2013 Término: 04/06/2014.

Data da assinatura: 04 de junho de 2013.

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato Aditivo Contrato Aluguel Imovel a Casa Lar
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2013 DO CONTRATO PUBLICO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO Nº 45/2012.

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n. 95.996.104/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, SR. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e ROGÉRIO FERREIRA FONTES, Residente e domiciliado na Fazenda São Miguel, interior de Santa Cecília-SC, Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de contrato, mediante sujeição mútua à Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas contratuais:

DO OBJETO
PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PAR ABRIGAMENTO DA CASA LAR, COM INÍCIO EM 21/04/2013 ATÉ A DATA DE 31/07/2013.

Do Valor
O valor da nova contratação será de R\$ 550,00(quinhetos e cinquenta reais) mensais.

AS OUTRAS CLÁUSULAS, PARÁGRAFOS E ITENS PERMANECEM INALTERADOS, OBRIGANDO-SE A CONTRATADA E A CONTRATANTE A CUMPRIR-LAS DE ACORDO COM O CONTRATO DE ORIGEM Nº 45/2012.

Monte Carlo-SC, 21 de abril de 2013

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	ROGÉRIO FERREIRA FONTES
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA	LOCADOR
CONTRATANTE	

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Fundo Municipal de Assistencia Social de Morro da Fumaça

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MORRO DA FUMAÇA- SC CREDENCIAMENTO Nº 012/2013. OBJETO: Credenciamento de prestadores de serviços em veículo de comunicação de radiodifusão para o Município de Morro da Fumaça/SC conforme itens relacionados no Anexo I do Edital- Período inicial de Credenciamento: até 14/06/2013 - 10:00 horas. LOCAL para entrega dos envelopes: Setor de Licitações na Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Município de Morro Fumaça- SC. Pregão Presencial Nº 054/2013

MUNICIPIO DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2013. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM VISTAS AO FORNECIMENTO DE TELEFONIA MÓVEL, CONFORME ANEXO DO EDITAL - DATA 21/06/2013 - 10:00 horas. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 42/2013 Irmandade

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/13
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/13
CONTRATADO: IRMANDADE SENHOR JESUS PASSOS IMPERIAL HOSPITAL CARIDADE.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO CONSULTA, TRATAMENTO E CIRURGIA PARA RETIRADA DE QUELOIDE DO SENHOR FABIANO RAFAEL NEVES CONF. ORDEM JUDICIAL Nº 135.10.001958-9.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.250,00 (UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS)
FUNDAMENTO: ART. 24, INCISO II DA LEI DE LICITAÇÕES.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 42/2013 Maboos

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/13
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/13
CONTRATADO: MABOOS CLÍNICA MÉDICA LTDA.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO CONSULTA, TRATAMENTO E CIRURGIA PARA RETIRADA DE QUELOIDE DO SENHOR FABIANO RAFAEL NEVES CONF. ORDEM JUDICIAL Nº 135.10.001958-9.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.700,00 (UM MIL E SETECENTOS REAIS).
FUNDAMENTO: ART. 24, INCISO II DA LEI DE LICITAÇÕES.

Navegantes, 03 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 11/2013 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2013 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se

encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR 0KM, TIPO PICK UP, ANO 2013, CABINE DUPLA, DIESEL, 04 (QUATRO) PORTAS, COR BRANCA, VEÍCULO DESTINADO AO PELOTÃO DE PATRULHAMENTO TÁTICO DO 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 17/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 17/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 04 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Ata Registro de Preço Nº 71/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 71/2013.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 71/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 71/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas ANINSETO DE DETIZADORA LTDA, no valor total de R\$ 24.360,00 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta reais) e ASFAG LTDA, no valor de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais).
Vigência: 29/05/2014.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 29 de maio de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N 013 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 013/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, David Mauricio Costa inscrito no CPF nº 659.038.979-91, para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 15 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N 014 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 014/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, Ernesto Vagner Ferraz Rodrigues inscrito no CPF nº 659.453.440-87, para o cargo em comissão de Procurador Geral desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 15 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N 015 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 015/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, Joel João Couto inscrito no CPF nº 217.081.009-97, para o cargo em comissão de Diretor Administrativo desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 15 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N 016

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 016/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeada a Senhora, Luciane Chagas Bittencourt Pereira inscrita no CPF nº 051.992.889-03, para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 15 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N 017 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunicip@terra.com.br
PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 017/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, Eraldo Giovane Velho inscrito no CPF nº 733.882.629-34, para o cargo em comissão de Diretor Administrativo desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 16 de janeiro de 2013.
JULIANO NILDO DE NARIA
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Trento

SAMAE

Resumo Contrato Andrade & Amorim Extração Mineral Ltda-Me

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO
CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO-SC

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos
Mês/Ano da Assinatura:Junho/2013.

Contratado:ANDRADE & AMORIM EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-ME
CNPJ:10.433.690/0001-26
Modalidade:CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação:4/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 000014/2013
Fundamento Legal:8.666/93

Objeto: AQUISIÇÃO DE AREIA PARA ASSENTAMENTO DE REDE DE ABASTECIMENTO E MACADAME NAS ESCAVAÇÕES DAS VALAS POR ONDE PASSA A REDE DE ÁGUA PERTENCENTE A ESTE SAMAE.

Data da Assinatura:04/06/2013
Data da Publicação no Diário Oficial:05/06/2013
Vigência:04/06/2013 À 31/12/2013
Programa de Trabalho:
15.01 17.512.0001 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00
Valor:r\$ 27.150,00 Forma de Pagamento 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Resumo de Contrato Betha Sistemas Transparencia

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO
CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO-SC
Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos
Competência Maio/2013.
Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.
CNPJ: 00.456.865/0001-67
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação:00
Número do Contrato ou Aditivo: 000013/2013
Fundamento Legal:8.666/93

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade da CONTRATADA.

Data da Assinatura: 24/05/2013
Data da Publicação no Diário Oficial:05/06/2013
Vigência: 24/05/2013 a 31/05/2014
Programa de Trabalho:
15.01 17.512.0001 2013.3.3.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:153/2013
Valor: 2.000,00 Forma de Pagamento : À Vista

CARLOS TARCISIO BATTISTI
Diretor Samae

Resumo Digital Tecnologia e Serviços Ltda

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO
CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO-SC

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos
Mês/Ano da Assinatura:Junho/2013.

Contratado:DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 08.640.413/0001-42
Modalidade:CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 7/2013
Número do Contrato ou Aditivo: 000016/2013
Fundamento Legal:8.666/93

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E SUPORTE TECNICO NOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, TE-SOURARIA, PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO, COMPRAS, LICITAÇÕES,RECURSOS HUMANOS,E-SFINGE (UNIDADE GESTORA E OBRAS), RAIS, DIRF, SEFIP, DCTF, SISTN, PATRINOMIO, PROTOCOLO, TRANSPARÊNCIA E ALMOXARIFADO, SISTEMAS UTILIZADOS NESTA AUTARQUIA DURANTE O EXERCICIO DE 2013/2014.

Data da Assinatura:04/06/2013
Data da Publicação no Diário Oficial:05/06/2013
Vigência:04/06/2013 À 03/06/2014
Programa de Trabalho:
15.01 17.512.0001 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00
Valor:r\$ 22.060,00 Forma de Pagamento 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI
DIRETOR DO SAMAE

Resumo José Carlos Bernardes Me

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTO

CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO-SC

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos
Mês/Ano da Assinatura:Junho/2013.

Contratado:JOSÉ CARLOS BERNARDES ME

CNPJ: 06.072.790/0001-05

Modalidade:CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 6/2013

Número do Contrato ou Aditivo: 000015/2013

Fundamento Legal:8.666/93

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE: REPOSIÇÃO DE PARALELEPIPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO NA RUA COM PAVIMENTO, ONDE O SAMAE EXECUTOU REPAROS OU SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.

Data da Assinatura:04/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial:05/06/2013

Vigência:04/06/2013 À 31/12/2013

Programa de Trabalho:

15.01 17.512.0001 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00

Valor:R\$ 21.000,00 Forma de Pagamento 5º dia após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte**PREFEITURA****Decreto Legislativo**

Decreto Legislativo Nº. 001/2013

DISPÕE SOBRE O PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, REFERENTE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/SC.

JOSÉ IVANIR DALLANORA, Presidente de Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC,

FAÇO SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica aprovado o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que recomenda a aprovação das contas do exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC, constante no Processo nº. PCP-12/00150721.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC,
em 31 de maio de 2013.

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente da Câmara de Vereadores

Extrato de Termo Aditivo

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 03/2012

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Grutta Construções & Incorporações Ltda

O prazo de vigência e execução do Contrato fica prorrogado pelo lapso de 45 (Quarenta e cinco dias), a contar da assinatura deste termo aditivo, ou seja, de 13/05/2013 a 26/06/2013.

Novo Horizonte-SC, 13 de maio de 2013

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente

Orleans**PREFEITURA****Decreto 3.536 - Dispõe Sobre o Cronograma de Ações Para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Co**

DECRETO Nº 3536 DE 27 DE MAIO DE 2013.

"Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2014
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2014
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2014

4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2014
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2014
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2014
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, 27 de maio de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto 3.537 - Nomeia Secretário de Saúde
DECRETO MUNICIPAL Nº 3.537 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
NOMEIA SECRETÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e

de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, etc.

DECRETA:

Art.1.º Fica nomeada a Senhora HIRÂNIA MARIA CASCAES NAZARIO, residente e domiciliada nesta cidade e estado, para o Cargo de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, em 03 de junho de 2013; 128º da Fundação e 99º da Emancipação Política.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto 3.539 - NOMEIA Comissão de Pregão Prefeitura e Secretaria de Saúde

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.539 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
NOMEIA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Tatiana Veran Bussolo

Equipe de Apoio: Patricia Librelato Massuco, Ramirez Zomer e Ricardo Luiz Cascaes Sandrini.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 3.502 de 22 de junho de 2013.

Orleans/SC, 03 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto N. 3.538 - Nomeia Comissão de Licitação Prefeitura/Secretaria de Saúde

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.538 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados, para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros servidores públicos qualificados pertencentes ao quadro permanente, a saber:

1. Patricia Librelato Massuco
2. Tatiana Veran Bussolo;
3. Ramirez Zomer
4. Ricardo Luiz Cascaes Sandrini

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Tatiana Veran Bussulo.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto nº 3.501 de 22 de março de 2013.

Orleans/SC, 03 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Aviso de Licitação Nº 80/2013 - Orleans

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 80/2013.

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº.: 80/2013.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONSTRUÇÃO DE 09 CASAS POPULARES MEDINDO 36M² E 10 MODULOS SANITARIOS DE 3,60M², CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 20/06/2013.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 20/06/2013.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 12:00 (Expediente Interno) e das 13:30 às 17:30 horas (Atendimento ao Público), pelo fone (048) 3886.0100 ou pelo email licitacao@orleans.sc.gov.br.

ORLEANS 04 DE JUNHO DE 2013..

PATRICIA LIBRELATO MASSUCCO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Extratos Contratos de Licitações Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 72/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada : SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Valor : 368.943,00 (trezentos e sessenta e oito mil novecentos e quarenta e três reais)

Vigência : Início: 02/05/2013 Término: 30/06/2013

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013

Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (91) Saldo: 1.050.000,00

Objeto : PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA DONA ADELAIDE MARTINS E DAS RUAS: AMETÉRIO COMELLI, GABRIEL CARLOS DAL PONTE E OCTAVIO DALSASSO NO DISTRITO DE PINDOTIBA EM ORLEANS.

Orleans, 3 de Junho de 2013

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 73/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada : ESATUR TURISMO LTDA.

Valor : 69.300,00 (sessenta e nove mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 08/05/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 65/2013

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (35), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51), 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (108), 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (127)

Objeto : SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS PARA OS PROGRAMAS MUNICIPAIS

Orleans, 3 de Junho de 2013

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 74/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada : JK PNEUS LTDA - CRICIUMA

Valor : 170.028,00 (cento e setenta mil e vinte e oito reais)

Vigência : Início: 09/05/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2013
 Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51),
 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (82)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS COMPLETOS
 (CAMARA E PROTETOR)

Orleans, 3 de Junho de 2013
 MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
 PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 75/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 Contratada : MODELO PNEUS LTDA
 Valor : 18.370,00 (dezoito mil trezentos e setenta reais)
 Vigência : Início: 09/05/2013 Término: 31/12/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2013
 Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51),
 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (82)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS COMPLETOS
 (CAMARA E PROTETOR)

Orleans, 3 de Junho de 2013
 MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
 PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 76/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 Contratada : COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A
 Valor : 7.172,00 (sete mil cento e setenta e dois reais)
 Vigência : Início: 09/05/2013 Término: 31/12/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2013
 Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51),
 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (82)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS COMPLETOS
 (CAMARA E PROTETOR)

Orleans, 3 de Junho de 2013
 MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
 PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 77/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 Contratada : CMV CONSTRUÇÕES MECANICAS LTDA
 Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
 Vigência : Início: 10/05/2013 Término: 31/07/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2013
 Recursos : Dotação: 1.007.4.4.90.00.00.00.00 (76) Saldo:
 150.000,00

Objeto : AQUISIÇÃO DE UMA VARREDORA COLETADORA

Orleans, 3 de Junho de 2013
 MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
 PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 78/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 Contratada : RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME
 Valor : 49.299,79 (quarenta e nove mil duzentos e noventa e
 nove reais e setenta e nove centavos)
 Vigência : Início: 10/05/2013 Término: 31/12/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2013
 Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (8),
 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (16), 2.010.3.3.90.00.00.00.00
 (35),
 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (51), 2.020.3.3.90.00.00.00.00

(82),
 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (97), 2.035.3.3.90.00.00.00.00
 (112),
 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (127)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE
 PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE ORLEANS

Orleans, 3 de Junho de 2013
 MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
 PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 79/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 Contratada : BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES
 LTDA
 Valor : 39.469,25 (trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e
 nove reais e vinte e cinco centavos)
 Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 31/07/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2013
 Recursos : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (44) Saldo:
 210.740,95

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A
 MERENDA ESCOLAR

Orleans, 3 de Junho de 2013
 MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
 PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 80/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 Contratada : MERCADO DEBIAZI LTDA. - ME
 Valor : 49.979,05 (quarenta e nove mil novecentos e setenta e
 nove reais e cinco centavos)
 Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 31/07/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2013
 Recursos : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (44) Saldo:
 210.740,95

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A
 MERENDA ESCOLAR

Orleans, 3 de Junho de 2013
 MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
 PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 81/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 Contratada : COMERCIAL DE GENEROS ALIMENTICIOS RH LTDA
 ME
 Valor : 48.935,75 (quarenta e oito mil novecentos e trinta e
 cinco reais e setenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 31/07/2013
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2013
 Recursos : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00 (44) Saldo:
 210.740,95

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A
 MERENDA ESCOLAR

Orleans, 3 de Junho de 2013
 MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
 PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 82/2013
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
 Contratada : HENRY HILBET-ME
 Valor : 75.565,00 (setenta e cinco mil quinhentos e sessenta e

cinco reais)
Vigência : Início: 21/05/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 71/2013
Recursos : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (78) Saldo:
288.000,00

Objeto : CONSTRUÇÃO DE 17 MATA BURRO EM VÁRIAS
COMUNIDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ORLEANS

Orleans, 3 de Junho de 2013
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 83/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 2.840,00 (dois mil oitocentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 24/05/2013 Término: 30/04/2014
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 77/2013
Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (16) Saldo:
193.031,87

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E FORNECIMENTO DO MÓDULO
PARA GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA VIA
INTERNET E INTEGRADO AOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE,
TRIBUTAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES,
PATRIMÔNIO E FROTAS UTILIZADO PELA PREFEITURA DE
ORLEANS/SC.

Orleans, 3 de Junho de 2013
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Extratos Contratos de Licitações Saude
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2013
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada : SILMES COMERCIO DE PRODUTOS
ODONTOLOGICOS LTDA ME
Valor : 15.117,88 (quinze mil cento e dezessete reais e oitenta e
oito centavos)
Vigência : Início: 03/05/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2013
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo:
1.790.128,82

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS,
INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E KITS DE SAÚDE BUCAL
Orleans, 3 de Junho de 2013

Contrato Nº.: 19/2013
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada : ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES
LTDA ME
Valor : 34.599,50 (trinta e quatro mil quinhentos e noventa e
nove reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 03/05/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2013
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo:
1.790.128,82

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS,
INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E KITS DE SAÚDE BUCAL
Orleans, 3 de Junho de 2013

Contrato Nº.: 20/2013
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada : ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : 10.000,34 (dez mil reais e trinta e quatro centavos)
Vigência : Início: 03/05/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2013
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo:
1.790.128,82

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS,
INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E KITS DE SAÚDE BUCAL
Orleans, 3 de Junho de 2013

Contrato Nº.: 21/2013
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada : DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA
Valor : 23.024,00 (vinte e três mil e vinte e quatro reais)
Vigência : Início: 03/05/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2013
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo:
1.790.128,82

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS,
INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E KITS DE SAÚDE BUCAL
Orleans, 3 de Junho de 2013

Contrato Nº.: 22/2013
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada : ANOAR PROINELLE & CIA LTDA ME
Valor : 126.300,00 (cento e vinte e seis mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 15/05/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 27/2013
Recursos : Dotação: 1.006.4.4.90.00.00.00.00 (1) Saldo:
140.000,00

Objeto : AMPLIAÇÃO E REFORMA DO POSTO DE SAÚDE DO
DISTRITO DE PINDOTIBA
Orleans, 3 de Junho de 2013

Extratos Homologação de Licitações Prefeitura
TOMADA DE PREÇO Nº 56/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/13
HOMOLOGAÇÃO: 02/05/13
CONTRATADO: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA DONA ADELAIDE
MARTINS E DAS RUAS: AMETÉRIO COMELLI, GABRIEL CARLOS
DAL PONTE E OCTAVIO DALSASSO NO DISTRITO DE PINDOTIBA
EM ORLEANS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 368.943,00 (trezentos e sessenta e oito
mil novecentos e quarenta e três reais)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES -
Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 65/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/13
HOMOLOGAÇÃO: 08/05/13
CONTRATADO: ESATUR TURISMO LTDA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS PARA OS
PROGRAMAS MUNICIPAIS
VALOR DA DESPESA: R\$ 69.300,00 (sessenta e nove mil e
trezentos reais)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES -
Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/13

HOMOLOGAÇÃO: 09/05/13
CONTRATADO: JK PNEUS LTDA - CRICIUMA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS COMPLETOS (CAMARA E PROTETOR)
VALOR DA DESPESA: R\$ 170.028,00 (cento e setenta mil e vinte e oito reais)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/13
HOMOLOGAÇÃO: 09/05/13
CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS COMPLETOS (CAMARA E PROTETOR)
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.370,00 (dezoito mil trezentos e setenta reais)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/13
HOMOLOGAÇÃO: 09/05/13
CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS COMPLETOS (CAMARA E PROTETOR)
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.172,00 (sete mil cento e setenta e dois reais)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/13
HOMOLOGAÇÃO: 10/05/13
CONTRATADO: CMV CONSTRUÇÕES MECANICAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA VARREDORA COLETADORA
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/13
HOMOLOGAÇÃO: 10/05/13
CONTRATADO: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE ORLEANS
VALOR DA DESPESA: R\$ 49.299,79 (quarenta e nove mil duzentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/13
HOMOLOGAÇÃO: 17/05/13
CONTRATADO: MERCADO DEBIAZI LTDA. - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR
VALOR DA DESPESA: R\$ 49.979,05 (quarenta e nove mil novecentos e setenta e nove reais e cinco centavos)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/13
HOMOLOGAÇÃO: 17/05/13
CONTRATADO: COMERCIAL DE GENEROS ALIMENTICIOS RH LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR
VALOR DA DESPESA: R\$ 48.935,75 (quarenta e oito mil novecentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/13
HOMOLOGAÇÃO: 17/05/13
CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.469,25 (trinta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

CONVITE Nº 71/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/13
HOMOLOGAÇÃO: 21/05/13
CONTRATADO: HENRY HILBET-ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 17 MATA BURRO EM VÁRIAS COMUNIDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ORLEANS
VALOR DA DESPESA: R\$ 75.565,00 (setenta e cinco mil quinhentos e sessenta e cinco reais)
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/13
HOMOLOGAÇÃO: 24/05/13
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E FORNECIMENTO DO MÓDULO PARA GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA VIA INTERNET E INTEGRADO AOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, TRIBUTAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO E FROTAS UTILIZADO PELA PREFEITURA DE ORLEANS/SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.840,00 (dois mil oitocentos e quarenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.
DATA: 03/06/13 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans

Extratos Homologação de Licitações Saude

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/13
HOMOLOGAÇÃO: 03/05/13
CONTRATADO: ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS E KITS DE SAUDE BUCAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 34.599,50 (trinta e quatro mil quinhentos

e noventa e nove reais e cinqüenta centavos)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/13
HOMOLOGAÇÃO: 03/05/13
CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS
ODONTOLOGICOS LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS,
INSTRUMENTAIS ODONTOLOGICOS E KITS DE SAUDE BUCAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.117,88 (quinze mil cento e dezessete
reais e oitenta e oito centavos)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/13
HOMOLOGAÇÃO: 03/05/13
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR
LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS,
INSTRUMENTAIS ODONTOLOGICOS E KITS DE SAUDE BUCAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.000,34 (dez mil reais e trinta e quatro
centavos)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/13
HOMOLOGAÇÃO: 03/05/13
CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS
LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS,
INSTRUMENTAIS ODONTOLOGICOS E KITS DE SAUDE BUCAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.024,00 (vinte e três mil e vinte e
quatro reais)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

CONVITE Nº 28/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/13
HOMOLOGAÇÃO: 15/05/13
CONTRATADO: JET MED COM. DE PROD. DESCARTAVEIS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO
HOSPITALAR PARA AS UNIDADES DE SAUDE DE ORLEANS
VALOR DA DESPESA: R\$ 43.711,00 (quarenta e três mil setecentos
e onze reais)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

CONVITE Nº 27/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/13
HOMOLOGAÇÃO: 15/05/13
CONTRATADO: ANOAR PROINELLE & CIA LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AMPLIAÇÃO E REFORMA DO POSTO DE SAUDE DO
DISTRITO DE PINDOTIBA
VALOR DA DESPESA: R\$ 126.300,00 (cento e vinte e seis mil e
trezentos reais)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/13
HOMOLOGAÇÃO: 15/05/13
CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
ELETRODOMÉSTICOS, ELETROPORTATEIS E
ELETROELETRONICOS PAR A SECRETARIA DE SAÚDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.384,25 (um mil trezentos e oitenta e
quatro reais e vinte e cinco centavos)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/13
HOMOLOGAÇÃO: 15/05/13
CONTRATADO: CB UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
ELETRODOMÉSTICOS, ELETROPORTATEIS E
ELETROELETRONICOS PAR A SECRETARIA DE SAÚDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.005,00 (onze mil e cinco reais)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/13
HOMOLOGAÇÃO: 15/05/13
CONTRATADO: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
ELETRODOMÉSTICOS, ELETROPORTATEIS E
ELETROELETRONICOS PAR A SECRETARIA DE SAÚDE
VALOR DA DESPESA: R\$ 252,00 (duzentos e cinqüenta e dois
reais)
DATA: 03/06/13 - MICHELLE TESSMANN LIBRELATO -
Secretaria De Saude.

Palhoça

PREFEITURA

Edital Pregão 111/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de junho de 2013 às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 111/2013, que tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios para Secretaria de Assistência - CASA LAR. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de junho de 2013.
A PREGOEIRA.

Pregão Presencial 113-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 113/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 113/2013, no dia 20 de junho de 2013, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto aquisição de bica corrida para uso nas vias públicas da Região Sul. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de junho de 2013.
PREGOEIRO (A).

Pregão Presencial Nº 112/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 14 de junho de 2013, às 09:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 112/2013, que tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios menos perecíveis para a merenda escolar. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de junho de 2013.
A PREGO-EIRA.

Contrato Nº075/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º075/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ES-CRIMATE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EIRELI. OBJETO: prestação de serviços contínuos de impressão com o fornecimento de copiadoras e/ou impressoras digitais para Secretaria de Educação. VALOR: R\$ 121.380,00 (cento e um mil trezentos e oitenta reais). DATA: 08/05/2013.

Contrato Nº076/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º076/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa WA COMÉRCIO LTDA ME. OBJETO: Reforma do Grupo Escolar Frei Damião, no Bairro Frei Damião. VALOR: R\$ 264.280,42 (duzentos e sessenta e quatro mil duzentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos). DATA: 09/05/2013.

Contrato Nº077/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º077/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LU-IZ FABIANO SILVEIRA ME. OBJETO: Reforma da escola C. E. I Vão Livre, localizado no bairro Bela Vista. VALOR: R\$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais). DATA: 14/05/2013.

Contrato Nº078/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º078/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIS-COPEGRE DISTRIBUIDORAE COMÉRCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA EPP. OBJETO: fornecimento de peças e prestação de serviços relativos à manutenção dos tratores MF 275 e Valtra 785. VALOR: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais). DATA: 15/05/2013.

Contrato Nº079/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º079/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉ-TRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: fornecimento de peças e prestação de serviços relativos à manutenção do VEÍCULO RANGER 2010 MHY0688 da Defesa Civil. VALOR: R\$ 9.910,00 (nove mil novecentos e dez reais). DATA: 15/05/2013.

Contrato Nº080/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º080/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: fornecimento e execução de drenagem e pavimentação (trecho 2) da Rua 21 de Abril, Bairro Centro. VALOR: R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais). DATA: 16/05/2013.

Contrato Nº081/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA
CONTRATO N.º081/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: execução do canal com paredes de concreto ciclópico e laje de cobertura treliçada, entre a Marginal da BR101 e a Av. Barão do Rio Branco - final da Rua João Pedro. VALOR: R\$ 156.476,88 (cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos). DATA: 17/05/2013.

Contrato Nº082/2013

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO N.º082/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EM-PREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: fornecimento e execução de pavimentação à lajotas do prolongamento da Rua Henrique José da Silva (trecho 2) e Servidão Imperatriz, Bairro Aririú. VALOR: R\$ 126.609,90 (cento e vinte e seis mil seiscentos e nove reais e noventa centavos). DATA: 20/05/2013.

Contrato Nº083/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º083/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIS-COPEGRE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. OBJETO: aquisição de roçadeira a ser utilizada pelos funcionários do Horto Florestal, Abatedouro Municipal e Secretaria de Obras. VALOR: R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais). DATA: 22/05/2013.

Contrato Nº084/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO N.º084/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEI-XER COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de roçadeira a ser utilizada pelos funcionários do Horto Florestal, Abatedouro Municipal e Secretaria de Obras. VALOR: R\$ 3.245,00 (três mil duzentos e quarenta e cinco reais). DATA: 22/05/2013.

Contrato Nº086/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º086/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais permanentes para atender às necessidades de atendimento pelo IGD no setor de Cadastro Único e o programa Bolsa Família. VALOR: R\$ 1.675,00 (hum mil seiscentos e setenta e cinco reais). DATA: 23/05/2013.

Contrato Nº087/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º087/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HP & E COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais permanentes para atender às necessidades de atendimento pelo IGD no setor de Cadastro Único e o programa Bolsa Família. VALOR: R\$ 1.550,00 (hum mil quinhentos e cinquenta reais). DATA: 23/05/2013.

Contrato Nº088/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º088/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa M.J.G TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais permanentes para atender às necessidades de atendimento pelo IGD no setor de Cadastro Único e o programa Bolsa Família. VALOR: R\$ 1.600,00 (hum mil seiscentos reais). DATA: 23/05/2013.

Contrato Nº089/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º089/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEI-XER COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais permanentes para atender às necessidades de atendimento pelo IGD no setor de Cadastro Único e

o programa Bolsa Família. VALOR: R\$ 1.770,96 (hum mil setecentos e setenta reais e noventa e seis centavos). DATA: 23/05/2013.

Contrato Nº090/2013

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º090/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA ME. OBJETO: aquisição de materiais permanentes para atender às necessidades de atendimento pelo IGD no setor de Cadas-tro Único e o programa Bolsa Família. VALOR: R\$ 1.967,20 (hum mil novecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos). DATA: 23/05/2013.

CÂMARA MUNICIPAL

Errata N. 02 da Pt Nº 01/2013

ERRATA Nº 02/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração do Edital e anexos I e IV do Processo Licitatório - Modalidade Tomada de Preço nº 01/2013, que tem por objeto a "contratação de agência especializada para prestação de serviços de publicidade, realizados integradamente, com abrangência estadual, para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, obedecendo a legislação vigente, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

I - O item 8.1, alínea "a", do presente edital passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.1 ()

a) O percentual de desconto máximo de até 30% sobre a tabela de preços vigente, número 37, do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina, para os serviços que serão executados pelo pessoal e/ou com recursos próprios da Agência (custos internos, sem envolvimento de terceiros)".

II - O item 11.1.3 do respectivo edital passa a vigorar com a seguinte redação:

"11.1.3 A relação contendo os nomes referidos nos itens 11.1.1 e 11.1.2 deste Edital será publicada na imprensa oficial em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a Sessão Pública marcada para o sorteio (art. 10, § 4º, da Lei 12.232/2010)".

III - Os itens 2 e 4 do Anexo I passam a vigorar com a seguinte redação:

"2. Exposições de Motivos:

Os serviços de comunicação e publicidade serão destinados a fortalecer a imagem da Câmara Municipal de Palhoça, com ênfase na caracterização do atributo de representação popular; a disseminar o conceito de qualidade e relevância da atuação do Poder Legislativo; a realizar ações destinadas a aumentar o relacionamento entre o poder Legislativo e os cidadãos palhocenses, cujos conteúdos serão de caráter educativo, informativo ou de orientação social e deverão estar em sintonia com as questões estratégicas da Câmara Municipal de Palhoça.

A política de comunicação social da Instituição respeita, conforme art. 37 da Constituição Federal os princípios da Legalidade,

Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência dando transparência de seus procedimentos, racionalidade na aplicação dos recursos e avaliação sistemática dos resultados.

Os serviços contratados deverão consistir em: estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação de programas e campanhas institucionais. A agência contratada atuará consoante chamamento da Câmara Municipal de Palhoça.

Poderão ser incluídos ainda, dentre os serviços especializados de publicidade, as seguintes atividades complementares:

- a. planejamento e execução/ intermediação de pesquisas, consultorias e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento (pré-teste e pós-teste), capacitação, vinculados à estratégia de comunicação da CMP e a concepção, criação e resultado de campanhas, peças e materiais publicitários desenvolvidas pela agência;
- b. produção e execução técnica de peças e projetos publicitários criados;
- c. criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias;
- d. criação, manutenção e monitoramento de sites e redes sociais institucionais da Câmara Municipal de Palhoça.

Não se incluem dentre os serviços contratados quaisquer outras atividades não previstas no presente instrumento, em especial as de assessoria de imprensa e relações públicas”.

“4. Julgamento das Propostas Técnicas:

4.1 O julgamento das propostas técnicas será realizado pelo somatório dos pontos auferidos de acordo com os fatores de pontuação a seguir discriminados. Será atribuída a pontuação máxima de 100 (cem) pontos à proposta técnica. A Nota Técnica (NT) corresponderá a 80% (oitenta por cento) da Nota Final (NF), conforme abaixo descrito.

4.2 O plano de comunicação publicitária - Proposta Técnica - será pontuado até o máximo de 100 (cem) pontos, conforme os seguintes quesitos:

4.2.1 Raciocínio Básico - máximo de 15,0 (quinze) pontos, no somatório dos seguintes quesitos:

- a. o papel da CMP frente aos interesses da sociedade - até 5,0 (cinco) pontos;
- b. as características da CMP e de suas áreas de atuação - até 5,0 (cinco) pontos;
- c. problema específico de comunicação da CMP - até 5,0 (cinco) pontos.

4.2.2 Estratégia de Comunicação Publicitária - máximo de 20,0 (vinte) pontos, no somatório dos seguintes quesitos:

- a. a adequação da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do problema específico de comunicação - até 5,0 (cinco) pontos;
- b. a consistência lógica da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta - até 10,0 (dez) pontos;
- c. a viabilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta - até 5,0 (cinco) pontos.

4.2.3 Ideia Criativa - máximo de 30,0 (trinta) pontos, no somatório dos seguintes quesitos:

- a. a adequação da ideia ao problema específico de comunicação - até 5,0 (cinco) pontos;
- b. a originalidade da ideia - até 5,0 (cinco) pontos;
- c. os segmentos de público alcançados pela ideia - até 5,0 (cinco) pontos;
- d. a pertinência da ideia às atividades da Câmara Municipal - até 5,0 (cinco) pontos;
- e. a viabilidade das peças - até 5,0 (cinco) pontos;
- f. a compatibilidade da linguagem das peças aos meios propostos - até 5,0 (cinco) pontos.

4.2.4 Estratégia de Mídia e Não Mídia - máximo de 15,0 (quinze)

pontos, no somatório dos seguintes quesitos:

- a. o conhecimento dos hábitos de comunicação do público envolvido com a linha de atuação da campanha proposta - até 3,0 (três) pontos;
 - b. a capacidade analítica revelada no estudo desses hábitos e nas conclusões oferecidas à formulação da mídia - até 4,0 (quatro) pontos;
 - c. a consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores - até 4,0 (quatro) pontos;
 - d. a adequação da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição de peças - até 4,0 (quatro) pontos.
- 4.3. A capacidade de atendimento do proponente e o nível dos trabalhos por ele realizados para seus clientes serão pontuados até o máximo de 20 (vinte) pontos, conforme os seguintes quesitos:
- 4.3.1 Apresentação de 01 (uma) campanha publicitária de teor institucional - máximo de 15 (quinze) pontos;
 - 4.3.2 Quantificação e qualificação (sob a forma de currículo resumido) dos profissionais que serão postos à disposição da Câmara Municipal de Palhoça, de maneira discriminada, por setor (estudo e pesquisa; planejamento; criação; produção de rádio, cinema e televisão; produção gráfica; mídia e atendimento) - máximo de 05 (cinco) pontos”.

IV - O Anexo III, em sua alínea “a”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“A) Percentual de desconto sobre a tabela de preços, número 37, do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina, para os serviços que serão executados pelo pessoal e/ou com recursos próprios da Agência (custos internos, sem envolvimento de terceiros)”.

V - O Anexo IV, em suas cláusulas Primeira e Décima, passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem como objeto:

- Planejamento, marketing, estudo concepção, produção de materiais destinados a campanhas institucionais e peças publicitárias;
- Criação, layout, impressão, formatação, arte final, de serviços publicitários gráficos compreendendo conteúdo para divulgação institucional ou de serviços do Poder Legislativo Municipal;
- Elaboração de registros de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores da programação visual;
- Execução de serviços de promoção inerentes à atividade publicitária ou de divulgação dos atos, atividades, serviços da CMP por quaisquer dos meios de comunicação;
- Execução dos serviços de Endomarketing e comunicação interna;
- Planejamento e execução/ intermediação de pesquisas, consultorias e de outros instrumentos de avaliação, de geração de conhecimento e capacitação vinculados a comunicação”.

“CLÁUSULA DÉCIMA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

- Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Comunicação da CMP ou por representantes do CONTRATANTE, devidamente designados.
- A CONTRATADA deve manter o preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representa-la sempre que for necessário.
- A atestação de conformidade dos serviços e produtos caberá aos interlocutores designados pela CONTRATANTE”.

Assim, tendo em vista ter a presente Errata o objetivo de correção de erros materiais tão-somente, e não havendo qualquer modificação de proposta e de preço, fica mantida a data e o horário estipulado na Errata I, a saber:

"2. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS: A sessão de Tomada de Preços em epígrafe será pública, dirigida pela Comissão Permanente de Licitações, e realizar-se-á em data, horário e local a seguir determinados:

Data de realização da Sessão de Abertura: 17/06/2013

Horário: 14:00 h

Local: Sala de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Centro - Palhoça - SC"

Palhoça, 03 de junho de 2013.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente CPL

Contrato N 011/2013

CONTRATO N.º 011/2013 - PARA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E COPIADORAS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO

Os signatários do presente Termo de Contrato que entre si fazem, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 75.813.675./0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282, neste ato representada por seu presidente, Senhor FÁBIO COELHO, denominada doravante simplesmente CONTRATANTE, de outro lado Escrimate Comercial e Serviços de Informática - EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 00748569/0001-30, com sede na rua: Ataulfo Alves nº 186, bairro Roçado, cidade São José, SC, denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada Robson Cardoso, CPF Nº 710.996.389-68, portador do RG nº 2.410.309, tendo em vista o que consta do Edital de Licitação Pregão Presencial nº 04/2013, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de Serviços, que será regido pela Lei n. 8.666/93, e suas alterações, especialmente, pelas cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto do presente contrato consiste:

a) locação de impressoras, incluindo assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) e fornecimento de material de consumo, incluindo papel, bem como instalação e manutenção do software de gestão, na Câmara Municipal de Palhoça, conforme discriminado no presente Termo de Referência, parte integrante do presente Contrato;

b) assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) para as impressoras de propriedade da Câmara Municipal de Palhoça com fornecimento de material de consumo, incluindo papel, bem como instalação e manutenção do software de gestão, na Câmara Municipal de Palhoça, conforme discriminado no presente Termo de Referência, parte integrante do presente Contrato;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O preço unitário para o item 01 é R\$ 0,09(nove centavos por página), para o item 02 é R\$ 0,49(quarenta e nove centavos por página).

2.2. O valor total do contrato aproximadamente é de R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais).

2.3. Os preços das impressões/cópias excedentes serão os mesmos preços unitários das franquias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de ordem bancária, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo Setor de Informática, juntamente com o relatório de serviços, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação

em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

3.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES.

3.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

3.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, poderá ser baixada e carreada aos autos, sem necessidade de comunicar à contratada;

3.5. As notas fiscais serão emitidas à razão de uma para cada Autorização de Fornecimento;

CLÁUSULA QUARTA - Do Reajuste dos Preços

4.1. O Reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo CONTRATADO a cada período de 07 (sete) meses, sendo o primeiro contado da data limite para apresentação da Proposta, e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no respectivo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

5.1. O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta de recursos do orçamento próprio da Câmara Municipal de Palhoça, pelos elementos:

Elemento despesa: 3.3.90.00.00.00;

Projeto atividade: 2.001;

Unidade Orçamentária: 03.01

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE INSTALAÇÃO E ATENDIMENTO

6.1. O prazo máximo para instalação das impressoras é de até 05 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato.

6.2. Os equipamentos e materiais recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos.

6.3. As solicitações de suprimentos, manutenções e transferência de local dos equipamentos deverão ser atendidas em no máximo 04 (quatro) horas a partir do chamado.

6.3.1. Os chamados serão efetuados por meio de e-mail, telefone ou fax, cabendo a Contratada a responsabilidade de acompanhar o recebimento dos e-mails.

6.4. Os equipamentos pendentes de assistência técnica há mais de 24 (vinte e quatro) horas e aqueles que apresentem frequentes problemas técnicos deverão ser substituídos em até 04 (quatro) horas a partir do chamado, sem ônus para a Contratante.

6.4.1. O equipamento que ficar inoperante (por problemas técnicos ou suprimentos impróprios) por mais de 10% (dez por cento) dos dias úteis do mês, terá a franquia mensal excluída da totalização do mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATANTE a:

a) prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

b) notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

c) atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) apresentada mensalmente ao CONTRATANTE discriminando todo o serviço realizado no mês;

d) efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, depois de constatado o cumprimento efetivo das obrigações assumidas.

e) Zelar pelo bom uso dos equipamentos locados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Na execução do objeto do contrato, obriga-se a CONTRATADA:

- a) executar os serviços contratados em conformidade com o estabelecido no contrato e seus anexos;
- b) submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações do serviço, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal;
- c) dispor de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção, obedecendo as disposições da legislação trabalhista;
- d) relatar toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços;
- e) responsabilizar-se por todos os danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados ao SMS, ou a terceiros, por seus empregados ou cooperados, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/93, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- f) manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que vencerem os documentos de regularidade fiscal;
- g) emitir relatório dos serviços prestados;
- h) solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;

8.2. A CONTRATADA é inteiramente responsável pela manutenção e reparação de suas impressoras, inclusive reposição de peças e assistência técnica, bem como da instalação e manutenção do software de gestão.

8.3. Todos os consumíveis de impressão, e peças de reposição dos equipamentos de impressão serão de responsabilidade da empresa contratada, tais como toners, cilindros, etc., deverão ser originais fabricados pelo fabricante do equipamento.

8.4. A CONTRATADA é a responsável pelo cumprimento do objeto deste contrato, sendo que o descumprimento de sua obrigação acarretará a rescisão contratual, com a imposição de multa das penalidades previstas no edital.

8.5. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente a CONTRATANTE todos os insumos

(cartuchos, toner e papel) e necessários para suprir as franquias de impressões mês e manutenção das impressoras, exceto papel.

8.6. A CONTRATADA deve manter rigorosamente em dia com as obrigações fiscais, comerciais, previdenciárias, e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer natureza, exceto para pagamento de serviços comprovadamente prestados;
- c) Judicialmente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único - Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionalmente, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avançado, além das demais sanções estabelecidas neste contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

11.1 - O presente instrumento terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31/12/2013, podendo ser prorrogado por igual período, nos moldes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, desde que a soma das parcelas não ultrapasse a modalidade da licitação realizada para contratação dos serviços constantes da Cláusula Primeira deste instrumento.

11.1.2. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas às condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/93.

11.1.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CMP não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

11.2. Não obstante o prazo estipulado, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

11.3. Ocorrendo a resolução do contrato, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

11.4. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços, à CMP é reservado o direito de, sem que qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, através da Setor de Informática, podendo:

11.4.1. Ordenar imediata retirada do local de funcionário da empresa CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

11.5. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente, conforme art. 110 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

11.6. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

12.1. Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório PRE-GÃO PRESENCIAL nº 04/2013 - a proposta da contratada, bem como as demais disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações. Os casos omissos serão resolvidos por ato da atual Comissão de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

13.2. E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Palhoça, 03 de junho de 2013

FÁBIO COELHO

Contratante Contratada

TESTEMUNHA

01 - _____

02 - _____

Palmitos

PREFEITURA

Contrato 40/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 17/2013. Modalidade: Convite nº 06/2013. Contrato: 40/2013. Objeto: Aquisição de flores para o embelezamento da cidade de Palmitos. Contratada: Nestor Knapp ME. Valor: R\$ 50.704,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 07/03/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 41/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 32/2013. Modalidade: Convite nº 12/2013. Contrato: 41/2013. Objeto: Contratação de profissionais para prestação de serviços de assessoria. Contratada: Crescer Assessoria e Consultoria LTDA. Valor: R\$ 63.970,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 11/03/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 42/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 49/2013. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 16/2013. Contrato: 42/2013. Objeto: Contratação de serviços de lavagem do fardamento dos atletas da Comissão Municipal de Esportes - CME de Palmitos. Contratada: Gessila Schlosser Schulke. Valor: R\$ 7.974,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 11/03/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 43/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 47/2013. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 15/2013. Contrato: 43/2013. Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar de alunos da educação básica. Contratada: Transportes Taquarussu LTDA ME. Valor: R\$ 12.636,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 11/03/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 44/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 31/2013. Modalidade: Convite nº 11/2013. Contrato: 44/2013. Objeto: Aquisição de 20.000 KG de semente de aveia preta. Contratada: Agromitos Agropecuária LTDA - EPP. Valor: R\$ 26.600,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 12/03/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 45/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 28/2013. Modalidade: Pregão Presencial nº 08/2013. Contrato: 45/2013. Objeto: Contratação de maestro para realização de trabalhos musicais nas escolas municipais e acompanhamentos dos Corais Municipais. Contratada: João Guilherme Altmann. Valor: R\$ 20.400,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 13/03/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 46/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 35/2013. Modalidade: Convite nº 13/2013. Contrato: 46/2013. Objeto: Aquisição de Óleos Lubrificantes para veículos e máquinas. Contratada: Auto Posto Tio Tito LTDA. Valor: R\$ 15.100,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 15/05/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 47/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 35/2013. Modalidade: Convite nº 13/2013. Contrato: 47/2013. Objeto: Aquisição de Óleos Lubrificantes para veículos e máquinas. Contratada: Pasetti Comércio de Combustível LTDA. Valor: R\$ 62.680,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 15/05/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 48/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 39/2013. Modalidade: Convite nº 15/2013. Contrato: 48/2013. Objeto: Contratação de serviços profissionais qualificados para limpeza e capina de canteiros, pintura de meio fio, plantio de muda de flores, entre outros serviços no perímetro urbano do Balneário da Ilha Redonda - Palmitos/SC. Contratada: Calvete José Flores - ME. Valor: R\$ 2.500,00 mensal. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 18/03/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 49/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 49/2013. Modalidade: Convite nº 18/2013. Contrato: 49/2013. Objeto: Contratação de serviços de licença de uso de sistema de gestão de assistência social, locação de serviço virtual "DATACENTER". Contratada: Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços LTDA. Valor: R\$ 15.471,00. Prazo: 19/12/2013.

Palmitos, 19/03/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito.

Contrato 50/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 40/2013. Modalidade: Convite nº 16/2013.

Contrato: 50/2013. Objeto: Aquisição de peças e serviços para recuperação da motoniveladora Huber Warco 130M. Contratada: Pavimaquinas Comércio de Peças e Serviços LTDA. Valor: R\$ 73.132,02. Prazo: 30/04/2013.

Palmitos, 20/03/2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Contrato 52/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS
Processo Licitatório nº 38/2013. Modalidade: Tomada de Preço nº 01/2013. Contrato: 52/2013. Objeto: Contratação de agencia de publicidade. Contratada: Helfer Produções LTDA ME. Valor: R\$ 107.500,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 20/03/2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Contrato 52/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS
Processo Licitatório nº 38/2013. Modalidade: Tomada de Preço nº 01/2013. Contrato: 52/2013. Objeto: Contratação de agencia de publicidade. Contratada: Helfer Produções LTDA ME. Valor: R\$ 107.500,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 20/03/2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Contrato 53/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS
Processo Licitatório nº 37/2013. Modalidade: Convite nº 14/2013. Contrato: 53/2013. Objeto: Contratação de prestação de serviços de recapagem de pneus. Valor: R\$ 36.502,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 21/03/2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Contrato 53/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS
Processo Licitatório nº 37/2013. Modalidade: Convite nº 14/2013. Contrato: 53/2013. Objeto: Contratação de prestação de serviços de recapagem de pneus. Contratado: Renovadora de Pneus Maravilha LTDA. Valor: R\$ 36.502,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 21/03/2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Contrato 54/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS
Processo Licitatório nº 37/2013. Modalidade: Convite nº 14/2013. Contrato: 54/2013. Objeto: Contratação de prestação de serviços de recapagem de pneus. Contratado: Vanderlei Trindade dos Santos ME. Valor: R\$ 10.740,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 21/03/2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Contrato 55/2013

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório nº 37/2013. Modalidade: Convite nº 14/2013. Contrato: 55/2013. Objeto: Contratação de prestação de serviços de recapagem de pneus. Contratado: JL Pneus LTDA. Valor: R\$ 28.422,00. Prazo: 31/12/2013.

Palmitos, 21/03/2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito.

Papanduva

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 093/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dispensa de Licitação nº 093/2013. Objeto Contratação de serviços médicos, para a manutenção dos serviços de saúde do Fundo Municipal de Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva. Contratado: CONTESTADO PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. Justificativa Trata-se da contratação de serviços médicos de clinica geral, destinada à manutenção dos Serviços de saúde do Fundo Municipal de Saúde, sendo o profissional indispensável para o programa ESF, como também para acesso dos munícipes a unidade de saúde básica e a falta destes serviços colocará em risco a saúde e a vida dos cidadãos. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, combinado com o Artigo 26, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada. Prazo de vigência: a realização desta dispensa de licitação terá duração entre 03 de junho de 2013 até 03 de agosto de 2013 ou até a realização de processo seletivo ou licitatório, o que acontecer primeiro Valor total: R\$ 26.000,00, (vinte e seis mil reais).

Papanduva, 03 de junho de 2013
ARILDO FERNANDES DIAS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 055/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2013

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 062/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.465.889/0001-57, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo a contratação de serviços para detonação de pedreiras com explosivos e britagem de material com equipamentos e mão de obra, para a manutenção dos trabalhos da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), referente aos itens 01 e 02, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 062/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 062/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 Serviços para detonação de pedreiras com explosivos e britagem de material com equipamentos e mão de obra,

4.2 A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.3 Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.4 Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.5 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, transporte dos equipamentos e maquinários bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao Município ou à terceiros, desde que atendida a Legislação e Normatização pertinente, especialmente aquelas do Ministério da Defesa e aquelas relativas ao meio ambiente, tais como FATMA e IBAMA, entre outros;

4.6 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.7 A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade

quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada serão efetuados em até 30 (trinta) dias após os serviços prestados, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, que poderá ser de no máximo trinta dias a contar da execução do objeto licitado, acompanhada da respectiva Nota Fiscal e, para o item 01, apresentar ART e Relatório de Acompanhamento Sismográfico de cada serviço de detonação;

5.2 Os pagamentos somente serão liberados mediante apresentação de nota fiscal, folha de pagamento quitada referente ao período da execução dos serviços, verificação da regularidade do Fornecedor perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências;

5.3 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 062/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 19 de abril de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação por Autuação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC – DETRAN.NET
DETRAN-DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 114 835/2013, 838/2013, 841/2013, 842/2013, 845/2013 E 848/2013.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIOS(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de infração	Código da infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIZ5329	55678755D	6599/2	03/04/2013	CTB 230*V
MIZ5329	55678756D	5010/0	03/04/2013	CTB 162*I
ABY3683	55678764D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
ACB4116	55678700D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
AVT1130	55678641D	6548/0	07/04/2013	CTB 229
BBZ0030	55678642D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
BGW1359	55678685D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
IJJ3395	55678647D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
LYE3028	55678772D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MAJ2663	55678636D	5010/0	23/03/2013	CTB 162*I
MAJ2663	55678637D	6599/2	23/03/2013	CTB 230*V
MHN0511	55678718D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MHQ2490	55678645D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MIH5147	55678681D	6599/2	27/03/2013	CTB 230*V
MIT3408	55678634D	6912/0	23/03/2013	CTB 232
MIT3408	55678648D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
LYM7039	55678825D	5010/0	05/04/2013	CTB 162*I
ALZ1299	55678824D	5380/0	03/04/2013	CTB 181*I
AFY5461	55678833D	6920/0	30/04/2013	CTB 233
AVT1130	55035746D	6548/0	28/04/2013	CTB 229
ITI2199	55678837D	6920/0	30/04/2013	CTB 233
LZG9701	55678761D	6599/2	05/05/2013	CTB 230*V
MHH9562	55678827D	5010/0	25/04/2013	CTB 162*I
MHH9562	55678828D	5274/1	25/04/2013	CTB 175
MHH9562	55678829D	6556/1	25/04/2013	CTB 230*I
MHH9562	55678830D	6912/0	25/04/2013	CTB 232
ACO0969	55678692D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
ADR5716	55678716D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
AHF0860	55678773D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
AHU2414	55678693D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
AKR2540	55678826D	6599/2	15/04/2013	CTB 230*V
ANL6800	55678711D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
ARR9959	55678695D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
ATH2901	55678769D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
DIN4470	55678763D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
DJD1285	55678770D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
DKW3819	55678766D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
EXA1735	55678689D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
LXK1643	55678696D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
LYU9879	55678644D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MBD5754	55678683D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MBT6246	55678762D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MCQ2797	55678646D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MDF0689	55678694D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MDJ7869	55678767D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MHR9343	55678709D	6920/0	19/04/2013	CTB 233
MHX5022	55678684D	6920/0	19/04/2013	CTB 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503,

DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRECIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA, 04 DE JUNHO DE 2013

ALINE MARIA SCHADECK
DIRETORA DO DETRANPV

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação por Imposição**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC – DETRAN.NET

DETRAN – DEINFRA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 114 836/2013, 837/2013, 839/2013, 840/2013, 843/2013, 844/2013, 846/2013, 847/2013, 849/2013 E 850/2013.**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA NA FORMA DO ART.285 E SEGUINTE DO CTB.

<i>Placa</i>	<i>Auto de Infração</i>	<i>Código da Infração/ Desdobramento</i>	<i>Data da Infração</i>	<i>Valor da Infração</i>	<i>Enquadramento</i>
AHE9798	55678599D	5274/1	09/02/2013	R\$ 191,53	CTB 175
AHE9798	55678598D	5835/0	09/02/2013	R\$ 127,69	CTB 195
AOP9297	55678674D	6556/5	16/02/2013	R\$ 191,53	CTB 230*I
LXH3278	55036397D	6637/2	11/06/2012	R\$ 127,69	CTB 230*IX
AOP9297	55678673D	5185/1	16/02/2013	R\$ 127,69	CTB 167
LYE0299	55678812D	5010/0	04/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MBB1922	55678808D	5010/0	01/03/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
MBB1922	55678809D	7030/1	01/03/2013	R\$ 191,53	CTB 244*I
AAC2998	55036092D	6610/2	16/02/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
AAC2998	55678631D	6610/2	03/02/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
ABP3392	55678604D	6599/2	06/11/2012	R\$ 191,53	CTB 230*V
ABP3392	55678605D	5010/0	06/11/2012	R\$ 574,61	CTB 162*I
AHE9798	55678600D	6610/2	09/02/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
AHS7717	55035893D	6920/0	18/10/2012	R\$ 127,69	CTB 233
AOV9109	55678591D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	CTB 233
AUD6218	55678659D	6920/0	02/01/2013	R\$ 127,69	CTB 233
AUH9178	55035719D	6920/0	30/11/2012	R\$ 127,69	CTB 233
IBU7632	55678586D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	CTB 233
ISE8933	55678658D	6920/0	02/01/2013	R\$ 127,69	CTB 233
KBW5705	55678625D	6920/0	25/01/2013	R\$ 127,69	CTB 233
LXU7124	55678555D	6920/0	18/10/2012	R\$ 127,69	CTB 233
LXW0783	55038735D	6610/2	16/02/2013	R\$ 127,69	CTB 230*VII
MBO8131	55678611D	6920/0	09/11/2012	R\$ 127,69	CTB 233
MEH6419	55678578D	5282/0	08/12/2012	R\$ 957,69	CTB 176*I
MEH6419	55678579D	6912/0	08/12/2012	R\$ 53,20	CTB 232
MEH6419	55678580D	6599/2	08/12/2012	R\$ 191,53	CTB 230*V
AAC2998	55678630D	5185/1	03/02/2013	R\$ 127,69	CTB 167
LZK4420	55678619D	7366/2	04/01/2013	R\$ 85,12	CTB 252*VI
MHP4018	55036568D	5185/1	16/02/2013	R\$ 127,69	CTB 167
MHY1436	55678569D	7030/1	10/11/2012	R\$ 191,53	CTB 244*I
AEA7719	55036499D	6599/2	27/12/2012	R\$ 191,53	CTB 230*V
AEA7719	55036500D	6637/2	27/12/2012	R\$ 127,69	CTB 230*IX
AGE1269	55035895D	6548/2	08/12/2012	R\$ 85,12	CTB 229
AGW7334	55678609D	6920/0	09/11/2012	R\$ 127,69	CTB 233
AKY5745	55036087D	5010/0	07/10/2012	R\$ 574,61	CTB 162*I
AKY5745	55036089D	5061/0	07/10/2012	R\$ 574,61	CTB 163 c/c 162*I
ASA0656	55035727D	6548/2	09/12/2012	R\$ 85,12	CTB 229
ASA0656	55036486D	6548/2	08/10/2012	R\$ 85,12	CTB 229
BAH0705	55678550D	6548/2	07/10/2012	R\$ 85,12	CTB 229
CVD5850	55678587D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	CTB 233
HRP5560	55678561D	6920/0	18/10/2012	R\$ 127,69	CTB 233
LWY9123	55035896D	6548/2	09/12/2012	R\$ 85,12	CTB 229
LXX1885	55678592D	5010/0	16/01/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
LXX1885	55678593D	6599/2	16/01/2013	R\$ 191,53	CTB 230*V
LXZ8950	55035738D	5010/0	16/02/2013	R\$ 574,61	CTB 162*I
LXZ8950	55035739D	5169/1	16/02/2013	R\$ 1.915,38	CTB 165
MCW3984	55678602D	6548/2	03/11/2012	R\$ 85,12	CTB 229

<i>Placa</i>	<i>Auto de Infração</i>	<i>Código da Infração/ Desdobramento</i>	<i>Data da Infração</i>	<i>Valor da Infração</i>	<i>Enquadramento</i>
MFJ4943	55036483D	5010/0	07/10/2012	R\$ 574,61	CTB 162*I
MFR3762	55678581D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	CTB 233
MHG3018	55036477D	6912/0	07/10/2012	R\$ 53,20	CTB 232
MHG3018	55036491D	6548/2	25/11/2012	R\$ 85,12	CTB 229
MHS8172	55678590D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	CTB 233
MIO6963	55036474D	6599/2	07/10/2012	R\$ 191,53	CTB 230*V
MIO6963	55036475D	5010/0	07/10/2012	R\$ 574,61	CTB 162*I
MIO6963	55036476D	6556/5	07/12/2012	R\$ 191,53	CTB 230*I
MIX7573	55036490D	6548/2	25/11/2012	R\$ 85,12	CTB 229
MDK7219	55678567D	5541/5	05/11/2012	R\$ 53,20	CTB 181*XVII
MGR5523	55678554D	5541/5	15/10/2012	R\$ 53,20	CTB 181*XVII

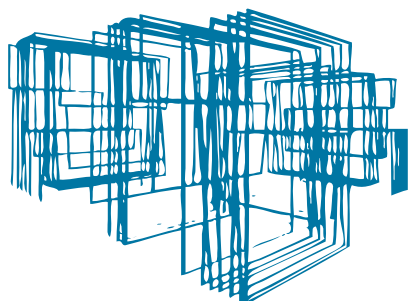
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRECIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO .

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA, 04 DE JUNHO DE 2013

ALINE MARIA SCHADECK
DIRETORA DO DETRANPV

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 018/13 de 05 de Junho de 2013**

"DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL, A SENHORA JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA PARA ASSINAR OS ESPEDIENTES DA TESOUREARIA."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 44, 45, inciso IV, do Regimento Interno e pela Lei Municipal n. 1.314 de 05 de maio de 1994, RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Servidora Pública da Câmara Municipal de Papanduva, a senhora, Joselene de Fátima Ferreira, portadora do CPF n. 040.593.319-37, Matrícula sob nº. 123, DESIGNADA para assinar os expedientes, bem como executar demais procedimentos da tesouraria, estando responsável pelo departamento, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, a Senhora Jacinta Mikalovicz, no período de 05 de junho de 2013 à 24 de junho de 2013, pelo motivo que o tesoureiro estará em gozo de férias no período correspondente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 05 de junho de 2013.
JACINTA MIKALOVICZ
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Paulo Lopes

PREFEITURA**Errata**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

ERRATA

PORTARIA Nº 163/2013

Constituir:

Tornar sem efeito:

A portaria nº 163/2013, de 01 de Abril de 2013, publicada no Diário

Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 02/05/2013, que constitui a Comissão Especial de seleção, devido erro de digitação.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de Junho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo

4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 221/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 221/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Mileni Aparecida de Souza Cardoso, brasileira, portadora do CPF nº 897.945.759-68, matrícula nº 690, ocupante do Cargo de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, no período de 14/05/2013 até 28/05/2013, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 222/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 222/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei 1269 de 25 de Março de 2008, e decreto nº 37/2008, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de H para I, ao servidor Público Municipal efetivo e estável, Wilson Batista, brasileiro, portador do CPF nº 494.695.769-34, matrícula nº 95, ocupante do Cargo de Odontólogo, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 223/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 223/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na

Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, João Domingos da Rosa, brasileiro, portador do CPF nº 432.777.999-72, contratado temporariamente pela portaria nº 108/2013, matrícula nº 10879, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, a disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, com efeitos a partir do dia 02/05/2013, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 224/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 224/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 037/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Karina Andréia Tavares, brasileira, portadora do CPF nº 072.880.719-01, matrícula nº 10919, ensino Superior Incompleto, classificada no Processo Seletivo nº 001/2013, área 2, para atuar no Cargo de Professora, 20h semanais, á disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 16/05/2013 até 28/05/2013, em substituição a Titular, Mileni Aparecida de Souza Cardoso, que encontra-se afastada, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 225/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 225/2013
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PO-
CESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na Lei Complementar nº 497 de 18 de Fevereiro de 2001, Cap. VIII, Art. 213, resolve:

Art.1º- Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apuração de infração administrativa, ao Servidor Público Municipal, Eduardo Manuel da Rosa, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 000.176.079-30, matrícula nº 987,

ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, com lotação na Secretaria de Finanças.

Art.2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Maria Aparecida dos Santos, Carol Machado Dionel, e Carlos Eduardo Moiseis.

Art.3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 226/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 226/2013
Substitui membros da Comissão de Licitação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e na conformidade da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8883 de 08 de junho de 1994, resolve:

DESIGNAR, para formar a Comissão Permanente de Licitação, a Servidora Pública Maria Aparecida Santos para atuar como Presidente em substituição a Zenita Feliciano dos Santos, e Caroline Machado Dionel, como membro em substituição a Maria Aparecida dos Santos, permanecendo efeitos da portaria nº 099/2013 de 01 de Março de 2013.

Ficando composta a Comissão Permanente de Licitações com os seguintes membros:

PRESIDENTE: Maria Aparecida Santos

MEMBROS: Patrícia Paes da Silveira

Ângela Correa Moizeis

Caroline Machado Dionel

Município de Paulo Lopes - SC, 16 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 227/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 227/2013
LEI Nº 1221 DE 10/07/2007, DISPÕE SOBRE
ESTÁGIO PARA ESTUDANTES E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes,

no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR PARA ESTÁGIO, Nicole Gonçalves de Matos, brasileira, portadora do CPF nº 088.050.009-30, matrícula nº 10432, para atuar no cargo de Estagiária em Nutrição, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 07/05/2013 à 04/08/2013 (90 dias).

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 228/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 228/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei 1269 de 25 de Março de 2008, e decreto nº 37/2008, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de C para D, a servidora Pública Municipal efetiva e estável, Telma Dutra Crescêncio, brasileira, portadora do CPF nº 030.344.639-01, matrícula nº 826, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 229/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 229/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 038/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Kelli Rodrigues Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 046.657.029-50, matrícula nº 10920, ensino Superior Incompleto, classificada no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2013, área 5, para atuar no Cargo de Professora, 20h semanais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/05/2013 até 17/07/2013, em substituição a Titular, Juliana Alaerte da Silveira, que encontra-se afastada por licença maternidade, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 20 de Maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 230/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 230/2012

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Elizete Zanela dos Santos, portadora do CPF nº 625.684.429-72, matrícula 10857, ocupante do cargo de Professora, – contratada pela portaria nº 071/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de Maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 231/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 231/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Aloncio Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 625.683.379-15, matrícula nº 10108, ocupante do Cargo de Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 20/07/2013, conforme benefício nº 6013477969 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de Maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 232/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 232/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Moaldir Nazario Alves, brasileiro, portador do CPF nº 437.611.009-49, matrícula nº 30, ocupante do Cargo de Vacinador Agropecuário, à disposição da Secretaria Municipal de Agricultura, até 31/05/2013, conforme benefício nº 6018435032 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 16 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 220/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 220/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposição nº 017/2013, resolve:

AMPLIAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Daiane Cristina Leopoldo, brasileira, portadora do CPF nº 020.105.879-01, matrícula nº 10909, para atuar no Cargo de Enfermeira, 30h semanais, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no período de 12/05/2013 até 14/06/2013, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Maio de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Pregão Eletrônico 038/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 038/2013

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega única, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM, pretendendo a aquisição de caminhão truck basculante para uso da Secretaria de Agricultura. As propostas deverão ser

entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio www.cidadecompras.com.br até as 09h00min do dia 18/06/2013. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 18/06/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes - SC, 04 de junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 06/2013 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 02/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 06/2013 - Pregão Presencial 02/2013, julgamento Menor.

Objeto: Aquisição de veículo novo para transporte de pacientes em tratamento de saúde, conforme especificações no Edital.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 17 de Junho de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09h do mesmo dia. Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 03 de Junho de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.837, de 03 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 3.837, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

DETERMINA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MINUTA PROJETO DE LEI QUE AMPLIA A ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SC

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando solicitação de interessado,

DECRETA:

Art. 1º Determina a realização de audiência Pública Popular, no dia 21/06/2013, às 14:00 horas, no Centro Educacional Padre "Trudo Plesers", Sito na Rua Oclides Scortegnagna, n. 66, tendo por objetivo consulta e debate do projeto de Lei Municipal que Amplia área do Perímetro Urbano do Município de Pinheiro Preto.

Parágrafo único. Faz parte integrante do presente Decreto o Anexo contendo minuta do Projeto de Lei que amplia o perímetro urbano, devendo o Órgão competente providenciar publicação e ampla divulgação do respectivo edital.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
03 de junho de 2.013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 151, de 02 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 151, DE 02 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA VERONI DE FÁTIMA BORSÓI MARTELLI PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, ÁREA 01, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Edital Seletivo Simplificado nº 008/2012, para a área 01;

Considerando que a Professora Ivânia Beal Bressan, que desempenhava a função de professora área 01, fora exonerada, a pedido;

Considerando que na ordem de classificação, para a área 01, 20 horas, figura Veroni de Fátima Borsói Martelli,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VERONI DE FÁTIMA BORSÓI MARTELLI, brasileira, casada, CPF nº 604.201.979-15, para a função temporária de Professora, Área 01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, com remuneração prevista em lei.

Parágrafo único. A contratação temporária de que trata esta Portaria vigorará até o término do calendário escolar de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2013.

Centro Administrativo Municipal, 02 de maio de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 156, de 02 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 156, DE 02 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA SIRLEI APARECIDA DENARDI PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DE CRECHE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Edital Seletivo Simplificado nº 008/2012;

Considerando a Exoneração, a pedido, da Servidora Cláudia Me-deiros, Professora da Creche Municipal;

Considerando a premente necessidade de contratação de professor para suprir a carga horária que era desempenhada pela Professora exonerada;

Considerando a prioridade no atendimento de crianças, especialmente as que frequentam a creche;

Considerando que na ordem de classificação, em razão da renúncia dos primeiros colocados, encontra-se Sirlei Aparecida Denardi;

Considerando que a pessoa classificada, através de concurso público, Edital nº 001/2011, não fora nomeada por estar em licença maternidade,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SIRLEI APARECIDA DENARDI, brasileira, solteira, CPF nº 077.787.139-42, para a função temporária de Professora de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, com remuneração prevista em lei.

Parágrafo único. A contratação temporária de que trata esta Portaria vigorará até 30 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/05/2013.

Centro Administrativo Municipal, 02 de maio de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 180, de 27 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 180, DE 27 DE MAIO DE 2013.

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR FATOS RELATIVOS A BENS MATERIAIS DISTRIBUÍDOS PELA DEFESA CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto na Portaria nº 177, de 23 de maio de 2013;

Considerando de a necessidade de se apurar os fatos, a fim de, principalmente, corrigir eventuais distorções ou equívocos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada sindicância para apurar fatos envolvendo distribuição de materiais recebidos pela Comissão de Defesa Civil.

Art. 2º Fica instituída comissão sindicante composta pelos seguintes membros:

I - HADRIEL DALMOLIN, brasileiro, casado, portador de curso superior, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Rend-
das, Tributos e Obras, o qual presidirá os trabalhos;

II - MAIRA MARIANI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de
provimento efetivo de Auxiliar de Cadastro Geral;

III - IVONETE PICCOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo
de Professora.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para con-
clusão dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 27 DE MAIO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 182 de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 182 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
EXONERA NELISE SCHLOSSER DO CARGO PÚBLICO DE TELEFO-
NISTA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar NELISE SCHLOSSER brasileira, solteira, inscrita
no CPF sob nº. 091.776.879-57, da função em caráter temporário
de Telefonista, Lotada na Secretaria de Administração e Finanças,
com carga horária de 40 horas semanais, para o qual foi nomeada
através da Portaria 167 de 14 de maio de 2013, a partir de 01 de
junho de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
03 de junho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 183 de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 183 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
EXONERA, A PEDIDO ANA PAULA MAZURECK DO CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO COORDENADOR DE SERVIÇOS DE
FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, ANA PAULA MAZURECK, brasileira,
solteira, inscrita no CPF sob nº. 010.427.789-06, do cargo de pro-
vimento em comissão de Coordenador Serviços de Fiscalização Sa-
nitária e de Meio Ambiente, Lotada na Secretaria de Saúde, para o
qual foi nomeada através da Portaria Nº 032 de 07 de janeiro de
2013, a partir de 01 de junho de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos a partir de 01 de junho de 2013.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
03 de junho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 184 de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 184 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CUR-
SOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA BERNARDETE PASE-
TO FARINA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando, que a Portaria nº 124 de 18 de abril de 2013, foi
emitida com erro quanto à letra de progressão:

RESOLVE:

CONCEDER a servidora BERNARDETE PASETO FARINA, ocupante
do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "G",
carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada
na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional hori-
zontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em
vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta
à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final
de avaliação em anexo, passando para Referência "H", com efeitos
a partir de 01 de abril de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
03 de junho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

**Contrato de Fornecimento de Prestação de Serviços
N.º: 179/2013.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
N.º: 179/2013.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado
entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, au-
torizado através do Processo de Licitação nº 158/2013, Dispensa
de Licitação nº 124/2013.

Tem por objeto o fornecimento de serviços técnicos profissionais
de curso de artesanato/tricô, para as famílias beneficiadas do Bol-
sa Família - através do Centro de Referência de Assistência Social
- CRAS

O curso será prestado na sala do CRAS, nas terças-feiras, das
13:30 às 16:30hs e nas quintas-feiras no salão Comunitário do
Bairro São José, das 13:30hs às 16:30hs.

Preço MENSAL de R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais),

**Contrato de Fornecimento de Serviços de Horas/
Máquina N.º: 177/2013.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE HORAS/MÁ-
QUINA N.º: 177/2013.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE HORA/
MÁQUINA COM EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA,
celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO
DE SANTA CATARINA, e a empresa TERRAPLENAGEM CHICO

LTDA, autorizado através do Processo nº 133/2013, Licitação n. 022/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

FORNECIMENTO DE 300 HORAS/MÁQUINAS A SEREM PRESTADAS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL 18.780 kg, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DENTRE OUTROS COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO, de corte de "cascalho", terraplenagem, corte de terra, aberturas de ruas e estradas, de acordo com as necessidades do período contratual, serviços estes a serem prestados nas propriedades agrícolas e estradas e bens municipais.

Preço de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) POR HORA/MÁQUINA.

Contrato de Fornecimento N. 134/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 134/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEICULOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA, autorizado através do Processo nº 0110/2013, Dispensa de Licitação nº. 081/2013.

Valor de R\$ 6.382,55 (seis mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Contrato de Fornecimento N. 137/2012.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 137/2012.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DA SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 113/2013, Dispensa de Licitação nº. 084/2013.

Valor de R\$ 3.488,02 (três mil quatrocentos e oitenta e oito reais e dois centavos.).

Contrato de Fornecimento N. 139/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 139/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NO CAMINHÃO LIXEIRA PLACA IDM-0563, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA, autorizado através do Processo nº 115/2013, Dispensa de Licitação nº. 086/2013.

Valor de R\$ 6.002,24 (seis mil e dois reais e vinte e quatro centavos).

Contrato de Fornecimento N. 140/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 140/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO DO VEÍCULO CAMINHÃO PLACA MAY-1604, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA, autorizado através do Processo nº 116/2013, Dispensa de Licitação nº.087/2013.

Valor de R\$ 7.953,14 (sete mil novecentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos).

Contrato de Fornecimento N. 141/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 141/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEICULOS DAS

SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E DE TRANSPORTES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA. , autorizado através do Processo nº 117/2013, Dispensa de Licitação nº. 088/2013.

Valor de R\$ 4.061,00 (quatro mil e sessenta e um reais).

Contrato de Fornecimento N. 152/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 152/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEICULOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA. , autorizado através do Processo nº 0129/2013, Dispensa de Licitação nº. 098/2013.

Valor de R\$ 3.884,50 (três mil oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Contrato de Fornecimento N. 153/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 153/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEICULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA., autorizado através do Processo nº 130/2013, Dispensa de Licitação nº. 099/2013.

Valor de R\$ 128,50(cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

Contrato de Fornecimento N. 155/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 155/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FILTROSUL- COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA, autorizado através do Processo nº 132/2013, Dispensa de Licitação nº. 101/2013.

Valor de R\$ 3.526,10 (Três mil quinhentos e vinte e seis reais e dez centavos).

Contrato de Fornecimento Nº 136/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 136/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 112/2012, Dispensa de Licitação nº. 083/2012.

Valor de R\$ 2.193,48 (dois mil cento e noventa e três reais e quarenta e oito centavos.)

Termo Aditivo 4A /2013 Contrato Aditado N.º 251/2012

TERMO ADITIVO 4A /2013

CONTRATO ADITADO N.º 251/2012

Segundo Termo Aditivo de Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, autorizado através do Processo n. 204/2012, Licitação nº. 020/2012, modalidade TOMADA DE PREÇOS, sujeitado-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93 e das

cláusulas do presente contrato.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CONSTRUTORA JOSE REINALDO LTDA

CNPJ-MF nº. 05.140.822/0001-91

Endereço: RODOVIA AIRTON SENNA DA SILVA, 890 - FRAIBURGO/SC

Representada por: HEIDES REGALIN

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço (mão de obra) e material, para execução do sistema de coleta e tratamento de esgoto no bairro Tranquilo Benjamin Guzzi, em Pinheiro Preto.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 020/2012 tem seu termo final para 03/11/2013.

2.2 Considerando que o mesmo já foi prorrogado uma vez através do termo aditivo nº 035A/2012 com seu termo final para 21/02/2013.

2.3 Considerando que as interperias do tempo afetaram o andamento normal da obra.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 0251/2012, onde será para 21/08/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 251/2012, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como item 4.2.6, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 20 de fevereiro de 2013

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

CONSTRUTORA JOSE REINALDO LTDA

Aviso Contratação Temporária 03/2013

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL N.º 003/2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter

temporário, para as funções de SERVENTE.

Data período da inscrição: 05/06/2013 A 19/06/2013

Horário: Das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas

Local: Setor de Recursos Humanos, na sede do Centro Administrativo, sito na Avenida Marechal Costa e Silva, 111, em Pinheiro Preto.

Data da prova: 22/06/2013 às 08:30 horas

Centro Administrativo, em 04 de junho de 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Edital Nº 001/2.013

EDITAL Nº 001/2.013

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA POPULAR PARA DISCUSSÃO DA MINUTA PROJETO DE LEI DE AMPLIAÇÃO DA ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DE PINHEIRO PRETO-SC

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através do Prefeito Municipal, torna público que fará realizar Audiência Pública Popular no dia 21/06/2013, às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, cujo objetivo visa debater Projeto de Lei Municipal que Amplia a área do perímetro urbano do município de Pinheiro Preto, ampliação esta que será efetuada no lado Oeste do atual perímetro, na Rua Vereador Tranquilo Benjamin Guzzi, Bairro São José, conforme projeto.

Resumo:

Audiência Pública para debater a Ampliação da área do perímetro urbano do município.

Data: 21/06/2012

Horário: 14:00 horas

Local: CENTRO EDUCACIONAL PADRE TRUDO PLESSERS, n. 66, Cidade de Pinheiro Preto-SC.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Edital de Pregão Nº 018/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 018/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de grades de ferro fundido, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 19/06/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

- sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 04 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão Nº 019/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 019/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de lajotas de concreto sextavada e meio fio de concreto. Contratação de empresa para prestação de serviço de mão-de-obra, para colocação de lajotas e meio fio, com fornecimento de areia, para manutenção das vias do município de Porto Belo e para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Transportes deste município, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 19/06/2013 às 14:00 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 04 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 220/2013

DECRETO Nº 220, de 29 de maio de 2013.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, para a Gestão 2013-2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.699, de 21 de dezembro de 2009, alterada pelas Leis nºs 3.736, de 24 de abril de 2010, e 3.865, de 24 de abril de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o período de 02 (dois) anos os membros abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, criado pela Lei Municipal nº 3.699, de 21 de dezembro de 2009, alterada pelas Leis nºs 3.736, de 24 de abril de 2010, e 3.865, de 24 de abril de 2011:

I- Representantes de entidades da Sociedade Civil Organizada:

a) Representantes de Entidades que atuam na área de Deficiência Auditiva:

Titular: Wellington Jean Farias;

Suplente: Eufrázio Xavier de Barros.

b) Representantes de Entidades que atuam na área de Deficiência Física:

Titular: Cesar Augusto da Silva;

Suplente: Robson Miranda.

c) Representantes de Entidades que atuam na área de Deficiência Mental:

Titular: Deisi Cristina Rabuske;

Suplente: Luiz Olavo Contim Jr.

d) Representantes de Entidades que atuam na área de Deficiência Visual:

Titular: Manoel Alvir da Mota;

Suplente: Maria Inácia Chipitoski.

e) Representantes das Organizações de Trabalhadores:

Titular: Renata de Lurdes Silva de Souza;

Suplente: Sibeles dos Santos.

f) Representantes das Instituições de Pesquisa e Ensino Superior:

Titular: Cleusa Dallazuana;

Suplente: Sérgio Dimas de Paula.

g) Representantes de Entidade Prestadora de Serviços ligadas à Reabilitação:

Titular: Darci Ferreira da Costa Filho;

Suplente: Cristiano Santos Rosa.

II- Representantes do Governo Municipal:

a) Representantes de Escolas de Ensino Regular que já estejam desenvolvendo a inclusão da pessoa com deficiência (rede estadual de ensino):

Titular: Roseli Monte Ferreira;

Suplente: Eliane dos Santos Bradoski.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Silvia Aparecida Roiek Corrêa;

Suplente: Ana Paula Karpinski Casanova.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Ivana Carla Krassowski Franco;

Suplente: Karla Beatriz Dalmagro.

d) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Maria Cristina Honeiko;

Suplente: Alice Christiane do Nascimento Sczemberg.

e) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:

Titular: Fernando Antonio Kurten Jung;

Suplente: Vinícius André Makiak.

f) Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Esporte:

Titular: Jucélia Abel da Cruz;

Suplente: Tatiane Thonia da Luz.

g) Representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade:

Titular: Andrieli Giacomini;

Suplente: Sofia Sydol.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 3421

DECRETO Nº 3421, de 03 de junho de 2013

"NOMEIA ADEMIR CLAUDINO DOS SANTOS"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA

Art.1º - Nomear ADEMIR CLAUDINO DOS SANTOS, para a partir de 03/06/2013, exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Medicina (20 hs), nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

03 de junho de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto Nº 3422

DECRETO Nº 3422, de 03 de junho de 2013

"NOMEIA ELISA GABRIELA ROUSSENQ"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ELISA GABRIELA ROUSSENQ, para a partir de 03/06/2013, exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Vigilância Sanitária, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

03 de junho de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 3424

DECRETO Nº 3424, de 03 de junho de 2013.

"DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR DO FUNREBOM."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.118/88 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para compor o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiro Militar - FUNREBOM, os seguintes membros:

a) GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

b) DAVI PEREIRA DE SOUZA

1º Tenente BM - Comandante Interino da 3ª Companhia

5º Batalhão de Bombeiro Militar

c) GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

d) RUBENS S. MENSLIN

Secretário Municipal de Fazenda

e) FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

Secretário Municipal de Obras e serviços Urbanos

f) CIRO JOSÉ CERUTTI

Presidente da ACIRS

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

03 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 0632/RH

PORTARIA Nº 0632/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Arrecadação, da Secretaria Municipal da Fazenda, designar como membros: Jonny Schmidt, matrícula 19372/01, Diretor do Departamento de Arrecadação, Claudia Simara Beber, matrícula 5363/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, Gilberto Julio Vicente, matrícula 18252/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e, designar como seus respectivos suplentes: Mafalda de Souza dos Santos, matrícula 4529/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos e Edson de Melo, matrícula 3735/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e

regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 01/03/2013.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria Nº 0694/RH

PORTARIA Nº 0694/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Procuradoria Geral do Município e, designar como membros: Giovani Galvan, matrícula 36306/01, Procurador Geral do Município, Francini Bianca Cipriani, matrícula 35556/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Advogado, Daniel Juppa da Silva, matrícula 35452/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e, designar como seus respectivos suplentes: Daiane de Brito Neves, matrícula 29149/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e Adriano Pereira Martins, matrícula 3735/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes à Procuradoria Geral do Município, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 02/01/2013.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Pregão Presencial 058/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2013

OBJETO: Registro de preços para aquisição de pneus, câmaras e protetores para atender viaturas e equipamentos da Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 17/06/2013, às 08:30h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 17/06/2013.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 03 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Resultado Final Processo Seletivo N. 001/2013

RESULTADO FINAL

EDITAL PROCESSO SELETIVO N. 001/2013

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, Prefeito Municipal, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração, Ereno Marchi, Secretário Municipal da Agricultura e Francisco Goetten de Lima, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 001/2013, destinado ao preenchimento de vagas para a função de Operador Equipamento – Motoniveladora:

NOME	PROVA PRÁTICA	PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
HIPOLITO RAIMUNDO	10	3,0	13	1º
LUCIANO XAVIER	10	3,0	13	2º
CASSIO JOSÉ BONFIM	N.C.	-	-	-

Rio do Sul, 28 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO	GIVANILDO SILVA
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

ERENO MARCHI	FRANCISCO GOETTEN DE LIMA
Secretário Municipal da Agricultura	Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO

RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Ivanio Ferrari	619.015.209-00	115081
Dionisio Elias	292.811.059-34	98982
Valmor Beninca – Espólio	049.757.239-72	138462

Rio do Sul, 03 de junho de 2013.
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN
Secretário Municipal da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 694/2013

RESOLUÇÃO No 694, DE 29 DE MAIO DE 2013

Ratifica resultado de Processo Licitatório nº 010/2013, representado pela Dispensa de Licitação nº 004/2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição, prevista no artigo 115 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores - Resolução nº 597/2010

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar o resultado do Processo Licitatório nº 010/2013, representado pela Dispensa de Licitação nº 004/2013, com fulcro no artigo 24, V da Lei nº 8.666/93, de acordo com a decisão da Comissão Especial de Licitação, nomeada pela Portaria nº 689, de 17 de janeiro de 2013.

Art. 2º Fica autorizada, como consequência da ratificação, a aquisição de fardos de água sem e com gás, acondicionadas em garrafas plásticas de 500 ml, caixas de copos plásticos de 200 ml e garrafrões plásticos de 20 Litros.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de maio de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Mesa

Resolução Nº 695

RESOLUÇÃO No 695, DE 03 DE JUNHO DE 2013

Autoriza pagamento de 01 (uma) diária e indenização de transporte a assessor parlamentar .

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 01 (uma) diária ao Assessor Weliton Patrick de Sousa, no valor de R\$ 211,74 (duzentos e onze reais e setenta e quatro centavos), referente aos deslocamentos abaixo relacionados, com o objetivo de efetuar intimações às testemunhas que serão ouvidas pelos integrantes da CPI instaurada pela Resolução nº 666/13, conforme consta do relatório anexo, apresentado pelo assessor, com a ciência da Presidente da Comissão de Inquérito:

I - dia 21/05/2013 município de Mirim Doce, localidades de Volta Grande e Pinhalzinho;

II - dia 22/05/2013, município de Mirim Doce, localidade de

Pinhalzinho;

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Mirim Doce, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL
Vice Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI
1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO
2º Secretário

Portaria Nº 719/2013

PORTARIA No 719, DE 03 DE JUNHO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias ao Servidor Leonardo Simon Rutzen

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 01 a 20 de julho de 2013, ao servidor Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo - Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2012- 2013, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais fica convertido o período de 21 a 30 de julho de 2013 em abono pecuniário.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Nº 1.482

LEI Nº 1482, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXÍLIOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro para tratamento de saúde aos habitantes residentes e domiciliados no Município de Salto Veloso.

Art. 2º. Poderão ser beneficiados com o auxílio de que trata o artigo anterior:

- a) Pessoas com problema de saúde que necessitam de tratamento especializado, residentes e domiciliadas no território municipal;
- b) Pessoas carentes, residentes e domiciliadas no território municipal;

Parágrafo Único. (Suprimido)

Art. 3º. A assistência médica à população municipal será prestada através do Sistema Único de Saúde.

Art. 4º. É considerado como auxílio de saúde, o pagamento de consultas médicas, internamentos hospitalares, fornecimento de medicamentos, exames laboratoriais e o transporte para o referido tratamento.

Art. 5º. As pessoas portadoras de problemas de saúde que necessitem de exames especializados ou tratamentos prolongados fora do território municipal, mediante atestado médico especializado e avaliação da ficha sócio-econômica autorizada pelo Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social poderão perceber auxílio financeiro.

Art. 6º. Poderá ser concedido auxílio para transporte de pessoas que necessitem de tratamento de saúde, exames ou serviços especializados fora do Município mediante análise da ficha socioeconômica.

Art. 7º. Nenhum auxílio financeiro poderá ser concedido sem avaliação prévia da ficha socioeconômica e autorização do responsável pela Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art. 8º. O auxílio concedido pela presente Lei terá o valor máximo de 3 (três) unidades de valor de referência fiscal (VRF) por beneficiário/mês.

Art. 9º. O empenho da despesa oriunda da concessão do auxílio financeiro, somente poderá ser efetivado mediante autorização expressa do responsável por sua liberação, observados os parâmetros da presente Lei, sob pena de responsabilização.

Art. 10º. Considerando-se que o Município dispõem de médico próprio, todas as consultas deverão ser realizadas com o mesmo, e em caso de necessidade de médico especialista, o mesmo deverá encaminhar o beneficiário a aquele órgão.

Art. 11º. Não havendo médico na unidade sanitária, e havendo urgência no tratamento do paciente, mediante laudo de outro profissional médico, e parecer favorável do Secretário Municipal da Saúde, poderá ser concedido auxílio doença.

Art. 12º. As despesas provenientes da realização da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 13º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 04 de junho de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 1.483

LEI N. 1483, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação Empresarial de Salto Veloso - ACISV para repasse de recursos financeiros destinados a manutenção e melhoria no atendimento as empresas associadas à conveniada, no importe de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) em 08 (oito) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), durante o exercício de 2013.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta LEI.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no artigo 1º, na forma do plano de trabalho e aplicação de recursos. Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. A conveniente, por intermédio de seu representante terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao erário público nos moldes do formulário TC-28.

Parágrafo Único. Não serão repassados recursos quando houver parcela pendente de prestação de contas.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 04 de junho de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Pregão Registro de Preço Nº 0021/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 0021/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE LEILÃO 0001/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Constitui objeto desta licitação o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para o FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL E GASOLINA COMUM para uso junto à frota de veículos do

Município de acordo com a necessidade.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 18/06/2013 até as 09h00min.
Abertura: 18/06/2013, às 09h15min.
Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 04 de Junho de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Editais de Leilão Nº 0001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE LEILÃO Nº 0001/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE LEILÃO 0001/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação tem como objeto a alienação de bens móveis, inservíveis para a Administração, no estado em que se encontram.

1 Veículo marca: Nissan/Frontier/XE 25 x4, Modelo: Esp/Caminhoneiro/AB/C tipo passeio Dupla, cor prata, ano de fabricação: 2011, modelo 2011, movido a Diesel Placa: MJB 4192 chassi: n.º 94DV-CUD40BJ734428, acessórios: ar-condicionado, direção hidráulica, CAP/POT/CV: 5P/144CV. Categoria: Oficial.

1 Veículo marca: Peugeot/Boxer M330M HDI, CAP/ 16P, POT:127CV, Categoria:Oficial, Cor: Branca, Espécie Tipo: PAS/Microonibus, Combustível: DIESEL, ANO FAB: 2005, ANO MOD: 2006, Chassis: 936ZBPMMB62001535, Placa MHS 4430

Data de Inicio dia 20/06/2013 até as 09h00min.
Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 03 de Junho de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Editais de Leilão Nº 0002/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE LEILÃO Nº 0002/2013 FMS

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE LEILÃO 0001/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação tem como objeto a alienação de bens móveis, inservíveis para a Administração, no estado em que se encontram.

1 Veículo marca: I/FORD Modelo: TRANSIT TCA MIC, Espécie tipo: PAS/MICROONIBUS/NÃO APLIC, cor Branca, ano de fabricação: 2010, modelo 2010, movido a Diesel, chassi: n.º WF0DXXTAFATY71480 CAP/POT/CV: 16P/116CV. Categoria: Oficial.
Placa: MGY: 4596

Data de Inicio dia 20/06/2013 até às 10h30min.
Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura

Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 03 de Junho de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Resumo de Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 36/2013 - CV Nº 36/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de empresa para prestação de Serviços de Arbitragem, Apontador e Apoio Técnico no Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2013, com recebimento da documentação e proposta até às 08:45Hs do dia 12/06/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113, e-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Resumo de Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 37/2013 - CV Nº 37/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Agencia de Publicidade e Propaganda para publicação e veiculação de atos institucionais desta Prefeitura Municipal, exercício 2013, com recebimento da documentação e proposta até às 13:45Hs do dia 12/06/2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113, E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Reajusta Valores de Diárias

PORTARIA PL Nº 08, DE 03//06/2013.
REAJUSTA VALORES DE DIÁRIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Sul, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao que determina o artigo 3º da Resolução PL nº 036/2001, alterada pela Resolução PL nº 67, de 13/04/2010,

RESOLVE:

Art.1º Reajustar os valores das diárias dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo do Município de Santa Rosa do Sul, com base na variação do IGPM acumulado dos meses de maio de 2012 a abril de 2013, passando a vigorar com os seguintes valores:

- a) Sem pernoite: R\$ 62,10 (sessenta e dois reais e dez centavos)
b) Com pernoite: R\$ 159,55 (cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)
c) Distrito Federal R\$ 368,35 (trezentos e sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, em 03 de Junho de 2013.

VER. ANSELMO DE SOUZA BITENCOURT

Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado nesta Secretaria e no diário oficial do município de Santa Rosa do Sul <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

VER. JOSÉ LUIZ LOPES DE BORBA

1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Portaria Nº 097/2013

PORTARIA Nº 097/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. ALTAIR BRAGANHOLI, matrícula nº 740/4, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 26/02/2010 a 25/02/2011, sendo 10 dias revertidos em pecúnia e o restante para serem gozadas no período de 03/06/2013 a 22/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 136/8

Portaria Nº 098/2013

PORTARIA Nº 098/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. MARCOS DETOFOL, matrícula nº 1081/2, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 31/01/2013, para serem gozadas no período de 03/06/2013 a 02/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 136/8

Portaria Nº 099/2013

PORTARIA Nº 099/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 15 (quinze) dias, a servidora pública municipal Sra. JULIANA DAL MAGO, matrícula nº 1093/6, ocupante do cargo de Psicóloga, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo de 07/03/2012 a 06/03/2013, para serem gozadas no período de 03/06/2013 a 17/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 136/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 2367, de 27 de maio de 2013. Exonera Coordenador de Serviços de Fiscalização de Serviços de Iluminação Pública, a partir de 22 de maio de 2013. Alimir Padilha. SEMOB.

Portaria nº 2368, de 27 de maio de 2013. Demite Servidor

Temporário, a pedido. Bianca Bruneli da Silva Liebl. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 2369, de 27 de maio de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Cremilda Martins Fuerst. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 2370, de 27 de maio de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Edite Franco dos Santos Rodrigues Marafio. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 2371, de 27 de maio de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Keli Cristina de Souza. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 2372, de 27 de maio de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Marília Denise Baratto Nunes. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 2373, de 27 de maio de 2013. Exonera Coordenador de Serviços de Educação Especial, a partir de 20 de maio de 2013. Otilia Muller Pscheidt. SEMED.

Portaria nº 2374, de 27 de maio de 2013. Demite Servidor Temporário, a pedido. Rubia Pabst Nehls. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 2375, de 27 de maio de 2013. Exonera Servidor Público, a pedido. Sorana Cristofolini. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 2376, de 27 de maio de 2013. Exonera Coordenador de Serviços de Atendimento, a pedido, a partir de 03 de junho de 2013. Bruna Ketlin Ehresmann. IPRESBS.

Portaria nº 2377, de 28 de maio de 2013. Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho, pelo prazo de um ano, a partir de 02 de maio de 2013, nos termos do Processo nº 3545/2013. Cassia de Moraes Neves. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 2378, de 28 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade, no período de 02/05/2013 a 29/08/2013. Leslie Lia Hermes Tschoke. Farmacêutica. SEMUS.

Portaria nº 2379, de 28 de maio de 2013. Prorroga Licença maternidade, no período de 30/08/2013 a 28/10/2013. Leslie Lia Hermes Tschoke. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 2380, de 28 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade, no período de 21/05/2013 a 17/09/2013. Rogeria Weber Kosmala. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 2381, de 28 de maio de 2013. Prorroga Licença Maternidade, no período de 18/09/2013 a 16/11/2013. Rogeria Weber Kosmala. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 2382, de 28 de maio de 2013. Concede Licença Maternidade, no período de 13/05/2013 a 09/09/2013. Scheliga Monia Foitt Poltronieri. Engenheira Civil. SEPLU.

Portaria nº 2383, de 28 de maio de 2013. Prorroga Licença Maternidade, no período de 10/09/2013 a 08/11/2013. Scheliga Monia Foitt Poltronieri. Engenheira Civil. SEPLU.

Portaria nº 2384, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de maio de 2013. Simone Mickus. Professor Anos Finais - área específica Artes. PEM Abelhinha Feliz. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2385, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de maio de 2013. Cleonice Maria de Couto Drozszak. Auxiliar de Serviços. EBM Ilona Tschoeke. 40 horas

semanais. SEMED.

Portaria nº 2386, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 20 de maio de 2013. Franciane Fernanda Kachan. Atendente Educativo. EBM Pref Antonio Tremel. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2387, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 20 de maio de 2013. Lusia Aparecida Fernandes da Silva. Atendente Educativo. CEIM Estrela Guia. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2388, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 20 de maio de 2013. Vanessa Bonett de Andrade. Atendente Educativo. CEIM Pingo de Gente. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2389, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 20 de maio de 2013. Maria de Lourdes da Silveira. Especialista em Assuntos Educacionais. EBM Newton Mendes. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2390, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de maio de 2013. Otilia Muller Pscheidt. Professor Educação Infantil. EBM Maria Waltrudes Kruger. 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2391, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de maio de 2013. Aniele Diener da Costa. Professor Educação Infantil. 20 horas semanais. CEIM Tempo Mágico. SEMED.

Portaria nº 2392, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de maio de 2013. Maria Roseli Dums Senn. Professor Educação Infantil. 40 horas semanais. CEIM Peter Pan. SEMED.

Portaria nº 2393, de 28 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 21 de maio de 2013. Bianca Bruneli da Silva Liebl. Professor Educação Infantil. 20 horas semanais. CEIM Peter Pan. SEMED.

Portaria nº 2394, de 28 de maio de 2013. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2007/2010. Antonio Filisbino Siqueira Filho. Auxiliar de Operações. SEMOB.

Portaria nº 2395, de 28 de maio de 2013. Concede Licença Prêmio, no período de 20/05/2013 a 18/06/2013, relativa ao triênio 2007/2010. Eliane Maria de Aquino. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 2396, de 28 de maio de 2013. Concede Gozo de Férias, período aquisitivo 2011/2012, no período de 07/05/2013 a 05/06/2013. Vera Lucia Ruckl da Silva. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 2397, de 28 de maio de 2013. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de fevereiro de 2012. Edileine Thomas da Silva de Lima. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 2398, de 28 de maio de 2013. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de abril de 2013. Elisete Aparecida Vaz. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 2399, de 28 de maio de 2013. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de maio de 2013. Lauro Ademar da Silva. Agente de Autoridade de Trânsito. SEPLU.

Portaria nº 2400, de 28 de maio de 2013. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de junho de 2013. Sidnei Schneider. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 2401, de 28 de maio de 2013. Concede Licença Prêmio, no período de 01/07/2013 a 30/07/2013, relativa ao triênio 2010/2013. José Varela. Auxiliar de Operações. SEMED.

Portaria nº 2402, de 28 de maio de 2013. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2010/2013. Esio Belarmino. Vigia. SECAD.

Portaria nº 2403, de 28 de maio de 2013. Exonera Coordenador de Serviços do Centro de Inclusão Digital, a partir de 01 de junho de 2013. Denise Beatriz Hubl. SECON.

Portaria nº 2404, de 28 de maio de 2013. Exonera Coordenador de Setor de Atendimento no SINE, a partir de 01 de junho de 2013. Julio Cesar Schalinski. SECON.

Portaria nº 2405, de 28 de maio de 2013. Nomeia Coordenador de Setor de Eventos, a partir de 05 de maio de 2013. Nereu Ivo Schutzler. SECON.

Portaria nº 2407, de 28 de maio de 2013. Exonera Coordenador de Setor de Controle Interno, a partir de 28 de maio de 2013. Marilsa Rech. GAPRE.

São Bento do Sul, de 05 de junho de 2013.
FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 2406/2013

PORTARIA Nº 2406, DE 28 DE MAIO DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor NEREU IVO SCHUTZLER, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Eventos, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM/Corsa Hatch, placas MJS 3059.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2408/2013

PORTARIA Nº 2408, DE 29 DE MAIO DE 2013
Autoriza Dirigir Veículo Oficial

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as servidoras GEOMARA SCHOEFFEL SPERB - Agente de Área de Biblioteca Itinerante e TATIANE RIBEIRO - Coordenadora de Serviços de Alimentação Escolar, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos da Secretaria Municipal de Educação abaixo relacionados:

Zafira, placas MCR 6011
Celta, placas MFC 7635
Sanderó, placas MFF 5815

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2409/2013

PORTARIA Nº 2409, DE 29 DE MAIO DE 2013
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor FRANCISCO INDALECIO DE LIMA VENCÃO - Chefe de Divisão de Praças, Parques e Cemitérios, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos abaixo relacionados:
Pick-up, placas MAU 5782
Courier, placas MDS 2627
Courier, placas MDS 2657
Toyota, placas LZT 0941
Pampa, placas LXB 3357

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de maio de 2013
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br

Lista Preliminar de Classificação e Convocação Para Curso Introdutório - Edital Nº 006/2013

LISTA PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA CURSO INTRODUTÓRIO - EDITAL Nº 006/2013

PROCESSO SELETIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL - Edital 006/2013
LISTA PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA O CURSO INTRODUTÓRIO

CONVOCAÇÃO PARA O CURSO INTRODUTÓRIO DE FORMAÇÃO INICIAL:

Todos os candidatos aos empregos de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** abaixo identificados, deverão participar do **Curso Introdutório de Formação Inicial** previsto no Capítulo 8 do Edital. O curso acontecerá no período de 10 a 14 de junho de 2013, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, no **CENTRO CULTURAL DR. GENÉSIO TURECK**, localizado à Rua Felipe Schmidt, 154, centro - São Bento do Sul/SC.

Os candidatos ao cargo de **AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS** não necessitam realizar o referido curso.

Emprego	Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nº Dependentes	Nº Acertos em Conh. Gerais	Nº Acertos em Conh. Específicos	Pontuação	Classificação
AG.COM. SAÚDE - EACS - 1º DE MAIO	91000073	GIANCARLO SCHROEDER	26/12/1986	0	13	14	90,67	1
AG.COM. SAÚDE - EACS - 1º DE MAIO	91000153	PATRICIA NARLOCH KRUGER	20/01/1978	2	12	14	88,00	2
AG.COM. SAÚDE - EACS - 1º DE MAIO	91000243	CASSIO MATOS DA SILVA	23/07/1990	0	14	11	81,33	3
AG.COM. SAÚDE - EACS - 1º DE MAIO	91000121	MIRIAN PSCHIEDT	30/04/1970	0	13	11	78,67	4
AG.COM. SAÚDE - EACS - 1º DE MAIO	91000226	VANESSA OLINDA BATISTA FRAGOSO	22/10/1982	0	9	11	68,00	5
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000091	DIVA CORREA DE FREITAS PINTO	24/10/1992	0	13	15	94,67	1
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000195	ANA PAULA ALEXI	24/02/1990	2	14	13	89,33	2
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000061	SIMONE RIBEIRO FERNANDES	16/02/1979	2	13	13	86,67	3
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000156	SUZAN GLATZ	23/02/1990	0	13	12	82,67	4
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000295	RAYNER RANGEL LUY DA LUZ	25/04/1989	0	14	11	81,33	5
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000076	CRISTIANE PIRES DE CASTRO	03/09/1987	2	12	11	76,00	6
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000111	DENISE DE SOUZA FREITAS	11/07/1993	0	12	11	76,00	7
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000176	BRUNA ALEXI	27/03/1995	0	15	9	76,00	8
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000189	MARLENE AMBROSI DE MELLO	29/04/1969	1	13	10	74,67	9
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000099	CARLA ENGEL	27/03/1982	1	11	11	73,33	10
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000270	JAQUILANE MUNHOZ DOS SANTOS	25/07/1987	1	11	11	73,33	11
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000062	ELGUIDA MELO	26/12/1985	1	10	10	66,67	12
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000080	LEANDRA NOSSOL WEBER	28/07/1985	1	8	9	57,33	13
AG.COM. SAÚDE - EACS - 25 DE JULHO	91000151	HENRIQUE NICOLAS FUCKNER	17/10/1995	0	6	6	40,00	14
AG.COM. SAÚDE - EACS - BELA ALIANÇA	91000244	CARINA DINGER GROCHOSKI	09/12/1988	2	15	14	96,00	1
AG.COM. SAÚDE - EACS - BELA ALIANÇA	91000142	NILSA REGINA BECKER DE SOUZA	13/01/1981	2	14	14	93,33	2
AG.COM. SAÚDE - EACS - BOEHMERWALD	91000301	JANAINA RAQUEL ALVES DE CAMPOS COUTINHO	23/02/1979	3	12	11	76,00	1
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000131	VALERIALARSEN ROSNIECZEK	16/01/1969	1	13	14	90,67	1
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000282	RODRIGO STURMER	03/05/1990	0	13	14	90,67	2
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000227	ALINE DAIANE LINZMEYER	11/09/1981	0	14	12	85,33	3
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000159	SUIANI SANTOS FERREIRA	16/09/1994	0	11	13	81,33	4
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000113	ADAIANA COUTINHO RIBEIRO	07/12/1980	3	10	12	74,67	5
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000183	LEIDIANE MUSA DE OLIVEIRA	21/11/1983	1	12	10	72,00	6
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000289	MARIA VALDELEIA APARECIDA MIRANDA	29/07/1974	3	11	10	69,33	7
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000180	DINA JAQUELINE ALVES	06/02/1988	2	7	11	62,67	8
AG.COM. SAÚDE - EACS - CENTRO	91000235	MATILDE CORDEIRO DA CRUZ	09/01/1967	0	7	8	50,67	9
AG.COM. SAÚDE - EACS - LENÇOL	91000058	ELIANE MAIA GONCALVES	11/09/1977	5	15	11	84,00	1
AG.COM. SAÚDE - EACS - LENÇOL	91000217	GLACY MEIRELES PRESTES	23/06/1969	3	11	12	77,33	2
AG.COM. SAÚDE - EACS - LENÇOL	91000276	VERA LUCIA DE SOUZA	27/12/1975	3	9	12	72,00	3
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000249	SUSAN SANTOS GORNIAK	30/11/1990	1	11	14	85,33	1
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000172	MARIA LUIZA BEDRITCHUK ECKSTEIN	25/08/1963	1	12	13	84,00	2
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000075	ANDRIELLE FERNANDA RIBEIRO	17/11/1992	0	13	12	82,67	3
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000117	JUCIANA PEREIRA	27/07/1985	1	11	13	81,33	4
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000152	CRISTIANO BERTI	07/09/1982	2	10	13	78,67	5
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000068	MARCIA DOS SANTOS CRUZ	07/05/1979	2	13	11	78,67	6
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000066	SORANA CRISTOFOLINI	07/05/1980	2	11	12	77,33	7
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000160	MIRIAN PASSOS	12/03/1983	2	11	12	77,33	8
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000299	ROBERTA APARECIDA BECKER SAMPAIO	04/11/1993	0	11	11	73,33	9
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000070	FLAVIANA DE OLIVEIRA	11/01/1984	0	10	11	70,67	10
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000105	MARION FERREIRA	12/05/1987	3	11	8	61,33	11
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000175	LETICIA FEUSER	11/07/1961	0	8	6	45,33	12
AG.COM. SAÚDE - EACS - PROGRESSO	91000268	SABRINA RAMOS CORREIA	12/11/1993	1	7	6	42,67	13
AG.COM. SAÚDE - EACS - RIO VERMELHO ESTAÇÃO	91000265	CINTIA BELLO CIESLINSKI	08/08/1980	1	15	15	100,00	1
AG.COM. SAÚDE - EACS - RIO VERMELHO ESTAÇÃO	91000286	GISELI ALVES BELLO	08/03/1988	2	15	13	92,00	2
AG.COM. SAÚDE - EACS - RIO VERMELHO ESTAÇÃO	91000234	MICHELE CRISTIANE SCHPAK PSCHIEDT	29/10/1982	1	12	13	84,00	3
AG.COM. SAÚDE - EACS - RIO VERMELHO ESTAÇÃO	91000108	IRINEIA MARTINS	11/01/1983	1	12	11	76,00	4
AG.COM. SAÚDE - EACS - RIO VERMELHO ESTAÇÃO	91000246	GABRIEL PAULO LANGA	05/05/1988	0	9	10	64,00	5
AG.COM. SAÚDE - EACS - RIO VERMELHO POVOADO	91000285	FLAVIA DREVCK	14/11/1987	0	15	14	96,00	1

Emprego	Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nº Dependentes	Nº Acertos em Conh. Gerais	Nº Acertos em Conh. Específicos	Pontuação	Classificação
AG.COM. SAÚDE - EACS - RIO VERMELHO POVOADO	91000264	VIVIANE ZWIEFKA	09/07/1982	1	14	12	85,33	2
AG.COM. SAÚDE - EACS - VILA PILZ	91000128	GILMARA STAFFEN DE OLIVEIRA	06/05/1979	2	12	9	68,00	1
AG.COM. SAÚDE - ESF - ALPINO	91000205	MARINA BALAK	04/01/1995	1	15	13	92,00	1
AG.COM. SAÚDE - ESF - ALPINO	91000225	DANDARA NEIDERT	23/04/1994	0	12	13	84,00	2
AG.COM. SAÚDE - ESF - ALPINO	91000290	SONIA MARIA VARELLA MINIKOVSKY	24/11/1977	1	12	12	80,00	3
AG.COM. SAÚDE - ESF - ALPINO	91000272	SILVANE MARLI SCHROEDER	05/11/1988	0	13	11	78,67	4
AG.COM. SAÚDE - ESF - ALPINO	91000095	VALERIA BACHEL	01/12/1992	1	11	9	65,33	5
AG.COM. SAÚDE - ESF - ALPINO	91000096	ANDRELIA APARECIDA MARTINS	08/11/1981	2	6	11	60,00	6
AG.COM. SAÚDE - ESF - CENTENÁRIO	91000212	CHAIENNE REGINA SENNES	12/09/1989	0	13	14	90,67	1
AG.COM. SAÚDE - ESF - CENTENÁRIO	91000193	ESTHER MARIA XAVIER RODRIGUES	05/11/1983	2	14	13	89,33	2
AG.COM. SAÚDE - ESF - CENTENÁRIO	91000150	FRANCISCO ADEMAR LISBOA	16/02/1952	3	11	12	77,33	3
AG.COM. SAÚDE - ESF - CENTENÁRIO	91000136	HELESITA DOS SANTOS FREITAS VAZ PEREIRA	07/05/1962	0	9	13	76,00	4
AG.COM. SAÚDE - ESF - CENTENÁRIO	91000198	VALDINEIA GODOY DOS SANTOS	01/10/1989	1	12	10	72,00	5
AG.COM. SAÚDE - ESF - CENTENÁRIO	91000221	SANDRA MARIA MARTINS	23/08/1974	0	10	11	70,67	6
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000118	LEILA DA SILVA HOLZ	05/10/1988	0	13	14	90,67	1
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000224	ANA KEILA PINTO	04/10/1985	2	14	13	89,33	2
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000166	CRISTIANE DE FATIMA ALVES POPOVICZ	29/09/1975	3	12	14	88,00	3
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000083	FRANCISCA DAS CHAGAS DE SOUZA	06/09/1982	1	12	14	88,00	4
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000251	LISANDRA APARECIDA PINHEIRO	19/11/1993	0	11	14	85,33	5
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000164	ROSE DILEUZA DE SOUZA MARCINIAC	19/08/1970	1	14	12	85,33	6
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000206	RAQUEL ADRIANO	04/04/1980	2	12	13	84,00	7
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000200	KETLIN PFLEGER SIQUEIRA	02/11/1992	2	15	11	84,00	8
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000087	JOSELIA KUCHLHER RANK	28/11/1981	2	11	13	81,33	9
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000261	MARLENE CARVALHO XAVIER	29/05/1966	0	11	13	81,33	10
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000296	ROSILANE HIRT	19/05/1988	3	12	12	80,00	11
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000287	LIZ ADRIANE LOPES DOS SANTOS	13/05/1974	2	12	12	80,00	12
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000115	ERLETE IGLIVOSKI	07/10/1983	2	10	13	78,67	13
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000178	JOSEANE JUNGTON DA SILVA	01/08/1981	3	11	12	77,33	14
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000072	GREICI NOSSOL	29/08/1983	0	11	12	77,33	15
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000086	ELISETE KUCHLER DE QUADRA	18/04/1965	1	12	11	76,00	16
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000284	MARISETE KACHUBA LEMOS DE SOUZA	09/09/1975	1	12	11	76,00	17
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000071	LUZIA APARECIDA MOREIRA MATOS	25/09/1979	2	15	9	76,00	18
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000077	SIRLEI MUNHOZ MACHADO	21/04/1976	1	10	12	74,67	19
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000247	JAINE MARTENDAL FRANCIONI	16/04/1992	1	11	11	73,33	20
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000123	MARIA JOSANE KUCHLHER	08/09/1978	2	12	10	72,00	21
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000291	MARIA APARECIDA MASSANEIRO	06/11/1972	1	12	10	72,00	22
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000293	FRANCIELI JAQUELINE MARCINIAC	25/10/1994	0	10	11	70,67	23
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000140	SILMARA MACHADO	01/08/1989	0	10	9	62,67	24
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000201	BEATRIS FERNANDES	24/06/1969	3	8	8	53,33	25
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000181	MARIA GLACIR KUCHNIR FERNANDES	30/03/1976	3	10	6	50,67	26
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000078	ANDRESSA MASSANEIRO	01/05/1992	2	8	7	49,33	27
AG.COM. SAÚDE - ESF - CRUZEIRO	91000135	VANUSA RIBEIRO	02/11/1985	1	6	8	48,00	28
AG.COM. SAÚDE - ESF - MATO PRETO	91000255	CRISTIANE VERISSIMO ROSA	29/04/1978	0	15	14	96,00	1
AG.COM. SAÚDE - ESF - MATO PRETO	91000248	ROSEMARI MARIANO DOS SANTOS	01/09/1980	0	14	12	85,33	2
AG.COM. SAÚDE - ESF - MATO PRETO	91000211	CLEIA REGINA NEUMANN	06/10/1983	1	13	12	82,67	3
AG.COM. SAÚDE - ESF - MATO PRETO	91000102	CRISTIANA ROGERIA DA SILVA	02/09/1982	0	10	12	74,67	4
AG.COM. SAÚDE - ESF - MATO PRETO	91000143	JOELMA TERESINHA MARTINS DILL	11/12/1976	4	11	11	73,33	5
AG.COM. SAÚDE - ESF - MATO PRETO	91000116	ROSANE APARECIDA ROPKE	14/06/1981	1	9	12	72,00	6
AG.COM. SAÚDE - ESF - MATO PRETO	91000067	NOILI BECKER CORDEIRO	21/01/1977	1	12	8	64,00	7
AG.COM. SAÚDE - ESF - MATO PRETO	91000093	ROSICLEIA PEREIRA CERQUEIRA DE SOUZA	20/11/1984	1	6	10	56,00	8
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000278	GISLAINEMARIA WEDDERHOFF	24/09/1983	2	15	15	100,00	1
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000046	CRISTINA APARECIDA DE LIMA PISKE BONETES	27/02/1989	0	13	14	90,67	2
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000275	SOLANGE DE FATIMA VAZ BERNAL PADILHA	16/12/1974	2	14	13	89,33	3
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000104	ELISA MULLER	29/07/1981	4	11	14	85,33	4
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000259	MARIANE HUMMELGEN DO PRADO	22/05/1984	2	14	12	85,33	5
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000137	ELIANE KUBIAK GRACZEK	10/01/1986	2	14	12	85,33	6
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000053	RONI ROSENSCHECK	22/01/1990	0	14	12	85,33	7
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000109	TATIANA DERETTI	26/07/1990	0	14	12	85,33	8
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000120	SCHEILA SANTANA	04/10/1993	0	12	13	84,00	9
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000145	MARA SANDRA DE LIMA	22/04/1981	2	13	12	82,67	10
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000130	CRISTIANI MASSANEIRO	09/01/1986	2	13	12	82,67	11
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000138	IVANIR APARECIDA DEUNISIO	07/09/1976	2	11	12	77,33	12
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000257	LUCIANE ECKSTEIN	02/09/1979	3	14	10	77,33	13
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000051	DALVANA TAVATA BATISTA VIEIRA	10/04/1990	2	12	11	76,00	14
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000129	DENISE VIERNE	05/09/1985	1	12	11	76,00	15

Emprego	Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Nº Dependentes	Nº Acertos em Conh. Gerais	Nº Acertos em Conh. Específicos	Pontuação	Classificação
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000047	KARIN IVANEZA IVANS	04/07/1986	1	11	11	73,33	16
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000232	ANDRESSA APARECIDA MACIEL	10/02/1990	1	12	10	72,00	17
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000098	ANDRE FERNANDO MASSANEIRO	10/05/1995	6	10	11	70,67	18
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000266	ELENICE GREIN	29/07/1979	2	13	8	66,67	19
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000281	EDZILDA ANTON	27/08/1977	1	11	9	65,33	20
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000203	ANDREIA FERREIRA ALVES MARCINIANCK	02/09/1982	1	10	9	62,67	21
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000063	ELIZETE SUCHEK KUJASKI DA SILVA	15/02/1976	4	11	7	57,33	22
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000165	GISLAINE CHRISTOFOLINI	07/03/1995	1	7	9	54,67	23
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000064	IVONE SLOMPESKI	20/12/1977	1	6	9	52,00	24
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000208	TERESINHA OLEGARIO LISBOA	08/02/1989	1	7	8	50,67	25
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000283	NEURETE TEREZINHA TAVARES FURST	30/04/1974	0	4	9	46,67	26
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000106	ODILIA SANTINA MORAES CORDEIRO	18/01/1967	1	5	7	41,33	27
AG.COM. SAÚDE - ESF - SERRA ALTA	91000049	SALETE LANGA DE RAMOS	31/08/1970	1	8	5	41,33	28
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000173	PATRICIA FERNANDES	09/10/1981	1	15	13	92,00	1
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000052	JESSICA MEURER DE OLIVEIRA	06/07/1991	0	13	14	90,67	2
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000267	VALDIRENE BLASZKOSKI	08/06/1975	1	11	15	89,33	3
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000277	FATIMA PRISCILLA SIGNORELLI	15/04/1992	1	12	14	88,00	4
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000237	ODAIANE DE FATIMA PORTELA	27/09/1994	1	12	14	88,00	5
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000273	ROSANGELA APARECIDA ROSSI	28/09/1980	2	15	12	88,00	6
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000122	ROSENILDA GALDINO SANTOS	12/05/1979	2	8	13	73,33	7
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000184	BERENICE FRIDRICHSEN	25/06/1970	0	9	12	72,00	8
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000179	HERMES DE OLIVEIRA	08/12/1984	1	8	11	65,33	9
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000292	ENEIDE DAS GRACAS SIMOES	06/04/1985	1	9	10	64,00	10
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000223	EDILAINE DE OLIVEIRA COSTA	02/02/1990	1	9	10	64,00	11
AG.COM. SAÚDE - ESF - URCA	91000154	IZOLDE TEIXEIRA PALHANO	01/12/1976	1	8	9	57,33	12
AG.COM. SAÚDE - ESF - VILA SÃO PAULO	91000250	ELIETE DO PRADO	14/06/1981	1	14	14	93,33	1
AG.COM. SAÚDE - ESF - VILA SÃO PAULO	91000230	TATIANE GOMES DOS SANTOS	25/03/1992	0	14	13	89,33	2
AG.COM. SAÚDE - ESF - VILA SÃO PAULO	91000190	FERNANDA DA SILVA ENGEL	29/12/1984	1	13	12	82,67	3
AG.COM. SAÚDE - ESF - VILA SÃO PAULO	91000194	TATIANE APARECIDA CUNHA	06/10/1990	0	13	12	82,67	4
AG.COM. SAÚDE - ESF - VILA SÃO PAULO	91000187	MARLENE MULLER DOS SANTOS	13/12/1973	3	10	11	70,67	5
AG.COM. SAÚDE - ESF - VILA SÃO PAULO	91000163	MARISTELA ZUMBACH FUECKNER	09/07/1982	0	11	10	69,33	6
AG.COM. SAÚDE - ESF - VILA SÃO PAULO	91000216	SUSANA SILVESTRI	24/11/1987	2	10	10	66,67	7
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	91000228	DENISE APARECIDA PRIGG WEDDERHOFF	20/04/1965	1	13	13	86,67	1
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	91000133	THAIS MAYARA BECKER	31/05/1994	0	14	12	85,33	2
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	91000126	JOSEANE RODRIGUES DOS SANTOS	22/04/1981	0	12	12	80,00	3
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	91000191	ALLAN DUARTE	22/08/1984	0	12	12	80,00	4
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	91000254	MARLI TEREZINHA SPITZNER ALVES	11/09/1959	0	11	11	73,33	5
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	91000174	ELIANE APARECIDA SARAIVA	12/10/1984	1	10	11	70,67	6
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	91000294	FLAVIA GISELE DRECHSLER	07/11/1989	3	9	11	68,00	7

São Bento do Sul, 03 de junho de 2013.

Comissão Organizadora
 Processo Seletivo Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1653/2013 e 1654/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1653/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAM1009	55723194D	6920/0	16/01/2013	R\$ 127,69	233
AHA3970	55723288D	6912/0	11/01/2013	R\$ 53,20	232
AHZ4841	55724796D	6920/0	25/02/2013	R\$ 127,69	233
AIQ3281	55725011D	6920/0	04/03/2013	R\$ 127,69	233
AJA3087	55723519D	6548/0	24/02/2013	R\$ 85,12	229
AJA3087	55723520D	6610/2	24/02/2013	R\$ 127,69	230 * VII
AJA3087	55723522D	6556/4	24/02/2013	R\$ 191,53	230 * I
ALU2758	55725211D	6920/0	20/03/2013	R\$ 127,69	233
AQC2780	55723523D	6408/0	27/02/2013	R\$ 85,12	221
ASA0122	55723195D	6920/0	16/01/2013	R\$ 127,69	233
AVC0160	55726947D	5045/0	20/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
COJ5710	55723287D	6599/2	11/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
DCV7567	55727930D	6548/0	16/02/2013	R\$ 85,12	229
DIY5054	55724798D	6920/0	26/02/2013	R\$ 127,69	233
DSA8335	55724774D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
DZA5732	55724768D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
EAF5555	55722895D	6912/0	31/01/2013	R\$ 53,20	232
EAF5555	55722896D	6726/1	31/01/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
EAF5555	55724763D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
IBU2392	55727947D	6548/0	27/03/2013	R\$ 85,12	229
IBU2392	55727949D	6637/2	27/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IKV7146	54073100D	6920/0	28/02/2013	R\$ 127,69	233
JKF9900	55724759D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
LYD1635	55725581D	5169/1	16/02/2013	R\$ 1.915,38	165
LYD1635	55725582D	5177/0	16/02/2013	R\$ 191,53	166
LYD1635	55726673D	6912/0	16/02/2013	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYE0714	55728434D	6548/0	23/02/2013	R\$ 85,12	229
LYQ5629	55725545D	6912/0	22/02/2013	R\$ 53,20	232
LYQ5629	55725546D	6599/2	22/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYV2509	55725351D	6610/2	23/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZE5449	55724753D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
MAV7715	55725024D	6920/0	08/03/2013	R\$ 127,69	233
MBC7683	55723478D	5010/0	04/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBC7683	55723479D	5118/0	04/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBC7683	55723480D	6726/1	04/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBC7683	55723481D	6556/1	04/03/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBC7683	55723482D	6769/2	04/03/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MBV3317	55723530D	5118/0	04/03/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBW6661	55728315D	6700/0	27/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MCI1898	55723442D	6548/0	04/03/2013	R\$ 85,12	229
MEG2050	55723508D	6599/2	18/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEP0679	55724775D	6920/0	15/02/2013	R\$ 127,69	233
MEP5360	55725176D	6548/0	20/03/2013	R\$ 85,12	229
MFP4445	55728475D	6599/2	19/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFR0386	55723465D	5010/0	20/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFR0386	55723466D	5118/0	20/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGA9596	55727561D	6599/2	17/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGA9596	55727562D	6653/2	17/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MGF3911	55723467D	6599/2	27/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGF3911	55723468D	6408/0	27/02/2013	R\$ 85,12	221
MGR6605	55725541D	5010/0	21/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGR6605	55725542D	6599/2	21/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGR6605	55725544D	6912/0	21/02/2013	R\$ 53,20	232
MGW7185	55727563D	6653/2	17/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MHF6030	55725014D	6920/0	05/03/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1654/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAZ8092	54044562D	5541/2	09/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ADH7520	54044544D	5541/2	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AGY9274	54045830D	5541/2	12/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AKX9451	54044203D	5541/4	20/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ANR2109	55722753D	5185/1	12/01/2013	R\$ 127,69	167
AOR4040	54045870D	5541/2	08/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BGE5559	54045926D	5541/2	28/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CJX2857	54044169D	5541/2	15/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DGB6716	54044560D	5541/2	07/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DXW0277	54074280D	7366/2	23/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
EKP0044	54043791D	7366/2	20/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
EKP0044	54044917D	5185/1	08/03/2013	R\$ 127,69	167
IBU2392	55727948D	5843/3	27/03/2013	R\$ 127,69	196
IEO5689	54045849D	5452/1	02/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
IEO5689	54045850D	5835/0	02/02/2013	R\$ 127,69	195
LYD1635	55726674D	5185/1	16/02/2013	R\$ 127,69	167
LYQ5629	55725548D	5185/1	22/02/2013	R\$ 127,69	167
LZG2600	55727491D	6122/0	16/02/2013	R\$ 191,53	214 * I
LZO2414	54044587D	5568/0	18/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MAO9515	54044076D	5185/1	19/02/2013	R\$ 127,69	167
MBC7683	55723476D	7030/2	04/03/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBC7683	55723477D	7048/2	04/03/2013	R\$ 191,53	244 * II
MBV3122	54044176D	7366/2	08/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCG0864	55725111D	7234/0	15/03/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MCJ1853	54044952D	5541/1	14/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO5627	54045913D	5541/2	19/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDD5746	54855843C	5460/0	03/03/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MDO5935	54044354D	5568/0	21/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEN1382	55722723D	5185/1	05/02/2013	R\$ 127,69	167
MEN3393	54044514D	7366/2	22/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEN3649	54044996D	6084/3	26/03/2013	R\$ 127,69	211
MEP5360	55725175D	5967/0	20/03/2013	R\$ 191,53	203 * V
MEQ7861	55723411D	5835/0	26/01/2013	R\$ 127,69	195
MEU4471	55722736D	5185/1	13/02/2013	R\$ 127,69	167
MEX4748	55727196D	7366/2	27/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEX4748	55727197D	5185/1	27/02/2013	R\$ 127,69	167
MGD1334	54044301D	5541/2	25/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD1334	54044521D	5541/2	06/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD1334	54044529D	5541/2	13/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD1334	54044558D	5541/2	06/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG7444	54044086D	5185/1	28/02/2013	R\$ 127,69	167
MGK0056	54045905D	7366/2	16/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGV1020	54044531D	7366/2	04/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGV7418	54044150D	5185/1	26/02/2013	R\$ 127,69	167
MHH8104	54044519D	5541/2	06/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ4950	54044175D	7030/2	06/03/2013	R\$ 191,53	244 * I
MIB4109	54044147D	5460/0	26/02/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MID8808	54044192D	5568/0	21/03/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIF0574	54045346D	6122/0	26/02/2013	R\$ 191,53	214 * I
MIG3602	54044908D	7366/2	04/03/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIL7661	54045925D	5541/2	28/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM4278	54044302D	5541/2	27/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN1124	55442395C	5258/3	26/02/2013	R\$ 957,69	174
MIN1124	55728433D	7030/2	26/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
MJC3934	54044057D	5185/1	07/02/2013	R\$ 127,69	167
MKZ0558	54045097D	5452/1	07/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 787/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 787/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW0020	8492049745	6050/3	04/03/2013	R\$ 191,53	208
ACK9134	8492049739	6050/3	02/03/2013	R\$ 191,53	208
AEW6681	8492048974	6050/3	03/02/2013	R\$ 191,53	208
AHD7731	8492048990	7455/0	31/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
AIZ5497	8492050155	7455/0	19/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALH7937	8492049282	7455/0	19/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALQ8000	8492050221	7455/0	17/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMI1807	8492049794	7455/0	01/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
ANR2109	8492048131	7455/0	02/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
BAR3373	8492048180	7455/0	04/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
BDN8080	8492049797	7455/0	02/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
CGA2533	8492049345	7455/0	16/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
COK3113	8492049525	7455/0	22/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
DEC0080	8492050209	7455/0	16/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
DIW7174	8492047251	5673/2	09/12/2012	R\$ 85,12	183
HIK7582	8492048149	7455/0	05/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
HNF5021	8492049302	6050/3	16/02/2013	R\$ 191,53	208
HQY3434	8492049544	7463/0	23/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
JEY9849	8492049653	7455/0	23/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWW6908	8492050527	5673/2	27/03/2013	R\$ 85,12	183
LWZ3910	8492049518	6050/3	27/02/2013	R\$ 191,53	208
LXD3198	8492049416	7455/0	18/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXT2763	8492049415	7455/0	17/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXU4155	8492048678	7455/0	19/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXX1943	8492047698	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYA6831	8492049673	7455/0	25/02/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYB4251	8492049811	7463/0	03/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYJ7781	8492049300	6050/3	15/02/2013	R\$ 191,53	208
LYL1433	8492048386	7463/0	13/01/2013	R\$ 127,69	218 * II
LYN3098	8492049427	7455/0	19/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYP7668	8492048451	7455/0	10/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYQ5629	8492049352	7455/0	17/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYR6669	8492049552	7455/0	23/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYT0926	8492049533	7455/0	27/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYZ5759	8492049834	7455/0	01/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZV2289	8492049771	7455/0	01/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBB2210	8492050205	7455/0	14/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBC7683	8492049802	7471/0	01/03/2013	R\$ 574,61	218 * III
MBM1795	8492049381	7463/0	15/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDB9120	8492048226	7455/0	01/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDE4480	8492049805	7455/0	02/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDE4480	8492049825	7455/0	02/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDH1761	8492049063	7455/0	31/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDK3872	8492049781	7455/0	01/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDU9029	8492048796	7455/0	27/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDY4964	8492049469	7455/0	20/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEI2319	8492050125	7455/0	20/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEL8158	8492050226	7455/0	14/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEM0821	8492049780	7463/0	01/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEQ3378	8492048208	6050/3	03/01/2013	R\$ 191,53	208
MEQ8240	8492049855	7455/0	05/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MER3471	8492050134	6050/3	16/03/2013	R\$ 191,53	208
MEX1609	8492048926	7455/0	03/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFF9269	8492049279	7455/0	17/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFJ0299	8492049740	5673/2	02/03/2013	R\$ 85,12	183
MFM5531	8492049503	7463/0	23/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFM5531	8492049514	7455/0	26/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFM5531	8492049517	7463/0	27/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFM5531	8492049693	7463/0	04/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFQ1420	8492048508	7455/0	14/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFV7450	8492049575	5673/2	24/02/2013	R\$ 85,12	183
MFY1417	8492049756	7455/0	02/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY1426	8492049604	7455/0	27/02/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGX2379	8492049675	7455/0	27/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHD6709	8492049500	7455/0	22/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHD6709	8492049513	7455/0	26/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHD9850	8492049370	7455/0	17/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHE3241	8492049246	7455/0	17/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHE5935	8492049668	7455/0	23/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHH3027	8492049667	7455/0	22/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHP3309	8492047743	7455/0	24/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHR5278	8492048461	7455/0	16/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIB0898	8492049877	6050/3	09/03/2013	R\$ 191,53	208
MIB4109	8492049274	7455/0	15/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIF6964	8492049663	7455/0	21/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MII0605	8492049452	7455/0	15/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIJ7886	8492048644	7455/0	23/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIL1905	8492049520	5673/2	25/02/2013	R\$ 85,12	183
MIM4278	8492049608	7455/0	22/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIO0520	8492049437	7455/0	20/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJA2173	8492049553	7455/0	23/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJE4351	8492048286	7455/0	04/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJF7118	8492049721	7455/0	28/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJF7118	8492049733	7463/0	05/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJG1177	8492049639	7455/0	26/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJG1217	8492049841	7455/0	04/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJG4330	8492049581	7455/0	23/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJG9556	8492049460	7455/0	16/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJJ6471	8492049610	7455/0	23/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJK8257	8492049683	7463/0	24/02/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJQ1676	8492049726	7463/0	01/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJS6538	8492049101	6050/3	10/02/2013	R\$ 191,53	208
MJU2250	8492048458	7455/0	16/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJV6566	8492049278	7455/0	17/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKI8101	8492049519	6050/3	23/02/2013	R\$ 191,53	208
MKL1381	8492050193	7463/0	17/03/2013	R\$ 127,69	218 * II
MKL7670	8492049806	7455/0	02/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKO6306	8492048949	7455/0	02/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKP0798	8492049276	7455/0	15/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLV2219	8492048371	7455/0	17/01/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 786/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 786/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEG7995	8492051750	7455/0	02/05/2013	218 * I
AGL6344	8492050725	7455/0	07/04/2013	218 * I
AJL3669	8492051620	7455/0	08/05/2013	218 * I
AMI0280	8492051634	7455/0	05/05/2013	218 * I
ANE8572	8492051042	7463/0	16/04/2013	218 * II
CON9414	8492051484	7455/0	30/04/2013	218 * I
CPM5144	8492051635	7463/0	05/05/2013	218 * II
FMT1986	8492050702	7455/0	10/04/2013	218 * I
GRR0612	8492051631	7455/0	07/05/2013	218 * I
JWA8067	8492050892	6050/3	11/04/2013	208
KDF1036	8492051775	7455/0	07/05/2013	218 * I
KDF1036	8492051807	7455/0	06/05/2013	218 * I
LLD6950	8492051084	7455/0	11/04/2013	218 * I
LXC0810	8492051811	7455/0	05/05/2013	218 * I
LYB5806	8492051672	6050/3	06/05/2013	208
LYS6776	8492051782	7455/0	02/05/2013	218 * I
LZE7413	8492051588	5673/2	03/05/2013	183
LZY9522	8492051585	7455/0	02/05/2013	218 * I
MAK3941	8492051715	7455/0	06/05/2013	218 * I
MBY2514	8492051783	7455/0	03/05/2013	218 * I
MCZ9069	8492051797	7455/0	06/05/2013	218 * I
MDD0299	8492051987	7455/0	13/05/2013	218 * I
MDE8724	8492051643	7455/0	03/05/2013	218 * I
MED2345	8492050783	7455/0	07/04/2013	218 * I
MFL6107	8492051657	7455/0	08/05/2013	218 * I
MFY2414	8492051368	7455/0	28/04/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGD5665	8492051662	6050/3	02/05/2013	208
MGK1563	8492051762	7455/0	06/05/2013	218 * I
MGS0839	8492050750	6050/3	05/04/2013	208
MGS8489	8492051655	7455/0	07/05/2013	218 * I
MGT2880	8492051608	6050/3	05/05/2013	208
MHK3773	8492050847	7455/0	06/04/2013	218 * I
MHN1731	8492051168	7455/0	18/04/2013	218 * I
MHO3264	8492050811	7455/0	06/04/2013	218 * I
MHT9131	8492050969	6050/3	13/04/2013	208
MHY9612	8492051668	6050/3	05/05/2013	208
MIA1846	8492051677	5673/2	08/05/2013	183
MIF2355	8492050877	7455/0	05/04/2013	218 * I
MIK4234	8492051651	7455/0	06/05/2013	218 * I
MIM4429	8492051683	7455/0	08/05/2013	218 * I
MIR0638	8492050963	7455/0	17/04/2013	218 * I
MIR7179	8492051789	7455/0	02/05/2013	218 * I
MIX2874	8492051590	7455/0	04/05/2013	218 * I
MJK9274	8492050776	5673/2	06/04/2013	183
MJM7126	8492050699	5673/2	09/04/2013	183
MKF3077	8492050758	5673/2	09/04/2013	183
MKM9466	8492051596	5673/2	06/05/2013	183
MKN8951	8492051773	7455/0	04/05/2013	218 * I
MKR2857	8492050840	7455/0	05/04/2013	218 * I
MKX4717	8492051607	7471/0	04/05/2013	218 * III
MKX5193	8492051702	7455/0	08/05/2013	218 * I
MKZ2242	8492051602	7455/0	02/05/2013	218 * I
MMM4110	8492051626	7455/0	04/05/2013	218 * I
MMM4110	8492051707	7455/0	04/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1651/2013 e 1652/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 124 1651/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACP9355	55724091D	6920/0	07/05/2013	233
AJT4303	55725447D	6599/2	16/04/2013	230 * V
ALU2758	55724100D	6920/0	09/05/2013	233
AQC2780	55727142D	6548/0	06/05/2013	229
AQZ5413	55724099D	6920/0	08/05/2013	233
BOU1077	55727138D	6599/2	06/05/2013	230 * V
BOU1077	55727139D	6912/0	06/05/2013	232
DOR6838	55723707D	6599/2	12/05/2013	230 * V
HQI3281	55724868D	5169/1	16/04/2013	165
IJJ8886	55724083D	6920/0	03/05/2013	233
JMQ0946	55724721D	5045/0	11/05/2013	162 * V
JMQ0946	55724722D	5142/0	11/05/2013	164 c/c 162 * V
JMQ0946	55724723D	6912/0	11/05/2013	232
LCN2127	55723016D	5169/1	19/05/2013	165
LWY4332	55723815D	6599/2	11/05/2013	230 * V
LXZ3956	55723893D	5010/0	06/05/2013	162 * I
LXZ3956	55723894D	6912/0	06/05/2013	232
LZS1793	55724703D	5169/1	04/05/2013	165
LZX4007	55724725D	5010/0	11/05/2013	162 * I
LZX4007	55724726D	5118/0	11/05/2013	164 c/c 162 * I
LZX4007	55724729D	6726/1	11/05/2013	230 * XVIII
MAF3781	55728439D	6599/2	28/04/2013	230 * V
MAP6012	55723817D	6599/2	14/05/2013	230 * V
MCN4374	55724707D	6548/0	06/05/2013	229
MDN5761	55723570D	6599/2	22/04/2013	230 * V
MEL2361	55727749D	6912/0	06/05/2013	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFR0386	55724151D	6556/1	14/05/2013	230 * I
MHI4961	55724402D	6610/2	07/05/2013	230 * VII
MHI4961	55724404D	6653/2	07/05/2013	230 * XI
MHT9131	55725441D	6548/0	13/04/2013	229
MJK6641	55724081D	6920/0	03/05/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1652/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADZ8226	55726550D	5185/1	13/05/2013	167
AGS1953	55724352D	5185/1	06/05/2013	167
AKX9451	54044428D	6050/1	07/05/2013	208
BOK2564	54044833D	5185/1	14/05/2013	167
BOU1077	55727137D	5452/3	06/05/2013	181 * VIII
DAK5830	55728489D	5525/0	06/05/2013	181 * XV
DMG3963	55511722D	6394/1	09/05/2013	220 * XIV
DOR6838	55723706D	6050/1	12/05/2013	208
EXG1713	55511750D	5746/1	15/05/2013	187 * I
EXG1713	55724356D	7366/2	07/05/2013	252 * VI
IGR2676	54044434D	5541/2	03/05/2013	181 * XVII
LXI4216	54044855D	7366/2	09/04/2013	252 * VI
LXO5829	55511718D	5746/1	08/05/2013	187 * I
LYF6161	55725312D	5738/0	13/04/2013	186 * II
LYR8027	54077536D	5347/0	28/04/2013	178
LYT0683	54044222D	7366/2	08/05/2013	252 * VI
LZX4007	55724727D	5835/0	11/05/2013	195
LZX4007	55724728D	5819/1	11/05/2013	193
MAP3281	55724351D	5185/1	06/05/2013	167
MBC8967	55511685D	5568/0	08/05/2013	181 * XIX
MBN3083	55511688D	5568/0	10/05/2013	181 * XIX
MBT4718	55511731D	5185/1	10/05/2013	167
MCG9168	55511743D	5746/1	14/05/2013	187 * I
MCY0213	55724412D	6270/0	11/05/2013	220 * II
MDD0620	54044412D	5541/4	02/04/2013	181 * XVII
MDV6396	54044431D	5452/6	15/05/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDV6396	54044432D	5525/0	15/05/2013	181 * XV
MEL2361	55727748D	6122/0	06/05/2013	214 * I
MFP6259	55723564D	5878/0	30/04/2013	199
MFS4978	55511742D	5185/1	14/05/2013	167
MGG2886	54044793D	5185/1	17/04/2013	167
MGN2177	54044860D	7366/2	17/04/2013	252 * VI
MHA0987	54044411D	5541/2	02/04/2013	181 * XVII
MHF9437	55511686D	5541/1	09/05/2013	181 * XVII
MHH1976	55511687D	5568/0	09/05/2013	181 * XIX
MHR4726	55511563D	7366/2	07/05/2013	252 * VI
MHR8697	55511657D	5452/1	20/04/2013	181 * VIII
MHR9603	55511721D	5738/0	09/05/2013	186 * II
MHU0071	54044950D	7366/2	08/04/2013	252 * VI
MIJ4617	55725309D	5738/0	13/04/2013	186 * II
MJC3934	55511678D	5541/2	15/04/2013	181 * XVII
MJS5848	55511745D	5746/1	14/05/2013	187 * I
MJV7617	55725434D	7030/2	09/04/2013	244 * I
MKP1123	55724409D	7234/0	11/05/2013	250 * I * a
MLX0404	54044664D	7366/2	08/05/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

FUNDAÇÕES**Portaria Nº 020 de 03 de Junho de 2013.**

PORTARIA Nº 020 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

"Constitui Comissão Consultiva Especial do Fundo Municipal de Cultura"

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por LEI, RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Consultiva Especial do Fundo Municipal de Cultura de São Bento do Sul:

Kelly Ramos
Giomara Matilde Kochella
Rubens Franco
Elisse Ornellas
Luiza Bandeira
Thiago Alex Dreveck
Astrid Lindorht
Gélson A. Reichard

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2013.

BRAULIO HANTSCHER

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

SAMAE**Portaria/SAMAE /SBS/Nº 123, de 29 de Maio de 2013.**

" NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO SERVIDOR QUE MENCIONA "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 9º, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001 e da Lei Nº 2.966, de 29 de Fevereiro de 2012, MARCELO CIRIACO AIROSO, aprovado no concurso público 009/2011, para o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO, Grupo Ocupacional 03, classe A, do Quadro de Pessoal efetivo desta Autarquia, com os vencimentos de LEI.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 122, de 29 de Maio de 2013.

"DECLARA VAGO CARGO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo

artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - Declarar vago, com fulcro no artigo 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, ocupado pelo servidor MARCELO CIRIACO AIROSO, no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de junho de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 124, de 03 de Junho de 2013.

"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor CRISTIANO TEIXEIRA DA SILVA, Operador de Redes de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, Função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, e modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de junho de 2013, revogando-se a portaria nº 067/2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Portaria/SAMAE/SBS/Nº 125, de 03 de Junho de 2013.

"REVOGA PORTARIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - REVOGAR A PEDIDO, a portaria nº 074/2013 que concedeu licença sem vencimentos ao servidor LUIZ CARLOS GELINSKI PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, lotado nesta autarquia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Portaria Nº 1448, de 17 de Maio de 2013.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

-Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Ivany Claudete Serro Mulinari	Psicóloga	12/11/11-12	05	20/05/13 a 24/05/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Domingos (SC), 17 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1450, de 29 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 1450, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre lotação de servidoras públicas municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; pela Lei Complementar nº 045, de 06/11/12 e Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada; Conforme solicitação do setor de pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam lotadas as servidoras públicas municipais conforme tabela a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

Bruna Aparecida Gonçalves	Assessor de Secretaria
---------------------------	------------------------

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Cecília Polônia Aiolfi Peruzzo	Auxiliar de Serviços Gerais
Florentina Moura Garcez Lolatto	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 836 de 05 de março de 2010 no que diz respeito a servidora, Cecília Polônia Aiolfi Peruzzo, e portaria nº 974 de 18 de outubro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretário de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1451, de 29 de Maio de 2013.

Concede férias a servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/12; e:

-Considerando requerimento protocolado no Setor de Pessoal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS a servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Jacir Picoli	Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	01/01/11 à 01/01/12	30	03/06/13 a 02/07/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretário de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1452, de 03 de Junho de 2013.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

-Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Naide Janete Klafke Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01/04/11-12	30	03/06/13 a 02/07/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.
ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 1453, de 03 de Junho de 2013.

Designa temporariamente servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12; e:
-Considerando a Portaria nº 1451/2013, que concedeu férias ao Senhor Jacir Picoli, Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE:

Art.1º Fica designado, temporariamente, o servidor Vianeí Ferrari-
ni Meoti, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura
e Meio Ambiente, para responder cumulativamente e sem acréscimo de remuneração pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 03 de junho de 2013 ao dia 02 de julho de 2013, podendo para tanto praticar todos os atos inerentes ao cargo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.ANA CLAUDIA BARIZON
FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Contrato Prefe N. 039/2013 de 16/04/2013

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: ABRIL/2013.

NÚMERO DO CONTRATO: PREFE N. 039/2013 de 16/04/2013
(Contrato de Credenciamento nº 088/2013).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/04/2013.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato administrativo que entram si celebram o Governo do Estado de Santa Catarina, o Município de São Domingos e a Empresa COOPESC - Cooperativa de Profissionais em Serviços Públicos e Privados de Santa Catarina, refere-se ao credenciamento de Cooperativas ou Entidades sem Fins Lucrativos para a construção de cisternas de ferrocimento e capacitação para convivência sustentável com longos períodos de estiagem.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B.

CONTRATANTE: ESTADO DE SANTA CATARINA/SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

CNPJ: 05.509.770/0001-88.

CONTRATADA: COOPESC/ Cooperativa de Profissionais em Serviços Públicos e Privados de Santa Catarina.

MUNICÍPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS.

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO: 16/04/2014

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 100 de 02 de Maio de 2013

PORTARIA Nº 100 DE 02 DE MAIO DE 2013.

"DAR VACÂNCIA AO CARGO DE PROFESSOR POR APOSENTADORIA"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Dar Vacância ao cargo de Professora, por motivo de aposentadoria da servidora MARIA CIRETE DA CUNHA CARDOSO, conforme Carta de Concessão, Benefício nº. 1543665958, espécie 42, do Instituto Nacional do Seguro Social, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 18 de fevereiro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezoito dias do mês fevereiro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 101 de 02 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 101 DE 02 DE MAIO DE 2013.

"EXONERAR SERVIDOR A PEDIDO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Exonerar a pedido o servidor MARCOS DA ROSA CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 102 de 02 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº. 102 DE 02 DE MAIO DE 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ADRIANO RAUPP DE BORBA, ocupante do cargo de Tesoureiro, de 02/05/2013 a 31/05/2013, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Licitação Nº 045/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 045/2013

Modalidade - Pregão Presencial nº 016/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MINITRATOR PARA CORTAR GRAMA; COLCHONETES; EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO VÍDEO E FOTO; INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS; EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA USO NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até às 14:00 horas do dia 17/06/2013, as propostas serão abertas às 14:30 horas do dia 17/06/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 05 de Junho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Portaria Nº 004/2013-Pgm

PORTARIA nº 004/2013-PGM

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

I- Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2.248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora E. P. R., ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem da Família, Equipe 25, Unidade de Saúde Areias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, vez que, através das informações constantes no Memorando nº 542/2013 SGPEP - SS, datado de 17/03/2013, e demais documentos anexos, a mesma é acusada do cometimento de agressões contra a Coordenadora da Unidade Básica de Saúde Ipiranga, T. T. S., passíveis de serem apenadas com demissão, conforme determina o Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de São José/SC - Lei nº 2.248/1991, art. 160, inc. VII.

II- Designar os servidores Thaís Farias de Sousa, Procuradora municipal, matrícula nº 22.715, na qualidade de Presidente, e como membros os Procuradores Municipais, Rodrigo João Machado, matrícula nº 23.852 e William Ramos Moreira, matrícula nº 17.770, Ilson Elias, matrícula 324, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar os fatos, possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III- Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV- A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório, se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José/SC, 21 de maio de 2013.

CLOVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral do Município - OAB/SC 21.417

Portaria Nº 006/2013-Pgm

PORTARIA nº 006/2013-PGM

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

I- Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2.248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor J. R. G. B., Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, vez que, através das informações constantes no Memorando nº 338/2013 SGPEP - SS, datado de 14/03/2013, e demais documentos anexos, o mesmo é acusado de alcoolismo, passível de ser apenados com demissão, conforme determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José/SC - Lei nº 2.248/1991, art. 160, inc. V.

II- Designar os servidores Thaís Farias de Sousa, Procuradora municipal, matrícula nº 22.715, na qualidade de Presidente, e como membros os Procuradores Municipais, Rodrigo João Machado, matrícula nº 23.852 e William Ramos Moreira, matrícula nº 17.770, Juliana Graciosa Pereira, matrícula 25.628, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar os fatos, possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III- Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV- A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório, se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José/SC, 21 de maio de 2013.

CLOVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral do Município - OAB/SC 21.417

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1617/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1617/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1617/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABK8672	55918575D	5010/0	26/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
AOD5256	55915521D	6637/2	02/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
CWH0098	55919688D	6920/0	28/02/2013	R\$ 127,69	233
LXK4870	55917419D	6599/2	25/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXK4870	55917420D	5010/0	25/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXK4870	55917421D	6610/2	25/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXZ7971	55917687D	6912/0	03/04/2013	R\$ 53,20	232
LZP6991	55919673D	6920/0	28/02/2013	R\$ 127,69	233
MBT2904	55917021D	5010/0	29/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBT2904	55917023D	6556/1	29/03/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCE1209	55917359D	6920/0	21/03/2013	R\$ 127,69	233
MCF2657	55917172D	6599/2	22/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDC4064	55918475D	6599/2	20/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFK5807	55919302D	6912/0	01/03/2013	R\$ 53,20	232
MFO8590	55919640D	6700/0	04/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MGS1706	55919139D	6700/0	21/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MGT2962	55919458D	5010/0	01/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHD8914	55916895D	5045/0	19/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHX5116	55919554D	6920/0	25/02/2013	R\$ 127,69	233
MJE6495	55919571D	6920/0	25/02/2013	R\$ 127,69	233
MVH6668	55917803D	6920/0	26/03/2013	R\$ 127,69	233
MWB4196	55061584D	6610/2	09/11/2012	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1618/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1618/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1618/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZQ2480	55916707D	5380/0	13/03/2013	R\$ 85,12	181 * I
MBT2904	55917022D	7030/2	29/03/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBT2904	55917024D	5207/0	29/03/2013	R\$ 53,20	169
MIE9908	55912498D	5452/1	26/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJA1394	55918325D	5541/1	22/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE8867	55914905D	6122/0	10/12/2012	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1147/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1147/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1147/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXR5899	55652220C	5045/0	23/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHL4417	55655462C	6700/0	23/02/2013	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1615/2013 **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1615/2013**



ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1615/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFC7840	55919312D	5010/0	16/04/2013	162 * I
AFC7840	55919313D	6637/1	16/04/2013	230 * IX
AFD1933	55919364D	6912/0	11/04/2013	232
AFD7760	55920234D	6700/0	12/04/2013	230 * XVI
AIA2752	55163807C	6920/0	13/05/2013	233
AKH6898	54443641E	6912/0	13/05/2013	232
APS3442	55163811C	6920/0	13/05/2013	233
BRF2450	55919293D	6599/2	21/04/2013	230 * V
BRF2450	55919294D	6610/2	21/04/2013	230 * VII
CEF6562	54444272E	6599/2	16/05/2013	230 * V
CFM6031	55920838D	6726/1	02/05/2013	230 * XVIII
CHD5892	54443959E	6599/2	08/05/2013	230 * V
CQK8462	54443953E	6726/1	10/05/2013	230 * XVIII
DBC6376	55918692D	6726/1	11/05/2013	230 * XVIII
DOS0128	55063899D	6610/2	14/04/2013	230 * VII
DXH8609	55919897D	6920/0	13/05/2013	233
HEJ9810	55911231D	5010/0	21/04/2013	162 * I
IDW3692	55920780D	6599/2	06/05/2013	230 * V
IDW3692	55920781D	5045/0	06/05/2013	162 * V
IGM8314	55918697D	6599/2	11/05/2013	230 * V
IJC8039	55163827C	6920/0	13/05/2013	233
IOC5401	55060587D	5010/0	02/05/2013	162 * I
IOC5401	55918683D	5010/0	09/05/2013	162 * I
IOC5401	55918684D	6637/2	09/05/2013	230 * IX
IOC5401	55918685D	6556/1	09/05/2013	230 * I
JPQ3078	55163810C	6920/0	13/05/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LBC8297	55915534D	6726/1	06/04/2013	230 * XVIII
LBE3197	54443948E	6610/2	10/05/2013	230 * VII
LJY2166	55916726D	6912/0	05/05/2013	232
LWR1115	55916927D	5010/0	07/05/2013	162 * I
LWR1115	55916928D	6912/0	07/05/2013	232
LWX5832	55163849C	6920/0	15/05/2013	233
LXD4283	55911230D	5010/0	21/04/2013	162 * I
LYE0788	54443611E	6599/2	11/05/2013	230 * V
LYO3802	55163825C	6920/0	13/05/2013	233
LYT0714	55912936D	5169/1	11/05/2013	165
LYX7521	54443711E	6556/1	13/05/2013	230 * I
LZB7006	54443982E	6912/0	10/05/2013	232
LZB8337	55916935D	6700/0	07/05/2013	230 * XVI
LZJ1832	55918698D	6610/2	11/05/2013	230 * VII
LZK5761	54443975E	6599/2	10/05/2013	230 * V
LZU1291	55920573D	6599/2	19/04/2013	230 * V
LZY1749	55920597D	6556/1	22/04/2013	230 * I
MAK0632	55912852D	6556/5	17/04/2013	230 * I
MAX0872	55916942D	6599/2	07/05/2013	230 * V
MBA3592	54443979E	6726/1	10/05/2013	230 * XVIII
MBG0577	54443616E	5010/0	11/05/2013	162 * I
MBG0577	54443617E	6599/2	11/05/2013	230 * V
MBG0577	54443618E	6408/0	11/05/2013	221
MBL8553	55163823C	6920/0	13/05/2013	233
MBP2781	55919282D	6599/2	11/04/2013	230 * V
MBP2781	55919284D	6912/0	11/04/2013	232
MBP4421	55920233D	6912/0	12/04/2013	232
MBQ5828	55920110D	6912/0	08/04/2013	232
MBR0162	54443941E	6700/0	10/05/2013	230 * XVI
MCA6282	55919895D	6920/0	13/05/2013	233
MCB4704	55914534D	5118/0	30/04/2013	164 c/c 162 * I
MCB4704	55914542D	5010/0	30/04/2013	162 * I
MCD3241	54443939E	6726/1	10/05/2013	230 * XVIII
MCD3241	54443940E	6637/2	10/05/2013	230 * IX
MCG1962	55920444D	6912/0	19/04/2013	232
MCG1962	55920445D	5010/0	19/04/2013	162 * I
MCG9166	54444000E	6610/2	14/05/2013	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCG9166	55920789D	6726/1	14/05/2013	230 * XVIII
MCH6428	54444001E	6700/0	08/05/2013	230 * XVI
MCK6614	55920551D	6700/0	18/04/2013	230 * XVI
MCN6761	54443703E	5010/0	02/05/2013	162 * I
MCO8449	54443974E	6726/1	10/05/2013	230 * XVIII
MCT3302	55916933D	6726/1	07/05/2013	230 * XVIII
MDE0031	55920270D	6912/0	12/04/2013	232
MDG5725	54443751E	5010/0	03/05/2013	162 * I
MDI8056	54443636E	5010/0	13/05/2013	162 * I
MDI8056	54443637E	6726/1	13/05/2013	230 * XVIII
MDK7016	55163812C	6920/0	13/05/2013	233
MDQ2670	54443583E	5010/0	07/05/2013	162 * I
MDQ2670	54443584E	5061/0	07/05/2013	163 c/c 162 * I
MDR3852	54444259E	6599/2	16/05/2013	230 * V
MDU6494	55918888D	6920/0	18/04/2013	233
MDV0123	55920554D	6700/0	18/04/2013	230 * XVI
MDV5001	55920242D	6700/0	16/04/2013	230 * XVI
MDX1815	55920431D	6599/2	19/04/2013	230 * V
MEA6119	55920108D	6599/2	08/04/2013	230 * V
MEG0323	55916929D	6408/0	07/05/2013	221
MEH3831	55919318D	5010/0	24/04/2013	162 * I
MEH3831	55919319D	6599/2	24/04/2013	230 * V
MEJ1235	54443572E	5045/0	07/05/2013	162 * V
MEJ1235	54443573E	6769/1	07/05/2013	230 * XXII
MEK1905	55916923D	6912/0	03/05/2013	232
MEK1905	55916924D	6610/2	03/05/2013	230 * VII
MEM3125	55920569D	6700/0	19/04/2013	230 * XVI
MEN3139	55920079D	6599/2	16/04/2013	230 * V
MER3911	54444113E	6599/2	15/05/2013	230 * V
MET0816	55920406D	5045/0	17/04/2013	162 * V
MET0816	55920407D	6912/0	17/04/2013	232
MET5380	55920310D	6726/1	17/04/2013	230 * XVIII
MET5380	55920311D	6912/0	17/04/2013	232
MFB2967	55163817C	6920/0	13/05/2013	233
MFF4291	54443952E	6599/2	08/05/2013	230 * V
MFF4291	54443954E	6637/2	08/05/2013	230 * IX
MFF9599	54443718E	5010/0	15/05/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFF9599	54443719E	5118/0	15/05/2013	164 c/c 162 * I
MFH1101	55916941D	6599/2	07/05/2013	230 * V
MFI6332	55920047D	6637/2	27/04/2013	230 * IX
MFJ2160	55061695D	5010/0	05/05/2013	162 * I
MFK6390	54443917E	6610/2	08/05/2013	230 * VII
MFO8272	55920070D	6670/0	16/04/2013	230 * XIII
MFR5693	55914536D	6599/2	01/05/2013	230 * V
MFS6831	54443976E	6912/0	10/05/2013	232
MFW3638	54444111E	6726/1	15/05/2013	230 * XVIII
MFX2759	54443905E	6912/0	08/05/2013	232
MFY8789	55920276D	6599/2	16/04/2013	230 * V
MFY2795	55919896D	6920/0	13/05/2013	233
MGD0058	55920411D	6599/2	17/04/2013	230 * V
MGE8491	54443642E	6599/2	13/05/2013	230 * V
MGF9810	54443594E	6599/2	09/05/2013	230 * V
MGF9810	54443595E	6726/1	09/05/2013	230 * XVIII
MGI5302	55916931D	6912/0	07/05/2013	232
MGP2643	55163848C	6920/0	15/05/2013	233
MGR8273	55918670D	6556/1	09/05/2013	230 * I
MGR8273	55918671D	6599/2	09/05/2013	230 * V
MGT0029	55061696D	5045/0	07/05/2013	162 * V
MGT0029	55061697D	6726/1	07/05/2013	230 * XVIII
MGT0029	55061698D	6637/2	07/05/2013	230 * IX
MGZ1494	55916246D	5169/1	11/05/2013	165
MHA2979	54443836E	6599/2	06/05/2013	230 * V
MHA2979	54443837E	6912/0	06/05/2013	232
MHA4045	55916921D	6726/1	03/05/2013	230 * XVIII
MHJ3222	55163809C	6920/0	13/05/2013	233
MHO2529	54444176E	6726/1	17/05/2013	230 * XVIII
MHO3734	55920112D	6700/0	08/04/2013	230 * XVI
MHT0806	54443709E	6637/2	03/05/2013	230 * IX
MHU5792	55920373D	6599/2	14/05/2013	230 * V
MHX6055	55920018D	6408/0	17/04/2013	221
MIC1505	55918898D	6920/0	18/04/2013	233
MIC7010	55163806C	6920/0	13/05/2013	233
MID1542	55916919D	6599/2	03/05/2013	230 * V
MIF4503	54443841E	6599/2	06/05/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIL5859	55914538D	6599/2	01/05/2013	230 * V
MIL5859	55914539D	6912/0	01/05/2013	232
MIO2394	55918669D	5010/0	09/05/2013	162 * I
MIT1941	55912853D	5010/0	17/04/2013	162 * I
MJA4029	55920302D	5010/0	17/04/2013	162 * I
MKG0171	54443936E	6599/2	10/05/2013	230 * V
MKO0112	54443922E	6912/0	10/05/2013	232
MMJ7500	55918694D	6700/0	11/05/2013	230 * XVI
MUV9406	54443606E	5010/0	11/05/2013	162 * I
MUV9406	54443607E	6599/2	11/05/2013	230 * V
MXZ8121	54443928E	6599/2	10/05/2013	230 * V
MXZ8121	54443929E	6912/0	10/05/2013	232
MXZ8121	54443931E	5045/0	10/05/2013	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1616/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1616/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1616/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJK5813	55919969D	5541/1	12/04/2013	181 * XVII
CGR3218	55920856D	5991/0	08/05/2013	206 * I
CXZ6682	55919437D	5541/1	03/05/2013	181 * XVII
ETJ4768	55919964D	5550/0	12/04/2013	181 * XVIII
LYB0090	55919436D	5541/5	02/05/2013	181 * XVII
MAB8066	55919056D	5452/1	20/04/2013	181 * VIII
MAB8066	55919057D	5525/0	20/04/2013	181 * XV
MBC8261	55916930D	5525/0	07/05/2013	181 * XV
MBQ4785	55910372D	7366/2	16/04/2013	252 * VI
MCG9166	55920790D	5193/0	14/05/2013	168
MCK0959	55919957D	5452/1	12/04/2013	181 * VIII
MCV6031	55915572D	5452/1	19/04/2013	181 * VIII
MDG5725	54443754E	5819/4	03/05/2013	193
MEF3845	55912938D	5550/0	12/05/2013	181 * XVIII
MEK4633	55910371D	7366/2	16/04/2013	252 * VI
MFR5693	55914535D	5452/1	01/05/2013	181 * VIII
MGU5194	55919716D	5460/0	15/04/2013	181 * IX
MHC6038	55914929D	5460/0	11/04/2013	181 * IX
MHK3126	55913642D	5550/0	17/04/2013	181 * XVIII
MHW7005	54444171E	6076/0	15/05/2013	210
MIL5859	55914541D	5835/0	01/05/2013	195
MJK4994	55916722D	5568/0	26/04/2013	181 * XIX
MLC3921	55911235D	5541/1	30/04/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

DIRETORA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1145/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1145/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1145/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYI7460	55657279C	6599/2	03/05/2013	230 * V
LYI7460	55657280C	5010/0	03/05/2013	162 * I
LYI7460	55657281C	6637/2	03/05/2013	230 * IX
LYX9653	55657265C	6637/2	29/04/2013	230 * IX
LZF1851	55657160C	6700/0	28/04/2013	230 * XVI
MAV8981	55655448C	6599/2	02/05/2013	230 * V
MCP9834	55657645C	7340/0	03/05/2013	252 * IV
MDH0305	55657661C	5010/0	06/05/2013	162 * I
MFH2045	55651978C	7340/0	11/04/2013	252 * IV
MFS0975	55656737C	6610/2	11/05/2013	230 * VII
MGB9644	55656084C	6637/1	28/04/2013	230 * IX
MGB9644	55656085C	6637/2	28/04/2013	230 * IX
MHK0054	55656152C	6637/1	31/03/2013	230 * IX
MHQ4029	55654017C	6599/2	05/04/2013	230 * V
MHS7352	55657292C	6599/2	11/05/2013	230 * V
MHS7352	55657293C	5010/0	11/05/2013	162 * I
MIK3705	55656874C	5010/0	14/04/2013	162 * I
MJS9542	55656480C	6610/2	13/04/2013	230 * VII
MJY8612	55656708C	6653/1	20/04/2013	230 * XI
MJY8612	55657106C	6610/2	21/04/2013	230 * VII
MTM9954	55657266C	6700/0	29/04/2013	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE JUNHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.660, de 04 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 4.660, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

1.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 4 Aplicação Direta R\$ 145.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no inciso III, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013:

1.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001.3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 1 Aplicação Direta R\$ 145.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.661, de 04 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 4.661, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, adicionando-se o valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.2.015 3.3.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0001 52 Aplicação Direta R\$ 97.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação, a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22/01/2013:

08.00

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.2.015 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0001 55 Aplicação Direta R\$ 97.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de junho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações Processo Nº 105/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/06/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº76/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SER UTILIZADO NA OFICINA DE SALÃO DE BELEZA DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE- NACA. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 196/2013

PORTARIA n.º 196/2013

Concede férias a servidora ANA PAULA EGERT.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ANA PAULA EGERT, ocupante do cargo de Farmacêutica, férias por 30 dias que gozará a partir de 03/06/2013 a 02/07/2013, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 002647/13 de 28 de Maio de 2013

DECRETO Nº 002647/13 DE 28 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001909/12 de 26 de Novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****04.01.08.243.0020.2.053 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA****3.3.90.47.18.00.00.00 - 00.03.0000 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 7.000,00.**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000
R\$ 7.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 002648/13 de 28 de Maio de 2013

DECRETO Nº 002648/13 DE 28 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001909/12 de 27 de Novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL****DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.03.0052 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00.**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0052
R\$ 2.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.141/2013, de 03 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 5.141/2013, de 03 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Jakeline Chiodini, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.142/2013, de 04 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 5.142/2013, de 04 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Taise Gehrmann Seefeldt em 06 de maio de 2013;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2012/ESF/NASF;

Considerando o Decreto nº. 2.462/2012, de 11/06/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Carina Aparecida Byczkowski, para exercer o cargo de Enfermeira - ESF, percebendo o nível salarial nº 002 - ESF, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2012/ESF/NASF, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO

Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.140/2013, de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 5.140/2013, de 03 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2012/SECEL/PMS, que não logrou êxito em aprovar pessoas suficientes para a demanda atual;

Considerando o Decreto nº. 2.646/2013, de 28/05/2013, que autoriza contratação emergencial para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Neiva Lucia Plantikow, para exercer o cargo de Professora de Artes, subárea Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Deserta e Repetição Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 33/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 33/2013-PMS

PROCESSO Nº. 89/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 04 de junho de 2013, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em transporte de Cálculo da cidade de Botuverá para a cidade de Schroeder, para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial Registro de Preço nº. 33/2013-PMS, realizar-se-á em 18 de junho de 2012, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 04 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Dispensa Nº 30/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 30/2013 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 44/2013
Data: 29/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: BRUBEL AUTO PECAS LTDA

Código: 6608

Endereço: RUA REINOLDO RAU, Nº 632

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 80.747.447/0001-68

Inscrição Estadual: 251.665.682

Objeto da Compra: Aquisição de peças para conserto de veículo corsa classic life MDO 7506, ano 2006-2007, cor branca, RENAVAL 892752955 lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Valor global das peças a seguir a serem adquiridas: 2 amortecedor dianteiro, 1 kit batente amortecedor dianteiro, 2 coxim amortecedor dianteiro, 1 correia dentada, 1 tensor de correia dentada, 1 correia alternador, 2 munhão, 2 terminal de direção, 01 jogo de cabo de vela e 1 jogo de vela para veículo corsa classic life MDO 7506, ano 2006-2007, cor branca, RENAVAL 892752955 lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC	UN	710,00	710,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Bom base na necessidade de aquisição do objeto acima mencionada e orçamento realizado junto a empresa RM Comércio e Serviços Auto Elétricos Ltda, que venceu o processo licitatório nº 33/2013, contrato 60 de 2013, realizamos orçamento do objeto em outros fornecedores, sendo que Brubel apresentou menor preço de mercado considerando o desconto sobre peças previsto no contrato. Motivo pelo qual, justificamos a dispensa deste contrato.

Schroeder, 29 de Maio de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 30/2013 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 44/2013
Data: 29/05/2013

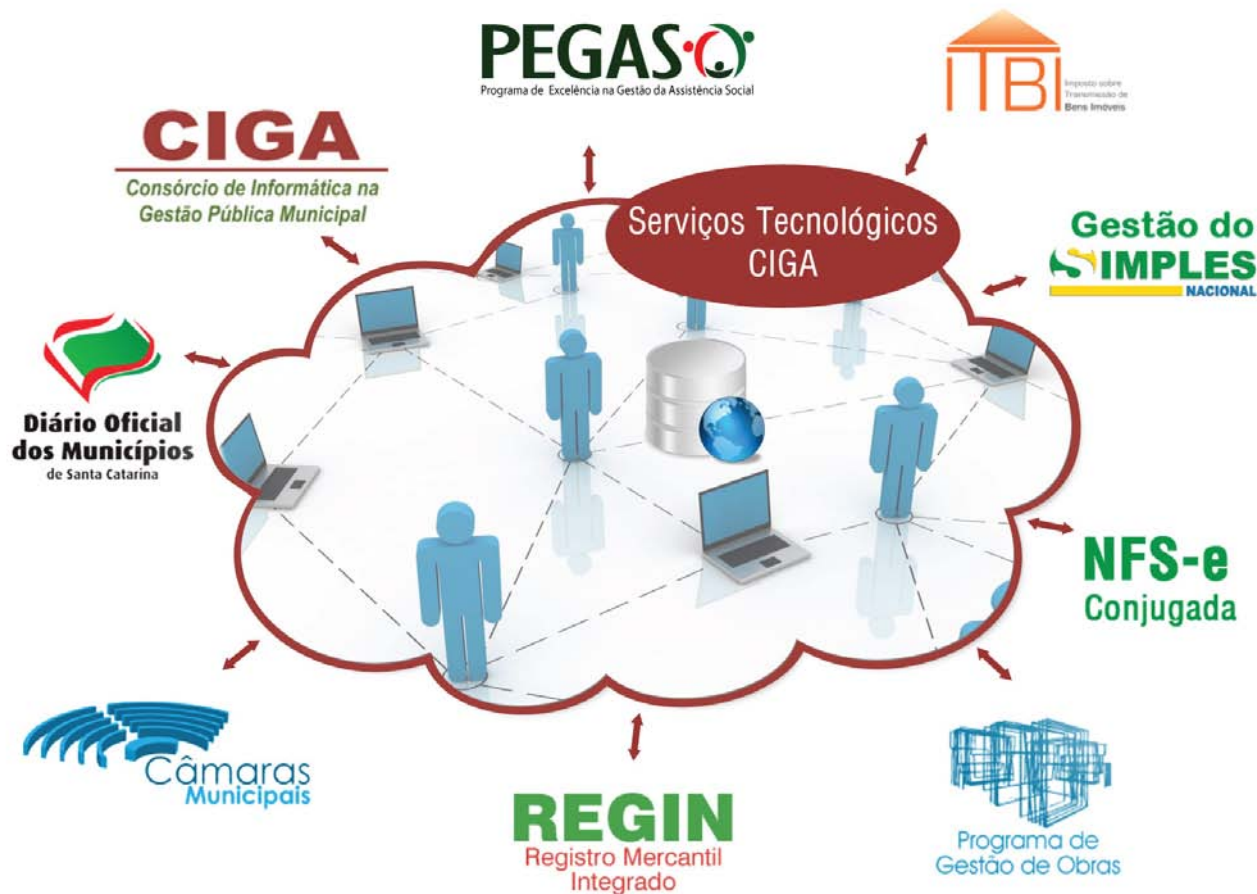
Folha: 2/2

27/5/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 27 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 710,00 (setecentos e dez reais)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscalwww.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato Contrato Nº. 10/2013-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato Contrato nº. 10/2013-FAS

Dispensa nº. 07/2013-FAS

Processo nº. 11/2013-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IVANA LACY BEHRENS, inscrita no CPF sob o nº. 600.864.329-15, portadora da carteira de identidade nº. 1.582.312-SSP-SC, residente na Rua Blumenau, nº 123, Centro, neste Município.

Objeto: Constitui o presente contrato a Locação de imóvel na Rua Blumenau nº 123, com total de 147m², para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, da Prefeitura de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Imóvel em alvenaria com 98,00m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros e 01 garagem, exceto pagamento de água e luz, e uma edícula em alvenaria com 49m², subdividida em 02 salas, 01 banheiro, 01 cozinha (com balcão e fogão) e 01 lavanderia, com água e taxa de lixo inclusa, totalizando 147,00m², localizado na Rua Blumenau, nº 123, Centro, na cidade de Schroeder/SC.	Mês	07	1.570,00	10.990,00
VALOR R\$ TOTAL					10.990,00

Valor do contrato: R\$ 10.990,00 (dez mil novecentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 04/06/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 108/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 108/2013 - PMS

Processo de licitação nº. 77/2013 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 31/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.977.109/0001-48, estabelecida na Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 48, Barreiros, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88110-055.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e conjunto de motobombas e inversores de frequência para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------	-------	-------	--------------------	-----------------

05	<p>Inversor de frequência trifásico para motor 20 cv Inversor de frequência trifásico 380Vca 60Hz para motor 20 cv Proteção no mínimo IP21 O inversor deve fornecer em seu programa a parametrização orientada. O manual deve ser em português. Assistencia técnica e peças de reposição no país. IHM remota, para porta de painel, com seus acessórios, necessário para seu funcionamento como: cabo de conexão IHM/ Inversor , moldura. IHM proteção no mínimo IP56 IHM deve indicar simultaneamente no mínimo: frequência, rotação e corrente, deve indicar se esta em funcionamento ou não, local ou remoto e mais as características abaixo: Mostrador gráfico. Retroiluminação. Relógio em tempo real. Função de cópia de programa. Seleção de idiomas (conter em portugues). HMI remota. Ajustes Especiais para Bombas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle preciso das variáveis de processo (pressão, vazão, temperatura, etc.) através de uma malha P.I.D. superposta ao controle de velocidade no produto padrão. • Otimização do consumo de energia através do controle de velocidade com curva V/f ajustável. • Possibilidade de sinalização e alarmes de segurança e manutenção das bombas e ventiladores. <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9 entradas digitais • 3 saídas a relé. • 3 saídas digitais. • 1 entrada analógica de 14 bits em tensão ou corrente. • 2 saídas analógicas de 14 bits em tensão ou corrente. • 2 interfaces de encoder. • 1 entrada para PTC do motor. • RS-485 Modbus-RTU. • Protocolos CANopen, DeviceNet. <p>Regime de sobrecarga pesada):</p> <ul style="list-style-type: none"> • 150% durante 60 segundos a cada 10 minutos 200% durante 3 segundos a cada 10 minutos <p>Proteções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrecorrente/ curto-circuito • Sub/sobretensão na potência • Falta de fase • Sobretemperatura no inversor (IGBTs, retificador e ar interno nos cartões eletrônicos) • Sobretemperatura no motor Sobrecarga no resistor de frenagem • Sobrecarga nos IGBTs • Sobrecarga no motor • Falha/alarme externo • Falha na CPU ou memória • Curto-circuito fase-terra na saída • Falha no ventilador do dissipador • Sobrevelocidade do motor <p>•GARANTIA MÍNIMA a ser oferecida é de 01 (um) ano.</p>	01	UNID.	6.840,00	6.840,00
----	---	----	-------	----------	----------

06	<p>Inversor de frequência trifásico para motor 15 cv Inversor de frequência trifásico 380Vca 60Hz para motor 15 cv Proteção no mínimo IP21 O inversor deve fornecer em seu programa a parametrização orientada. O manual deve ser em português. Assistencia técnica e peças de reposição no país. IHM remota, para porta de painel, com seus acessórios, necessário para seu funcionamento como: cabo de conexão IHM/ Inversor , moldura. IHM proteção no mínimo IP56 IHM deve indicar simultaneamente no mínimo: frequência, rotação e corrente, deve indicar se esta em funcionamento ou não, local ou remoto e mais as características abaixo: Mostrador gráfico. Retroiluminação. Relógio em tempo real. Função de cópia de programa. Seleção de idiomas (conter em portugues). HMI remota. Ajustes Especiais para Bombas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle preciso das variáveis de processo (pressão, vazão, temperatura, etc.) através de uma malha P.I.D. superposta ao controle de velocidade no produto padrão. • Otimização do consumo de energia através do controle de velocidade com curva V/f ajustável. • Possibilidade de sinalização e alarmes de segurança e manutenção das bombas e ventiladores. <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 9 entradas digitais • 3 saídas a relé. • 3 saídas digitais. • 1 entrada analógica de 14 bits em tensão ou corrente. • 2 saídas analógicas de 14 bits em tensão ou corrente. • 2 interfaces de encoder. • 1 entrada para PTC do motor. • RS-485 Modbus-RTU. • Protocolos CANopen, DeviceNet. <p>Regime de sobrecarga pesada):</p> <ul style="list-style-type: none"> • 150% durante 60 segundos a cada 10 minutos 200% durante 3 segundos a cada 10 minutos <p>Proteções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrecorrente/ curto-circuito • Sub/sobretensão na potência • Falta de fase • Sobretemperatura no inversor (IGBTs, retificador e ar interno nos cartões eletrônicos) • Sobretemperatura no motor Sobrecarga no resistor de frenagem • Sobrecarga nos IGBTs • Sobrecarga no motor • Falha/alarme externo • Falha na CPU ou memória • Curto-circuito fase-terra na saída • Falha no ventilador do dissipador • Sobrevelocidade do motor <p>•GARANTIA MÍNIMA a ser oferecida é de 01 (um) ano.</p>	02	UNID.	4949,00	9.898,00
	TOTAL R\$				16.738,00

Valor do contrato: R\$ 16.738,00 (Dezesseis mil, setecentos e trinta e oito reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013 – Vigência: 04/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 109/2013 - PMS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 109/2013 - PMS

Processo de licitação nº. 77/2013 - PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 31/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.706.492/0001-74, estabelecida na Rua Bahia, nº 1447, Salto, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.031-001.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e conjunto de motobombas e inversores de frequência para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	<p>MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL DE ROTOR SEMI-ABERTO</p> <p>Motobomba submersível de rotor semi-aberto em ferro fundido GG 15, corpo e tampa da bomba em ferro fundido GG 15.</p> <p>Selo mecânico ¾" de carbeto de silício BunaN em Inox 304</p> <p>Pressão de operação: 6 m.c.a</p> <p>Vazão de operação: 13,8 m³/h</p> <p>Rotor: Semiaberto em ferro fundido GG20</p> <p>Passagem máxima de sólidos: 5 mm</p> <p>Diâmetro de recalque: 2"</p> <p>Potência Elétrica Consumida máxima: 1/2 CV</p> <p>Tensão: 220V mono</p> <p>Frequência: 60HZ</p> <p>Grau de proteção: IP68</p> <p>Números de pólos: 2P</p> <p>GARANTIA MÍNIMA a ser oferecida é de 06 (seis) meses após a aquisição.</p> <p>Na Proposta técnica a ser entregue deverão ser anexadas as Curvas Teóricas de Performance previstas para o conjunto motor bomba e indicado o ponto de operação e se necessário as curvas do rotor interpolado.</p>	1	Unidade	1.514,00	1.514,00
TOTAL R\$					1.514,00

Valor do contrato: R\$ 1.514,00 (Um mil, quinhentos e quatorze reais).

Data da Assinatura: 04/06/2013 – Vigência: 04/06/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 31/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013**Número do Registro de Preços: 26/2013 Data do Registro: 04/06/2013 Válido até: 04/06/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e conjunto de motobombas e inversores de frequência para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL DE ROTOR SEMI-ABERTO Motobomba submersível de rotor semi-aberto em ferro fundido GG 15, corpo e tampa da bomba em ferro fundido GG 15. Selo mecânico ¾" de carbeto de silício BunaN em Inox 304 Pressão de operação: 6 m.c.a Vazão de operação: 13,8 m³/h Rotor: Semiaberto em ferro fundido GG20 Passagem máxima de sólidos: 5 mm Diâmetro de recalque: 2" Potencia Elétrica Consumida máxima: 1/2 CV Tensão: 220V mono Frequência: 60HZ Grau de proteção: IP68 Números de pólos: 2P GARANTIA MÍNIMA a ser oferecida é de 06 (seis) meses após a aquisição. Na Proposta técnica a ser entregue deverão ser anexadas as Curvas Teóricas de Performance previstas para o conjunto motor bomba e indicado o ponto de operação e se necessário as curvas do rotor interpolado.	UN	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)		0	1.514,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013**Número do Registro de Preços: 26/2013****Data do Registro: 04/06/2013****Válido até: 04/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e conjunto de motobombas e inversores de frequência para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO PARA MOTOR 20 CV Inversor de frequência trifásico 380Vca 60Hz para motor 20 cv Proteção no mínimo IP21 O inversor deve fornecer em seu programa a parametrização orientada. O manual deve ser em português. Assistência técnica e peças de reposição no país. IHM remota, para porta de painel, com seus acessórios, necessário para seu funcionamento como: cabo de conexão IHM/ Inversor , moldura. IHM proteção no mínimo IP56 IHM deve indicar simultaneamente no mínimo: frequência, rotação e corrente, deve indicar se esta em funcionamento ou não, local ou remoto e mais as características abaixo: Mostrador gráfico. Retroluminação. Relógio em tempo real. Função de cópia de programa. Seleção de idiomas (conter em portugues). HMI remota. Ajustes Especiais para Bombas. o Controle preciso das variáveis de processo (pressão, vazão, temperatura, etc.) através de uma malha P.I.D. superposta ao controle de velocidade no produto padrão. o Otimização do consumo de energia através do controle de velocidade com curva V/f ajustável. o Possibilidade de sinalização e alarmes de segurança e manutenção das bombas e ventiladores. Características: o 9 entradas digitais o 3 saídas a relé. o 3 saídas digitais. o 1 entrada analógica de 14 bits em tensão ou corrente. o 2 saídas analógicas de 14 bits em tensão ou corrente. o 2 interfaces de encoder. o 1 entrada para PTC do motor. o RS-485 Modbus-RTU. o Protocolos CANopen, DeviceNet. Regime de sobrecarga pesada): o 150% durante 60 segundos a cada 10 minutos 200% durante 3 segundos a cada 10 minutos Proteções: o Sobrecorrente/ curto-circuito o Sub/sobretensão na potência o Falta de fase o Sobretemperatura no inversor (IGBTs, retificador e ar interno nos cartões eletrônicos) o Sobretemperatura no motor Sobrecarga no resistor de frenagem o Sobrecarga nos IGBTs o Sobrecarga no motor o Falha/alarme externo o Falha na CPU ou memória o Curto-circuito fase-terra na saída o Falha no ventilador do dissipador o Sobrevelocidade do motor o GARANTIA MÍNIMA a ser oferecida é de 01 (um) ano.	UN	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	6.840,0000	1
			FAMAC INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA (11564)		0	6.850,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013**Número do Registro de Preços: 26/2013****Data do Registro: 04/06/2013****Válido até: 04/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e conjunto de motobombas e inversores de frequência para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LÊA LOUREIRO ME (11178)		0	14.782,0000	3
6	<p>INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO PARA MOTOR 15 CV</p> <p>Inversor de frequência trifásico 380Vca 60Hz para motor 15 cv</p> <p>Proteção no mínimo IP21</p> <p>O inversor deve fornecer em seu programa a parametrização orientada.</p> <p>O manual deve ser em português.</p> <p>Assistência técnica e peças de reposição no país.</p> <p>IHM remota, para porta de painel, com seus acessórios, necessário para seu funcionamento como: cabo de conexão IHM/ Inversor , moldura. IHM proteção no mínimo IP56</p> <p>IHM deve indicar simultaneamente no mínimo: frequência, rotação e corrente, deve indicar se esta em funcionamento ou não, local ou remoto e mais as características abaixo:</p> <p>Mostrador gráfico.</p> <p>Retroiluminação.</p> <p>Relógio em tempo real.</p> <p>Função de cópia de programa.</p> <p>Seleção de idiomas (conter em portugues).</p> <p>HMI remota.</p> <p>Ajustes Especiais para Bombas.</p> <p>o Controle preciso das variáveis de processo (pressão, vazão, temperatura, etc.) através de uma malha P.I.D. superposta ao controle de velocidade no produto padrão.</p> <p>o Otimização do consumo de energia através do controle de velocidade com curva V/f ajustável.</p> <p>o Possibilidade de sinalização e alarmes de segurança e manutenção das bombas e ventiladores.</p> <p>Características:</p> <p>o 9 entradas digitais</p> <p>o 3 saídas a relé.</p> <p>o 3 saídas digitais.</p> <p>o 1 entrada analógica de 14 bits em tensão ou corrente.</p> <p>o 2 saídas analógicas de 14 bits em tensão ou corrente.</p> <p>o 2 interfaces de encoder.</p> <p>o 1 entrada para PTC do motor.</p> <p>o RS-485 Modbus-RTU.</p> <p>o Protocolos CANopen, DeviceNet.</p> <p>Regime de sobrecarga pesada):</p> <p>o 150% durante 60 segundos a cada 10 minutos 200% durante 3 segundos a cada 10 minutos</p> <p>Proteções:</p> <p>o Sobrecorrente/ curto-circuito</p> <p>o Sub/sobretensão na potência</p> <p>o Falta de fase</p> <p>o Sobretemperatura no inversor (IGBTs, retificador e ar interno nos cartões eletrônicos)</p> <p>o Sobretemperatura no motor Sobrecarga no resistor de frenagem</p> <p>o Sobrecarga nos IGBTs</p> <p>o Sobrecarga no motor</p> <p>o Falha/alarme externo</p> <p>o Falha na CPU ou memória</p> <p>o Curto-circuito fase-terra na saída</p> <p>o Falha no ventilador do dissipador</p> <p>o Sobrevelocidade do motor</p> <p>oGARANTIA MÍNIMA a ser oferecida é de 01 (um) ano.</p>	UN	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP (11096)		0	4.949,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/6

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013****Número do Registro de Preços: 26/2013****Data do Registro: 04/06/2013****Válido até: 04/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e conjunto de motobombas e inversores de frequência para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FAMAC INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA (11564)		0	4.950,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/6

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013

Número do Registro de Preços: 26/2013

Data do Registro: 04/06/2013

Válido até: 04/06/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e conjunto de motobombas e inversores de frequência para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LÊA LOUREIRO ME (11178)		0	12.682,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2013**Número do Registro de Preços: 26/2013****Data do Registro: 04/06/2013****Válido até: 04/06/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e conjunto de motobombas e inversores de frequência para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2013****PROCESSO Nº 77/2013**

(9069) - SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA

(11096) - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP

(11178) - LÉA LOUREIRO ME

(11564) - FAMAC INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA

Schroeder, 4 de Junho de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo 001/13**

DECRETO LEGISLATIVO 001/13

Valdevino Anjos dos Santos, presidente da câmara municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte:
DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica aprovado o parecer relativo às contas do exercício de janeiro a dezembro de 2010, da administração do prefeito Felipe Voigt.

Artigo 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de junho de 2013.
CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER
VALDEVINO ANJOS DOS SANTOS
Presidente

Registrado e publicado.

ÉLIO A . FROEHNER
Dir. Geral

Decreto Legislativo 002/13

DECRETO LEGISLATIVO 002/13

Valdevino Anjos dos Santos, presidente da câmara municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte:
DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º - Fica aprovado o parecer relativo às contas do exercício de janeiro a dezembro de 2011, da administração do prefeito Felipe Voigt.

Artigo 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 03 de junho de 2013.
CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER
VALDEVINO ANJOS DOS SANTOS
Presidente

Registrado e publicado.

ÉLIO ARNILDO FROEHNER
Dir.Geral

Serra Alta**PREFEITURA****Extrato Contratual 61-2013**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2013
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:

061/2013

Contratante
MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada

Objeto

FORÇA NOVA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para a Execução de alambrado que circunda a Creche Proinfância tipo C, em um perímetro total de 164,50 metros, localizada na Rua Monte Castelo, nº 631, centro do Município de Serra Alta, de acordo com o projeto de engenharia.

Valor : O valor total preposto para a execução da referida Obra é de R\$ 18.335,36 (Dezoito mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Vigência

Dotação 04/06/2013 á 04/08/2013.

Orçamento vigente: 05.01.2.500.44.90.92.51.00 DR 0001

SERRA ALTA, 04 de Junho de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Timbó**PREFEITURA****Lei Nº 2643, de 05 de Junho de 2013**

LEI Nº 2643, DE 05 DE JUNHO DE 2013

Declara de Utilidade Pública a Associação O Vento Brasil. LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação O Vento Brasil, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 17.250.355/0001-31, com sede social na Avenida Nereu Ramos, nº 401, Centro, no Município de Timbó.

Art. 2º A entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal, até dia 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º À entidade de que trata a presente Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 05 de junho de 2013; 143º ano de

Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Lei Nº 2644, de 05 de Junho de 2013

LEI Nº 2644, DE 05 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", que integra o Programa de Desenvolvimento Rural.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a promover despesas para a realização do evento comemorativo ao "Dia do Colono", a realizar-se no próximo dia 21 de julho de 2013, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. A organização do evento ficará sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, devendo apresentar prestação de contas até 30 dias após sua realização, junto à Contabilidade deste Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do Orçamento-Programa 2013, conforme segue:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

003- DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MUNICIPAL

2072- MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

33000000- OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000- APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 05 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3143, de 20 de Maio de 2013

DECRETO Nº 3143, DE 20 DE MAIO DE 2013

Decreta limitação de empenho conforme previsto no art.10 da Lei nº 2599, de 17 de outubro de 2012.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó/SC em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V e VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "f", "j", "k" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990; e

Considerando o disposto no artigo 10 da Lei nº 2599, de 17 de outubro de 2012 e alterações posteriores;

Considerando o disposto no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando que a necessidade de reavaliar a execução orçamentária e financeira das contas municipais;

Considerando a necessidade de alterações orçamentárias para melhor eficiência dos serviços públicos e cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Objetivando o equilíbrio orçamentário e financeiro para o exercício 2013, fica estabelecido o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, das fontes de Recursos Livres 10000 e de Rec. de Impostos e Transferência de Impostos da Saúde 10200 a contar desta data e até a comprovação do alcance das metas de arrecadação no

Relatório de Excesso de Arrecadação por Vínculo.

§1º - A limitação de empenhos abrange todas as Unidades Administrativas que compõe a Administração Direta com exceção da Administração Indireta e do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

I - A limitação de empenhos deverá atingir:

a) O valor de R\$1.000.000,00 nas Transferências Financeiras para empenhos de obras do Fundo Municipal de Turismo no vínculo 10000;

b) O valor de R\$10.000,00 nas Despesas de Capital no vínculo 10200 do Projeto/Atividade 2168 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica;

c) O valor de R\$12.329,03 nas Despesas de Capital no vínculo 10200 do Projeto/Atividade 2164 - Manutenção das Atividades do MAC;

d) O valor de R\$136.734,66 nas Outras Despesas Correntes no vínculo 10200 do Projeto/Atividade 2158 - Manutenção Policlínica de referência e Serviços;

e) O valor de R\$40.936,31 nas Despesas de Capital no vínculo 10200 do Projeto/Atividade 2158 - Manutenção Policlínica de Referência e Serviços;

II - A limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

§2º Na avaliação do cumprimento das metas de arrecadação para manutenção ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício.

Art. 2º Fixa como órgão centralizador e controlador do ordenamento de novas despesas, a Secretaria da Fazenda e Administração, o qual estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até a data de vigência do presente decreto.

Parágrafo único. A fixação do órgão centralizador não exclui a responsabilidade de cada Secretário ou Dirigente de Unidade Administrativa pela realização de despesas durante o período de limitação, ficando responsáveis pelo controle das contratações e aquisições de materiais desnecessários ou que não sejam prioridade para continuidade dos trabalhos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC em Exercício

Resolução Nº 01/2013-Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ

Criado pela Lei Municipal Nº 1.713/94

Avenida Sete de setembro, 595 - Centro - CEP 89120 - 000

Timbó - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 01/2013

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Timbó.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 13.860,00, sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços/entidades: Associação de Amparo a Terceira Idade, Lar Elze Benz (Modalidade Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos).

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, 08 de maio de 2013.

CRISTIANE ELISABETH LONGO ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologo a Resolução nº01/2013, nos termos da Portaria nº002 de 01/01/2013

ELSON A. A. MARSON JÚNIOR

Secretário Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 02/2013-Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ

Criado pela Lei Municipal Nº 1.713/94

Avenida Sete de setembro, 595 - Centro - CEP 89120 - 000

Timbó - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 02/2013

Dispõe sobre aprovação de recursos para o financiamento da Conferência Municipal de Assistência Social, que se realizará em 03/07/2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º - Aprovar o custeio de aluguel do Salão Frederico Donner para a realização da Conferência Municipal no valor de R\$150,00, localizado à Rua Aristiliano Ramos, 1439 - Bairro das Capitais;

Art. 2º - Aprovar o custeio de alimentação para os participantes da Conferência Municipal, sendo R\$22,00/pessoa, incluindo dois coffee breaks e um almoço;

Art. 3º - Aprovar o custeio de assessoria para a realização da Conferência Municipal no valor de R\$2.200,00, incluindo palestra; elaboração do regimento interno e dos textos orientadores dos grupos de trabalho dos eixos temáticos e orientação aos coordenadores dos eixos temáticos; coordenação das apresentações das deliberações dos eixos temáticos; coordenação da escolha dos delegados para a conferência estadual; sistematização e elaboração do relatório final e emissão dos certificados.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, 08 de maio de 2013.

CRISTIANE ELISABETH LONGO ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologo a Resolução nº01/2013, nos termos da Portaria nº002 de 01/01/2013

ELSON A. A. MARSON JÚNIOR

Secretário Municipal de Assistência Social

Aviso Edital Pregão Presencial (Registro de Preço) N.º 26 2013 SAMAE - Locação Trator Esteira e Escavadeira Hidráulica

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2013

OBJETO: Registro de preço para locação de trator esteira e escavadeira hidráulica para prestação de serviços no Aterro Sanitário. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 17 de junho de 2013. ABERTURA: dia 17 de junho de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 31/05/2013

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Aviso Edital Pregão Presencial N.º 23 2013 SAMAE - Divulgação Radiofônica Rádio Am

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ - SAMAE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2013

OBJETO: Registro de Preços destinado à contratação de espaços publicitários em Rádio AM para divulgação das ações do SAMAE junto à população. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 19 de junho de 2013. ABERTURA: dia 19 de junho de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 10/05/2013.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Termo de Revogação Carta Convite N.º 30 2013 - Assessoria de Comunicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

TERMO DE REVOGAÇÃO CARTA CONVITE N.º 30/2013

O Assessor Institucional de Comunicação Social do Município de Timbó, no uso das suas atribuições, com base no Art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolve REVOGAR TOTAL a licitação supracitada cujo objeto trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA DESTINADA AO PLANEJAMENTO DAS ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA DE TIMBÓ.

MOTIVO: Interposição de recursos acerca da documentação e objeto licitado, juntamente ao teor da decisão proferida no mandado de segurança proposto, especialmente no que tange à omissão do

editais acerca da autenticação dos documentos.

Timbó (SC), 4 de junho de 2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço 19 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, e tratores agrícolas da prefeitura, fundos, fundações e autarquia, além de outras atividades

EMPRESA FORNECEDORA: Comercial de Molas Menestrina Ltda ME; Mecânica Buzzi Ltda; MTM Auto Center e Comércio de Baterias Ltda ME, Mello Auto Diesel Ltda ME; Renato Schumann EPP.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 421.450,00 (quatrocentos e vinte e um mil quatrocentos e cinquenta reais).

VALIDADE DA ATA: 04/03/2014

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquia.

Timbó, 04/03/2013
MARIA A. FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 14 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2013
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais diversos destinados à manutenção e execução de obras em diversas vias do município para atender as unidades administrativas diretas e indiretas da Prefeitura de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Ouro Preto Mineração Ltda; Concreto Materiais de Construção Ltda EPP; Coml. Indl. Dante Zonta Ltda ME; Dragão Ind. Com. Ltda ME; Concreto Artef. Cimento Ltda ME; Premocon Artefatos de Concreto Ltda EPP; Pedreira Vale do Selke Ltda; BSM Artefatos de Cimento Ltda; Indapav Artefatos de Cimento Ltda; Agaton Artefatos de Cimento Ltda; Ivo Mariano Nones ME; Erwin Schmidt & Filhos Ltda EPP; Hamann Mat. Construção Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.324.489,40 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Prefeitura, Fundos e Fundações.

VALIDADE DA ATA: 04/03/2014

Timbó, 04 de março de 2013
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 16 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2013
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para serviços de publicação de leis, atos administrativos e demais publicações de interesse do executivo, em jornal de periodicidade mínima bissemanal com circulação no município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Editora Jornal do Médio Vale Ltda - EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 165.840,00 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/03/2014

Timbó, 14/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 20 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2013
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para contratação de espaços publicitários em Rádio AM para a divulgação das ações da Prefeitura de Timbó junto à população.

EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Cultura de Timbó LTDA
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 129.920,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e vinte reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/03/2014

Timbó, 20/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 21 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2013
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviço para publicações de anúncios institucionais, informativos da Prefeitura e demais publicações de interesse do executivo, em jornal com periodicidade mínima quinzenal e com veiculação no município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Raiter Editora e Eventos Ltda
VALOR TOTAL: R\$ 41.895,00 (quarenta e um mil oitocentos e noventa e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/03/2014

Timbó, 20/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 24 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2013
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para contratação de espaços publicitários em rádio FM para divulgação das ações da Prefeitura de Timbó junto à população.

EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Timbó Ltda
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 129.780,00 (cento e vinte e nove mil setecentos e oitenta reais).

mil setecentos e oitenta reais)
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 22/03/2014

Timbó, 22/03/2013
JAIME AVENDANO
Assessor Institucional de Comunicação Social

Primeira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço 18 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2013
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Aquisição de macadame, carregado em transporte do município, para realização de atividades diárias da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.
EMPRESA FORNECEDORA: Areias Kretz Ltda EPP
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 145.042,50 (cento e quarenta e cinco mil e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 31/12/2013
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Timbó, 01/03/2013
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Terceira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço 121 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º121/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para aquisição de cartuchos de tinta
EMPRESAS FORNECEDORAS: Akon Ltda, Color-Black Reciclagem de cartuchos de tinta e toner, Dial Departamentos Ltda, RD Cartuchos e Informática Ltda, Alessandra Helker Ojeda.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 38.191,85 (trinta e oito mil e cento e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 01 (UM) ANO
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria da Fazenda e Administração

Timbó, 12/09/2012
DANIEL AGOSTINI NETO
Secretário da Fazenda e Administração

Terceira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço 122 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura do Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para aquisição de Marmitas
EMPRESAS FORNECEDORAS: AMARILDO SCHAKOWOSKY ME
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 01 (UM) ANO
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria da Fazenda e Administração, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social e Fundo Municipal de Trânsito

Timbó, 18/09/2012
DANIEL AGOSTINI NETO
Secretário da Fazenda e Administração

Terceira Republicação Extrato Ata de Registro de Preço 35 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para aquisição de cartuchos de tinta e toners para a Secretaria de Saúde e Assistência Social.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Infotriz Comercial Ltda - EPP, Reinkjet Tintas Toners Inform. Ltda, Dial Departamentos Ltda, Color-Black Reciclagem de cartuchos de Tinta e toner Ltda e Escri-mate Com. materiais escritório informática Ltda ME.
VALOR TOTAL: R\$ 24.810,00 (vinte e quatro mil oitocentos e dez reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial.
VALIDADE DA ATA: 01(UM) ANO

Timbó, 06/09/2012
DANIEL AGOSTINI NETO
Secretário da Fazenda e Administração

Turvo

PREFEITURA

Tomada de Preços PMT 46/2013

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 46/2013 - Tomada de Preço nº 46/2013

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Construção de uma Espaço Educativo Urbano com 6 (seis) salas de aula na Estrada Geral TVO 362 na cidade de Turvo/SC.
Entrega dos envelopes: até as 08h45min do dia 21/06/2013
Abertura da Sessão: as 09:00 hs do dia 21/06/2013
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC - 03 de Junho de 2013.
ROBERTO CARLOS PATEL
Presidente da C.J.L.

CÂMARA MUNICIPAL

Termo de Contrato Nº 10/2013.

TERMO DE CONTRATO Nº 10/2013.
Proponente: BETHA SISTEMAS LTDA.
Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.
Objetivo: Implantação e Locação do Sistema Aplicativo.
Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) anual.
Vigência: De 29 de maio de 2013 a 30 de maio de 2014.

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.440/13

DECRETO N.º 10.440/13, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede pensão por morte, em face do óbito da servidora ativa ALEDIR DE FÁTIMA NUNES, ocorrido em 06/09/2000, em caráter integral, nos termos do § 7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 20/98 e do Art. 33 da Lei nº 175/95, vigente na data do óbito, para LUIZ ALBERTO VANZ, cuja condição de dependente foi conferida nos termos da Ação de Reconhecimento Judicial de União Estável, transitada em julgado, Autos nº 079.111.005462-6, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal Interino de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 007/2013,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida, pensão por morte, em face do óbito da servidora ativa ALEDIR DE FÁTIMA NUNES, que era brasileira, inscrita no CPF nº 551.153.739-04, em caráter integral, nos termos do § 7º, do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 20/98, vigente na data do óbito e no artigo 33 da Lei Municipal nº 175/95, para LUIZ ALBERTO VANZ, cuja condição de companheiro foi reconhecida nos termos da Ação de Reconhecimento Judicial de União Estável, transitada em julgado, Autos nº 079.111.005462-6.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do § 7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, perfazendo o montante bruto total de R\$ 693,12 (seiscentos e noventa e três reais e doze centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de fevereiro de 2013, data da realização do requerimento administrativo, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 29 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.441/13

DECRETO Nº 10.441/13, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARINÊS APARECIDA SARIGUELLI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 019/2013,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARINÊS APARECIDA SARIGHELLI, inscrita no CPF nº 712.941.479-00, com RG 2.404.409 e no PIS/PASEP nº 124.39641.07-05, detentora da matrícula funcional nº 8746, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 53,67% (cinquenta e três vírgula sessenta e sete por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de maio de 2013.

LOURENÇO BECER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.442/13

DECRETO Nº 10.442/13, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora LILIAN MARIA STIEHL, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 016/2013,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora LILIAN MARIA STIEHL, inscrita no CPF nº 732.667.609-72, com RG 1.073.023 e no PIS/PASEP nº 190.01335.95-3, detentora da matrícula funcional nº 8488, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 34,29% (trinta e quatro vírgula vinte e nove por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de maio de 2013.
LOURENÇO BECER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.443/13

DECRETO Nº 10.443/13, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ZILDA TODT BELLOZUPKO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 024/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ZILDA TODT BELLOZUPKO, inscrita no CPF nº 665.739.049-15, com RG 2.111.782 e no PIS/PASEP nº 108.14168.02-4, detentora da matrícula funcional nº 1625, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 85,90% (oitenta e cinco vírgula noventa por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.149,70 (um mil, cento e quarenta e nove reais e setenta centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de maio de 2013.
LOURENÇO BECER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.444/13

DECRETO Nº 10.444/13, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora SEBASTIANA ALVES DE MORAIS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 022/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora SEBASTIANA ALVES DE MORAIS, inscrita no CPF nº 656.742.279-34, com RG 2.111.365 e no PIS/PASEP nº 170.25250.91-9, detentora da matrícula funcional nº 3094, ocupante do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.008,68 (um mil e oito reais e sessenta e oito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de maio de 2013.
LOURENÇO BECER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.445/13

DECRETO Nº 10.445/13, DE 29 DE MAIO DE 2013.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor NEREU DE MORAIS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 026/2013,
DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor NEREU DE MORAIS, inscrito no CPF nº 219.854.999-91, com RG 286.139 e no PIS/PASEP nº 104.15133.36-7, detentora da matrícula funcional nº 2093, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.403,24 (um mil, quatrocentos e três reais e vinte e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de maio de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.446/13

DECRETO Nº 10.446/13, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

Exonera Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei nº 2100/09,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, LAURI PIGOZZO, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, símbolo DAS-1,

nomeado pela Portaria nº 0374/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.447/13

DECRETO Nº 10.447/13, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

Exonera Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei nº 2100/09,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, FABIANA DE FÁTIMA MORAES, do cargo comissionado de Diretora do Departamento de Administração de Pessoal e Convênios, símbolo DAS-2, nomeada pela Portaria nº 0381/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.448/13

DECRETO Nº 10.448/13, DE 03 DE JUNHO DE 2013.

Designa servidor para responder pela Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a Secretária Municipal Interina da Assessoria Jurídica, Renata Christina Melillo, retornará às suas atividades na data de 17 de junho de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor Mário Pedro Fontanella, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal da Assessoria Jurídica, no período de 05 a 16 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de junho de 2013.

Videira, 03 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0351/13

PORTARIA nº 0351/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8521/13;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de junho de 2013 até 02 de julho de 2013, o gozo de férias do servidor EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, ocupante do cargo efetivo de Regente de Banda, referente ao período aquisitivo de 1º de julho de 2011 até 30 de junho de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

Videira, 03 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Contrato N. 0422/2013

Extrato do Contrato n. 0422/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DEJANIR SCHNEIDER BOESING

CPF: 005.514.899-95

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: MOTORISTA IV - CAMINHÕES E CAMINHONETES

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0429/2013

Extrato do Contrato n. 0429/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: VALMIR ANTONIO COSTA

CPF: 004.314.769-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.491,47 (um mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e sete centavos)

Extrato do Contrato N. 0439/2013

Extrato do Contrato n. 0439/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FABIO LUIZ PERAZZOLI

CPF: 008.763.879-70

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: MOTORISTA IV - CAMINHÕES E CAMINHONETES

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0440/2013

Extrato do Contrato n. 0440/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: IZAIAS GONÇALVES

CPF: 006.749.499-43

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: MOTORISTA IV - CAMINHÕES E CAMINHONETES

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0463/2013

Extrato do Contrato n. 0463/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELA DIAS DOS SANTOS

CPF: 956.862.820-72

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA OLÍVIA BENCKER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 20 de junho de 2013

FUNÇÃO: AGENTE DE PAVIMENTAÇÃO PÚBLICA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0480/2013

Extrato do Contrato n. 0480/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILISA TEREZINHA MEIRA

CPF: 941.916.464-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0483/2013

Extrato do Contrato n. 0483/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOSÉ STRAPAZZON

CPF: 749.880.939-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: MOTORISTA IV - CAMINHÕES E CAMIONETES

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Extrato do Contrato N. 0509/2013

Extrato do Contrato n. 0509/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE ZIMMER

CPF: 707.519.279-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 11 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0510/2013

Extrato do Contrato n. 0510/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CLODOALDO BORGIA

CPF: 651.866.219-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2013

FUNÇÃO: MOTORISTA IV - CAMINHÕES E CAMINHONETES

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.364,91 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos)

Editais de Convocação Nº 024/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADADO	CARGO
1 - JULIANA PINZ	Agente Administrativo II

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;

- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 04 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Pregão Nº 019/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 27 de Maio de 2013, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 19/2013, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 27/05/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de Aquisição de agasalhos camisa e bermuda para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Vitor Meireles, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

10409.4 - FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001.00000	UN	KIT UNIFORME ESCOLAR		1,00000	54.750,0000	54.750,00
00001.00001	UN	AGASALHO COM JAQUETA E CALÇA TAM 4/6/8 ANOS		240,00000	59,3667	14.248,00
00001.00002	UN	AGASALHO COM JAQUETA E CALÇA TAM 10/12/14/16 ANOS		370,00000	63,3649	23.445,00
00001.00003	UN	BERMUDA TACTEL TAM. 4/6/8 ANOS		240,00000	13,7667	3.304,00
00001.00004	UN	BERMUDA TACTEL TAM. 10/12/14/16 ANOS		370,00000	15,7649	5.833,00
00001.00005	UN	CAMISA MANGA CURTA TAM 4/6/8 ANOS		240,00000	11,7750	2.826,00
00001.00006	UN	CAMISA MANGA CURTA TAM 10/12/14/16 ANOS		370,00000	13,7676	5.094,00
Total do Fornecedor: 54.750,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)						
Total da Licitação: 54.750,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 19/2013 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 20 dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de

descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a conseqüente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a conseqüente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 27 de Maio de 2013.

COMISSÃO:
IVANDRO ANZINI
Pregoeiro

JAIR WIPPEL
Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO
Equipe de Apoio

FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EPP
EDSON FRANCISCO RITTER
Contratada

Aviso de Licitação Pregão 023/2013

Processo de Licitação 023/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC
Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial,

objetivando Registro de Preços para aquisição de lubrificantes, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 20 de junho de 2013 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 05 de junho de 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



Associações

AMAUC

Tomada de Preços Nº 01/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO Nº 01/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

A Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.222.034/0001-58, com sede na Rua Atalípio Magarinos, 277, 2º andar, centro, nesta cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, por intermédio do seu Presidente senhor JOÃO GIRARDI - Prefeito do Município de Concórdia, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço por lote, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data e horário limite para entrega e protocolo dos envelopes: 20 de Junho de 2013, até às 11h30min.

Data e horário para abertura dos envelopes: 20 de junho de 2013, às 14 (quatorze) horas

Endereço: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC

Rua Atalípio Magarinos, 277 2º andar - centro - 89.700.000 - CONCÓRDIA - SC

1 - DO OBJETO

1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa(s) para fornecimento e instalação de móveis, persianas, sistema de climatização, rede elétrica e rede lógica, conforme características descritas nos Anexos que integram o presente edital, com a finalidade de viabilizar a transferência da sede da AMAUC.

1.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Detalhamento dos móveis (Lote 1)

ANEXO II - Detalhamento das persianas (Lote 2)

ANEXO III - Detalhamento da rede elétrica e lógica (Lote 3)

ANEXO IV - Detalhamento de sistema de climatização (Lote 4)

ANEXO V - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte

ANEXO VII - Modelo de proposta de preço

ANEXO VIII - Minuta do contrato

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2. Poderão participar do certame os interessados devidamente cadastrados na correspondente especialidade, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia ou os que atenderem as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas e as condições dispostas neste Edital e seus Anexos.

2.1 Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.1.1 Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.1.2 Em dissolução ou em liquidação;

2.1.3 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar

com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

2.1.4 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.1.5 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3 - O CREDENCIAMENTO

3. O licitante, ou o seu representante, deverá no momento que antecede a abertura do envelope nº 1, apresentar-se à Comissão de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame.

3.1 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.

3.2 Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

3.3 O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

3.4 O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

3.5 Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4 - DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA

4. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo os documentos de habilitação e o outro, a proposta de preços.

4.1 Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até o dia e horário indicado para o protocolo.

4.1.1 Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC

Rua Atalípio Magarinos, 277 - 2º andar - centro

89.700.000 Concórdia - Estado de Santa Catarina

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

4.2 Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como propostas.

4.3 Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013

PROponente: (RAZÃO SOCIAL)

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)
CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:

5- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº01)

5. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

5.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

5.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

5.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.3 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

5.1.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

5.2 Relativos à Qualificação Técnica:

5.2.1 Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados, exigência esta apenas para os interessados em participar dos Lotes 3 e 4.

5.2.2 No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos do Estado de Santa Catarina, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

5.2.3 Declaração de que o licitante, por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada a obra, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.

5.2.4 A vistoria será acompanhada por representante da AMAUC designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 11 horas, e das 14 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (49) 3442 10 34, com Arquiteta Vanessa, ou pelo e-mail vanessa@amauc.org.br.

5.2.5 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

5.2.6 A ausência de vistoria ou da declaração de vistoria implicará no conhecimento pleno e aceite das condições do imóvel, bem como dos horários e dias em que é permitida a execução dos serviços no prédio inclusive para o transporte do material, conforme determina o regulamento do condomínio.

5.3 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

5.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

5.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante

certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

5.3.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

5.3.7 Prove de regularidade junto a Justiça do Trabalho através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.3.8 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

5.4 Documentos complementares:

5.4.1 Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

5.4.2 O licitante que estiver concorrendo em mais de um item (lote) ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, sob pena de inabilitação.

5.4.3 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

5.4.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

6. A proposta, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

6.1 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;

6.2 Valor global da proposta (por lote), em algarismo e expresso em moeda corrente nacional (real);

6.3 Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

6.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de abertura do certame.

6.5 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

6.5.1 As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

6.6 Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

6.7 Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

7 - DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

7 As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), que pretendem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 6.204, de 2007, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo constante no anexo VI ao Edital, separadamente dos Envelopes de nº 01 e de nº 02.

7.1 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

8 - DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

8. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, a Comissão Permanente de Licitação, de posse dos Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

8.1 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.2 Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

8.3 A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

8.4 O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

8.5 Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme item próprio deste Edital.

8.6 Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando aos licitantes.

8.6.1 Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

8.7 Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

8.8 Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

8.10 Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

8.11 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

8.12 As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Edital.

8.13 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

8.14 Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

9 - DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9. Será considerado inabilitado o licitante que:

9.1.1 Não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte;

9.1.2 Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

9.2 A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação no site www.amauc.org.br salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por

comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10. O critério de julgamento será o de menor preço por lote.

10.1 Para o julgamento das propostas, a Comissão poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

10.2 Também será desclassificada a proposta que:

10.2.1 Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.2.2 Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

10.2.3 Não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico;

10.2.4 Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

10.2.5 Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela AMAUC.

10.2.5.1 Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 02(dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

10.3 Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas em ordem crescente dos preços propostos.

10.4 Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007:

10.4.1 A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

10.4.2 As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

10.4.2.1 A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

10.4.3 Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

10.4.4 Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

10.4.5 Havendo êxito no procedimento e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, permanecerá a classificação inicial.

10.4.6 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

10.4.6.1 O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão

ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.

10.4.6.2 Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

10.5 Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.1 A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela AMAUC quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

10.5.2 O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

10.5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à AMAUC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.6 A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação no site www.amauc.org.br, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11. Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

12- DO CONTRATO

12. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela AMAUC.

12.2 É facultado à AMAUC, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.

12.3 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.4 Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

13- DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13. Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

14. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

15- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO PARA EXECUÇÃO

DO OBJETO

15. O prazo de vigência do Contrato será de 15 (meses) a contar da assinatura e o prazo para execução do objeto será de:

15.1 70 (setenta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, para o Lote 1;

15.2 50 (cinquenta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, para o Lote 2;

15.3 30(trinta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, para o Lote 3;

15.4 40 (quarenta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, para o Lote 4;

15.5 O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

16 - DO PREÇO

16. Os preços são fixos e irredutíveis.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do Contrato, bem como neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada.

18 - DO PAGAMENTO

18. O pagamento será efetuado em 6 (seis) parcelas mensais, obedecendo o seguinte:

a) 1ª parcela, equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) do valor total do contrato será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada;

b) 2ª parcela, equivalente a 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 1ª parcela;

c) 3ª parcela, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 2ª parcela;

d) 4ª parcela, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 3ª parcela;

e) 5ª parcela, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 4ª parcela;

f) 6ª e última parcela, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 5ª parcela;

18.1 O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

18.1.1 O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados.

18.1.2 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.1.3 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.1.4 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.2.5 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

19 - DA FISCALIZAÇÃO



19 A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993, conforme detalhado no Projeto Básico.

19.1 O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

19.2 O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

19.3 A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

19.4 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

20 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

20.1 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

20.1.1 Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

20.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

20.2 O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 5 (cinco) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por funcionário ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas.

20.2.1 O recebimento definitivo do objeto licitado não exige a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

21 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

21. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

22 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual da AMAUC deste exercício, provenientes do Contrato de Rateio nº 02/2013, firmado por todos os Prefeitos dos Municípios que integram a Associação.

23 - DAS INFRAESTRUTURAS E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

23.1.1 Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

23.1.2 A aplicação da multa moratória não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

23.2 A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

23.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.2.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

23.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a AMAUC pelo prazo de até dois anos;

23.4 A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Amauc, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

23.5 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

23.6 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

23.6.1 tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

23.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a AMAUC em virtude de atos ilícitos praticados.

23.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à AMAUC, observado o princípio da proporcionalidade.

23.9 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos pela Contratante, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

23.9.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser paga no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.10 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24 - DOS RECURSOS

24. Dos atos da AMAUC, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

24.1 Recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

24.1.1 habilitação ou inabilitação da licitante;

24.1.2 julgamento das propostas;

24.1.3 anulação ou revogação da licitação;

24.1.4 rescisão do Contrato por ato unilateral da Contratante, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.1.5 aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

24.2 Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

24.3 Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais

licitantes, que poderão apresentar contra-razões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado.

24.4.1 A decisão deverá ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando do recebimento do recurso.

25- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.

25.1. As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular publicado no site da AMAUC e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

25.1.1 Não serão consideradas para efeitos de protestos e recursos informações obtidas de forma verbal ou por telefone.

25.2 As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

25.2.1 Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, cabendo à AMAUC responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis;

25.2.2 Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.

25.2.2.1 A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

25.3 Os interessados deverão estudar minuciosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

25.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a AMAUC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.5 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

25.6 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

25.8 É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.10 A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado,

pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

25.11.1 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na AMAUC.

25.12 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.13 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da AMAUC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.14 Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.15 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos na sede da AMAUC, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, de segunda a sexta-feira, no horário das 8 horas às 11h30min e das 13h30min às 17 horas, e/ou obtidos por meio eletrônico, no site www.amauc.org.br, link: Tomada de Preços 01/2013.

25.16 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na AMAUC, nos dias e horários mencionados no item anterior.

25.17 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

25.18 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Concórdia, com exclusão de qualquer outro.

Concórdia SC, 4 de junho de 2013

JOÃO GIRARDI

Presidente da AMAUC

ROBERTO KURTZ PEREIRA

Secretário Executivo

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013

PROCESSO Nº 1/2013

ANEXO I

LOTE 1

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS

DETALHAMENTO DO OBJETO E PREÇO MÁXIMO

Contratação de empresa para a compra de móveis sob medida e instalação para a nova Sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada na Rua Marechal Deodoro, 772, Ed. Mirage Offices, 12º andar.

O Projeto Básico é de autoria e responsabilidade técnica da Arquiteta e Urbanista Vanessa Franczak, CAU A39354-1, do quadro de pessoal da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), sendo que os memoriais descritivos e projetos complementares que compõem os mesmos estão disponíveis para download na web site da Associação (<http://www.amauc.org.br>), juntamente com o arquivo que contém este edital.

O preço máximo estipulado para este lote é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), devendo ser observada a forma de pagamento descrita na cláusula 18, do presente edital, sob pena de desclassificação da proposta.

Informações complementares sobre os projetos básicos deste Lote serão prestadas no Departamento de Engenharia e Arquitetura da Associação, sito à Rua Atalípio Magarinos, 277, Centro, nesta cidade, ou pelo fone (49) 3442 1034 ou email vanessa@amauc.org.br

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013
PROCESSO Nº 1/2013
ANEXO II
LOTE 2
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS
DETALHAMENTO DO OBJETO E PREÇO MÁXIMO

Contratação de empresa para a compra de persianas sob medida e instalação para a nova Sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada na Rua Marechal Deodoro, 772, Ed. Mirage Offices, 12º andar.

O Projeto Básico é de autoria e responsabilidade técnica da Arquiteta e Urbanista Vanessa Franczak, CAU A39354-1, do quadro de pessoal da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), sendo que os memoriais descritivos e projetos complementares que compõe os mesmos estão disponíveis para download na web site da Associação (<http://www.amauc.org.br>), juntamente com o arquivo que contem este edital.

O preço máximo estipulado para este lote é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), devendo ser observada a forma de pagamento descrita na cláusula 18, do presente edital, sob pena de desclassificação da proposta.

Informações complementares sobre os projetos básicos deste Lote serão prestadas no Departamento de Engenharia e Arquitetura da Associação, sito à Rua Atalípio Magarinos, 277, Centro, nesta cidade, ou pelo fone (49) 3442 1034 ou email vanessa@amauc.org.br

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013
PROCESSO Nº 1/2013
ANEXO III
LOTE 3
INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA E REDE LÓGICA
DETALHAMENTO DO OBJETO E PREÇO MÁXIMO

Contratação de empresa especializada para execução de instalação da rede elétrica e lógica (fiação embutida em eletrodutos disponíveis e já instalados) para a nova sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada na Rua Marechal Deodoro, 772, Ed. Mirage Offices, 12º andar.

O Projeto da rede Elétrico e rede lógica é de autoria e responsabilidade técnica do Engenheiro Eletricista Sandro Biazus Cortina, CREA/SC 38.779-7, da Empresa Concórdia Engenharia e Tecnologia Ltda., contratada pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), sendo que os memoriais descritivos e projetos complementares que compõe os mesmos estão disponíveis para download na web site da Associação (<http://www.amauc.org.br>), juntamente com o arquivo que contem este edital.

O preço máximo estipulado para este lote é de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), devendo ser observada a forma de pagamento descrita na cláusula 18, do presente edital, sob pena de desclassificação da proposta.

Informações complementares sobre os projetos básicos deste Lote serão prestadas no Departamento de Engenharia e Arquitetura da Associação, sito à Rua Atalípio Magarinos, 277, Centro, nesta cidade, ou pelo fone (49) 3442 1034 ou email vanessa@amauc.org.br

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013
PROCESSO Nº 1/2013
ANEXO IV
LOTE 4
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO
DETALHAMENTO DO OBJETO E PREÇO MÁXIMO

Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de climatização para a nova Sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada na Rua Marechal Deodoro, 772, Ed. Mirage Offices, 12º andar.

O Projeto de Climatização é de autoria e responsabilidade técnica do Engenheiro Mecânico Rodrigo Friebel, CREA/SC 72.197-4, da Empresa Concórdia Engenharia e Tecnologia Ltda., contratada pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), sendo que os memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e projetos complementares que compõe os mesmos estão disponíveis para download na web site da Associação (<http://www.amauc.org.br>), juntamente com o arquivo que contem este edital.

O preço máximo estipulado para este lote é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), devendo ser observada a forma de pagamento descrita na cláusula 18, do presente edital, sob pena de desclassificação da proposta.

Informações complementares sobre os projetos básicos deste Lote serão prestadas no Departamento de Engenharia e Arquitetura da Associação, sito à Rua Atalípio Magarinos, 277, Centro, nesta cidade, ou pelo fone (49) 3442 1034 ou email vanessa@amauc.org.br

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013
PROCESSO Nº 1/2013
ANEXO V
(Papel Timbrado da Empresa)
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR À AMAUC

D E C L A R A Ç Ã O

, inscrito no CNPJ nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (SE FOR O CASO).

(Data)

(Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013
PROCESSO Nº 1/2013
ANEXO VI
(papel timbrado da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência no procedimento licitatório do Convite nº 01/2013, realizado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC.

_____, de ___, de _____ de

2013

(Assinatura do representante legal)

Nome:

RG nº:

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013

PROCESSO Nº 1/2013

ANEXO VII

(papel timbrado da empresa)

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

À

AMAUC

Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sª, nossa Proposta de Preços, para o fornecimento do objeto especificado na da Tomada de Preços nº 01/2013, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

ESPECIFICAÇÕES:

ITEM LOTE ESPECIFICAÇÃO VALOR TOTAL

01 Lote nº 1 Fornecimento e instalação de móveis sob medidas, para a nova sede da AMAUC, e acordo com o projeto técnico constante no Anexo I, do Edital de Tomada de Preços 01/2013 - AMAUC R\$, (por extenso)

02 Lote nº 2 Fornecimento e instalação de persianas sob medidas, para a nova sede da AMAUC, e acordo com o projeto técnico constante no Anexo II, do Edital de Tomada de Preços 01/2013 - AMAUC R\$, (por extenso)

03 Lote nº 3 Execução de instalação da rede elétrica e lógica (fiação embutida em eletrodutos disponíveis e já instalados), para a nova sede da AMAUC, e acordo com o projeto técnico constante no Anexo III, do Edital de Tomada de Preços 01/2013 - AMAUC R\$, (por extenso)

05 Lote nº 4 Fornecimento e instalação de sistema de climatização, para a nova sede da AMAUC, e acordo com o projeto técnico constante no Anexo IV, do Edital de Tomada de Preços 01/2013 - AMAUC R\$, (por extenso)

O valor total da presente proposta será pago pela AMAUC nas condições previstas no item 18 do referido Edital.

O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de abertura dos envelopes.

Local e Data

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is)

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2013

PROCESSO Nº 1/2013

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. __/2013

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC E A EMPRESA _____ PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE

A Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, com sede na rua Atalípio Magarinos, 277, 2º andar, centro, nesta cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, por intermédio do seu Presidente senhor JOÃO GIRARDI - Prefeito do Município de Concórdia, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, e inscrita no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na

_____, representada neste ato, pelo seu(ua) Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Tomada de Preços nº. 01/2013, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer e instalar _____, conforme sua proposta comercial e especificações previstas no edital.

1.1.1 Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Tomada de Preços nº. 1/2013, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1. A licitante vencedora obriga-se a entregar e instalar objeto desta licitação, no prazo máximo de XX (_____) dias consecutivos, contados da data de assinatura da ordem de serviço, de acordo com as condições previstas no edital.

Observação:

O Prazo para entrega dos materiais/serviços será de:

70 (setenta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, para o Lote 1; 50 (cinquenta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, para o Lote 2;

30(trinta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, para o Lote 3; 40 (quarenta) dias corridos, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, para o Lote 4;

2.2. Será exigido pela CONTRATANTE, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os serviços executados pela empresa Contratada, que deverá ser apresentada antes da assinatura da respectiva Ordem de Serviço. (nos casos dos Lotes 3 e 4)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGENCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência de 15 (quinze) meses consecutivos contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento/instalação dos bens do objeto do presente contrato correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões) prevista(s) no orçamento da AMAUC - Exercício de 2013.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato, à CONTRATADA nas seguintes condições:

a) 1ª parcela, equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) do valor total do contrato;

b) 2ª parcela, equivalente a 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 1ª parcela;
c) 3ª parcela, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 2ª parcela;
d) 4ª parcela, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 3ª parcela;
e) 5ª parcela, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 4ª parcela;
f) 6ª e última parcela, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, trinta dias após o pagamento da 5ª parcela;
5.2 O prazo para pagamento da primeira parcela será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, devidamente atestada(s) por funcionário responsável.

5.3. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. Todos os (móveis, equipamentos) terão garantia de suas peças, tais como: (ex: correções, fechaduras e outros).

6.2. A garantia deverá ser por no mínimo 12(doze) meses, ficando a contratada responsável pela troca de qualquer material que perca suas funções ou apresente defeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a AMAUC.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Providenciar afastamento imediato, do(s) local(is) de execução do serviço objeto deste Contrato, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

10.1.1. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 10.1.1 e 10.1.2 será o valor inicial do Contrato.

10.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

10.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeita, ainda:

10.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a AMAUC, por prazo não superior a dois anos.

10.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a AMAUC enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em LEI.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Concórdia, SC, __ de _____ de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EGEM

Aditivo ao Edital 43/2013 - SICONV OBTV

ADITIVO AO EDITAL Nº 43/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO SICONV: OBTVS E UTILIZAÇÃO DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração no valor do Curso SICONV: OBTVS e Utilização de Rendimentos de Aplicação, a realizar-se em Chapecó e Grande Florianópolis de acordo com o edital nº 43/2013 publicado em 30/04/2013.

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM R\$ 200,00
Demais participantes R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546.

Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

Florianópolis, 04 de junho de 2013.

Aditivo ao Edital 47/2013 - Aperfeiçoamento Licitações Públicas

ADITIVO AO EDITAL Nº 47/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do Curso de Atualização em Licitações Públicas e Contratos Administrativos, a realizar-se em Florianópolis de acordo com o edital nº 47/2013 publicado em 20/05/2013.

Disciplina	Hora/Aula	Data
1. Dispensa e inexistência	10h/a	22 (m/v) de agosto
2. Aspectos práticos de licitação, procedimentos e modalidades	15h/a	29(m/v) e 30(m) de agosto
3. Serviços e obras de engenharia	15h/a	12(m/v) de e 13 (m) setembro
4. Pregão presencial e pregão eletrônico	15h/a	19(m/v) e 20(m) de setembro
5. Consórcios Públicos	10h/a	26(m/v) de setembro
6. Registro de preços	10h/a	27(m/v) de setembro
7. Parceria público-privada, concessão e permissão de serviços públicos	15h/a	10(m/v) e 11(m) de outubro
8. Contratação de serviços de publicidade	10h/a	25(m) de outubro
9. Auditoria em processos licitatórios e contratos	15h/a	07(m/v) e 08(m) de novembro
10. Questões polêmicas da licitação	15h/a	21(m/v) e 22(m) de novembro
11. Contratos administrativos e convênios	15h/a	28 (m/v) e 29 (m) de novembro
TOTAL:	145h/a	

Florianópolis, 04 de julho de 2013.

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 025/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 025/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é a apuração dos procedimentos legais de publicação acerca do último reajuste da tarifa do SAMAE de Pomerode, tendo por base a Portaria nº POM-24/2012, do dia 23 de maio de 2012.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 28 de maio de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Resolução Nº 026/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 026/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento administrativo para apreciação do pedido de reajuste do Contrato nº 13/2010, firmado entre a empresa Say Muller Serviços Ltda. e o SAMAE de Gaspar, cujo objeto é a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comerciais-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar, encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 03 de junho de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco74

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO74

Fornecedor: LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.LTDA Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 317, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 03.06.2013. Validade: 01.05.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 03 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMUREL

Ata Assembleia Geral Ordinaria

25.04.2013 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CIS/AMUREL Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às 14h00min, em primeira e única chamada, reuniram-se na sala dos prefeitos na sede da AMUREL, para Assembleia Geral Ordinária os prefeitos: Sr. Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Sra. Dilcei Heidemann, Prefeita Municipal de Santa Rosa de Lima; Sr. Clésio Bardini de Biasi, Prefeito Municipal de Treze de Maio; Sr. Manoel Viana de Souza, Prefeito Municipal de Imaruí; Sr. Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; Sr. Everaldo dos Santos, Prefeito Municipal de Laguna; Sr. Castilho Silvano Vieira, Prefeito Municipal de Sangão; Sr. João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero; Sr. Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; Sr. Antônio Avelino Honorato, Prefeito Municipal de Pescaria Brava; Sr. Vilson Tadeu Marcon, Vice-Prefeito de Pedras Grandes e Sr. Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito Municipal de Jaguaruna. Participaram ainda, o Coordenador Técnico-Administrativo do CISAMUREL, o Sr. Edson Nunes, a contadora Patrícia Vieira Martins, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, e o Assessor Jurídico, Dr. Fábio Borges. Após saudar os presentes, o Presidente do CISAMUREL, Sr. Jorge Leonardo Nesi, efetuou a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - O Presidente do CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios Consorciados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 25 de abril de 2013, às 14h00min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 14h15min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, sede da Amurel, bairro Vila Moema, Tubarão (SC). Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I - Aprovação da ata da assembleia anterior (cópia entregue); II - Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 1º bimestre de 2013; III - Assuntos diversos. Tubarão (SC), 08 de abril de 2013. Jorge Leonardo Nesi, Presidente do CISAMUREL. Em seguida colocou para aprovação (item I da pauta), a ata da AGO realizada no dia 22.02.2013, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos prefeitos e por unanimidade os presentes afirmaram concordar com

o teor da mesma, dando-a como aprovada. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis referentes ao 1º bimestre de 2013. O Presidente solicitou à contadora do CISAMUREL, Srta. Patrícia Vieira Martins, que apresentasse os relatórios contábeis do 1º bimestre de 2013 e após uma completa explanação, os mesmos foram aprovados por todos. Comentou ainda, sobre as alterações contábeis que estão para acontecer através orientação do TCE e que assim que tiver mais dados, convocar uma reunião com os contadores dos municípios para padronização de procedimentos. O Presidente entregou um ofício para aqueles Prefeitos dos municípios que deixaram de efetuar alguns repasses no ano de 2012, referente ao custeio, detalhando os valores em atraso. Passou-se ao item III da pauta, Assuntos Diversos, onde o Sr. Presidente solicitou ao assessor jurídico, Dr. Fábio Borges, que falasse sobre as alterações no Protocolo de Intenções. Foi entregue aos Srs. Prefeitos cópia das alterações propostas, bem como apresentado um breve histórico que motivou as alterações. Foi solicitado aos Srs. Prefeitos que submetessem as alterações propostas à análise das Secretarias afins e Procuradoria, para verificar se há sugestões de modificação ao texto proposto, para podermos colocar em votação na próxima assembleia, em junho. O Presidente informou aos presentes o resultado da licitação de medicamentos efetuada pelo CIS, com adesão de 07 (sete) municípios, onde de um total previsto de R\$ 5.843.086,99, conseguimos cotar por R\$ 3.690.459,22, gerando uma economia de R\$ 2.152.627,77, em torno de 37% (trinta e sete por cento). Os Prefeitos solicitaram uma cópia do relatório para análise em seu município e alguns ainda disseram que na próxima licitação poderá haver uma redução maior, caso haja adesão dos municípios maiores, como Tubarão, braço do Norte, Laguna e Capivari de Baixo. Por fim a palavra foi deixada livre, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes, e determinou a este coordenador técnico para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembléia.

CIS/AMURES

Extrato de Credenciamento Edital 01/2013 CIS/AMURES

O CIS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO: 34/2013

CONTRATADA: CARDIOORTOCARE SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA, com sede à Rua Simeão Moritz, nº 211, Centro,

Lages/SC.

Objeto: Prestação de Serviços em exames de Cardiologia.

Fundamento Legal: Edital de Credenciamento nº 01/2013.

PRAZO: será de 12 meses a contar da assinatura.

VALOR: de acordo com a prestação dos serviços e tabela própria CIS/AMURES.

Lages, 04 de Junho de 2013.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES

Homologação de Inscrições Edital 01/2013 CIS/AMURES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de credenciamento nº 01/2013

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTOS NOVOS

Empresa

Cardioortocare Serviços Médicos e Odontológicos Ltda

Lages, 04 de Junho de 2013.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES

Homologação de Renovação de Contratos

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de credenciamento nº 01/2013

HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Clin Serra Clínica de Imagem Ltda

Clinittrauma Ortopedia e Traumatologia Ltda

Neurofisiologia Gargioni Ltda

Clínica Nuclear Life Ltda.

Dermaclin Clínica Médica Sociedade Simples

Humannity Psicologia Ltda

Instituto Catarinense de Otorrino e Medicina do Sono Ltda

Le Santé Centro Integrado de Medicina Ltda

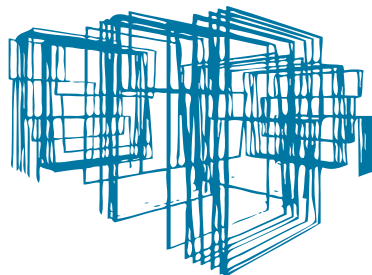
Santa Clara Imagem Ltda

Sergio da Silva Ortopedia Ltda

Lages, 29 de Maio de 2013.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br